MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

PRESTAÇÃO DE CONTAS

VIÇOSA ¯ MG
Março, 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN-TCU nº 63/2010 e IN-TCU nº 72/2013, das DN-TCU nº 161/2017 e DN-TCU nº 163/2017, Portaria TCU 65/2018.

VIÇOSA - MG
Março, 2018

Missão:

Exercer ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior pública de qualidade, à inovação, à promoção do desenvolvimento institucional e das ciências, letras e artes, e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade.

Valores:

Excelência, presteza, eficiência, transparência, ética, comprometimento social, legalidade, integração, igualdade, responsabilidade, democracia, inovação, empreendedorismo, cidadania e espírito de equipe.

Visão de Futuro:

Consolidar-se como instituição de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, reconhecida pela comunidade científica e pela sociedade, nacional e internacionalmente.

Elaboração e edição
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Material
Diretoria Financeira

Supervisão e validação
Auditoria Interna

Impressão
Divisão de Gráfica Universitária

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AGROS ¯ Instituto UFV de Seguridade Social
BBT ¯ Biblioteca Central
CAF ¯ *Campus* UFV-Florestal
CAPES ¯ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAD ¯ Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância
CEDAF ¯ Central de Desenvolvimento Agrário de Florestal
CENTEV ¯ Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa
CEPET ¯ Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro
CGU ¯ Controladoria-Geral da União
CISTA ¯ Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFV
CNPq ¯ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLUNI ¯ Colégio de Aplicação
COMUT ¯ Programa de Comutação Bibliográfica
CONSU ¯ Conselho Universitário
COPAD ¯ Comissão Permanente de Avaliação de Disciplinas
CPC ¯ Conceito Preliminar de Curso
CPPD ¯ Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPI ¯ Comissão Permanente de Propriedade Intelectual
CRP ¯ *Campus* UFV-Rio Paranaíba
DAE ¯ Divisão de Assistência Estudantil
DAL ¯ Divisão de Alimentação
DCE ¯ Diretório Central dos Estudantes
DEV ¯ Divisão de Eventos
DFN ¯ Diretoria Financeira
DIP ¯ Diretoria de Programas Especiais
DLZ ¯ Divisão de Esporte e Lazer
DMT ¯ Diretoria de Material
DN ¯ Decisão Normativa
DRI ¯ Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais
DVP ¯ Divisão Psicossocial
EMAF ¯ Escola Média de Agricultura de Florestal
EMATER ¯ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
ENEM ¯ Exame Nacional do Ensino Médio
EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
ESAV ¯ Escola Superior de Agricultura e Veterinária
FAPEMIG ¯ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FINEP ¯ Financiadora de Estudos e Projetos
FRATEV ¯ Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa
FUNARBE ¯ Fundação Arthur Bernardes
IN ¯ Instrução Normativa
INPI ¯ Instituto Nacional da Propriedade Industrial
ITCP ¯ Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LOA ¯ Lei Orçamentária Anual
MCT ¯ Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC ¯ Ministério da Educação
MPOG ¯ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCI ¯ Órgão de Controle Interno

PAD ¯ Pró-Reitoria de Administração
PDI ¯ Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC ¯ Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PGP ¯ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PII ¯ Programa de Incentivo à Inovação
PPG ¯ Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PRE ¯ Pró-Reitoria de Ensino
PROAP ¯ Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROEXT ¯ Programa de Extensão Universitária
PVANet ¯ Ambiente Educativo para o Apoio na Educação Presencial e à Distância
PVB ¯ Pavilhão de Aulas II
RADOC ¯ Relatório de Atividades dos Docentes
REUNI ¯ Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAPIENS ¯ Sistema de Apoio ao Ensino
SESu ¯ Secretaria de Educação Superior
SIA ¯ Simpósio de Integração Acadêmica
SIAFI ¯ Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE ¯ Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG ¯ Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV ¯ Sistema de Convênios do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ¯ MPOG
SIF ¯ Sociedade de Investigações Florestais
SIMEC ¯ Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC
SISREC ¯ Sistema de Recursos Humanos
SISU ¯ Sistema de Seleção Unificada
SRH ¯ Secretaria de Recursos Humanos
Stratus ¯ Sistema de Controle de Saldo de Cotas Orçamentárias
TCU ¯ Tribunal de Contas da União
TI ¯ Tecnologia da Informação
UFV ¯ Universidade Federal de Viçosa
UFVCredi ¯ Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da UFV
UFVNet ¯ Rede de Dados da UFV
UJ ¯ Unidade Jurisdicionada
UREMG ¯ Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.4.1 - Áreas estratégicas e suas competências, titulares responsáveis, cargo e período de atuação. 18
Quadro A.1.5.1 ¯ Macroprocessos Finalísticos (Ensino) 22
Quadro A.1.5.2 ¯ Macroprocessos Finalísticos (Pesquisa e Pós-Graduação) 25
Quadro A.1.5.3 ¯ Macroprocessos Finalísticos (Extensão e Cultura) 29
Quadro A.2.3.1.1 - Programas e ações orçamentárias da UFV 94
Quadro A.2.3.1.2 ¯Ação 20RI 95
Quadro A.2.3.1.3 ¯ Ação 20RL 96
Quadro A.2.3.1.4 ¯ Ação 2994 98
Quadro A.2.3.1.5 ¯ Ação 20GK 99
Quadro A.2.3.1.6 ¯ Ação 20RK 100
Quadro A.2.3.1.7 ¯ Ação 4002 102
Quadro A.2.3.1.8 ¯ Ação 8282 103
Quadro A.2.3.1.1.1 ¯ Ação 10G1 não Prevista na LOA 2017 - Restos a Pagar - OFSS 105
Quadro A.2.3.1.1.2 ¯ Ação 4009 não Prevista na LOA 2017 - Restos a Pagar - OFSS 105
Quadro A.2.3.1.1.3 ¯ Ação 2992 não Prevista na LOA 2017 - Restos a Pagar - OFSS 106
Quadro A.2.3.4.1 ¯ Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores 108
Quadro A.2.3.5.1 ¯ Montantes transferidos por modalidade 109
Quadro A.2.3.5.2 ¯ Prestação de Contas 110
Quadro A.2.3.5.3 Situação da análise de contas 110
Quadro A.2.3.5.4 Perfil dos atrasos 111
Quadro A.2.3.6.1 Realização das receitas 114
Quadro A.2.3.7.1 ¯ Despesas por modalidade de contratação 116
Quadro A.2.3.7.2 Despesa por grupo e elemento 117
Quadro A.2.3.8.1 ¯ Concessão de suprimento de fundos 120
Quadro A.2.3.8.2 ¯ Utilização de suprimento de fundos 121
Quadro A.2.3.8.3 Tipos de despesas 121
Quadro A.2.5.1.1 ¯ Resultados dos Indicadores Primários ¯ Decisão TCU n.º 408/2002 139
Quadro A.4.1.1.1 ¯ Força de trabalho da UFV 148
Quadro A.4.1.1.2 ¯ Distribuição da Lotação Efetiva 149
Quadro A.4.1.2.1 - Despesas com pessoal 150
Quadro A.4.1.2.2 - Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas 151
Quadro A.4.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade 153
Quadro A.4.2.1.1.1 ¯ Caracterização da frota (2017) 156
Quadro A.4.2.1.1.2 ¯ Requisições de transporte atendidas (2017) 157
Quadro A.4.2.1.1.3 ¯ Despesas com manutenção da frota 157

Quadro A.4.2.1.2.1 ¯ Contratos de prestação de serviço de transporte terceirizado.....158
Quadro A.4.2.2.1 ¯ Veículos destinados a leilão em 2017.....159
Quadro A.4.2.3.1 ¯ Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União 159
Quadro A.4.2.3.2 ¯ Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, exceto imóveis funcionais 161
Quadro A.4.2.3.1 ¯ Cessão remunerada de uso dos imóveis funcionais no Campus UFV-Viçosa (2017)....164
Quadro A.4.2.3.2 ¯ Imóveis utilizados para fins residenciais no Campus UFV-Florestal (2017).....166
Quadro A.4.2.4.1 ¯ Concessão de Direito Real de Uso no Campus UFV-Viçosa (2017) 170
Quadro A.4.2.4.2 ¯ Permissão de Uso no Campus UFV-Viçosa (2017) 171
Quadro A.4.2.4.3 ¯ Concessão Remunerada de Uso no Campus UFV-Viçosa (2017) 171
Quadro A.4.2.4.4 ¯ Convênios no Campus UFV-Viçosa (2017) 172
Quadro A.4.2.5.1 ¯ Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (2017).....173
Quadro A.4.3.2 ¯ Força de trabalho de TI da UFV 174
Quadro A.4.3.3 ¯ Projetos de TI desenvolvidos em 2017.....176
Quadro A.4.3.1 ¯ Principais Sistemas de Informação da UFV 177
Quadro A.5.1.1 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria, por tipo (2017).....183
Quadro A.5.1.2 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria, por tipo de manifestante (2017).....184
Quadro A.6.2.2.1 Execução de despesas.....190
Quadro A.7.6.1 ¯ Despesas com Publicidade.....200
Quadro A.7.7.1 ¯ Disciplinas de Libras do Campus Viçosa ¯ Cursos e período de oferecimento.....201
Quadro A.7.7.2 ¯ Disciplina de Libras do Campus Florestal ¯ Cursos e período de oferecimento.....202
Quadro C.10.1.1 Projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio 258

SUMÁRIO

PARTE A 13
APRESENTAÇÃO 13
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS 14
1.1. Finalidades e competências 14
1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade 14
1.3. Ambiente de atuação 15
1.4. Organograma 16
1.5. Macroprocessos Finalísticos 21
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL 31
2.1. Planejamento organizacional 31
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício 32
2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico 46
2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos 91
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos 92
2.3. Desempenho Orçamentário 93
2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade. 93
2.3.1.1. Ações não Previstas na LOA do exercício ¯ Restos a Pagar ¯ OFSS 105
2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário 107
2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento 107
2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores 107
2.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos 109
2.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestação de contas 112
2.3.6. Informações sobre a realização das receitas 112
2.3.7. Informações sobre a execução das despesas 115
2.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal 120
2.4. Desempenho Operacional 123
2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho 133
2.5.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União 138
2.5.2. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos 140
3. GOVERNANÇA 141
3.1. Descrição das estruturas de governança 141
3.2. Atuação da unidade de auditoria interna 142

3.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos 144
3.4. Gestão de riscos e controles internos.....145
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 147
4.1. Gestão de pessoas.....147
4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade 147
4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal.....150
4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....151
4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....152
4.1.5. Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 155
4.1.6. Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.....155
4.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura.....155
4.2.1. Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....155
4.2.1.1. Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada 155
4.2.1.2. Frota de Veículos Automotores Contratada de Terceiros a Serviço da Unidade Jurisdicionada157
4.2.2. Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições 158
4.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União.....159
4.2.3.1. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada 163
4.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....170
4.2.5. Informações Sobre os Imóveis Locados de Terceiros 172
4.3. Gestão da Tecnologia da informação 173
4.3.1. Principais sistemas de informação.....177
4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade.....178
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....183
5.1. Canais de acesso do cidadão.....183
5.2. Carta de Serviços ao Cidadão 185
5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários 185
5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....185
5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....186
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....187
6.1. Desempenho financeiro do exercício 187
6.2. Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior 187
6.2.1. Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão.....188
6.2.2. Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados 188

6.3. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos 191
6.4. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade 192
6.5. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas 196
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE 197
7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU 197
7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno 197
7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário 198
7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 199
7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento 199
7.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda 199
7.7. Demonstrações da conformidade com o disposto no art. 3o do Decreto 5.626/2005 ¯ PRE (UPI) ...200
8. ANEXOS E APÊNDICES 203
8.1. Anexos do Item 7.5 ¯ Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e Notas Explicativas 203
8.1.1. Balanço Financeiro 207
8.1.2. Balanço Orçamentário 211
8.1.3. Balanço Patrimonial 214
8.1.4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa 225
8.1.5. Demonstrações das Variações Patrimoniais 228
8.2. Anexos do Item 2.1.5 231
PARTE B 239
9. RELATÓRIO, PARECERES E DECLARAÇÕES 239
9.1. Parecer da unidade sobre a prestação de contas 239
9.1.1. Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos 242
9.2. Rol de Responsáveis 243
9.3. Relatório de instância ou área de correição 243
9.4. Declarações de integridade 249
9.4.1. Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal 249
9.4.2. Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões 250
9.4.3. Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas 251
9.4.4. Integridade dos registros das informações no SIMEC 252

9.4.5. Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial 253

9.4.6. Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal ¯ SIAFI....255

9.5. Parecer de Colegiado....256

PARTE C 257

10. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES....257

10.1. Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994 257

RELATÓRIO DE GESTÃO

PARTE A

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Viçosa (UFV), seguindo orientações das Instruções Normativas nº 63/2010 e nº 72/2013, das DN-TCU nº 161/2017 e DN-TCU nº 163/2017, Portaria TCU 65/2018, apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2017.

Este documento tem por objetivo propiciar, aos órgãos de controle e à sociedade em geral, visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão da Instituição, apresentando documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

O Relatório de Gestão da UFV é composto, em sua Parte A, pelos itens a seguir relacionados: essa seção de apresentação; Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas; Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional; Governança; Relacionamento com a Sociedade; Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Áreas Especiais da Gestão; Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle.

A Parte B do Relatório de Gestão apresenta os Anexos e Apêndices, onde se destacam o parecer da Auditoria Interna e a aprovação do Conselho Universitário (a serem incluídos na versão final) e Informações Complementares com a Relação de Projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio.

A elaboração do Relatório de Gestão é resultado de um esforço colaborativo envolvendo a participação dos órgãos da Universidade, Pró-Reitorias, Diretorias dos Centros, Diretorias dos *Campi* e demais unidades vinculadas à Reitoria, num esforço de apresentar informações que representem a produção e o desempenho da Instituição, destacando êxitos e insucessos para o alcance das metas e ações previstas em seu Planejamento Institucional, tendo em vista a dotação orçamentária disponibilizada.

No ano de 2017, embora o valor aprovado na LOA tenha sido menor em relação ao exercício de 2016, não houve corte ou contingenciamento do orçamento discricionário, com liberação de 100% da LOA e descentralização de recursos oriundos do MEC para a conclusão de obras. Consequentemente, todas as despesas referentes ao exercício de 2017 foram empenhadas com o orçamento do ano. Além disso, especificamente em relação ao capital, as obras em andamento contaram com o empenho que representa praticamente todo o valor licitado, garantindo assim que elas sejam concluídas sem interrupções.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1. Finalidades e competências

A Universidade Federal de Viçosa, instituída sob a forma de fundação, é pessoa jurídica de direito público com financiamento pelo Poder Executivo da União, dotada de autonomia didático-científica, financeira, patrimonial, administrativa e disciplinar, nos termos da Constituição Federal, das leis da República e de seu Estatuto.

A finalidade e competências institucionais da UFV estão contidas em seu Estatuto e Regimento Geral, ambos disponíveis no portal da UFV em *http://www.soc.ufv.br*. Seu estatuto foi modificado para se adequar à nova realidade *multiCampi*, sendo aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU) em sua 394ª Reunião, realizadas em duas seções, nos dias 14 e 15 de abril de 2014. O pedido de análise e aprovação do novo Estatuto foi protocolado no MEC pessoalmente pela reitora em 25 de junho de 2014. Em agosto de 2017, a UFV solicitou ao MEC informações sobre o andamento da análise do Estatuto, porém ainda não obteve retorno.

Conforme estabelecido em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Universidade Federal de Viçosa tem como missão "exercer ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior pública de qualidade, à inovação, à promoção do desenvolvimento institucional e das ciências, letras e artes, e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade".

Por meio indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, conforme disposto no art. 2° de seu Estatuto, a UFV tem por finalidade:

- Ministrar, desenvolver e aperfeiçoar a educação superior, visando à formação e ao aperfeiçoamento de profissionais de nível universitário.
- Estimular, promover e executar pesquisa científica.
- Promover o desenvolvimento das ciências, letras e artes.
- Estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades do ensino e os resultados da pesquisa.

1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

A Universidade Federal de Viçosa originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), criada pelo Decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922, pelo então Presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes.

A antiga ESAV foi núcleo original da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), criada incorporando a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão. A instalação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) deu-se em 15 de novembro de 1949, pelo Decreto Nº 3.211. Com base sólida e um desenvolvimento bem estruturado, a UREMG tornou-se conhecida em todo o País, o que motivou o Governo Federal a federalizá-la, em 15 de julho de 1969, com o nome de Universidade Federal de Viçosa, por meio do decreto nº 64.825, durante o governo do presidente Arthur da Costa e Silva.

O Decreto n.º 2740, publicado em 26 de maio de 1948, transformou a Fazenda-Escola em Escola Média de Agricultura de Florestal (EMAF). A EMAF foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º

2.931, de 13 de novembro de 1948, iniciando suas atividades em abril de 1949, com o Curso Médio de Agricultura, destinado à formação de técnicos agrícolas. Pela Lei n.º 1360, de 05 de setembro de 1955, a EMAF foi incorporada à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, atual UFV. O Decreto n.º 5012, de 08 de maio de 1956, deu-lhe nova regulamentação. A partir de 22 de novembro de 1981, por meio da Portaria nº102/81, passou a denominar-se Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF). No dia 22 de maio de 2006, resolveu o Conselho Universitário, consolidar a área que sedia a CEDAF como *Campus* da Universidade Federal de Viçosa, por intermédio da Resolução nº07/2006.

O *Campus* UFV¯Rio Paranaíba (CRP) foi criado pela Resolução nº 08/2006, do Conselho Universitário, de 25 de julho de 2006, iniciando suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2007, com oferecimento dos cursos de Agronomia e Administração. No segundo semestre de 2008, passaram a ser oferecidos dois novos cursos, Sistemas de Informação (Integral e Noturno) e Ciências de Alimentos (Integral). Hoje são oferecidos 10 cursos de graduação: Administração (diurno e noturno), Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Nutrição, Química, Sistemas de Informação; e duas pós-graduações stricto sensu, Mestrado Acadêmico em Produção Vegetal e Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional ¯ PROFIAP.

A UFV possui como instâncias deliberativas máximas o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), que lida com as questões relacionadas às áreas acadêmicas e científicas e o Conselho Universitário, que trata de questões da esfera administrativas e de gestão. O Estatuto e o Regimento Geral da UFV são os dois documentos principais que orientam os conselhos superiores em suas tomadas de decisão. O Estatuto da UFV, ainda vigente, foi aprovado pelo Conselho Universitário em sua 231ª reunião, em 16 e 17-12-1998, aprovado pela Portaria nº 768, de 14-05-1999, do Ministro de Estado da Educação (à luz do Parecer nº 354/99 ¯ CESu/CNE), publicada no DOU de 18-05-99 e averbado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte, em 27-09-99. O Regimento Geral da UFV foi aprovado pelo Conselho Universitário em sua 245ª reunião, em 24-02-2000.

1.3. Ambiente de atuação

A Universidade Federal de Viçosa tem sua atuação nas áreas de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, nas diversas áreas do conhecimento, em seus três *Campi* nas cidades de Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. Atua, também, no ensino de nível médio no Colégio de Aplicação e na educação básica no Laboratório de Desenvolvimento Infantil em Viçosa e no ensino médio e técnico em Florestal. Desse modo, a UFV busca a integração dos níveis de ensino, visando melhorar a formação educacional e profissional do ser humano.

De acordo com o seu Estatuto, a UFV é uma instituição federal de ensino superior instituída como Fundação vinculada ao Ministério da Educação, gozando de autonomia didático-científica, financeira, administrativa e disciplinar.

É mantida com recursos do orçamento geral da União por meio de uma participação relativa no montante de recursos do MEC, de acordo com seus indicadores de produção e produtividade, bem como com recursos advindos de emendas ao Orçamento da União, recursos de convênios e receita própria.

A UFV tem promovido, ao longo do tempo, parcerias que envolvem os setores empresariais, governamentais e as comunidades, principalmente as localizadas nas regiões próximas aos seus três

Campi, na busca de soluções integradas, intermediando as atividades geradoras de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico, produtivas e sociais.

Nesse sentido, busca investir na mentalidade empreendedora, detectar possibilidades de parcerias e interagir o capital intelectual aqui gerado com as necessidades da sociedade, implicando na transferência de conhecimentos, tecnologias e soluções sociais para o bem-estar da população e o desenvolvimento nacional.

Várias são as parcerias da UFV com órgãos públicos como Embrapa, EPAMIG, EMATER, Ministérios, Conab, Instituto Mineiro de Agropecuária, Secretarias de Estado, entre outros. As pesquisas realizadas na UFV são viabilizadas pelos recursos das parcerias com o setor privado e pelo contínuo apoio das agências públicas de fomento, como FINEP, FAPEMIG, CNPq, CAPES, bem como de fontes internacionais de financiamento, como a União Europeia e a Fundação Internacional para a Ciência.

Vale destacar, também, as parcerias da UFV com a Sociedade de Investigações Florestais (SIF), com a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), com a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa (FRATEVI), com o Instituto UFV de Seguridade Social (Agros) e com a Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (FACEV).

1.4. Organograma

A UFV tem sua estrutura funcional estabelecida por normas estatutárias e regimentais, conforme resoluções emitidas pelos colegiados competentes. Caracteriza-se, em seus vários níveis hierárquicos, pela estrutura colegiada, própria da gestão pública universitária.

A estrutura organizacional é composta pelos colegiados superiores, Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e pela Administração Superior, formada pela Reitoria, Pró-Reitorias, Centros de Ciências e Diretoria de *Campus* fora de sede, sendo Viçosa considerada a sede, conforme Figura 1.

O CONSU é o órgão superior de administração, com funções consultivas e deliberativas. É presidido pelo Reitor, com voto de qualidade, e composto por: Vice-Reitor; Pró-Reitores de Administração, de Assuntos Comunitários, de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento; Diretores dos Centros de Ciências e dos *Campi*; um representante docente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; dois representantes docentes por Centro de Ciências; um representante de cada classe da carreira de magistério superior; um representante dos professores de ensino médio/técnico; um representante dos servidores de cada classe da carreira técnico-administrativa; um representante indicado pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais; um representante indicado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; dois representantes do corpo discente, sendo um representante da graduação e um da pós-graduação; e um representante da comunidade.

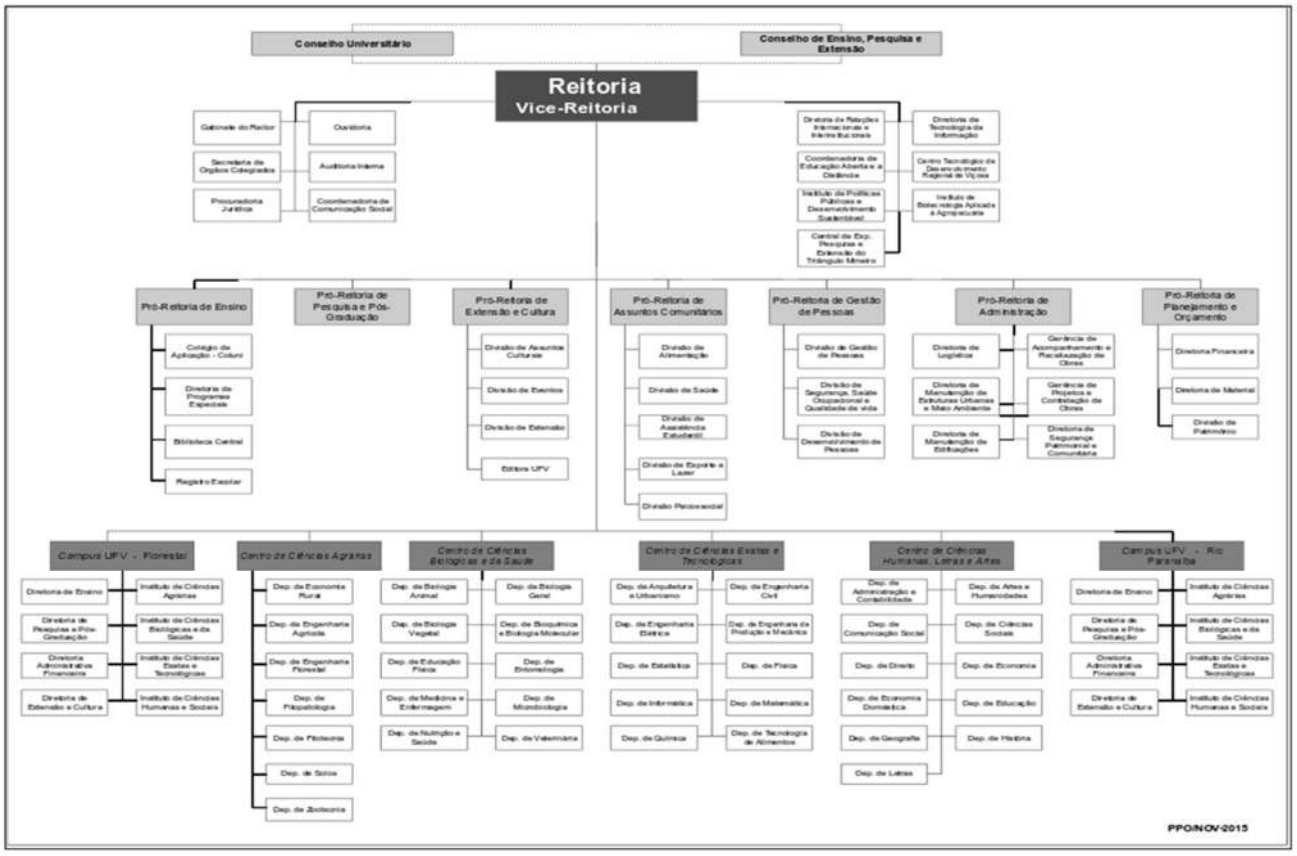
O CEPE é o órgão superior de coordenação e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com funções normativas, consultivas e deliberativas, no plano didático-científico. É presidido pela Reitora, com voto de qualidade, e composto por: Vice-Reitor; Pró-Reitores de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação, e de Extensão e Cultura; um representante de cada conselho técnico dessas Pró-Reitorias; um representante de cada classe da carreira de magistério superior; dois representantes docentes de ensino médio/técnico; Diretor do Registro Escolar; um representante do corpo técnico-administrativo; dois representantes do corpo discente, sendo um representante da graduação e outro da pós-graduação; um representante da Secretaria de Estado da Educação ou da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, indicado pelo Governador do Estado de Minas Gerais; um representante da Secretaria Municipal da Educação, indicado pelo Prefeito Municipal de Viçosa.

À Reitoria compete supervisionar e controlar a execução das atividades administrativas da Universidade.

No *Campus* UFV-Viçosa, os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em uma ou mais áreas de conhecimento, aos quais se vinculam os Departamentos. O Departamento é a unidade básica da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e compreendem disciplinas afins. A administração do Departamento compete ao seu Colegiado e à Chefia. A gestão didático-pedagógica do ensino de graduação de um Centro de Ciências é exercida por uma Câmara de Ensino, ressalvadas as competências do CEPE. Cada Centro de Ciências conta com o Conselho Departamental, que é o colegiado consultivo e deliberativo relacionado às questões administrativas, presidido pelo respectivo Diretor. A Diretoria é o órgão executivo do Centro, com estrutura orgânica própria, cabendo-lhe administrar as suas atividades.

Em função do oferecimento de 100% das suas vagas de cursos de graduação utilizando processo seletivo do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e do SISU (Sistema de Seleção Unificada) a Diretoria de Vestibular e Exames foi transformada em um setor da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas cuidando apenas de concursos para seleção de servidores técnico-administrativos da UFV.

No *Campus* de Florestal e no *Campus* de Rio Paranaíba, o Conselho Acadêmico e Administrativo constitui-se em colegiado superior de administração, com funções consultivas e deliberativas. Também é responsável pela gestão didático-pedagógicas do ensino de graduação, ressalvadas as competências do CEPE.



Quadro A.1.4.1 - Áreas estratégicas e suas competências, titulares responsáveis, cargo e período de atuação.

	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	A Reitoria é o órgão da administração geral que coordena e supervisiona todas as atividades da Universidade, competindo-lhe, para este fim, estabelecer as medidas regulamentares cabíveis.	Nilda de Fátima Ferreira Soares	Reitora	01/01 a 31/12/2017
Vice-Reitoria	Compete ao Vice-Reitor colaborar com o Reitor nas tarefas universitárias que por ele lhe forem delegadas, e substituí-lo, automaticamente, nos casos de impedimento e de vacância.	João Carlos Cardoso Galvão	Vice-Reitor	01/01 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Ensino (PRE)	A PRE tem por objetivos coordenar, superintender e avaliar as atividades de ensino da UFV. É responsável pela organização, o funcionamento e a política didático-pedagógica dos cursos, o controle dos aspectos legais e de documentação dos estudantes, a coordenação do processo de avaliação da qualidade do ensino e a qualificação dos docentes dos cursos de graduação da UFV.	Frederico José Vieira Passos	Pró-Reitor	01/01 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)	A PPG é o órgão responsável pela coordenação dos programas de pós-graduação Stricto sensu e pelos cursos de especialização Lato sensu, coordena também a área de pesquisa e de iniciação científica.	Luiz Alexandre Peternelli	Pró-Reitor	01/01 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC)	A PEC é o órgão responsável por coordenar, estimular e compatibilizar as atividades de extensão desenvolvidas pelas diversas unidades da UFV, por meio de programas, projetos e eventos de extensão. Contribui a produção e a socialização do conhecimento e de tecnologias, bem como a produção e a socialização da riqueza, do emprego e da renda, através de processos educativos, culturais e científicos, viabilizando uma relação que supere a dicotomia entre a universidade e a sociedade.	Clóvis Andrade Neves	Pró-Reitor	01/01 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO)	A PPO é responsável pela coordenação das atividades relacionadas ao planejamento, orçamento, regimentação, finanças, contabilidade e aquisição de bens e serviços da Universidade Federal de Viçosa.	Sebastião Tavares de Rezende	Pró-Reitor	01/01 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Administração (PAD)	A PAD é responsável por dar suporte às ações de ensino, pesquisa e extensão, atuando na manutenção e expansão da	Leiza Maria Granzinolli	Pró-Reitora	01/01 a 31/12/2017

	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	infraestrutura física, transporte, segurança patrimonial e produção.			
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP)	A PGP é responsável pelo planejamento, execução e avaliação das ações administrativas, bem como das políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas que contribuam para o alcance dos objetivos institucionais.	Ely Rosa	Pró-Reitor	01/01 a 25/06/2017
		Carlos de Castro Goulart	Pró-Reitor	26/06 a 31/12/2017
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD)	A PCD é o órgão responsável pelas ações de promoção da saúde e qualidade de vida da comunidade universitária. Responde pelos serviços de alimentação (Restaurantes Universitários), alojamentos, bolsas para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, atividades de esporte e lazer, atendimentos na área da saúde (preventivo e curativo) e psicossocial (psiquiátrico, psicológico e de assistência social), nos três *Campi* universitários.	Viviani Silva Lírio	Pró-Reitora	01/0 a 31/12/2017
Coordenadoria de Comunicação Social (CCS)	A CCS realiza, em consonância com a política de Comunicação da UFV, trabalhos jornalísticos nas diferentes mídias, assessoria de imprensa e marketing institucional, interagindo com a comunidade acadêmica e o público externo.	Rennan Lanna Martins Mafra	Coordenador	01/01 a 31/12/2017
Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	A DTI atua na administração de recursos computacionais de uso geral da instituição, bom como no planejamento, coordenação, orientação e supervisão dos trabalhos técnicos e administrativos referentes ao uso da informática.	Michelini Lopes da Mota	Diretora	01/01 a 31/12/2017
Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa (CENTEV)	O CenTev atua na busca da promoção e aperfeiçoamento das relações entre a UFV, o setor público em geral e o setor privado, visando ao desenvolvimento econômico, social e ambiental de Viçosa e região.	Sérgio Oliveira de Paula	Diretor	01/01 a 31/12/2017
Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (Cead)	A Cead é o órgão responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e prestação de suporte técnico à execução de atividades na área de Educação Aberta e a distância.	Silvane Guimarães Silva Gomes	Diretor	01/01 a 31/12/2017
Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (DRI)	A DRI é o órgão responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e prestação de suporte operacional à celebração de convênios e contratos, cujo objeto tenha natureza acadêmica, com	Vladimir Oliveira Di Iorio	Diretor	01/01 a 31/12/2017

	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	instituições públicas e privadas domiciliadas no exterior ou no Brasil.			
Campus UFV - Florestal (CAF)	Ao *Campus* UFV-Florestal compete a coordenação geral de todas as atividades acadêmicas e administrativas em Florestal.	Antônio Cézar Pereira Calil	Diretor	01/01 a 09/07/2017
		Marco Antônio de Oliveira	Diretor	10/07 a 31/12/2017
Campus UFV - Rio Paranaíba (CRP)	Ao *Campus* UFV-Rio Paranaíba compete coordenação geral de todas as atividades acadêmicas e administrativas em Rio Paranaíba.	Frederico Garcia Pinto	Diretor	01/01 a 18/06/2017
		Rejane Nascentes	Diretora	19/06 a 31/12/2017
Centro de Ciências Agrárias (CCA)	Os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício simultâneo de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as resoluções emanadas dos Órgãos Colegiados Superiores.	Rubens Alves de Oliveira	Diretor	01/01 a 31/12/2017
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB)	Os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício simultâneo de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as resoluções emanadas dos Órgãos Colegiados Superiores.	Maria Goreti de Almeida Oliveira	Diretora	01/01 a 02/04/2017
		João Marcos de Araújo	Diretor	03/04 a 31/12/2017
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE)	Os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício simultâneo de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as resoluções emanadas dos Órgãos Colegiados Superiores.	Antônio Cléber Gonçalves Tibiriçá	Diretor	01/01 a 31/12/2017
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)	Os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício simultâneo de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as resoluções emanadas dos Órgãos Colegiados Superiores.	Maria das Graças Soares Floresta	Diretora	01/01 a 31/12/2017

Fonte: PGP

1.5. Macroprocessos Finalísticos

Neste subitem são apresentados os macroprocessos finalísticos da UFV, os quais correspondem às grandes funções da organização, para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas. Desta forma, contou com a participação efetiva das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão e Cultura.

Os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente/cidadão. Os macroprocesso finalísticos da UFV foram elaborados considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão, sem deixar de lado as preocupações administrativas e de gestão.

Neste contexto, os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização e estão diretamente relacionados aos seus objetivos estratégicos e à geração de produto/serviço para o cliente interno ou externo. A seguir são apresentados os quadros A.1.5.1, A.1.5.2 e A.1.5.3 elaborados para as 3 grandes áreas temáticas da Instituições de Ensino Superior, respectivamente, Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão.

Os macroprocessos finalísticos da área de ensino foram elaborados sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino. Como o ensino de pós-graduação, na UFV, é vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação, os macroprocessos finalísticos relacionados ao ensino de pós serão apresentados posteriormente. Os macroprocessos relacionados ao ingresso na Graduação e no Ensino Médio e Técnico são fundamentais para a atração de bons candidatos para os diversos cursos da UFV em seus três *Campi*. Macroprocessos finalísticos são usados para o acompanhamento da vida acadêmica dos alunos da UFV que, com o desenvolvimento do Sistema de Controle Acadêmico - Sapiens, é possível a geração de relatórios individuais ou para um curso permitindo aos coordenadores e orientadores pedagógicos, o acompanhamento individualizado dos estudantes, bem a avaliação e acompanhamento de cada curso. As informações acadêmicas dos estudantes são utilizadas ao longo do ano pelos coordenadores, qualificando a análise das solicitações acadêmicas, permitindo a definição das disciplinas a serem oferecidas em cada semestre e o número de vagas a serem disponibilizadas, a partir dos planos de estudo dos estudantes. As informações sistematizadas no Sapiens são também fundamentais para o processo de avaliação dos cursos.

Alguns macroprocessos estão relacionados à preocupação de melhoria das condições de oferta dos cursos de graduação e ensino médio: a concessão de bolsas acadêmicas associadas a programas de monitoria e tutoria, com editais publicados semestralmente; a renovação do acervo bibliográfico, coordenada pelas Diretorias de Centro e Diretorias de *Campus*, com apoio da Biblioteca Central e que em 2017 não houve descentralização de recursos para aquisição de acervo, em função das restrições orçamentárias; a oferta de cursos e disciplinas à distância e a disponibilização de matérias didáticos especiais, com apoio de ambiente virtual de aprendizado ¯ AVA, desenvolvido pela UFV, o PVANet; e a mobilidade acadêmica e intercâmbio que em 2017 teve uma redução significativa em razão do termino do Programa Ciência sem Fronteiras da graduação; e o PPI e o Projetos Pedagógicos de Curso que visam manter atualizados os projetos pedagógicos de todos os cursos da instituição.

O macroprocesso finalístico Diplomação está relacionado a todos os citados no parágrafo anterior, pois um dos grandes objetivos da instituição é reduzir suas taxas de evasão e de retenção, tendo como consequência uma melhora nas taxas de diplomação. Em 2017, o número de diplomados se manteve em nível similar ao do ano anterior. Os macroprocessos de Melhoria do processo ensino-aprendizagem, Avaliação de disciplinas e de Avaliação de cursos certamente contribuem para a manutenção (melhoria) dos indicadores de diplomação. Em 2017, a Pró-Reitoria de Ensino concluiu o desenvolvimento de novo instrumento avaliativo para os cursos de graduação. O processo piloto de

avaliação com o novo instrumento terá início em 2018.

Para o acompanhamento de egressos da UFV, a ação tem sido de colaboração com a Associação de Ex-alunos da UFV. A primeira etapa, concluída, foi o desenvolvimento de sistema para atualização dos dados dos ex-alunos.

Os macroprocessos finalísticos da área de Ensino são apresentados no quadro A.1.5.3, a seguir.

Quadro A.1.5.1 ¯ Macroprocessos Finalísticos (Ensino)

Macroprocesso Finalístico	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ingresso no Ensino de Graduação	Processo de definição e divulgação das formas de ingresso aos cursos de graduação da Instituição.	1. Produção de material especial de divulgação dos cursos 2. Divulgação e chamadas para o acesso pelo resultado do SiSU 3. Número de ingressantes.	Estudantes do Ensino Médio das escolas públicas e privadas.	PRE Diretorias de Ensino dos *Campi*
Ingresso no Ensino Médio e Técnico	Processo de definição e divulgação das formas de ingresso no Colégio Universitário e nos cursos técnicos profissionalizantes do *Campus* UFV-Florestal.	1.Recebimento das inscrições. 2. Aplicação das provas do processo seletivo. 3. Número de ingressantes.	Estudantes do Ensino Fundamental	PRE COLUNI *Campus* UFV-Florestal
Controle acadêmico dos estudantes	Procedimentos relacionados ao controle da vida acadêmica do estudante da Instituição.	1. Manutenção do Sistema Sapiens. 2. Renovação de matrícula. 3. Definição do calendário escolar. 4. Elaboração do catálogo de graduação. 5. Número de estudantes matriculados na graduação 6. Número de estudantes matriculados no ensino médio e técnico 7. Acompanhamento do desempenho do estudante em seu primeiro ano. 8. Oferta de serviços e, ou bolsas aos estudantes da graduação e do ensino técnico em vulnerabilidade socioeconômica, com vistas à permanência.	Estudantes da graduação e médio-técnico.	PRE Diretoria de Registro Escolar no CAV e Diretoria de Ensino no CAF e CRP
Concessão de bolsas acadêmicas	Definição de critérios para concessão de bolsas acadêmicas aos estudantes da graduação (Monitoria, Tutoria, PIBID e PET).	1. Número de bolsas concedidas. 2. Número de atendimentos/projetos realizados	Estudantes da graduação.	PRE CAF CRP

Macroprocesso Finalístico	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Oferta de disciplinas à distância e disponibilização de material didático no AVA	Ampliação da oferta de disciplinas disponibilizando material didático especial	1. Produção de material didático. 2. Ampliação do número de disciplinas de graduação a distância 3. Ampliação do número de disciplinas disponibilizando material didático especial 4. Oferta de treinamento sobre novas tecnologias de informação e comunicação.	Comunidade acadêmica e sociedade	PRE CAF CRP CEAD CCA, CCB, CCE e CCH
Mobilidade acadêmica e intercâmbio	Possibilitar aos estudantes da UFV cursarem disciplinas ou realizar outras atividades acadêmicas em instituições nacionais e internacionais, receber estudantes. Receber estudantes e visitantes estrangeiros e de outros instituições nacionais	1. Estudantes de graduação em mobilidade no país 2. Estudantes de graduação em mobilidade no exterior 3. Definição de procedimentos para a mobilidade 4. Número de estudantes de outras instituições (nacionais e internacionais) em atividades na UFV	Instituições de ensino superior e Estudantes da graduação.	PRE PPG DRI CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH
Diplomação	Procedimentos relacionados à conclusão do curso	1. Número de concluintes. 2. Realização do evento de formatura.	Estudantes de graduação no último semestre	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH RES SOC
PPI e Projetos Pedagógicos de Curso	Processo de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional e dos Projetos Pedagógicos de Cursos.	1. O documento do PPI 2. Número de projetos pedagógicos atualizados.	Comunidade acadêmica	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH DIP Coordenadores de Curso
Avaliação de disciplinas	Sistema de verificação da qualidade das disciplinas ofertadas, nos aspectos de infraestrutura e didático-pedagógico.	1. Aplicação do processo de avaliação. 2. Relatório da avaliação. 3. Implementação de melhorias para os problemas detectados.	Comunidade acadêmica	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH DIP Coordenadores de Curso

Macroprocesso Finalístico	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Avaliação de cursos	Sistema de verificação da qualidade dos cursos ofertados, nos aspectos de infraestrutura e didático-pedagógico.	1. Aplicação do processo de avaliação. 2. Relatório da avaliação. 3.Acompanhamento de credenciamento e recredenciamento de cursos. 4. Acompanhamento dos conceitos de avaliação dos cursos.	Comunidade acadêmica e a sociedade	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH DIP Coordenadores de Curso
Melhoria do processo ensino-aprendizagem	Implementação de técnicas e procedimentos voltados para a modernização do processo ensino-aprendizagem.	1. Oferta de cursos de capacitação e didática aos docentes. 2. Oferta de cursos de capacitação aos técnicos 3. Elaboração de projetos de ensino. 4. Melhoria da estrutura física e de equipamentos para as aulas 5. Melhoria das condições de ensino para portadores de necessidades especiais 6. Números de projetos de qualificação oferecidos a docentes e profissionais da educação básica	Comunidade acadêmica	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH DIP Coordenadores de Curso
Acompanhamento de egressos da UFV	Desenvolver sistema de acompanhamento de egressos da UFV	1. Divulgação do sistema 2. Emissão de relatórios de estudantes por ano de formatura, por área de atuação no mercado de trabalho, etc. 3. Reunião anual de encontro dos ex-alunos	UFV Ex-alunos	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH RES AEA

Os macroprocessos definidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação são: Processo Seletivo para ingresso nos programas de pós-graduação, que possui diretrizes gerais definidas no Regimento Geral da Pós-Graduação, mas que permite que cada Programa de Pós-Graduação possa tratar suas especificidades, variando inclusive o calendário de inscrição e seleção; a Gestão das bolsas de pós-graduação relaciona-se diretamente com a política de fortalecimento e consolidação dos programas; e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que visa despertar em alunos de graduação o interesse pela pesquisa e tornando-os candidatos naturais aos Programas de Pós-Graduação.

O macroprocesso finalístico Programas de pós-graduação Stricto sensu e cursos de especialização Lato sensu está diretamente relacionado com as coordenações dos Programas e Cursos de Pós-Graduação. Como um dos principais resultados esperados na pós-graduação são as publicações, o macroprocesso Monografias, teses e dissertações foi definido, para lidar com as publicações que são requisitos obrigatórios para a obtenção da titulação.

A Avaliação dos Programas de Pós-Graduação é uma das preocupações mais constantes das coordenações. Em 2017, houve a divulgação da avaliação quadrienal da CAPES, na qual a UFV obteve uma melhoria significativa na avaliação dos seus programas. Gestão Administrativa e Financeira do PROAP também é um macroprocesso importante e é coordenado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação. Em 2017, a exemplo do ano anterior, a gestão de recursos do PROAP foi bastante dificultada devido a diminuição dos valores e a demora para a liberação do financeiro.

Os macroprocesso Pesquisa Acadêmica e Treinamento de docentes em pós-graduação tem também relação com a qualidade dos Programas. O primeiro está relacionado com o aumento das publicações científicas, onde se observou um aumento em 2017. Em relação ao treinamento, em 2017, nas áreas consolidadas o treinamento é sempre em nível de pós-doutorado. Já nas áreas emergentes (programas novos) e em departamentos que ainda não possuem Programa de Pós-Graduação, o treinamento acontece em nível de doutorado e de pós-doutorado.

O Simpósio de Integração Acadêmica (SIA) é um evento de divulgação de resultados de projetos de pesquisa, extensão e ensino, que abrange os três *Campi* da UFV, para que a comunidade acadêmica possa saber o que se desenvolve dentro da instituição, gerando novas parcerias e novos grupos de pesquisa. Ciente de que os resultados de pesquisa podem gerar produtos e soluções, os macroprocessos de Propriedade Intelectual e inovação e transferência de tecnologia e de Parcerias governamentais e empresariais foram definidos. Em 2017, observou-se um aumento no número de depósitos e pedidos de patentes. No quadro A.1.5.3 são apresentados os macroprocessos finalísticos da área de Pesquisa e Pós-Graduação.

Quadro A.1.5.2 ¯ Macroprocessos Finalísticos (Pesquisa e Pós-Graduação)

Macroprocesso Finalístico	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Processo Seletivo para ingresso nos programas de pós-graduação	Processo de definição e divulgação das formas de ingresso aos programas de pós-graduação da Instituição.	1. Elaboração de editais 2. Recebimento das inscrições. 3. Aplicação das provas do processo seletivo. 4. Número de ingressantes.	Graduados e Mestres	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Programas de pós-graduação Stricto sensu e cursos de especialização Lato sensu.	Coordenar e executar os Programas de Pós-Graduação da UFV	1.Número de Programas de mestrado e doutorado. 2.Número de cursos de especialização. 3. Estágio de docência. 4. Número de estudantes matriculados 5. Número de diplomados	Comunidade acadêmica e sociedade.	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação

Macroprocesso Finalístico	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão das bolsas de pós-graduação	Procedimentos relativas aos critérios e controle da oferta de bolsas de estudo na pós-graduação.	Número de bolsas de pós-graduação.	Estudantes de pós-graduação.	PPG
Monografias, teses e dissertações	Viabilizar a elaboração de monografias, teses e dissertações	Número de monografias, teses e dissertações.	Estudantes de pós-graduação.	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Avaliação dos Programas de Pós-Graduação	Buscar a excelência dos programas por meio de melhores conceitos na avaliação Capes.	1. Conceito Capes dos Programas 2. Manutenção do programa de fortalecimento de programas de pós-graduação (conceito 3 e 4) - FORTIS (em parceria com a Fapemig)	MEC Programas de Pós-graduação Sociedade em geral	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Pesquisa acadêmica	Estimular a produção científica da UFV, integrar a pesquisa com o ensino e buscar recursos junto a agências de fomento.	1. Número de Grupos de Pesquisa. 2. Número de publicações. 3. Número de citações das publicações científicas 4. Número de Projetos de Pesquisa. 5. Número de pesquisadores	Comunidade acadêmica.	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)	Estimular os discentes da graduação a participarem dos projetos de pesquisa desenvolvidas pela UFV, através da prática científica.	1. Número de bolsas de Iniciação Científica. 2. Número de estudantes envolvidos com a iniciação científica 3. Congresso e Seminários de Iniciação Científica.	Estudantes da graduação e docentes.	PPG Departamentos Coordenador de curso
Gestão Administrativa e Financeira do PROAP	Realizar a execução orçamentária e financeira da PROAP, de programas e projetos aprovados em editais.	1.Relatórios de acompanhamento e prestação de contas dos recursos orçamentários.	Capes Comunidade acadêmica	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação

Macroprocesso Finalístico	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Propriedade Intelectual e inovação e transferência de tecnologia	Disseminação da cultura de proteção à propriedade intelectual e transferência de tecnologia, com foco na inovação no âmbito da UFV	1. Número de Patentes registradas. 2. Termos de Sigilo e Confidencialidade nos laboratórios de pesquisa da Universidade. 3. Número de empresas incubadas e graduadas 4. Número de cursos e assessoria e consultorias empresariais	Comunidade acadêmica e sociedade.	PPG Departamentos Centev
Treinamento de docentes	Promover e viabilizar afastamento do docente para treinamento em nível de pós-graduação	1. Número de docentes afastados para treinamento em pós-graduação	Docentes	PPG PGP
Simpósio de Integração Acadêmica (SIA)	Realização anual do evento de integração das atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão e cultura com mostra dos trabalhos desenvolvidos.	1. Número de trabalhos apresentados 2. Número de estudantes participantes 3. Número de avaliadores	Comunidade acadêmica e sociedade	PPG PRE PEC CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH
Parcerias governamentais e empresariais	Estabelecer parcerias com agências de fomentos, e instituições governamentais e empresariais para captação de recursos para financiar a pesquisa.	1. Número de convênios firmados 2. Parcerias para melhoria da infraestrutura física e equipamentos para pesquisa.	Comunidade acadêmica e sociedade	PPG FUNARBE FINEP CNPQ FAPEMIG Fundação BB Empresas

Macroprocesso Finalístico	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão da comunicação da extensão e cultura	Registro e publicização das atividades de extensão e cultura por meio digital e do parque gráfico.	1. Produção de Material gráfico e digital. 2. Manutenção do Sistema Raex. 3. Produção de Relatórios e Catálogos. 4. Produção de Revistas 5. Produção de Boletins de extensão, informes técnicos e apostilas	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC EDT DGU Unidades da UFV Empresas e instituições externas
Produção e comercialização de títulos.	Apoiar a fortalecer as publicações nas áreas do ensino, pesquisa e extensão e outros gêneros literários.	1. Número de livros (lançados, reeditados, reimpressos). 2. Número de Títulos no formato digital. 3. Número de Doação de Publicações.	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC EDT DGU Unidades da UFV Empresas e instituições externas
Assessoria técnica, consultoria tecnológica e prestação de serviços	Desenvolver e estabelecer vínculos estratégicos da Universidade em parcerias com órgãos públicos e empresas na produção de trabalhos técnicos, sustentáveis e sociais à comunidade.	1. Número de parcerias firmadas 2. Número de projetos realizados 3. Número de participantes dos projetos 4. Número de atendimentos oferecidos 5. Número de cursos oferecidos	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC Divisão de Extensão Unidades da UFV Empresas e instituições externas

No âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura o macroprocesso finalístico Atividades de extensão foi definido para permitir o acompanhamento das atividades de extensão em geral. Na UFV todas as atividades de extensão devem ser lançadas no sistema RAEX (Relatório de Atividades de Extensão), através do qual podem ser gerados relatórios periódicos. Deste sistema também são extraídas as informações de interesse dos docentes quando da solicitação de promoção na carreira. Um problema que tem sido identificado é o não lançamento as atividades no momento correto. É o caso, por exemplo, de alguns docentes que deixam para lançar suas atividades em datas próximas ao período do vencimento do interstício (2 anos). As Pró-Reitorias de Planejamento e Orçamento e de Extensão e Cultura sempre fazer campanhas de divulgação para que toda atividade de extensão seja registrada antes de seu início. De uma maneira geral, em 2017, o número de atividades de extensão registradas foi similar ao de 2016.

Os demais macroprocessos finalísticos definidos para a área de Extensão e Cultura procuram mapear as diferentes áreas das atividades culturais, a saber: Produção e difusão cultural; Gestão de estágios; Gestão de eventos de extensão e cultura; Gestão da comunicação da extensão e cultura; Produção e comercialização de títulos; e Assessoria técnica, consultoria tecnológica e prestação de serviços. Em 2017 também não houve variação significativa do número de atividades registradas nestas áreas em relação ao ano anterior. O quadro A.1.5.3, mostrado a seguir, apresenta os macroprocessos finalísticos da área de Extensão e Cultura.

Quadro A.1.5.3 ¯ Macroprocessos Finalísticos (Extensão e Cultura)

Macroprocesso Finalístico	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Atividades de extensão.	Coordenar, estimular e compatibilizar as atividades extensionistas para a comunidade acadêmica e sociedade.	1. Cursos oferecidos. 2. Projetos desenvolvidos. 3. Programas desenvolvidos. 4. Workshops realizados. 5. Bolsas de extensão concedidas. 6. Número de participantes dos cursos de extensão	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC DEX DAC DEV
Produção e difusão cultural da UFV	Desenvolver, coordenar e difundir a política e a produção cultural da UFV para a comunidade acadêmica e sociedade.	1. Cursos oferecidos. 2. Manutenção de Acervos culturais . 3. Exposições culturais realizadas. 4. Número de visitas aos acervos culturais 5. Eventos culturais promovidos (teatro e música). 6. Programas e Projetos culturais desenvolvidos. 7. Bolsas de cultura concedidas.	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC DAC DEV
Gestão de estágios	Promover e apoiar a realização de estágios internos e externo à Instituição.	1. Número de estágios internos registrados. 2. Número de Estágios externos registrados.	Estudantes, Unidades da UFV e empresas.	PEC DEX Empresas e instituições externas

Macroprocesso Finalístico	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de eventos de extensão e cultura	Promover e apoiar a realização de eventos de extensão e cultura da Instituição.	1. Registro das atividades 2. Análise das propostas dos eventos 3. Controle dos espaços e infraestrutura para realização dos eventos. 4. Parcerias e contratações de eventos e artistas	Comunidade acadêmica e sociedade	PEC DEX DAC DEV DEC PAD
Gestão da comunicação da extensão e cultura	Registro e publicização das atividades de extensão e cultura por meio digital e do parque gráfico.	1. Produção de Material gráfico e digital. 2. Manutenção do Sistema Raex. 3. Produção de Relatórios e Catálogos. 4. Produção de Revistas 5. Produção de Boletins de extensão, informes técnicos e apostilas	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC DEX EDT DGU Unidades da UFV Empresas e instituições externas
Produção e comercialização de títulos.	Apoiar a fortalecer as publicações nas áreas do ensino, pesquisa e extensão e outros gêneros literários.	1. Número de livros (lançados, reeditados, reimpressos). 2. Número de Títulos no formato digital. 3. Número de Doação de Publicações.	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC EDT DGU Unidades da UFV Empresas e instituições externas
Assessoria técnica, consultoria tecnológica e prestação de serviços	Desenvolver e estabelecer vínculos estratégicos da Universidade em parcerias com órgãos públicos e empresas na produção de trabalhos técnicos, sustentáveis e sociais à comunidade.	1. Número de parcerias firmadas 2. Número de projetos realizados 3. Número de participantes dos projetos 4. Número de atendimentos oferecidos 5. Número de cursos oferecidos	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC DEX Empresas e instituições externas

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Este item tem por objetivo descrever o planejamento organizacional UJ e seu desempenho orçamentário e operacional. Para isto, o texto está organizado em 5 subitens: Planejamento organizacional; Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos; Desempenho Orçamentário; Desempenho operacional, e; Informações sobre projetos financiados com recursos externos.

2.1. Planejamento organizacional

Para cumprir sua missão, a UFV tem Objetivos Institucionais estabelecidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2017, aprovados, inicialmente, no contexto do Plano de Gestão 2009-2012, na 372ª reunião do Conselho Universitário, ocorrida em 2 de dezembro de 2010. Os Objetivos Institucionais representam as diretrizes estratégicas pretendidas para a Instituição e apresentam correlação com os Programas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA).

O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no Artigo 165 da Constituição Federal de 1988. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da República.

A elaboração do PPA é coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ocorre no primeiro ano da gestão do Presidente da República. Sua vigência é de 4 anos, cobrindo, assim, o primeiro da gestão seguinte, com vistas à continuidade das ações públicas. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade.

O PPA é estruturado em Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O Programa Temático se desdobra em Objetivos e Iniciativas, a fim de orientar a agenda de governo pelos temas de políticas públicas, constituindo o Plano de Governo, nos níveis estratégico e tático. No nível operacional, a Ação é uma categoria exclusiva do Orçamento, estabelecendo uma relação de complementaridade entre os instrumentos (Planejamento e Orçamento), sem prejuízo à integração.

No Programa Temático, o Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território. A Iniciativa declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras ações institucionais e normativas, bem como da pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas.

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas Iniciativas.

O PPA juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são leis instituídas pela Constituição Federal, Art. 165. A LDO, que deve ser compatível com o PPA, estabelece, entre outros, o conjunto de metas e prioridades da Administração Pública Federal e orienta a elaboração da LOA para o ano seguinte. A LOA contempla os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais. O seu vínculo com o PPA se dá por meio dos Programas e das Iniciativas do Plano que estão associadas às Ações constantes da LOA. Deve haver,

portanto, uma compatibilidade entre o PPA, a LDO e a LOA.

Aplicam-se à UFV, conforme Quadro A.2.1.1, os seguintes Programas Temáticos: Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica; e Educação Superior ¯ Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, aplicam-se, também, os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e os Programas de Operações Especiais. Esse último não integra o PPA 2016¯ 2019 e refere-se a despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Exemplos desse tipo de despesa são o pagamento de dívidas, ressarcimentos, sentenças judiciais, transferências, indenizações, financiamentos e contribuições a entidades. Contudo, apesar de não fazerem parte do PPA, os Programas de Operações Especiais são parte integrante da Lei Orçamentária Anual ¯ LOA.

2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

A UFV tem se mostrado alinhada ao cumprimento dos objetivos governamentais nos Programas Temáticos da Educação de Qualidade para Todos, na medida em que tem pautado suas ações para possibilitar a ampliação do acesso à educação básica e superior com condições de permanência e equidade, voltada para a redução da evasão, e com foco na qualidade acadêmica e na qualificação de recursos humanos.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFV/2012-2017), são firmados os Objetivos Institucionais que, em seu conjunto, buscam atender aos Programas Temáticos do governo para a Educação de Qualidade para Todos.

Os objetivos institucionais do exercício, bem como suas metas estratégicas relacionadas, são os definidos para o PDI/UFV/2012-2017. Tais Objetivos e metas são os listados a seguir:

Objetivo 1: Consolidar e aprimorar o modelo de gestão da universidade multi*Campi*. Coordenação: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Estabelecer modelo de gestão administrativa e acadêmica dos *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba integradas ao *Campus*-sede.						
Implementar metodologia de rateio orçamentário para os *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba.						
Instituir Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental para os *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba.						

Objetivo 2: Ampliar a produção científica, intelectual e cultural. Coordenação: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Aumentar em 25% a publicação científica em periódicos indexados em bases de dados internacionais.	900	930	950	990	1.100	1.125
Aumentar o número médio de citações das publicações científicas.	2,4	2,8	3,0	3,5	3,8	4,0
Implantar rede de comunicação/divulgação científica e cultural, utilizando redes sociais, páginas *web* e circuito interno.						
Promover a inserção e a visibilidade nacional e internacional dos programas de pós-graduação.						

Objetivo 3: Aprimorar a comunicação entre a universidade e a sociedade, com o apoio de veículos de mídias e suportes digitais. Coordenação: Coordenadoria de Comunicação Social						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Elaborar e implantar o Plano de Comunicação da UFV.						
Migrar, gradativamente, o sistema de rádio e televisão, de analógico para digital.						
Modernizar os sistemas de informática e telecomunicação para atendimento das mídias institucionais.						
Aprimorar a produção e a socialização da informação institucional da UFV nos cenários regional, estadual, nacional e internacional.						

Objetivo 4: Aprimorar o Projeto Pedagógico Institucional e os projetos pedagógicos de cursos de graduação. Coordenação: Pró-Reitoria de Ensino						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Elaborar o Projeto Pedagógico Institucional ¯ PPI 2012/2017.						
Garantir a atualização de 100% dos projetos pedagógicos dos cursos da UFV.	60%	70%	80%	85%	90%	100%
Adequar os procedimentos acadêmicos para ampliar a mobilidade estudantil.						
Desenvolver sistema de acompanhamento dos egressos da UFV.						
Estabelecer procedimentos amplos, contínuos e dinâmicos de avaliação de cursos e de disciplinas de graduação da UFV.						

Objetivo 5: Consolidar e aperfeiçoar os cursos de graduação e de nível médio, observando as políticas de expansão da Instituição. Coordenação: Pró-Reitoria de Ensino						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Aumentar a taxa de diplomação da graduação em 10%.	81%	83%	85%	87%	89%	90%
Reformular e aperfeiçoar o Programa de Tutoria em disciplinas das Ciências Básicas.						
Reformular e aperfeiçoar, sob coordenação da CPPD, o modelo de avaliação do desempenho docente.						
Ampliar e melhorar os espaços físicos de salas de aula e laboratórios, bibliotecas centrais e criar ambientes específicos para estudo.						
Avaliar permanentemente os processos de seleção e acesso e implementar política de divulgação dos cursos de graduação e de nível médio.						

Objetivo 6: Aprimorar políticas de intercâmbio acadêmico com instituições nacionais e internacionais. Coordenação: Diretoria de Relações Internacionais						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Projetar sistema para registrar e divulgar todas as atividades da UFV relacionadas ao intercâmbio acadêmico com instituições internacionais.						
Aumentar de 0,7% para 3%, ao ano, o número de discentes da UFV que participam de algum programa de treinamento no exterior.	0,7%	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
Aumentar de 100 para 400 o número de discentes e visitantes estrangeiros que participam de alguma atividade de ensino, pesquisa ou extensão na UFV.	100	150	200	250	300	400

Objetivo 7: Estabelecer e consolidar programas voltados para melhoria do ensino, aprimorando as políticas de formação. Coordenação: Pró-Reitoria de Ensino						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Propiciar treinamentos em práticas didático-pedagógica aos docentes.						
Aumentar o número de projetos de ensino.	18	28	38	48	58	72
Fomentar as iniciativas e experiências didáticas e metodológicas.						
Estabelecer políticas de integração entre a graduação e a pós-graduação.						
Estabelecer políticas de integração entre as Licenciaturas e as escolas de Educação Básica.						
Propiciar estrutura física e equipamentos para melhoria na aprendizagem dos estudantes portadores de necessidades especiais.						

Objetivo 8: Fortalecer a política institucional de apoio à criação, consolidação e expansão da pós-graduação, *stricto sensu* e *lato sensu*. Coordenação: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Aumentar em 10% o número de programas de pós-graduação com conceito 4 e 5.	21	21	21	23	23	23
Aumentar em 25% o número de programas de pós-graduação de excelência (conceitos 6 e 7).	8	8	8	10	10	10
Aumentar em 10% o número de programas de pós-graduação *stricto sensu*.	36	37	37	38	39	40
Aumentar em 50% o número de programas de mestrado profissional.	4	4	5	5	5	6
Aumentar em 100% o número de cursos de pós-graduação *lato sensu*	15	18	21	25	28	30

Objetivo 9: Ampliar o acesso aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFV por meio da educação a distância. Coordenação: Coordenadoria de Educação Aberta a Distância						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Intensificar a divulgação na comunidade universitária da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação na educação.						
Ampliar para 150 o número de disciplinas de graduação e de pós-graduação que utilizam novas tecnologias de informação e comunicação.	50	60	75	95	120	150
Consolidar e ampliar para cinco a oferta de licenciaturas na modalidade a distância.	2	3	3	4	4	5
Ampliar para 12 a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância.	2	4	6	8	10	12
Ampliar para 30 o número de cursos de capacitação profissional na modalidade a distância.	5	10	15	20	25	30
Ampliar para seis o número de portais para públicos específicos.	1	2	3	4	5	6
Instituir o Núcleo de Estudos em Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (nTICs) na educação.						

Objetivo 10: Fortalecer a política institucional de pesquisa. Coordenação: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Atualizar a política de pesquisa na UFV.						
Aumentar em 25% o número de discentes envolvidos com a iniciação científica.	650	680	710	740	780	815
Incrementar a capacidade da infraestrutura para auxílio na elaboração de projetos de pesquisa.						
Ampliar em 50% do número de institutos nacionais de ciência e tecnologia (ou equivalentes).	2	2	2	3	3	3
Aumentar em 25% o número de pesquisadores participando em redes formalmente estabelecidas por agências de fomentos ou equivalentes.	25	26	27	28	30	32
Consolidar os grupos de pesquisa registrados no CNPq e aumentar seu número em 20%.	280	285	290	295	300	310
Aumentar em 50% o número de participantes no Simpósio de Integração Acadêmica (SIA).	4.000	4.400	4.800	5.200	5.600	6.000
Aumentar em 50% o número de trabalhos apresentados no SIA.	2.350	2.530	2.710	2.890	3.070	3.250
Consolidar e apoiar os laboratórios de pesquisa multiusuários e fomentar pesquisas em áreas de interesse institucional.						

Objetivo 11: Consolidar políticas institucionais de biossegurança, de inovação e de proteção da propriedade intelectual. Coordenação: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Elaborar e implantar a política de inovação.						
Implantar sistema de gestão de propriedade intelectual.						
Consolidar a Comissão Interna de Biossegurança e implantar sistema de registro e acompanhamento de projetos que demandem certificados de biossegurança.						
Consolidar o programa de *spin-off*, empresas de base tecnológica de origem acadêmica.						
Consolidar o programa de instalação do Parque Tecnológico de Viçosa (tecnoPARQ).						
Instalar o Centro Tecnológico de Biossegurança e Quarentena Vegetal ¯ CTBQV.						

Objetivo 12: Aprimorar a política de extensão da UFV, em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária. Coordenação: Pró-Reitoria de Extensão						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Aumentar em 30% a participação da comunidade universitária nas atividades de extensão.						
Consolidar dois Programas Institucionais de Extensão voltados para o desenvolvimento regional.						
Estabelecer e consolidar mecanismos de registro, avaliação e monitoramento da extensão universitária.						
Inserir a extensão universitária nos projetos pedagógicos de cursos de graduação e de pós-graduação.						

Objetivo 13: Aprimorar a política de saúde, cultural, esportiva e de lazer da UFV e ampliar a política de gestão social voltada para a qualidade de vida da comunidade. Coordenação: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Aumentar em 30% o número de programas, projetos e eventos culturais e esportivos.						
Aprimorar a política institucional para cultura e esporte da UFV.						
Ampliar e priorizar a infraestrutura para eventos culturais e esportivos.						
Estabelecer mecanismos de identificação e valorização do talento artístico e esportivo da comunidade universitária.						
Aprovar a política de Assistência Comunitária para a UFV.						
Ampliar, em no mínimo 15%, a capacidade de atendimento da Divisão de Saúde, Divisão Psicossocial e serviço correspondente no *Campus* UFV-Florestal.						
Implantar infraestrutura para a promoção e incentivo da prática de atividades físicas e culturais do *Campus* UFV-Rio Paranaíba.						
Ampliar a infraestrutura para promoção e incentivo da prática de atividades físicas, de esporte e de lazer nos *Campi* UFV-Viçosa e UFV-Florestal.						
Implementar, em parceria com o AGROS, estrutura para atendimento na área da saúde para o *Campus* UFV-Rio Paranaíba.						

Objetivo 14: Ampliar o plano de assistência estudantil visando à formação qualificada e à redução das desigualdades, da retenção e da evasão escolar. Coordenação: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Adequar e ampliar a capacidade de atendimento nos restaurantes universitários dos *Campi* da UFV.						
Atender 100% dos estudantes de graduação em maior vulnerabilidade socioeconômica comprovada, com serviços e, ou, bolsas custeadas com recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.						
Adequar as condições da estrutura física dos alojamentos dos *Campi* da UFV.						

Objetivo 15: Aprimorar a política de gestão integrada e desenvolvimento de pessoas. Coordenação: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Realizar Censo Institucional para aprimorar a Política de Gestão de Pessoas.						
Ampliar a promoção de políticas voltadas para o controle e desenvolvimento de pessoal, a qualidade de vida e segurança do trabalho, bem como para a prevenção de doenças ocupacionais.						
Ampliar para 85% o número de servidores atendidos por programa de capacitação e treinamento, oferecidos pela Instituição ou por meio de convênios.	60%	65%	70%	75%	85%	85%
Implementar modelo de alocação de vagas de servidores técnico-administrativo e de docentes.						
Implementar instrumento de dimensionamento e controle da utilização de serviços administrativos e mão de obra terceirizada.						
Elaborar novo modelo de avaliação de desempenho para servidores técnico-administrativos						
Instituir Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Insalubridade e Periculosidade para os *Campi* UFV-Viçosa, UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba.						

Objetivo 16: Promover a expansão das áreas físicas do sistema didático-científico e comunitário. Coordenação: Pró-Reitoria de Administração						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Ampliar as áreas físicas do sistema didático-científico dos *Campi* da UFV.	17.000m^2	20.000m^2	12.000m^2	17.000m^2	14.000m^2	16.000m^2
Construir o Centro de Convenções do *Campus* UFV-Viçosa.		Projeto	Construção (20.000 m^2)		-	-
Readequar e ampliar as estruturas físicas dos Restaurantes Universitários dos *Campi* da UFV.	2.000m²	2.000m²	2.000m²	1.000m²	1.000m²	1.000m²
Ampliar as áreas físicas das unidades administrativas, de almoxarifados e oficinas de manutenção do *Campus* UFV-Viçosa.	3.000m^2	2.000m^2	8.000m^2	2.000m^2	-	-
Readequar e ampliar as áreas físicas destinadas às atividades de esporte e lazer dos *Campi* da UFV.	5.000m^2	3.000m^2	7.000m^2	2.000m^2	2.000m²	2.000m²

Objetivo 17: Prover continuamente a manutenção de edificações e de equipamentos, e melhores condições de uso do solo, considerando os aspectos de responsabilidade socioambiental e de segurança patrimonial e comunitária. Coordenação: Pró-Reitoria de Administração						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Readequar e, ou, reformar as instalações físicas do sistema didático-científico dos *Campi* da UFV.	5.000m^2	5.000m^2	5.000m^2	5.000m^2	3.000m^2	3.000m^2
Readequar e, ou, reformar as instalações físicas de moradia estudantil dos *Campi* da UFV.	4.000m^2	2.000m^2	2.000m^2	2.000m^2	2.000m^2	2.000m^2
Adaptar e, ou, reformar as instalações físicas destinadas às entidades de representação estudantil e empresas juniores dos *Campi* da UFV.	1.500m^2	-	-	-	-	-
Adequar as instalações físicas da UFV para garantir acessibilidade aos portadores de necessidades físicas.	5 edifícios	5 edifícios	5 edifícios	5 edifícios	5 edifícios	5 edifícios
Implantar sistema integrado de vigilância eletrônica nos *Campi* da UFV.	UFV-Viçosa	3 *Campi* da UFV	3 *Campi* da UFV	3 *Campi* da UFV	-	-
Implantar sistema eletrônico de controle de acesso nos edifícios dos *Campi* da UFV.	2 edifícios	5 edifícios	5 edifícios	5 edifícios	-	-

Objetivo 18: Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos *Campi* da UFV. Coordenação: Diretoria de Tecnologia de Informação						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação ¯ PDTI em consonância com os objetivos institucionais.						
Disponibilizar a 95% dos usuários da UFV o acesso à UFVNet e seus recursos computacionais.	70%	75%	80%	85%	90%	95%
Atender, sob a coordenação da DTI, 90% das demandas de desenvolvimento de ferramentas informatizadas para as áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração dos três *Campi.*	70%	75%	80%	80%	85%	90%
Consolidar a infraestrutura de *data center* da DTI para abrigar os serviços informatizados da UFV, tais como banco de dados, sistemas acadêmicos e administrativos, correio eletrônico, segurança, sítios, entre outros.						
Consolidar e estimular a política de uso de *softwares* livres.						

Objetivo 19: Aprimorar os sistemas viário, de água, de esgoto, de energia e de resíduos nos *Campi* da UFV. Coordenação: Pró-Reitoria de Administração						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Aprimorar política de gestão de recursos hídricos e energéticos para os *Campi* da UFV.	Projeto		Implantação		-	-
Ampliar e melhorar a infraestrutura do sistema viário dos *Campi* da UFV.	UFV-Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba			UFV-Rio Paranaíba		
Implantar projetos de melhoria das condições de mobilidade, acessibilidade e trânsito nos *Campi* da UFV.	UFV-Viçosa (Projeto)	UFV-Viçosa (Implan-tação)	UFV-Florestal e Rio Paranaíba		-	-
Implantar plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em todas as 37 Unidades Geradoras (UG) do *Campus* UFV-Viçosa.	2 UG	10 UG	10 UG	15 UG	-	-
Aprimorar e ampliar o sistema de gestão dos resíduos sólidos químicos, biológicos e tóxicos.						

Implantar unidade de reciclagem de resíduos de construção civil no *Campus* UFV-Viçosa.	-	-	Projeto	Implan-tação	-	-

Objetivo 20: Consolidar os processos de planejamento e avaliação como instrumentos de tomada de decisão. Coordenação: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Atingir 40% de participação da comunidade universitária no processo de autoavaliação institucional.	18%	18%	25%	25%	40%	40%
Sistematizar o acompanhamento de indicadores e resultados das avaliações internas e externas.						
Divulgar os resultados da Autoavaliação Institucional, visando sua integração às ações de planejamento da UFV, até quatro meses após encerramento da consulta.						
Submeter o Plano de Gestão ao Conselho Universitário, até doze meses após a posse do Reitor.						
Promover a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional¯PDI, a cada dois anos.						

Objetivo 21: Aprimorar a eficiência administrativa, organizacional, financeira e econômica da UFV, por meio da otimização de recursos e dos processos de aquisição, distribuição, aplicação e controle de bens e serviços. Coordenação: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento						
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Efetivar 95% das solicitações de compra de bens e serviços.	80%	85%	85%	90%	90%	95%
Implementar procedimentos digitalizados nos processos de compras.						
Implantar modelo de planejamento orçamentário-financeiro integrado, em substituição ao Sistema Integrado de Materiais - SIM.						
Aprovar nova estrutura organizacional da UFV.						
Aprimorar os mecanismos de coleta de dados institucionais para alimentar relatórios para órgãos internos e externos.						
Implementar mecanismos de acompanhamento da captação de recursos na UFV.						

2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

A avaliação institucional, no contexto da educação superior, é um processo permanente que tem como principal objetivo assegurar a continuidade das atividades acadêmico-administrativas, considerando-se a análise dos aspectos avaliados, com vistas à excelência do ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Nesse sentido, na avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2017 da Universidade Federal de Viçosa, buscou-se demonstrar a relação entre empenho e desempenho e promover reflexões sobre os resultados alcançados. Esse processo de controle e avaliação do planejamento estratégico proporciona o acompanhamento do desenvolvimento institucional pela comparação das situações previstas e as efetivamente ocorridas na conquista dos objetivos.

O processo de avaliação do PDI 2012-2017 ocorreu em duas etapas: uma parcial, em 2014, referente a 2012 e 2013; e uma integral, no período de março a setembro de 2017, que envolveu a participação dos coordenadores dos 21 Objetivos Institucionais e membros de suas equipes, Diretores dos Centros de Ciências, Diretores e servidores técnico-administrativos dos *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba, além de membros da comissão de elaboração do PDI 2018-2023.

Diversas reuniões foram realizadas, com apresentações e debates sobre os resultados das metas que compõem os Objetivos Institucionais, aos quais se vinculam os Planos de Gestão dos diversos órgãos da UFV, com suas respectivas metas e ações.

Nos quadros constantes da avaliação apresentada a seguir, encontra-se a descrição dos Objetivos Institucionais e das metas estratégicas, com os percentuais totais alcançados no período de vigência do PDI. Em alguns casos, constam também os valores parciais de alcance das metas, ano a ano. Em seguida, destacam-se os principais sucessos obtidos e desafios encontrados.

A título de comparação entre o que foi planejado e alcançado, no Anexo I podem ser encontrados os quadros com o planejamento do período de 2012 a 2017.

Objetivo 1: Consolidar e aprimorar o modelo de gestão da universidade multi*Campi*. Coordenação: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	
Metas	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Estabelecer modelo de gestão administrativa e acadêmica dos *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba integradas ao *Campus*-sede.	60
2. Implementar metodologia de rateio orçamentário para os *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba.	50
3. Instituir Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental para os *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba.	10

Meta 1 - Estabelecer modelo de gestão administrativa e acadêmica dos *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba integradas ao *Campus*-sede.

O modelo de gestão administrativa multi*Campi* foi estabelecido. Para isso, foram realizadas as seguintes ações: criação do Conselho Acadêmico-Administrativo dos *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba; submissão ao MEC de proposta de atualização do Estatuto e do Regimento Geral da UFV; definição do modelo de gestão financeira para o CRP, a exemplo do CAF - *Campi* esses que passaram a ter autonomia para homologar licitações no valor de até R$ 150.000,00.

Meta 2 - Implementar metodologia de rateio orçamentário para os *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba.

O modelo de rateio orçamentário foi criado e apresentado aos *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba, assim como o estabelecimento de cotas orçamentárias. A implementação ocorreu de fato no *Campus* UFV-Rio Paranaíba.

Meta 3 - Instituir Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental para os *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba.

Foi criada a comissão para revisão do Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA) da Universidade Federal de Viçosa.

Objetivo 2: Ampliar a produção científica, intelectual e cultural. Coordenação: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação							
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Percentual alcançado em relação à meta**
1. Aumentar em 25% a publicação científica em periódicos indexados em bases de dados internacionais.	18,3	26,5	29,4	40,5	41,6		166
2. Aumentar o número médio de citações das publicações científicas.	1,94	1,99	2,16	2,4	2,7		100
3. Implantar rede de comunicação/ divulgação científica e cultural, utilizando redes sociais, páginas *web* e circuito interno.	20	30	50				50
4. Promover a inserção e a visibilidade nacional e internacional dos programas de pós-graduação.	20	40					40

Meta 1 - Aumentar em 25% a publicação científica em periódicos indexados em bases de dados internacionais.

No período de 2012 a 2014, a UFV arcou com 50% dos custos de publicação de artigos científicos classificados como Qualis B1, A2 e A1. Em 2014 e 2015, essas despesas foram custeadas com recursos da Capes/Proex e Proap. Houve também apoio para revisão e tradução de artigos para o inglês. Essas ações, em conjunto com a divulgação da importância da publicação indexada para a visibilidade e credibilidade da publicação científica da UFV, resultaram em 41,6% de aumento no número de publicações indexadas em 2016, em relação a 2011. Portanto, a meta prevista de 25%, foi alcançada e superada. Foram calculados os percentuais de aumento para o período de 2012 a 2016, e o resultado foi de aproximadamente 41%.

O desafio é garantir a manutenção de recursos financeiros para a revisão, tradução e publicação de artigos científicos indexados em bases de dados internacionais, uma vez que as ações realizadas foram efetivas para o alcance da meta proposta. É necessário ainda definir, de forma clara e precisa, a fonte de dados de publicações utilizada como base para os cálculos de projeção.

Meta 2 - Aumentar o número médio de citações das publicações científicas.

As ações realizadas para o alcance desta meta correspondem às ações para o aumento das publicações em periódicos indexados, pois as publicações nesses periódicos possuem mais visibilidade e credibilidade na comunidade científica. O número médio de citações das publicações científicas da UFV indexadas ao Web of Science, em 2011, foi de 1,8. Portanto, considerando-se o valor alcançado em 2016, o aumento foi de 50%.

O desafio para o alcance desta meta em sua totalidade são os mesmos descritos na meta anterior, ou seja, a manutenção de recursos financeiros e definição da fonte de dados utilizada como base para os cálculos de projeção.

Meta 3 - Implantar rede de comunicação/divulgação científica e cultural, utilizando redes sociais, páginas web e circuito interno.

Notícias são veiculadas periodicamente no site da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Além disso, foi criada uma página no *Facebook* para divulgação de notícias de interesse da pesquisa e pós-graduação da UFV. Para facilitar a divulgação da pesquisa da UFV no âmbito internacional, foi criado um vídeo institucional em inglês. Essas atividades são apoiadas pela Diretoria de Comunicação Institucional, antiga Coordenadoria de Comunicação Social. Em 2016, foi criado o Locus - Repositório Institucional da UFV, com o objetivo de organizar, preservar e disponibilizar online os dados de produção intelectual da Instituição.

É preciso aprimorar a divulgação das pesquisas e projetos desenvolvidos na UFV; incrementar e facilitar a coleta de informações por meio de plataformas desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação; disponibilizar essas informações aos setores administrativos da UFV e visitantes; utilizá-las em palestras da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; desenvolver a

divulgação interna; e manter a periodicidade de divulgação nas redes sociais e implantar o Portal de Periódicos da UFV.

Meta 4 - Promover a inserção e a visibilidade nacional e internacional dos programas de pós-graduação.

As páginas dos programas de pós-graduação da Universidade foram traduzidas para o inglês, com apoio da Diretoria de Relações Internacionais e foram elaborados fôlderes de propaganda da pós-graduação na UFV. Esses fôlderes foram distribuídos a visitantes estrangeiros e em viagens ao exterior. Em 2016, a UFV foi selecionada no edital Brics-Network University da Capes, na área de Energia. Surge, assim, uma nova oportunidade de visibilidade internacional de alguns programas que se uniram para participar desse edital, como: Fitotecnia, Engenharia Agrícola e Ciência Florestal. Em 2017, será preparada a Apresentação da Proposta de Curso Novo (APCN) para submissão e efetivação do primeiro programa internacional de pós-graduação em Energia Renovável.

A UFV necessita melhorar a visibilidade dos seus programas de pós-graduação e das pesquisas desenvolvidas, bem como dos resultados e das parcerias estabelecidas; internacionalizar os programas de pós-graduação, envolvendo propostas de capacitação dos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos; oferecer melhor atendimento e recepção a visitantes estrangeiros; e desenvolver parcerias internacionais. Essas ações fazem parte de um plano que será submetido à Capes, no contexto do Programa Mais Ciência Mais Desenvolvimento (MCMD).

Objetivo 3: Aprimorar a comunicação entre a universidade e a sociedade, com o apoio de veículos de mídias e suportes digitais. Coordenação: Diretoria de Comunicação Institucional	
Metas	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Elaborar e implantar o Plano de Comunicação da UFV.	0
2. Migrar, gradativamente, o sistema de rádio e televisão, de analógico para digital.	30
3. Modernizar os sistemas de informática e telecomunicação para atendimento das mídias institucionais.	20
4. Aprimorar a produção e a socialização da informação institucional da UFV nos cenários regional, estadual, nacional e internacional.	70

Meta 1 - Elaborar e implantar o Plano de Comunicação da UFV.

Essa meta não foi cumprida, mas evidenciou a necessidade de aprimoramento estratégico da área de comunicação. Por isso, em 2013, foi elaborado o Dialorg ¯ Programa Institucional de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Comunicação Organizacional da UFV. Esse programa, em 2015, resultou na minuta da Política de Comunicação Institucional e na aprovação do Regimento Interno da Diretoria de Comunicação Institucional, pelo Conselho Universitário, em março de 2017 (Resolução 03/2017/Consu). Em 2016, houve o aprimoramento do documento da Política de Comunicação Institucional com a definição das diretrizes, dos objetivos e das áreas estratégicas de Planejamento da Comunicação Institucional.

Mesmo com os avanços já alcançados, a elaboração do primeiro Plano de Comunicação Institucional e a conscientização da comunidade universitária sobre a Política de Comunicação Institucional ainda são desafios.

Meta 2 - Migrar, gradativamente, o sistema de rádio e televisão, de analógico para digital.

No período de 2012 a 2017, foram adquiridos alguns equipamentos para a captura digital das imagens em estúdio, como câmeras e mesas de corte de imagem. Contudo, essa meta não foi atingida em sua totalidade devido ao alto custo para a aquisição dos equipamentos digitais. Cabe ainda ressaltar que, devido à reestruturação da área de comunicação, essa meta não mais fará parte desse objetivo, uma vez que a Rádio e a Televisão estão sob a responsabilidade da Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa (Fratevi), que se tornou responsável por finalizar esse processo de digitalização.

Meta 3 - Modernizar os sistemas de informática e telecomunicação para atendimento das mídias institucionais.

Esta meta foi parcialmente atingida. Foram adquiridos computadores, que contribuíram para a produção e divulgação de notícias, além de celulares corporativos, que facilitaram a comunicação.

Meta 4 - Aprimorar a produção e a socialização da informação institucional da UFV nos cenários regional, estadual, nacional e internacional.

Essa meta sinaliza uma ação constante da atual DCI. Pode-se dizer que ela está capilarizada em diferentes frentes de atuação da Comunicação Institucional. Logo em 2012, houve a criação de uma página oficial da UFV no *Facebook*, com o intuito de aproximar as informações institucionais de um público diversificado e, principalmente, de seus alunos e ex-alunos. Em 2014 e 2015, foi produzido e veiculado o programa Destaque UFV, na Rádio Universitária, e em formato de vídeo para a TV Viçosa e internet, que evidenciava as ações da Universidade no ensino, na pesquisa e na extensão. Foram criados programas como Revista Viçosa, Viçosa Notícia e Na Área. Além disso, foram repaginados programas antigos, como Sala Especial, Estúdio Acústico e Zip-Zap.

Uma atividade frequente é a produção e publicação de matérias sobre a Universidade em suas principais mídias, como o Jornal da UFV (até 2016), a rádio e a TV Viçosa, e o site institucional. Também são produzidos vídeos institucionais para as mídias sociais, especialmente a partir de 2015. É realizada, ainda, a divulgação de releases para mídia local, regional e nacional sobre pesquisas, ações e eventos importantes da Universidade.

A DCI tem auxiliado no planejamento estratégico e na divulgação de campanhas institucionais, como redução do consumo hídrico e de eventos de grande visibilidade, como a Semana do Fazendeiro e a solenidade de comemoração dos 90 anos da Universidade. Em 2016, foi elaborada a campanha Respeite! com o intuito de divulgar a proibição do trote na UFV e promover a reflexão para um ambiente universitário mais harmônico. Foi lançado, em maio de 2017, o projeto Memória Viva, que consiste na realização de programas audiovisuais de entrevistas, buscando resgatar e preservar a memória da Instituição. Ainda em 2017 foi também lançada a versão em inglês do vídeo sobre os 90 anos da Instituição, a fim de atingir o público internacional. As reformas do estúdio e cenário da TV Viçosa e a aquisição de equipamentos contribuíram para a realização das ações acima mencionadas.

Um grande desafio da Universidade é sua projeção internacional. Para isso, novas estratégias precisam ser desenvolvidas, como a produção de materiais bilíngues, a disponibilização de versões do site institucional em outras línguas e a veiculação da marca da UFV em iniciativas internacionais.

Objetivo 4: Aprimorar o Projeto Pedagógico Institucional e os projetos pedagógicos de cursos de graduação. Coordenação: Pró-Reitoria de Ensino	
Metas	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Elaborar o Projeto Pedagógico Institucional - PPI 2012/2017.	80
2. Garantir a atualização de 100% dos projetos pedagógicos dos cursos da UFV.	80
3. Adequar os procedimentos acadêmicos para ampliar a mobilidade estudantil.	100
4. Desenvolver sistema de acompanhamento dos egressos da UFV.	50
5. Estabelecer procedimentos amplos, contínuos e dinâmicos de avaliação de cursos e de disciplinas de graduação da UFV.	80

Meta 1 - Elaborar o Projeto Pedagógico Institucional ¯ PPI 2012/2017.

Essa meta foi atendida quanto à aprovação das Diretrizes para os Cursos de Graduação da UFV pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Resolução 13/2016/Cepe). Este documento orienta o debate para elaboração dos novos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Meta 2 - Garantir a atualização de 100% dos projetos pedagógicos dos cursos da UFV.

Essa meta foi atingida majoritariamente. A aprovação das Diretrizes para os Cursos de Graduação orientou os debates nas comissões coordenadoras e nos colegiados acerca da atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Nesses debates, foi avaliada a oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação e discutidos os pré-requisitos, a carga horária e o número de disciplinas que compõem as matrizes curriculares dos cursos de graduação. Estima-se que, até o final de 2017, 80% dos cursos de graduação da UFV proponham novos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Vale ressaltar a complexidade que é a elaboração dos PPC, considerando a necessidade de participação dos departamentos e das coordenações de curso, o que torna esse processo um desafio para a Instituição.

Meta 3 - Adequar os procedimentos acadêmicos para ampliar a mobilidade estudantil.

Entende-se que essa meta foi plenamente atendida, com a aprovação das Resoluções 10/2016/CEPE e 03/2017/CEPE. A primeira regulamenta a política e estabelece procedimentos de mobilidade acadêmica para os estudantes dos cursos de graduação da UFV; a segunda aprova o regime didático para a graduação em 2017.

Meta 4 - Desenvolver sistema de acompanhamento dos egressos da UFV.

Considera-se que essa meta foi parcialmente atingida. Um passo inicial foi o aperfeiçoamento do banco de dados de egressos e o desenvolvimento de sistema para atualização das informações. Em 2017, pretende-se desenvolver campanha para acelerar o processo de atualização.

Permanece o desafio de manter atualizados os endereços dos egressos para contatos.

Meta 5 - Estabelecer procedimentos amplos, contínuos e dinâmicos de avaliação de cursos e de disciplinas de graduação da UFV.

Essa meta foi atingida majoritariamente. Nos anos de 2016 e 2017, intensificaram-se os esforços para aprimoramento dos processos de avaliação dos cursos de graduação e desenvolvimento de novos instrumentos. A partir de agosto de 2017, serão implementadas as ações que disponibilizarão às comissões coordenadoras dos cursos dados tabulados relacionados aos cursos na série histórica de 2012 a 2017, os quais embasarão as discussões de avaliação e serão testados novos instrumentos e procedimentos de avaliação.

Objetivo 5: Consolidar e aperfeiçoar os cursos de graduação e de nível médio, observando as políticas de expansão da Instituição. Coordenação: Pró-Reitoria de Ensino	
Metas	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Aumentar a taxa de diplomação da graduação em 10%.	0
2. Reformular e aperfeiçoar o Programa de Tutoria em disciplinas das Ciências Básicas.	100
3. Reformular e aperfeiçoar, sob coordenação da CPPD, o modelo de avaliação do desempenho docente.	100
4. Ampliar e melhorar os espaços físicos de salas de aula e laboratórios, bibliotecas centrais e criar ambientes específicos para estudo.	60
5. Avaliar permanentemente os processos de seleção e acesso e implementar política de divulgação dos cursos de graduação e de nível médio.	80

Meta 1 - Aumentar a taxa de diplomação da graduação em 10%.

Essa meta não foi atingida. Apesar de alguns cursos alcançarem índices de 84 a 97% de diplomação, outros apresentaram índices inferiores, chegando, em alguns casos, a 14%.

Algumas limitações foram encontradas na busca pelo alcance dessa meta. São elas: as especificidades dos cursos, bem como suas áreas de conhecimento; os turnos de funcionamento da Instituição; a composição social dos alunos e os efeitos advindos dos programas Reuni e Enem, dentre outros. Mesmo não sendo atingida, essa meta deu visibilidade à necessidade de, nos processos de avaliação dos cursos de graduação, gerar dados e análises sobre os casos de baixa diplomação e discutir programas específicos que possam ser desenvolvidos para assegurar um número maior de diplomados. Assim, com o conhecimento dos motivos da evasão, mudança de curso e desligamentos, serão propostas medidas para a elevação do índice de diplomação.

Meta 2 - Reformular e aperfeiçoar o Programa de Tutoria em disciplinas das Ciências Básicas.

Essa meta foi plenamente atendida. Foram implementados no âmbito desse programa dois novos projetos, cujos estudos e acompanhamento indicam a elevação dos índices de aprovação em disciplinas de Cálculo, devido à participação nesses projetos. O programa de tutoria, entretanto, está em permanente processo de aperfeiçoamento. Poderá contribuir para isso a seleção de tutores em quantidade suficiente e com o perfil desejado para participar do programa, além da mobilização de professores das disciplinas correlatas às sessões de estudo do programa de tutoria a se envolverem nas ações desse programa.

Meta 3 - Reformular e aperfeiçoar, sob coordenação da CPPD, o modelo de avaliação do desempenho docente.

Essa meta foi plenamente atendida com o novo Regimento de Admissão, Progressão, Promoção e Aperfeiçoamento do Pessoal Docente (RAPPAD), aprovado pelo Conselho Universitário (Resolução 15/2015/Consu).

Meta 4 - Ampliar e melhorar os espaços físicos de salas de aula e laboratórios, bibliotecas centrais e criar ambientes específicos para estudo.

Essa meta foi parcialmente atendida. Durante esse período, houve ampliação de espaços para estudo, com a inclusão de mais de 700 novos lugares, criação de laboratórios e criação e revitalização de salas de aula, com modernização de mobiliário e disponibilização de recursos audiovisuais.

A limitação dos recursos financeiros disponíveis foi o grande desafio enfrentado para atingir satisfatoriamente a meta com a ampliação do número de salas de aula e a modernização dos laboratórios.

Meta 5 - Avaliar permanentemente os processos de seleção e acesso e implementar política de divulgação dos cursos de graduação e de nível médio.

Essa meta foi majoritariamente atingida. São promovidos treinamentos para o pessoal responsável pela aplicação do Processo Seletivo do Coluni e atualizado o manual de procedimentos para o referido processo.

Os índices alcançados nos processos nacionais de avaliação de cursos foram importantes elementos de divulgação. Entretanto, deve-se implementar outros elementos e formas de divulgação. Estão sendo preparados materiais específicos para divulgação de alguns cursos, especialmente para os cursos de nível médio do *Campus* UFV-Florestal.

Objetivo 6: Aprimorar políticas de intercâmbio acadêmico com instituições nacionais e internacionais. Coordenação: Diretoria de Relações Internacionais							
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Percentual alcançado em relação à meta**
1. Projetar sistema para registrar e divulgar todas as atividades da UFV relacionadas ao intercâmbio acadêmico com instituições internacionais.				80%			80
2. Aumentar de 0,7% para 3%, ao ano, o número de discentes da UFV que participam de algum programa de treinamento no exterior.	2%	4%	6,3%	4,8%	1,5%	2%	50
3. Aumentar de 100 para 400 o número de discentes e visitantes estrangeiros que participam de alguma atividade de ensino, pesquisa ou extensão na UFV.	339	380	440	523	477		119

Meta 1 - Projetar sistema para registrar e divulgar todas as atividades da UFV relacionadas ao intercâmbio acadêmico com instituições internacionais.

Essa meta foi majoritariamente atingida em 2015, com 80% de alcance. Estava previsto o desenvolvimento completo do sistema em 2012, mas apenas em 2015 uma parte significativa da implementação foi disponibilizada para uso. Com o sistema desenvolvido, a UFV pode aferir, com certa precisão, os números relativos a intercâmbios, possibilitando melhor planejamento para os próximos anos.

O desafio é implementar, no sistema, funcionalidades mais avançadas para facilitar o trabalho dos usuários e incluir a possibilidade de registrar o número de pesquisadores estrangeiros visitantes.

Meta 2 - Aumentar de 0,7% para 3%, ao ano, o número de discentes da UFV que participam de algum programa de treinamento no exterior.

A UFV mostrou-se preparada para obter bons resultados, utilizando os recursos propiciados pelo Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), especialmente para financiamento de intercâmbio no exterior. Entre 2012 e 2015, o número de estudantes da UFV que realizaram intercâmbio no exterior foi superior às expectativas. Em 2016, após o encerramento do programa CsF, a UFV estava entre as 13 universidades brasileiras que mais utilizaram bolsas do programa, a segunda em Minas Gerais. Estava também entre as cinco universidades brasileiras com mais estudantes nos EUA, principal destino do programa CsF, e entre as cinco universidades com mais estudantes na Hungria.

O programa Ciência sem Fronteiras foi encerrado em 2015. Com isso, os recursos para intercâmbio no exterior foram drasticamente reduzidos, restringindo muito o número de estudantes brasileiros em intercâmbio. O desafio a partir de então é encontrar alternativas sustentáveis para oferecer oportunidades de intercâmbio aos estudantes da UFV.

Meta 3 - Aumentar de 100 para 400 o número de discentes e visitantes estrangeiros que participam de alguma atividade de ensino, pesquisa ou extensão na UFV.

O aumento quase constante do número de estrangeiros que participam de atividades na UFV é considerado um sucesso. Algumas ações que contribuíram para isso foram: fortalecimento dos cursos de português para estrangeiros; criação de programa em que estudantes voluntários da UFV recebem e auxiliam estrangeiros que chegam à Universidade; contatos com parceiros estrangeiros com a promoção de visitas de delegações estrangeiras na UFV e missões realizadas no exterior; desenvolvimento de programas específicos para recepção de estudantes estrangeiros; aumento do número de cotutelas e duplos diplomas e oferecimento das primeiras disciplinas regulares em inglês.

Os desafios são manter o aumento do número de estrangeiros na UFV, mesmo não contando com alguns dos estímulos de anos anteriores, como a intensa divulgação promovida pelo programa CsF e o notável crescimento da economia brasileira. Outro desafio é estimular a criação de programas

internacionais na pós-graduação e oferecer mais disciplinas regulares em inglês na graduação e pós-graduação.

Objetivo 7: Estabelecer e consolidar programas voltados para melhoria do ensino, aprimorando as políticas de formação. Coordenação: Pró-Reitoria de Ensino	
Metas	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Propiciar treinamentos em práticas didático-pedagógicas aos docentes.	60
2. Aumentar o número de projetos de ensino.	40
3. Fomentar as iniciativas e experiências didáticas e metodológicas.	100
4. Estabelecer políticas de integração entre a graduação e a pós-graduação.	50
5. Estabelecer políticas de integração entre as Licenciaturas e as escolas de Educação Básica.	80
6. Propiciar estrutura física e equipamentos para melhoria na aprendizagem dos estudantes portadores de necessidades especiais.	80

Meta 1 - Propiciar treinamentos em práticas didático-pedagógicas aos docentes.

Essa meta foi parcialmente alcançada. Por isso, o desafio é criar um programa voltado à formação continuada dos docentes, buscando abordar assuntos contextuais e de grande relevância para o papel formativo que a Universidade exerce, tais como: uso das tecnologias em sala de aula e fora dela; metodologias de ensino; trabalho em espaços não formais; inclusão dos estudantes, dentre outros.

Meta 2 - Aumentar o número de projetos de ensino.

O incremento do número de projetos de ensino apoiados se deu no período de 2012 a 2013, quando houve crescimento de 44%. Nos anos de 2014 e 2015, o número de projetos apoiados se manteve estável em 26 projetos anuais.

Nos anos de 2016 e 2017, houve uma queda de 22%, sendo 20 projetos ao ano apoiados financeiramente. A redução indicada ocorreu devido a restrições de ordem econômica. É necessário buscar parcerias para favorecer o aumento dos projetos de ensino, mesmo em meio às atuais restrições financeiras.

Meta 3 - Fomentar as iniciativas e experiências didáticas e metodológicas.

Essa meta foi plenamente alcançada. As ações que justificam o percentual alcançado são: aprovação das diretrizes para os cursos de graduação; adoção de novo modelo de programa analítico das disciplinas que fomentam a inovação no processo de ensino e aprendizagem, destacando a adaptação de materiais didáticos para os estudantes cegos e surdos; promoção do evento Primeiro Ano, que teve como tema a formação de estudantes por meio de projetos e metodologias ativas na formação em nível superior; fomento e implantação da disciplina Projeto, que envolve docentes e estudantes de diferentes áreas do conhecimento e trata-se de uma experiência didática inovadora, especialmente no *Campus* UFV-Viçosa.

No entanto, é importante sensibilizar a comunidade universitária quanto à necessidade de mudanças metodológicas e desenvolver programas mais atrativos de formação docente.

Meta 4 - Estabelecer políticas de integração entre a graduação e a pós-graduação.

A integração entre a graduação e a pós-graduação poderia ser fortalecida com: o retorno do oferecimento de disciplinas de nível duplo; a dinamização das ações dos estagiários de ensino e dos bolsistas de pós-graduação em favor do desenvolvimento dos cursos de graduação e de programas de apoio acadêmico-pedagógico aos estudantes; e a mobilização das coordenações dos programas de pós-graduação quanto aos projetos integradores da graduação e pós-graduação.

Meta 5 - Estabelecer políticas de integração entre as Licenciaturas e as escolas de Educação Básica.

Avalia-se que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid-UFV) possui elementos necessários para promover a integração proposta, no entanto, a meta foi apenas parcialmente atingida.

É preciso mobilizar os coordenadores de áreas do Pibid, bem como os coordenadores dos estágios das licenciaturas sobre a importância da existência de um projeto integrado, com foco na interdisciplinaridade. Para isso, tem sido implementadas ações para maior interação entre as grandes áreas do conhecimento (Ciências Humanas, da Natureza, Códigos e Linguagens) sendo a Matemática transversal a essas áreas.

Meta 6 - Propiciar estrutura física e equipamentos para melhoria na aprendizagem dos estudantes portadores de necessidades especiais.

A consolidação da Unidade de Políticas Inclusivas (UPI) tem possibilitado o atendimento a estudantes que apresentem algum tipo de necessidade educacional específica, deficiência ou transtorno que exija cuidados diferenciados.

Tornam-se grandes desafios a obtenção de recursos financeiros, espaço físico adequado e de pessoal para capacitar a Universidade no pleno atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais e o desenvolvimento de programas de apoio a docentes, a fim de capacitá-los para atender às demandas advindas da inclusão.

Objetivo 8: Fortalecer a política institucional de apoio à criação, consolidação e expansão da pós-graduação stricto sensu e lato sensu. Coordenação: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação							
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Percentual alcançado em relação à meta**
1. Aumentar em 10% o número de programas de pós-graduação com conceito 4 e 5.	21	26	26	26	26		238
2. Aumentar em 25% o número de programas de pós-graduação de excelência (conceitos 6 e 7).	8	11	11	11	11		150
3. Aumentar em 10 o número de programas de pós-graduação *stricto sensu*.	40	40	42	44	44	48	371
4. Aumentar em 50% o número de programas de mestrado profissional.	4	4	7	7	8	9	250
5. Aumentar em 100% o número de cursos de pós-graduação *lato sensu.*	14	13	15	15	5	3	-78

Meta 1 - Aumentar em 10% o número de programas de pós-graduação com conceito 4 e 5.

Houve aumento de 21% no número de programas com conceitos 4 e 5, após a avaliação do triênio 2010-2012 realizada pela Capes em 2013. Algumas ações contribuíram para o alcance dessa meta e, consequentemente, para a melhoria da qualidade dos programas de pós-graduação, como: financiamento de 50% dos custos das publicações de artigos em periódicos classificados nos níveis Qualis A1, A2 e B1; apoio às revisões e traduções de artigos para o inglês; apoio à captação de recursos para infraestrutura de pesquisa; e implementação do Fortis (Programa de Apoio aos Cursos 3 e 4 da UFV), em parceria com a Fapemig.

Destacam-se outras ações que podem contribuir para o aumento do número de cursos com conceitos 4 e 5: apoio à captação de recursos; incentivo à publicação de qualidade; investimento em infraestrutura; avaliação dos impactos da implementação do Fortis; e aperfeiçoar o Fortis em sua reedição, como ação prioritária para a consolidar os programas de pós-graduação da UFV.

Meta 2 - Aumentar em 25% o número de programas de pós-graduação de excelência (conceitos 6 e 7).

Houve aumento de 27,5% no número de programas com conceitos 6 e 7, após a avaliação do triênio 2010 - 2012 realizada pela Capes em 2013. Assim como na meta 1, algumas ações contribuíram para o alcance da meta 2 e para a melhoria da qualidade dos programas de pós-graduação, como: financiamento de 50% dos custos das publicações de artigos em periódicos classificados nos níveis Qualis A1, A2 e B1; apoio às revisões e traduções de artigos para o inglês; apoio à captação de recursos para infraestrutura de pesquisa; priorização de treinamento de docentes da UFV em instituições renomadas do exterior, visando garantir maior inserção internacional dos programas de excelência e aumentar o número de programas de pós-graduação com conceito 6 e 7.

Na última avaliação, quatro programas de pós-graduação elevaram seu nível, passando do conceito 5 para 6. A UFV conseguiu aumento de 8 para 11 programas de pós-graduação com conceito 6 ou 7. O desafio é garantir a manutenção da qualidade desses programas de excelência e contribuir para que os programas de conceito 5 atinjam o conceito 6. Para isso será preciso: dar continuidade às ações de melhoria da infraestrutura; apoiar os docentes na realização de treinamento em instituições de excelência no exterior; apoiar o intercâmbio de estudantes e professores; oferecer disciplinas em inglês e a titulação em regime de cotutela com instituições estrangeiras de alta qualidade; além de apoiar as publicações de qualidade.

Meta 3 - Aumentar em 10% o número de programas de pós-graduação stricto sensu.

Em 2011, a UFV oferecia 35 programas de pós-graduação stricto sensu. Em 2017, esse número aumentou para 48. As seguintes ações contribuíram para o alcance dessa meta: apoio na elaboração de Aplicações de Propostas de Cursos Novos (APCNs); recrutamento de pareceristas externos; visita de coordenadores da Capes; apoio na obtenção de documentos institucionais e na tramitação dos processos submetidos à Capes. Houve, também, a realização de projetos de pesquisa na Instituição que resultaram na melhoria da infraestrutura de pesquisa de grupos emergentes e no surgimento de novos programas de pós-graduação.

Mesmo com o sucesso obtido em relação à meta, pretende-se: promover a criação de programas internacionais, de modo a atender a nova proposta da Capes de internacionalização das IES, com o apoio do programa Mais Ciência Mais Desenvolvimento (MCMD); estimular e apoiar a criação de novos programas nas áreas de engenharias; incentivar a criação de novos programas nos *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba com o objetivo de motivar a permanência dos professores e o desenvolvimento sustentável de pesquisas naqueles *Campi*.

Meta 4 - Aumentar em 50% o número de programas de mestrado profissional.

Em 2011, a UFV oferecia 4 programas de mestrado profissional. Em 2017, a UFV conta com 9 programas em atividade. A maioria dos programas corresponde aos mestrados profissionais em rede. O apoio na confecção de novas propostas e na adesão da UFV aos programas em rede contribuíram para o alcance dessa meta. A UFV contribui, assim, para a formação de profissionais do ensino do país, considerando a importância do mestrado profissional para a formação de profissionais, principalmente da rede pública de ensino.

O desafio institucional é estabelecer ações para mapear empresas ou órgãos públicos e privados que demandem treinamento em nível de mestrado para o seu quadro de funcionários. Assim, será possível contribuir para a manutenção e criação da infraestrutura dos mestrados profissionais.

Meta 5 - Aumentar em 100% o número de cursos de pós-graduação lato sensu.

Houve uma redução de aproximadamente 78% no número de cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos. Essa queda deve-se, principalmente, à discussão judicial sobre a legalidade da cobrança de mensalidades pelas universidades públicas. Após decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à referida cobrança, o desafio será aplicar as políticas e resoluções já definidas pelos órgãos superiores da UFV para o oferecimento dos cursos de pós-graduação lato sensu. Outro desafio será oferecer cursos que atendam às demandas da sociedade e contribuam para a melhor qualificação do trabalhador brasileiro.

Objetivo 9: Ampliar o acesso aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFV por meio da educação a distância. Coordenação: Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância	
Metas	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Intensificar a divulgação na comunidade universitária da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação na educação.	70
2. Ampliar para 150 o número de disciplinas de graduação e de pós-graduação que utilizam novas tecnologias de informação e da comunicação.	80
3. Consolidar e ampliar para cinco a oferta de licenciaturas na modalidade a distância.	0
4. Ampliar para 12 a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância.	100
5. Ampliar para 30 o número de cursos de capacitação profissional na modalidade a distância.	50
6. Ampliar para seis o número de portais para públicos específicos.	60

Objetivo 9: Ampliar o acesso aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFV por meio da educação a distância. Coordenação: Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância	
7. Instituir o Núcleo de Estudos em Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (nTICs)s na educação.	10

Meta 1 - Intensificar a divulgação na comunidade universitária da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação na educação.

O edital das TICs possibilitou maior divulgação do uso dessas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem e fomentou a elaboração de material didático voltado para o ensino na graduação, envolvendo participantes de todos os Centros de Ciências da UFV, sob a coordenação da Cead. Para isso, foram realizadas algumas ações, como: desenvolvimento de site tutorial; elaboração e oferecimento de cursos para utilização do PVANet e oficinas para produção de material didático com TICs; elaboração e oferecimento de cursos de capacitação do uso das TICs na educação para públicos externo e interno.

Meta 2 - Ampliar para 150 o número de disciplinas de graduação e de pós-graduação que utilizam novas tecnologias de informação e da comunicação.

A Cead mantém o setor de apoio pedagógico e de desenvolvimento e manutenção do ambiente virtual de aprendizagem PVANet, que hospeda a maioria das disciplinas da UFV. Para isso, a Cead busca divulgar a utilização de TICs nas disciplinas oferecidas nos *Campi* UFV-Viçosa, UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba, apoiando os docentes na produção de material didático para disciplinas presenciais e semipresenciais; apoia o oferecimento de disciplinas semipresenciais e capacita novos grupos de professores para o uso das TICs.

Meta 3 - Consolidar e ampliar para cinco a oferta de licenciaturas na modalidade a distância.

Em relação a essa meta, não houve sucesso, pois apenas os cursos de licenciatura em História e Matemática foram selecionados a partir do edital 2010 da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e concluídos em 2016.

A razão principal do não cumprimento da meta diz respeito a não abertura de novos editais pela UAB. No entanto, algumas medidas serão tomadas no sentido de dar suporte à Pró-Reitoria de Ensino e aos departamentos na participação e desenvolvimento de licenciatura a distância, por iniciativa própria da UFV e/ou via edital da UAB/Capes, como: apoiar ações voltadas para o oferecimento das licenciaturas e dar suporte aos coordenadores no atendimento às demandas dos cursos, supervisionando convênios, acordos, parcerias e projetos.

Meta 4 - Ampliar para 12 a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância.

Entende-se que houve êxito nas ações propostas para atingir essa meta, resultando em aumento e interesse para a oferta de cursos nas mais diferentes áreas. Nesse sentido, a Cead busca divulgar técnicas de educação a distância, colaborar com coordenadores na elaboração de projeto de oferecimento do curso e apoiar docentes no desenvolvimento de material didático, bem como no oferecimento do curso.

Meta 5 - Ampliar para 30 o número de cursos de capacitação profissional na modalidade a distância.

Constata-se que essa meta não foi alcançada em sua totalidade. Portanto, a Cead intensificará a divulgação das TICS e das técnicas de EaD; a promoção de cursos de capacitação nos *Campi*; o apoio aos interessados na elaboração de cursos; a produção de material didático; e a divulgação e apoio ao oferecimento dos cursos.

Meta 6 - Ampliar para seis o número de portais para públicos específicos.

A Cead apoia a elaboração de projetos de criação e desenvolvimento de portais, com a definição de ferramentas a serem utilizadas bem como a manutenção desses portais. Em 2017, a UFV conta com os seguintes portais: Espaço do Produtor, Gestão Ambiental em Laticínio, Projeto Abelhas sem Ferrão e Programa de Bioprospecção e Uso Sustentável de Cursos Naturais da Serra do Brigadeiro (Biopesb). Com isso, tem-se ampliado a divulgação dos portais existentes destinados a públicos não atendidos nos programas tradicionais. Essa divulgação é realizada pela internet e em reuniões nos departamentos.

Meta 7 - Instituir o Núcleo de Estudos em Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (nTICs)s na educação.

A UFV iniciou discussões que resultaram em movimentos e ideias para a criação do Núcleo. Porém, ele não foi formalmente instituído. A partir de 2013, foram discutidas ações e projetos para o uso das TICs e a criação de material didático. Houve mobilização para estimular o desenvolvimento de metodologias inovadoras. Em 2015, ocorreu a Semana de divulgação das tecnologias no ensino, com a presença de docentes da Instituição, de outras instituições brasileiras, norte americanas e europeias. Em 2016, foram comemorados os 15 anos da Cead, com oferecimento de palestras, oficinas e lançamento de livro sobre novas tecnologias. Além disso, houve o lançamento do Programa de Docência e Capacitação Universitária (Produs), referente a metodologias inovadoras no ensino.

Objetivo 10: Fortalecer a política institucional de pesquisa. Coordenação: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação							
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Percentual alcançado em relação à meta**
1. Atualizar a política de pesquisa na UFV.	40%						40
2. Aumentar em 25% o número de discentes envolvidos com a iniciação científica.	707	707	707	707	697	697	28
3. Incrementar a capacidade da infraestrutura para auxílio na elaboração de projetos de pesquisa.	10%	30%	40%				40
4. Ampliar em 50% o número de institutos nacionais de ciência e tecnologia (ou equivalentes).	2	2	2	2	2	2	0
5. Aumentar em 25% o número de pesquisadores participando em redes formalmente estabelecidas por agências de fomentos ou equivalentes.							0
6. Consolidar os grupos de pesquisa registrados no CNPq e aumentar seu número em 20%.				380	411	374	225
7. Aumentar em 50% o número de participantes no Simpósio de Integração Acadêmica (SIA).	3.529	3.615	3.598	3.442	3.462		0
8. Aumentar em 50% o número de trabalhos apresentados no SIA.	1.663	1.594	1.655	1.671	1.745		0
9. Consolidar e apoiar os laboratórios de pesquisa multiusuários e fomentar pesquisas em áreas de interesse institucional.	10%	20%	30%	40%	50%	60%	60

Meta 1 - Atualizar a política de pesquisa na UFV.

Considera-se que 40% da meta foi atingida, com as seguintes ações: implementação e consolidação de laboratórios multiusuários; disponibilização de equipamentos multiusuários instalados nos laboratórios de pesquisa; e atualização das resoluções que regem a interação entre pesquisador e empresa, pelo Conselho Técnico de Pesquisa.

O desafio é continuar a atualização de tais resoluções, de modo a atender a Lei da Inovação (Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016) e estabelecer áreas prioritárias.

Meta 2 - Aumentar em 25% o número de discentes envolvidos com a iniciação científica.

A captação de novas bolsas possibilitou aumento de 7% em relação ao número de discentes envolvidos com iniciação científica existente em 2011.

Os desafios são implementar formas alternativas de captação de bolsas e incentivar a participação voluntária em programas de iniciação científica.

Meta 3 - Incrementar a capacidade da infraestrutura para auxílio na elaboração de projetos de pesquisa.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação colabora na interpretação e leitura de editais, prospecção e convocação de grupos de pesquisa, organização, encaminhamento e acompanhamento de projetos institucionais.

É preciso conhecer melhor os potenciais de pesquisa da UFV, por meio de uma plataforma de informação geral de pesquisa, para que a Instituição possa estender aos projetos individuais as ações implementadas aos projetos institucionais.

Meta 4 - Ampliar em 50% do número de institutos nacionais de ciência e tecnologia (ou equivalentes).

Não houve aumento no número de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) na UFV financiados pelo CNPq. Na última chamada do CNPq para financiamento de INCTs, foram aprovadas sete propostas coordenadas pela UFV. Destas, duas são renovações dos institutos já existentes: o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia ¯ Interação Planta Praga (INCT-IPP) e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia ¯ Ciência Animal (INCT-CA); porém, com aprovação de recursos apenas para o último citado. As demais propostas aprovadas poderão, caso queiram, desenvolver suas atividades sob o status de INCT, no entanto, sem recursos advindos do CNPq.

Dessa forma, os desafios serão consolidar os cinco novos INCTs aprovados pelo CNPq e incentivar a organização de outros INCTs.

Meta 5 - Aumentar em 25% o número de pesquisadores participando em redes formalmente estabelecidas por agências de fomentos ou equivalentes.

Não foi possível coletar dados sobre a participação de pesquisadores em redes formalmente estabelecidas. O alcance desta meta dependia da criação de um banco de informações, que não foi realizada.

Meta 6 - Consolidar os grupos de pesquisa registrados no CNPq e aumentar seu número em 20%.

Houve aumento de 45% no número de grupos de pesquisa registrados na UFV, o que corresponde a 225% de alcance em relação à meta de 20%. O principal fator que contribuiu para esse sucesso foi a exigência da UFV para que os grupos de pesquisa estejam registrados no CNPq ao concorrerem a editais institucionais.

O desafio é manter a articulação entre os grupos afins para propor projetos institucionais visando à captação de recursos.

Meta 7 - Aumentar em 50% o número de participantes no Simpósio de Integração Acadêmica (SIA).

Não houve sucesso no alcance desta meta. Entende-se que é necessário reestruturar o SIA, principalmente quanto a sua sistemática de apresentação e avaliação dos trabalhos. Além disso, é importante instituir formas de premiação dos melhores trabalhos.

Meta 8 - Aumentar em 50% o número de trabalhos apresentados no SIA.

Também não houve sucesso no alcance desta meta. As ações para reverter a situação de insucesso equivalem ao descrito na Meta 7 deste objetivo.

Meta 9 - Consolidar e apoiar os laboratórios de pesquisa multiusuários e fomentar pesquisas em áreas de interesse institucional.

As ações que justificam os 60% de sucesso no alcance desta meta são: o desenvolvimento do Sistema de Agendamento de Equipamentos Multiusuários (SAEM); a implementação de política de apoio à manutenção de grandes equipamentos; e o apoio institucional na submissão de projetos a agências de fomento.

Ficam como desafios definir áreas prioritárias de pesquisa de interesse institucional e buscar formas de fomento. Além disso, incentivar a disponibilização de equipamentos de médio e grande porte para a comunidade científica.

Objetivo 11: Consolidar políticas institucionais de biossegurança, de inovação e de proteção da propriedade intelectual. Coordenação: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa							
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Percentual alcançado em relação à meta**
1. Elaborar e implantar a política de inovação.	0%	0%	0%	0%	30%	50%	50
2. Implantar sistema de gestão de propriedade intelectual.	30%	50%	60%	100%			100
3. Consolidar a Comissão Interna de Biossegurança e implantar sistema de registro e acompanhamento de projetos que demandem certificados de biossegurança.	0%	30%	40%	60%	70%	70%	70
4. Consolidar o programa de *spin-off*, empresas de base tecnológica de origem acadêmica.		100%					100
5. Consolidar o programa de instalação do Parque Tecnológico de Viçosa (tecnoPARQ).	20%	30%	70%	80%	90%	100%	100
6. Instalar o Centro Tecnológico de Biossegurança e Quarentena Vegetal ¯ CTBQV.	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0

Meta 1 - Elaborar e implantar a política de inovação.

Em 2016, foi implementado um grupo de trabalho para discussão e apresentação de minuta da política de inovação da UFV, em atendimento à Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Esse grupo é constituído por representantes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, da Comissão Permanente de Propriedade Intelectual (CPPI), do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa (Centev), da Fundação Arthur Bernardes (Funarbe) e da Sociedade de Investigações Florestais (SIF).

É preciso consolidar a CPPI e garantir a alocação de servidores técnico-administrativos para o setor. Além do mais, a administração superior precisa atualizar resoluções pertinentes e institucionalizar a política de inovação na UFV.

Meta 2 - Implantar sistema de gestão de propriedade intelectual.

A dinâmica de trabalho para registro e proteção da Propriedade Intelectual é de responsabilidade da CPPI. O suporte político para o trabalho da comissão foi a principal ação que contribuiu para o alcance da meta proposta. A normatização do sistema de gestão de propriedade intelectual foi implantada em 2015, com a publicação da Resolução 01/2015, do Conselho Universitário (Consu).

Meta 3 - Consolidar a Comissão Interna de Biossegurança e implantar sistema de registro e acompanhamento de projetos que demandem certificados de biossegurança.

Em 2015, foram criados escritório e secretaria para a Comissão Interna de Biossegurança, cuja infraestrutura física ainda carece de melhorias para atender a crescente demanda de certificação de biossegurança.

Meta 4 - Consolidar o programa de spin-off, empresas de base tecnológica de origem acadêmica.

A meta foi 100% cumprida dentro do prazo inicialmente previsto. Foram apoiados 11 projetos desde a sua concepção. O programa de inovação institucional, executado pela Incubadora do Centev, permite conhecer as possibilidades de geração de novos negócios de base tecnológica a partir das pesquisas desenvolvidas dentro da UFV.

Apesar de ser um programa necessário para tornar a UFV mais empreendedora, seu formato dificultou o alcance dos resultados. Por esta razão, em 2015, o programa foi reformulado e passou a se chamar Programa de Ideação.

Meta 5 - Consolidar o programa de instalação do Parque Tecnológico de Viçosa (tecnoPARQ).

O tecnoPARQ foi inaugurado em 2011 e sua consolidação exigiu esforço dos parceiros e da UFV para mobiliar, equipar e prover os recursos técnicos necessários. Foi possível realizar os estudos ambientais previstos, regularizar o fornecimento de água potável, instalar uma miniestação de tratamento de esgoto sanitário e reforçar a segurança pessoal e patrimonial. Em 2014, o Consu aprovou a Resolução 10/2014, que normatizou o modelo para a cessão real de uso do Parque Tecnológico de Viçosa, permitindo assim, maior segurança jurídica. Desde 2012, foram 15 empresas apoiadas, sendo oito atualmente residentes.

A implantação do Parque Tecnológico se mostrou bastante complexa, exigindo grande volume de investimentos. A contribuição financeira dos parceiros garantiu a manutenção de bolsistas, a adequação de infraestrutura, a aquisição de mobiliário e equipamentos. Contudo, o grande desafio foi a contratação dos projetos executivos de engenharia e arquitetura para as áreas de loteamento, os quais foram entregues apenas em 2017.

Meta 6 - Instalar o Centro Tecnológico de Biossegurança e Quarentena Vegetal - CTBQV.

Trata-se de uma meta importante para atrair empresas ao tecnoPARQ e fortalecer a biossegurança nacional. Apesar dos esforços, a meta não foi alcançada. Como resultado final, foram elaborados termo de referência, orçamentos preliminares e relatório de diagnóstico das demandas necessárias para a execução da obra.

O principal desafio para a instalação de centros âncora de governança pública é a não obtenção dos recursos necessários para a execução de todo o projeto. A equipe elaborou os estudos preliminares, visitou as agências reguladoras e realizou o lançamento do edital de contratação dos projetos executivos. Porém, devido à complexidade do empreendimento, as propostas apresentadas pelas empresas superaram muito o volume de recursos disponível, inviabilizando a contratação prevista. Um outro fator foi a sinalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) sobre a necessidade de previsão de investimentos operacionais e de profissionais necessários para o funcionamento das unidades.

Objetivo 12: Aprimorar a política de extensão da UFV, em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária. Coordenação: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	
Meta	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Aumentar em 30% a participação da comunidade universitária nas atividades de extensão.	60
2. Consolidar dois Programas Institucionais de Extensão voltados para o desenvolvimento regional.	100
3. Estabelecer e consolidar mecanismos de registro, avaliação e monitoramento da extensão universitária.	75
4. Inserir a extensão universitária nos projetos pedagógicos de cursos de graduação e de pós-graduação.	0

Meta 1 - Aumentar em 30% a participação da comunidade universitária nas atividades de extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura implementou ações no sentido de facilitar e impulsionar o envolvimento da comunidade acadêmica nas atividades de extensão universitária, dentre elas, destacam-se:

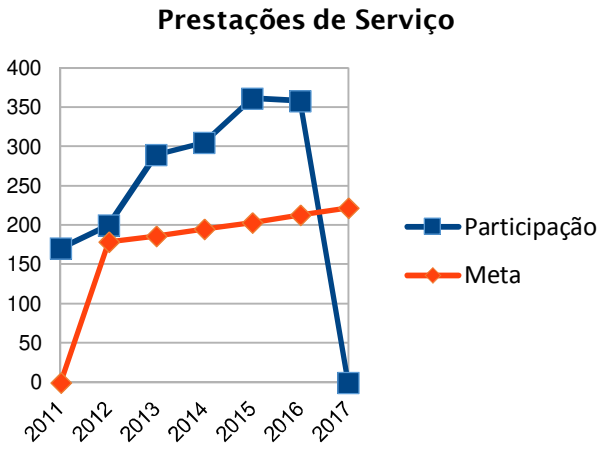
- Criação do Núcleo de Apoio a Programas e Projetos de Extensão (Nape) para centralizar serviços de apoio aos projetos e programas de extensão. O setor conta com três servidores e uma estagiária e presta, dentre outros, os seguintes serviços: gestão dos Programas Institucionais de

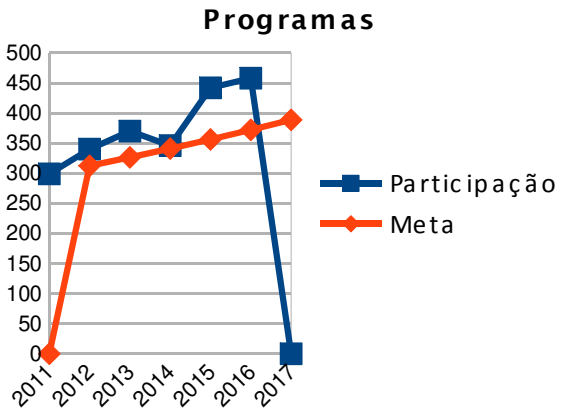
Bolsas; interlocução junto a ministérios que fomentam ações de extensão; e gerência do sistema de Registro de Atividade de Extensão (Raex).

- Desenvolvimento de mecanismos para o aumento quantitativo e qualitativo dos programas de extensão registrados na UFV. Foi desenvolvida, durante as chamadas públicas do Proext, uma dinâmica que prevê a aproximação de projetos afins visando à constituição de programas de extensão. O mecanismo potencializou ações de extensão bem como favoreceu a criação de novos grupos extensionistas.

- Consolidação da participação da UFV no Projeto Rondon. A cada edital do Rondon o Nape atua de maneira a incentivar docentes a participar, por meio de uma chamada aos docentes da UFV. São realizadas reuniões com os interessados nas quais são socializadas práticas e experiências bem-sucedidas em edições anteriores do programa. Ressalta-se que a consolidação fica condicionada ao interesse e à participação do docente bem como de fatores externos como a regularidade das chamadas e a aprovação da proposta pelo Ministério da Defesa.

Especificamente, em relação ao aumento da participação da comunidade acadêmica, temos:





Ao considerar o conjunto de atividades de extensão (cursos, eventos, programas, projetos e prestações de serviço) observa-se que a meta não foi alcançada. Entretanto, prestações de serviço, eventos e programas apresentaram crescimento acima da meta. Considerando que a Extensão Universitária é multifacetada, esse resultado indica que as ações da PEC devem promover, estimular e fomentar o envolvimento da comunidade acadêmica em cursos e projetos.

Meta 2 - Consolidar dois Programas Institucionais de Extensão voltados para o desenvolvimento regional.

Foram consolidadas a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV) que é um programa de extensão que trabalha com grupos populares da zona da mata mineira; e a Ludoteca, que atende a crianças de diversas unidades educacionais e realiza atividades de formação para estudantes e professores da região.

Meta 3 - Estabelecer e consolidar mecanismos de registro, avaliação e monitoramento da extensão universitária.

A versão atual do sistema de Registro de Atividades de Extensão (Raex) foi implementada em 2010 e vem se consolidando ao longo do tempo.

Meta 4 - Inserir a extensão universitária nos projetos pedagógicos de cursos de graduação e de pós-graduação.

Estão em estudo as formas de implementação desta meta, que também está presente no Plano Nacional de Educação (PNE).

Objetivo 13: Aprimorar a política de saúde, cultural, esportiva e de lazer da UFV e ampliar a política de gestão social voltada para a qualidade de vida da comunidade. Coordenação: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	
Metas	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Aumentar em 30% o número de programas, projetos e eventos culturais e esportivos.	100
2. Aprimorar a política institucional para cultura e esporte da UFV.	25
3. Ampliar e priorizar a infraestrutura para eventos culturais e esportivos.	75
4. Estabelecer mecanismos de identificação e valorização do talento artístico e esportivo da comunidade universitária.	50
5. Aprovar a política de Assistência Comunitária para a UFV.	50
6. Ampliar, em no mínimo 15%, a capacidade de atendimento da Divisão de Saúde, Divisão Psicossocial e serviço correspondente no *Campus* UFV-Florestal.	0
7. Implantar infraestrutura para a promoção e incentivo da prática de atividades físicas e culturais do *Campus* UFV-Rio Paranaíba.	25
8. Ampliar a infraestrutura para promoção e incentivo da prática de atividades físicas, de esporte e de lazer nos *Campi* UFV-Viçosa e UFV-Florestal.	60

Objetivo 13: Aprimorar a política de saúde, cultural, esportiva e de lazer da UFV e ampliar a política de gestão social voltada para a qualidade de vida da comunidade. Coordenação: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	
9. Implementar, em parceria com o Agros, estrutura para atendimento na área da saúde para o *Campus* UFV-Rio Paranaíba.	20

Meta 1 - Aumentar em 30% o número de programas, projetos e eventos culturais e esportivos.

O número de programas culturais promovidos pela UFV atingiu um aumento de 100%, no período de 2012 a 2017. Também foi observado aumento de 51,25% no número de eventos culturais realizados. Entretanto, houve redução de 25,53% no número de projetos culturais.

No que diz respeito ao número de programas, projetos e eventos esportivos, considera-se que a meta foi totalmente atingida. Constatou-se aumento superior ao que foi planejado para o período, especialmente no *Campus* UFV-Viçosa.

De 2012 a 2016, a Universidade foi contemplada com o Programa Segundo Tempo, que disponibilizou bolsas de incentivo às atividades de esporte não-competitivo. Em relação aos projetos esportivos, observou-se aumento de 2 para 5, no período de 2011 a 2016, configurando aumento de 150%. Quanto aos eventos esportivos, observou-se aumento de 25 para 41, no mesmo período, configurando aumento de 64%. Como destaques podemos ainda citar: o Projeto Segunda Opção, com atividades de lazer nas 4 Pilastras do *Campus* UFV-Viçosa e o Projeto de Acompanhamento das Condições de Saúde dos Estudantes da Luve.

Meta 2 - Aprimorar a política institucional para cultura e esporte da UFV.

A UFV desenvolve ao longo dos anos uma série de ações relacionadas a projetos e eventos culturais e esportivos. Porém, o aprimoramento da política cultural da UFV não foi plenamente alcançado. Com relação ao esporte, constatou-se que não há uma política formal para sua promoção na Universidade e nem para o lazer. Pretende-se elaborar e aprovar tais políticas durante o período de 2018 a 2023.

No entanto, pode-se considerar que parte dessas políticas foi contemplada com a Resolução 06/2016/Consu, que aprovou o Regimento do Conselho e Câmaras Comunitárias da UFV.

Meta 3 - Ampliar e priorizar a infraestrutura para eventos culturais e esportivos.

Essa meta foi majoritariamente atingida, muito embora não tenham sido estabelecidos parâmetros quantitativos. Com relação à infraestrutura para eventos culturais, algumas ações foram realizadas, como: reformas do Teatro do Departamento de Educação e da Oficina de Criatividade; mudança do Museu Histórico e da Pinacoteca para a antiga Casa de Hóspedes e incremento da sonorização do Espaço Fernando Sabino.

Quanto à infraestrutura para eventos esportivos, ao longo dos anos, foram criados e/ou reformados, com significativo aporte de recursos do PNAES, diversos espaços de esporte e lazer nos *Campi* da UFV.

No *Campus* UFV-Viçosa, foram criados o Espaço de Convivência, o Campo Society e a Academia Aberta e foram reformadas as quadras do Departamento de Educação Física e as localizadas ao lado do Alojamento Pós. Foram inauguradas as sedes das Atléticas e da Luve. Além disso, foi reativada a piscina ao lado do bar do DCE.

No *Campus* UFV-Florestal, foram criados uma quadra de areia, para a prática de peteca e vôlei; uma Academia Aberta; uma tenda para a prática de artes marciais; duas pistas de ciclismo e a reforma da piscina. Além disso, foi inaugurado o diretório da Luve.

Já no *Campus* UFV-Rio Paranaíba, foi criado um Campo Society e uma Academia Aberta.

Ampliar a estrutura para esporte e lazer, principalmente nos *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba, ainda é desafio para a Instituição.

Meta 4 - Estabelecer mecanismos de identificação e valorização do talento artístico e esportivo da comunidade universitária.

Essa meta foi parcialmente atingida. Algumas ações foram realizadas para identificação e valorização do talento artístico, em parceria com a Fundação de apoio à Universidade Federal de Viçosa (Facev), como: Projeto Quinta Cultural; Projeto Meio-dia e Música; Corais UFV, Nossa Voz e Infantil; oficinas de teatro, de violão clássico e popular. Desde 2011, são oferecidos, nos três *Campi* da UFV, bolsas e auxílios para apoio e valorização do talento artístico e esportivo, como a Bolsa Luve e a Bolsa Arte. Considera-se também que, no *Campus* UFV-Viçosa, a identificação de tais talentos foi possível com a divulgação das atividades pelos grupos artísticos e esportivos, que recrutam novos participantes durante a Recepção dos Calouros.

Além disso, foi lançado, em 2014, o Edital do Salão Universitário de Expressão e Criatividade (Suec), voltado para docentes, servidores técnico-administrativos e discentes dos *Campi* da UFV, com o objetivo de selecionar e premiar expressões culturais nas linguagens artísticas: Arte Visual, Audiovisual, Dança, Literatura, Música e Teatro. Ocorreu também a retomada do Salão Nello Nuno, com o objetivo de projetar artistas iniciantes de diferentes lugares do país para expor seus trabalhos.

No entanto, ainda é preciso ampliar os mecanismos de identificação e valorização do talento artístico e esportivo da comunidade universitária.

Meta 5 - Aprovar a política de Assistência Comunitária para a UFV.

A UFV desenvolve ao longo dos anos uma série de ações relacionadas a assistência comunitária, sem que haja uma política formal para esse fim. A formalização está sendo elaborada e será submetida à apreciação dos conselhos superiores.

No entanto, pode-se considerar que parte dessa política foi contemplada com a Resolução 06/2016/Consu, que aprovou o Regimento do Conselho e Câmaras Comunitárias da UFV.

Meta 6 - Ampliar, em no mínimo 15%, a capacidade de atendimento da Divisão de Saúde, Divisão Psicossocial e serviço correspondente no *Campus* UFV-Florestal.

Visando a ampliação da capacidade de atendimento das unidades de saúde, foram realizadas as seguintes ações: aquisição de equipamentos de uso laboratorial, odontológico, de fisioterapia e de fonoaudiologia; imunização universitária, com a vacinação de calouros; reforma de instalações da Divisão de Saúde-CAV; Projeto de Grupos Terapêuticos, incluindo as oficinas de Assertividade, Pró-Estudo, de Enfrentamento às Fobias Sociais e Fala Garoto; recepção de calouros; Projeto Psicocine; Projeto Se Liga; Projeto Conviver; Programa UFV de Atenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas; Campanhas Março de Boa ¯ contra o trote universitário e Desafios da Liberdade; contratação de Seguro Saúde para discentes dos três *Campi*.

Mesmo com ações descritas acima, no *Campus* UFV-Viçosa, a Divisão de Saúde reduziu o número de atendimentos de 76.047, em 2011, para 32.725, em 2016, o que equivale a 57%. Já a Divisão Psicossocial reduziu o número de atendimentos de 6.590 para 3.685, uma redução de 44%. No *Campus* UFV-Florestal, no mesmo período, o Setor de Saúde registrou redução no número de atendimentos de 8.172 para 7.685, o que corresponde a 6%. Tais reduções ocorreram em decorrência da finalização do convênio da UFV com o Agros e em consequência da diminuição do número de profissionais disponíveis para atendimento em 2016.

Meta 7 - Implantar infraestrutura para a promoção e incentivo da prática de atividades físicas e culturais do *Campus* UFV-Rio Paranaíba.

Essa meta foi minimamente atingida. Foram implementados apenas o Campo Society e a Academia Aberta.

Meta 8 - Ampliar a infraestrutura para promoção e incentivo da prática de atividades físicas, de esporte e de lazer nos *Campi* UFV-Viçosa e UFV-Florestal.

Considera-se que essa meta foi parcialmente alcançada com as seguintes ações: estabelecimento de sede para a Divisão de Esporte e Lazer e para a Luve; criação de Espaço de

Convivência; ativação da piscina ao lado do bar do Diretório Central de Estudantes (DCE); reforma das quadras ao lado do Alojamento Pós; colocação de grama sintética no campo de futebol do Alojamento Pós; instalação de academias abertas nos *Campi*; finalização da reforma de quadras poliesportivas do Departamento de Educação Física; e criação do Projeto Pedalando no *Campus*.

Meta 9 - Implementar, em parceria com o Agros, estrutura para atendimento na área da saúde para o *Campus* UFV-Rio Paranaíba.

Esta meta não foi plenamente atingida, devido à finalização do convênio da UFV com o Agros em 2015. Houve a estruturação de um espaço para atendimentos médicos, incluindo consultas, retornos, orientação nutricional, urgências, triagem para campanha de doação de sangue no Trote Solidário, atendimentos de enfermagem e aquisição de uma ambulância.

Objetivo 14: Ampliar o plano de assistência estudantil visando à formação qualificada e à redução das desigualdades, da retenção e da evasão escolar. Coordenação: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários	
Metas	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Adequar e ampliar a capacidade de atendimento nos restaurantes universitários dos *Campi* da UFV.	75
2. Atender 100% dos estudantes de graduação em maior vulnerabilidade socioeconômica comprovada, com serviços e, ou, bolsas custeadas com recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.	50
3. Adequar as condições da estrutura física dos alojamentos dos *Campi* da UFV.	50

Meta 1 - Adequar e ampliar a capacidade de atendimento nos restaurantes universitários dos *Campi* da UFV.

Considera-se que essa meta foi majoritariamente atingida. No Restaurante Universitário do *Campus* UFV-Viçosa, foram efetuadas reformas, recuperação do telhado, substituição do sistema elétrico e aquisição de diversos equipamentos. Para o Restaurante MultiUso, foi adquirido um balcão de distribuição.

Ademais, foram implementados o sistema eletrônico de controle de entrada nos restaurantes e o Programa de Aquisição de Alimentos com dispensa de licitação, no sentido de beneficiar agricultores de Viçosa e região.

No restaurante do *Campus* UFV-Florestal, foi realizada reforma na área de produção e disponibilizada opção vegetariana. Foi adicionada também a opção de lanches aos fins de semana, em substituição ao jantar.

É importante destacar ainda que, em 2016, foi finalizada a obra do novo Restaurante Universitário do *Campus* UFV-Rio Paranaíba e está prevista para 2017 a finalização dos novos Restaurantes Universitários dos *Campi* UFV-Viçosa e UFV-Florestal. A inauguração e o efetivo funcionamento desses restaurantes deverão ocorrer ainda em 2017.

Meta 2 - Atender 100% dos estudantes de graduação em maior vulnerabilidade socioeconômica comprovada, com serviços e, ou, bolsas custeadas com recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Essa meta foi parcialmente atingida. Os recursos do PNAES não foram suficientes para provimento pleno de todas as áreas da assistência estudantil previstas no Decreto nº 7234/2010. Apesar de os recursos para a assistência estudantil não serem exclusivamente provenientes do PNAES, eles são insuficientes para atendimento à moradia ou auxílio-moradia, alimentação gratuita e/ou bolsa de iniciação profissional para todos os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Portanto, o desafio é ampliar o acesso dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica aos serviços e auxílios de assistência estudantil, em especial moradia e alimentação.

Meta 3 - Adequar as condições da estrutura física dos alojamentos dos *Campi* da UFV.

A meta foi parcialmente atingida. No *Campus* UFV-Viçosa, os alojamentos Pós e Posinho foram reformados e o alojamento Novíssimo está sendo reformado.

Além das reformas, destacam-se as seguintes ações que proporcionaram melhorias nas condições de moradia estudantil no referido *Campus*: instalação de redes sem fio, readequação do sistema de aquecimento de água, estruturação de sala de informática, instalação de câmeras de monitoramento e portões eletrônicos, reforma da rede elétrica e substituição dos colchões, dentre outras.

No *Campus* UFV-Florestal, foi realizada a reforma do alojamento masculino. Além disso, é feita a manutenção cotidiana de todos os alojamentos.

Objetivo 15: Aprimorar a política de gestão integrada e desenvolvimento de pessoas. Coordenação: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas							
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Percentual alcançado em relação à meta**
1. Realizar Censo Institucional para aprimorar a Política de Gestão de Pessoas.							4
2. Ampliar a promoção de políticas voltadas para o controle e desenvolvimento de pessoal, a qualidade de vida e segurança do trabalho, bem como para a prevenção de doenças ocupacionais.							41
3. Ampliar para 85% o número de servidores atendidos por programa de capacitação e treinamento, oferecidos pela Instituição ou por meio de convênios.	60%	65%	70%	75%	85%	85%	100
4. Implementar modelo de alocação de vagas de servidores técnico-administrativo e de docentes.							25
5. Implementar instrumento de dimensionamento e controle da utilização de serviços administrativos e mão de obra terceirizada.							100
6. Elaborar novo modelo de avaliação de desempenho para servidores técnico-administrativos							10
7. Instituir Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Insalubridade e Periculosidade para os *Campi* UFV-Viçosa, UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba.							30

Meta 1 - Realizar Censo Institucional para aprimorar a Política de Gestão de Pessoas.

Realizou-se censo sobre capacitação, que permitiu a estruturação do Plano de Capacitação de Servidores da UFV, executado no período de 2012 a 2017. Foi possível perceber que a institucionalização do Censo faz-se necessária. Portanto, essa meta também constará no PDI 2018-2023.

Por outro lado, houve dificuldade de definição do escopo do Censo e da avaliação das variáveis a serem consideradas, além da periodicidade de sua realização.

Meta 2 - Ampliar a promoção de políticas voltadas para o controle e desenvolvimento de pessoal, a qualidade de vida e segurança do trabalho, bem como para a prevenção de doenças ocupacionais.

Algumas das ações realizadas foram: aquisição, entrega e orientação sobre utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); Projeto Superação; análise de ergonomia; elaboração de Relatórios de Inspeção Técnica de Segurança (Rits); e consolidação da participação no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass).

Os desafios serão manter a dinâmica conseguida até o momento, para que se efetive em sua totalidade a cultura do acompanhamento da política de gestão e desenvolvimento de pessoas quanto à qualidade de vida e à saúde ocupacional; e estabelecer a dinâmica de realização de exames de saúde periódicos para os servidores, apesar da limitação orçamentária e da falta de interesse dos potenciais prestadores deste tipo de serviço.

Meta 3 - Ampliar para 85% o número de servidores atendidos por programa de capacitação e treinamento, oferecidos pela Instituição ou por meio de convênios.

Consolidou-se o planejamento da capacitação de servidores, considerando os cursos de educação formal e de curta duração, que possibilitou a identificação e programação do oferecimento de cursos para atender à demanda. Isso garantiu superar a meta, uma vez que as demandas foram atendidas.

Porém, ainda é preciso instituir uma política de capacitação mais integrada aos anseios institucionais e menos dependente de recursos financeiros. A realização de novo Censo poderá subsidiar a Instituição com dados relevantes sobre capacitação.

Meta 4 - Implementar modelo de alocação de vagas de servidores técnico-administrativo e de docentes.

A UFV nomeou por meio da Portaria 0400/2016 Comissão com o propósito de realizar diagnóstico sobre as diferentes demandas para alocação de vagas de servidores docentes, considerando a realidade multi*Campi*. Foram realizadas diversas reuniões, considerando o estudo

finalizado no ano de 2008 sobre alocação de vagas docentes. Porém, não se chegou a um novo modelo, mas foi consenso que a aplicação de um modelo deveria ser feita por Centro de Ciências (CAV) ou *Campi* (CAF e CRP) pois, dadas às particularidades, algumas métricas podem ter pesos diferentes em cada centro/*Campus*.

Assim, será preciso estabelecer procedimentos para aplicação do modelo de alocação de vagas para servidores docentes a partir de estratégias já existentes. Além disso, avançar no modelo proposto em 2003 para os servidores técnico-administrativos, considerando a realidade existente nas instituições públicas de ensino.

Meta 5 - Implementar instrumento de dimensionamento e controle da utilização de serviços administrativos e mão de obra terceirizada.

A meta foi cumprida em sua totalidade considerando a estruturação do Serviço de Gestão de Contratos Terceirizados, na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

O desafio será manter a eficiência conseguida pelo referido Serviço na UFV, para continuar efetivando contratos de terceirização mais eficazes e eficientes regidos pela legislação.

Meta 6 - Elaborar novo modelo de avaliação de desempenho para servidores técnico-administrativos

Foram regularmente aplicadas avaliações de desempenho dos servidores técnico-administrativos da UFV, no período de 2012 a 2017. Tal ação permitiu corrigir rumos e ampliar a eficiência das diferentes unidades acadêmicas e administrativas da UFV.

Pretende-se conhecer os modelos de avaliação existentes no país para embasar o aprimoramento do modelo existente na UFV. Para tanto, será necessário compreender a importância do processo de avaliação como um princípio educativo, não punitivo.

Meta 7 - Instituir Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Insalubridade e Periculosidade para os *Campi* UFV-Viçosa, UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba.

Foi possível investir na ampliação da equipe. Isso permitiu melhorar o desenvolvimento de ações para instituir o Programa na UFV. Em 2016, foi iniciado o processo de revisão de todos os laudos de insalubridade/periculosidade, com previsão de término para dezembro de 2019. Foi elaborada uma minuta da Política de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, que servirá de base para definição de tal política.

Deve-se ainda estruturar a política de segurança do trabalho e saúde ocupacional na UFV, afim de implementar ações necessárias.

A avaliação do Objetivo 15 permitiu perceber, de forma geral, que as metas previstas para o período obtiveram uma efetividade de 73,66%, a partir da realização de ações previstas nos Planos

de Gestão. Espera-se que, com as ações previstas para o novo período, seja possível atingir o objetivo proposto.

Objetivo 16: Promover a expansão das áreas físicas do sistema didático-científico e comunitário. Coordenação: Pró-Reitoria de Administração							
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Percentual alcançado em relação à meta**
1. Ampliar as áreas físicas do sistema didático-científico dos *Campi* da UFV.	13.260	24.877	15.218	10.273	26.222	15.806	110
2. Construir o Centro de Convenções do *Campus* UFV-Viçosa.							0
3. Readequar e ampliar as estruturas físicas dos Restaurantes Universitários dos *Campi* da UFV.						10.375	115
4. Ampliar as áreas físicas das unidades administrativas, de almoxarifados e oficinas de manutenção do *Campus* UFV-Viçosa.		200	300	245	2.378		20
5. Readequar e ampliar as áreas físicas destinadas às atividades de esporte e lazer dos *Campi* da UFV.	602	7.208		7.746	9.699		120

Meta 1 - Ampliar as áreas físicas do sistema didático-científico dos *Campi* da UFV.

Para o alcance desta meta, no *Campus* UFV-Viçosa, foram construídos o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS); o edifício da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (Cead); o Laboratório de Produção Vegetal; o edifício do Departamento de Química. Além disso, foram ampliados os edifícios do Coluni, do Departamento de Zootecnia, do Departamento de Artes e Humanidades, do Laboratório de Desenvolvimento Humano, do Laboratório das Engenharias e do Laboratório do Departamento de Engenharia Florestal.

No *Campus* UFV-Rio Paranaíba, foi construído o Pavilhão de Aulas e, no *Campus* UFV-Florestal, o Pavilhão de Aulas e o edifício da Biblioteca.

Constata-se que há uma escassez de áreas urbanizadas para implementação das obras. O quadro de servidores técnicos é insuficiente para atender à demanda de projetos de Arquitetura, Engenharia e Construção Civil, fiscalização e acompanhamento de obras.

Meta 2 - Construir o Centro de Convenções do *Campus* UFV-Viçosa.

O número de servidores técnicos é insuficiente para atender à demanda de projetos de Arquitetura, Engenharia e Construção Civil, fiscalização e acompanhamento de obras. Ressalta-se também a restrição orçamentária.

Meta 3 - Readequar e ampliar as estruturas físicas dos Restaurantes Universitários dos *Campi* da UFV.

Para o alcance desta meta, foram construídos Restaurantes Universitários nos três *Campi*, utilizando-se o mesmo projeto.

Meta 4 - Ampliar as áreas físicas das unidades administrativas, de almoxarifados e oficinas de manutenção do *Campus* UFV-Viçosa.

Foram construídos 3.015 m² de galpões e elaborado estudo preliminar para construção da Unidade de Gerenciamento de Resíduos.

Os desafios encontrados foram: quadro de servidores técnicos insuficiente para atender à demanda de projetos de Arquitetura, Engenharia e Construção Civil, no caso de almoxarifados e oficinas; escassez de áreas urbanizadas para implementação das obras; e restrição orçamentária, no caso das unidades administrativas.

Meta 5 - Readequar e ampliar as áreas físicas destinadas às atividades de esporte e lazer dos *Campi* da UFV.

Foram construídos o campo de futebol da ASAV, o campo de futebol society, a cobertura das quadras do Departamento de Educação Física e a ciclovia na nova extensão da Avenida P. H. Rolfs. Também foi instalada a academia ao ar livre.

Como desafio, podem ser citados o quadro de servidores técnicos insuficiente para atender à demanda de projetos de Arquitetura, Engenharia e Construção Civil e a restrição orçamentária.

Objetivo 17: Prover continuamente a manutenção de edificações e de equipamentos, e melhores condições de uso do solo, considerando os aspectos de responsabilidade socioambiental e de segurança patrimonial e comunitária. Coordenação: Pró-Reitoria de Administração							
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Percentual alcançado em relação à meta**
1. Readequar e, ou, reformar as instalações físicas do sistema didático-científico dos *Campi* da UFV.	8.681	5.035	8.586	9.636	4.771	1.150	145
2. Readequar e, ou, reformar as instalações físicas de moradia estudantil dos *Campi* da UFV.	3.233	6.466	1.400		2.536		97
3. Adaptar e, ou, reformar as instalações físicas destinadas às entidades de representação estudantil e empresas juniores dos *Campi* da UFV.		1.172		160		150	98
4. Adequar as instalações físicas da UFV para garantir acessibilidade aos portadores de necessidades físicas.							40
5. Implantar sistema integrado de vigilância eletrônica nos *Campi* da UFV.							80
6. Implantar sistema eletrônico de controle de acesso nos edifícios dos *Campi* da UFV.							18

Meta 1 - Readequar e, ou, reformar as instalações físicas do sistema didático-científico dos *Campi* da UFV.

Para o alcance desta meta, foram realizadas algumas ações: readequação e reforma de 37.859 m² de instalações físicas; investimento em manutenção preventiva, que resultou na diminuição de aproximadamente 50% no número de solicitações de serviço; tratamento de coberturas e fachadas, como a revitalização do CCB II e a cobertura do Centro de Vivência; manutenção de edifícios e estruturas urbanas de forma sustentável; mecanização de atividades das equipes de manutenção; aprimoramento do sistema de especificação e aquisição de material para serviços de manutenção; e restauração de edifícios históricos.

É preciso dar continuidade aos esforços de manutenção preventiva e readequar o quadro insuficientes de servidores técnicos.

Meta 2 - Readequar e, ou, reformar as instalações físicas de moradia estudantil dos *Campi* da UFV.

Foram reformados os alojamentos Novíssimo, Pós e Posinho no *Campus* UFV-Viçosa e o alojamento masculino no *Campus* UFV-Florestal.

Dificultaram o alcance da meta a restrição orçamentária e a rescisão contratual com a empresa contratada para executar as obras.

Meta 3 - Adaptar e, ou, reformar as instalações físicas destinadas às entidades de representação estudantil e empresas juniores dos *Campi* da UFV.

Houve a reforma das instalações destinadas aos centros acadêmicos localizados no subsolo do Centro de Vivência.

Meta 4 - Adequar as instalações físicas da UFV para garantir acessibilidade aos portadores de necessidades físicas.

No *Campus* UFV-Viçosa foram instalados 15 elevadores, construídas rampas e adaptadas instalações sanitárias nas edificações reformadas no período, atendendo a 12 dos 30 edifícios previstos para serem adequados.

As dificuldades encontradas foram as restrições arquitetônicas das edificações antigas, as restrições orçamentárias e o quadro insuficiente de servidores técnicos.

Meta 5 - Implantar sistema integrado de vigilância eletrônica nos *Campi* da UFV.

No *Campus* UFV-Viçosa, foram instaladas 40 centrais de alarme e 600 pontos de monitoramento.

É preciso atender aos outros dois outros *Campi*, enfrentando a restrição orçamentária e a ausência de equipe própria para elaboração de projetos de segurança.

Meta 6 - Implantar sistema eletrônico de controle de acesso nos edifícios dos *Campi* da UFV.

O Sistema foi instalado na Biblioteca Central e nos dois Restaurantes Universitários do *Campus* UFV-Viçosa, atendendo três dos 17 edifícios previstos.

O alcance da meta foi limitado pela restrição orçamentária e pelo quadro insuficiente de servidores técnicos para elaboração de projetos de segurança.

Objetivo 18: Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos *Campi* da UFV. Coordenação: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	
Metas	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação ¯ PDTI em consonância com os objetivos institucionais.	100
2. Disponibilizar a 95% dos usuários da UFV o acesso à UFVNet e seus recursos computacionais.	100
3. Atender, sob a coordenação da DTI, 90% das demandas de desenvolvimento de ferramentas informatizadas para as áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração dos três *Campi.*	96
4. Consolidar a infraestrutura de *data center* da DTI para abrigar os serviços informatizados da UFV, tais como banco de dados, sistemas acadêmicos e administrativos, correio eletrônico, segurança, sítios, entre outros.	70
5. Consolidar e estimular a política de uso de *softwares* livres.	100

Meta 1 - Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação ¯ PDTI em consonância com os objetivos institucionais.

Esta meta foi totalmente atingida. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação foi elaborado dentro do prazo estabelecido. O PDTI 2012-2015 foi aprovado pelo Consu em sua 386ª reunião, realizada em 07 de fevereiro de 2013. O PDTI 2016-2019 foi aprovado pelo Consu em sua 4ª sessão da 412ª reunião, realizada em 12 de dezembro de 2016.

Meta 2 - Disponibilizar a 95% dos usuários da UFV o acesso à UFVNet e seus recursos computacionais.

Foi realizada a expansão da rede sem fio e da rede a cabo nos três *Campi*. Com isso, 100% da comunidade universitária passou a ter acesso à UFVnet.

Meta 3 - Atender, sob a coordenação da DTI, 90% das demandas de desenvolvimento de ferramentas informatizadas para as áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração dos três *Campi*.

De 2014 a julho de 2017, foram feitas quase sete mil solicitações à Divisão de Sistemas de Informação da DTI, referentes a sistemas, sites, treinamentos, correções, e outras. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se melhorias nos seguintes sistemas: Registro de Atividades de Extensão, Gestão de Pessoas, acadêmicos (Conac, Sapiens, SGPPG, Coluni, CAF), Semana do Fazendeiro, Controle Interno de Estoque (das unidades da UFV), Compras, Estágios, Controle de Comprovantes de Matrícula, Manutenção de Veículos e Controle de Registro de Projetos da Pós-Graduação.

Também foram desenvolvidas novas versões para sistemas existentes, como: Programa de Capacitação de Servidores, Plano de Gestão, Ordens de Serviço da DTI e Comissão de Ética em Pesquisa com Animais.

Ainda, houve o desenvolvimento e/ou a implantação dos sistemas: Tíquete Eletrônico, Fichas Catalográficas da Biblioteca Central, Emissão de Carteirinhas Funcionais, Controle de Ocorrências Estudantis, Controle de Visitantes, Controle de Equipamentos Multiusuários, Controle de Viagens, Controle de Inscrição de Bolsistas, Emissão de Certificados, Simpósio de Integração Acadêmica, Registro de Atividades de Ensino, Controle de Cluster, Guia de Especialistas da UFV, Gestão de Pessoal Terceirizado e Controle de Correspondências.

Por fim, a Diretoria de Tecnologia da Informação é responsável pela implementação e melhoria em mais de 300 sites para os diversos departamentos, cursos e órgãos da UFV. Entende-se como desafio o atendimento ao elevado número de solicitações mensais.

Meta 4 - Consolidar a infraestrutura de data center da DTI para abrigar os serviços informatizados da UFV, tais como banco de dados, sistemas acadêmicos e administrativos, correio eletrônico, segurança, sítios, entre outros.

Foram atingidos aproximadamente 70% da meta, com a compra de servidores para ampliação da capacidade de armazenamento de dados e a virtualização dos mesmos.

Os desafios enfrentados foram adequar o ambiente de data center às recomendações técnicas e contratar consultoria especializada para melhorias no referido ambiente.

Meta 5 - Consolidar e estimular a política de uso de softwares livres.

Essa meta foi totalmente atingida. Foram oferecidos e ministrados cursos de capacitação em software livre para a comunidade universitária, adquiridos computadores com sistema operacional livre e realizadas migrações para software livre nos computadores já existentes.

Objetivo 19: Aprimorar os sistemas viário, de água, de esgoto, de energia e de resíduos nos *Campi* da UFV. Coordenação: Pró-Reitoria de Administração	
Metas	**Percentual alcançado em relação à meta, no período de 2012 a 2017**
1. Aprimorar política de gestão de recursos hídricos e energéticos para os *Campi* da UFV.	30
2. Ampliar e melhorar a infraestrutura do sistema viário dos *Campi* da UFV.	90
3. Implantar projetos de melhoria das condições de mobilidade, acessibilidade e trânsito nos *Campi* da UFV.	50
4. Implantar plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em todas as 37 Unidades Geradoras (UG) do *Campus* UFV-Viçosa.	41
5. Aprimorar e ampliar o sistema de gestão dos resíduos sólidos químicos, biológicos e tóxicos.	100
6. Implantar unidade de reciclagem de resíduos de construção civil no *Campus* UFV-Viçosa.	0

Meta 1 - Aprimorar política de gestão de recursos hídricos e energéticos para os *Campi* da UFV.

Foram alcançados resultados positivos com relação a esta meta, apesar de ainda não existir uma política formalmente aprovada: redução de 30% no consumo de água tratada no *Campus* UFV-Viçosa; aquisição de usina geradora de energia elétrica com capacidade de 1 MW, o que representa 25% da demanda contratada pela Universidade; implantação do sistema de medição de consumo nas unidades de maior consumo de água e energia elétrica.

Ainda são desafios estabelecer formalmente a política e obter recursos para implementação de monitoramento, como hidrometração.

Meta 2 - Ampliar e melhorar a infraestrutura do sistema viário dos *Campi* da UFV.

Foram construídas novas vias nos *Campi* da UFV. São desafios: a manutenção e recuperação das vias; a insuficiência de equipe técnica e a restrição orçamentária.

Meta 3 - Implantar projetos de melhoria das condições de mobilidade, acessibilidade e trânsito nos *Campi* da UFV.

No *Campus* UFV-Viçosa, foram revitalizadas as sinalizações horizontal e vertical, construídas rampas e passarelas elevadas, readequados e ampliados os estacionamentos e melhorada a iluminação, com a utilização de lâmpadas Led.

Podem ser citados como desafios a escassez de área física para implantação de novos estacionamentos no *Campus* UFV-Viçosa, a implementação de controle eletrônico de velocidade nas vias do referido *Campus*, a restrição orçamentária e a insuficiência de equipe técnica.

Meta 4 - Implantar plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em todas as 37 Unidades Geradoras (UG) do *Campus* UFV-Viçosa.

O plano foi implementado em 15 unidades e outras 15 estão em processo de treinamento para implantação.

Resta implementar o plano nas unidades que ainda não foram contempladas, o que tem sido dificultado pela insuficiência de equipe técnica e restrição orçamentária.

Meta 5 - Aprimorar e ampliar o sistema de gestão dos resíduos sólidos químicos, biológicos e tóxicos.

Ocorreram a ampliação do atendimento a todas as unidades no *Campus* UFV-Viçosa, a adequação da frequência de coleta de resíduos às demandas institucionais e a ampliação da quantidade anual de resíduos adequadamente destinados.

Os desafios encontrados foram inviabilidade orçamentária, equipe técnica insuficiente e a ausência da cultura de responsabilidade compartilhada no gerenciamento dos resíduos sólidos.

Meta 6 - Implantar unidade de reciclagem de resíduos de construção civil no *Campus* UFV-Viçosa.

O projeto foi elaborado, porém, devido à restrição orçamentária, a unidade não foi implantada.

Objetivo 20: Consolidar os processos de planejamento e avaliação como instrumentos de tomada de decisão. Coordenação: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento							
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Percentual alcançado em relação à meta**
1. Atingir 40% de participação da comunidade universitária no processo de autoavaliação institucional.	18%	18%	25%	25%	40%	40%	76
2. Sistematizar o acompanhamento de indicadores e resultados das avaliações internas e externas.							5
3. Divulgar os resultados da Autoavaliação Institucional, visando sua integração às ações de planejamento da UFV, até quatro meses após encerramento da consulta.							100
4. Submeter o Plano de Gestão ao Conselho Universitário, até doze meses após a posse do Reitor.							50
5. Promover a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional¯ PDI, a cada dois anos.							50

Meta 1 - Atingir 40% de participação da comunidade universitária no processo de autoavaliação institucional.

No IV Ciclo do processo de Autoavaliação Institucional da UFV, em 2013, a participação da comunidade universitária foi de 21%, superando a meta de 18%. No V Ciclo realizado em 2015, a participação foi de 19,05%, abaixo da meta de 25%.

Foi elaborado o Plano de Comunicação Institucional, incluindo a criação de arte e sua utilização nos materiais de divulgação da campanha, a criação de banner virtual para publicação nos sites da UFV e da CPA-UFV, a confecção de banner para exposição próximo às Quatro Pilastras do *Campus* UFV¯Viçosa, a confecção de cartazes, a publicação de notícias no site da UFV e da CPA-UFV, o envio de notícias por meio do informativo UFV em Rede, os anúncios na Rádio Universitária FM e a divulgação de notícias em redes sociais.

Além disso, foram realizadas reuniões na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários para discutir estratégias de divulgação para o segmento estudantil. Houve a divulgação em reuniões do Conselho Técnico de Graduação e dos Conselhos Departamentais, a sensibilização de docentes e servidores técnico-administrativos ocupantes de cargos de gestão, o envio de ofício circular a todos os Chefes

de Departamento solicitando apoio para divulgação da campanha e de e-mails específicos, a partir da detecção de baixa participação de determinado segmento.

O maior desafio encontrado foi motivar a participação principalmente dos discentes, uma vez eles representam a maior parte do universo de participantes. Para isso, será preciso reavaliar a forma de realizar a pesquisa.

Meta 2 - Sistematizar o acompanhamento de indicadores e resultados das avaliações internas e externas.

Foram realizadas reuniões sobre a necessidade de centralizar as informações referentes aos processos de avaliação da UFV com a participação das Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Planejamento e Orçamento.

Existe a necessidade de compor banco de dados para subsidiar a prestação de informações para rankings e relatórios.

Meta 3 - Divulgar os resultados da Autoavaliação Institucional, visando sua integração às ações de planejamento da UFV, até quatro meses após encerramento da consulta.

Esta meta foi totalmente atingida. O IV Ciclo de Autoavaliação Institucional ocorreu de novembro a dezembro de 2013 e foi finalizado em março de 2014. A primeira etapa do V Ciclo ocorreu de outubro a novembro de 2015 e os resultados foram postados no sistema e-MEC em março de 2016.

Meta 4 - Submeter o Plano de Gestão ao Conselho Universitário, até doze meses após a posse do Reitor.

Esta meta foi atingida fora do prazo estabelecido. O Plano de Gestão 2012-2015 foi aprovado pelo Consu em 19 de outubro de 2012 e a sua disponibilização nas versões impressa e digital aconteceu em janeiro de 2013. Já o Plano de Gestão 2015-2019 foi aprovado pelo Consu em 02 de dezembro de 2016 e sua disponibilização nas versões impressa e digital aconteceu em fevereiro de 2017.

Portanto, fica como desafio mobilizar os agentes de planejamento a respeito da importância de manter seus respectivos Planos de Gestão atualizados, o que será essencial para o atingimento da meta no prazo estabelecido.

Meta 5 - Promover a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, a cada dois anos.

A primeira avaliação do PDI 2012-2017 foi realizada em julho de 2014; a segunda ocorreu de março a agosto de 2017.

Objetivo 21: Aprimorar a eficiência administrativa, organizacional, financeira e econômica da UFV, por meio da otimização de recursos e dos processos de aquisição, distribuição, aplicação e controle de bens e serviços. Coordenação: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento							
Metas	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Percentual alcançado em relação à meta**
1. Efetivar 95% das solicitações de compra de bens e serviços.	80%	85%	85%	90%	90%	95%	90
2. Implementar procedimentos digitalizados nos processos de compras.							50
3. Implantar modelo de planejamento orçamentário-financeiro integrado, em substituição ao Sistema Integrado de Materiais¯SIM.							10
4. Aprovar nova estrutura organizacional da UFV.							80
5. Aprimorar os mecanismos de coleta de dados institucionais para alimentar relatórios para órgãos internos e externos.							10
6. Implementar mecanismos de acompanhamento da captação de recursos na UFV.							50

Meta 1 - Efetivar 95% das solicitações de compra de bens e serviços.

Alguns fatores contribuíram para o alcance majoritário da meta. São eles: os benefícios advindos do processo de registro de preço; a redução nos prazos para aquisição dos bens e serviços; e o estabelecimento de datas para montagem de processos por natureza de despesa. Além disso, houve melhora na qualidade das informações aos usuários (e-mail, treinamentos e mensagens no site e no SIM-WEB sobre o status da solicitação), bem como na especificação e no catálogo de materiais, o que resultou na aquisição de produtos de melhor qualidade.

O desafio é lançar as solicitações de compra no sistema com antecedência.

Meta 2 - Implementar procedimentos digitalizados nos processos de compras.

Na fase inicial do processo de compras, toda a solicitação de bens e serviços é feita online.

A implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) possibilitará que todas as etapas do processo sejam realizadas de forma digital.

Meta 3 - Implantar modelo de planejamento orçamentário-financeiro integrado, em substituição ao Sistema Integrado de Materiais¯SIM.

Foram promovidos treinamentos sobre o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); as licitações diretamente relacionadas à PAD e ao *Campus* UFV-Rio Paranaíba foram descentralizadas. Porém, a substituição do Sistema Integrado de Materiais não efetivada.

Meta 4 - Aprovar nova estrutura organizacional da UFV.

As propostas do novo Estatuto e do Regimento Geral da UFV foram aprovadas pelo Consu e submetidas ao Ministério da Educação para homologação. Na proposta do novo Estatuto, foi introduzida a estrutura dos *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba. Além disso, foi implementada nova estrutura de funções gratificadas em 2013. Estão sendo elaborados e atualizados os regimentos das Pró-Reitorias.

Meta 5 - Aprimorar os mecanismos de coleta de dados institucionais para alimentar relatórios para órgãos internos e externos.

Foi elaborado diagnóstico prévio das principais necessidades e problemas dos sistemas acadêmico-administrativos da UFV para subsidiar o aprimoramento dos mecanismos.

Meta 6 - Implementar mecanismos de acompanhamento da captação de recursos na UFV.

Os mecanismos de acompanhamento da captação de recursos ainda não foram definidos, mas existe o sistema informatizado de acompanhamento e controle de contratos e convênios da UFV.

2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Todas as ações de planejamento da UFV são orientadas pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual estão definidos os 21 Objetivos Institucionais, listados na seção 4.1.1. Os Objetivos Institucionais representam as diretrizes estratégicas pretendidas para a Instituição e apresentam correlação com os Programas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA). Conforme já mencionado, o Plano Plurianual é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no Artigo 165 da Constituição Federal de 1988. A elaboração do PPA é coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ocorre no primeiro ano da gestão do Presidente da República.

A definição dos 21 Objetivos Institucionais da UFV visam propiciar o sucesso no cumprimento da sua missão de "exercer ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior pública de qualidade, à inovação, à promoção do desenvolvimento institucional e das ciências, letras e artes, e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade".

Todos os planos estratégicos a serem relacionados com o planejamento institucional, a saber, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA), Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), Plano de Gestão (PG) e o Plano de Gestão de Logistica e Sustentabilidade (PGLS) baseiam-se nos 21 objetivos institucionais definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Todas as ações do planejamento estratégico da UFV são dinâmicas, tendo que ser avaliadas e/ou atualizadas periodicamente. A estratégia mais comum é a nomeação de uma comissão para verificar a necessidade de atualização e/ou revisão do documento relacionado com aquela área estratégica. Em 2016, por exemplo, foi elaborada a nova versão do PDTI a partir de discussões na Comissão Executiva de Tecnologia da Informação (COETI), que solicitou a nomeação de uma Comissão composta por representantes da área de Tecnologia da Informação dos 3 *Campi* da UFV, da Diretora de Tecnologia da Informação, de um representante da COETI, além do Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento.

Outra forma de acompanhamento das ações de planejamento é através do sistema desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação, que possui uma boa capilaridade institucional onde a Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias, Chefias de Departamento, Coordenações de curso de graduação e de programas de Pós-Graduação precisam elaborar e manter atualizado o plano de gestão de seu órgão/setor.

Cada uma das metas definidas pelo agente de planejamento (Reitora, Pró-Reitores, Diretores, etc.) está associada a um objetivo institucional (dentre os 21 definidos no PDI) e, para cada uma das metas, é definido um conjunto de ações com período esperado para sua execução e o seu estado (não iniciada, paralisada, em andamento ou terminada). Periodicamente, os agentes de planejamento devem atualizar seu Plano de Gestão no sistema e podem fazer a avaliação do cumprimento das metas propostas. A avaliação consiste em estimar o percentual de cumprimento de cada uma das metas, relatando os fatores que contribuíram e aqueles que dificultaram o atingimento (parcial ou total) daquela meta.

Outra forma de avaliação do cumprimento das ações de planejamento é feita através do questionário de avaliação preparado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Tal questionário tem perguntas gerais que são respondidas pelos 3 segmentos que compõem a comunidade universitária: docentes, técnico-administrativos e estudantes. Algumas perguntas podem ser direcionadas a apenas um ou a dois destes segmentos, ou ainda a uma parcela de um segmento. É o caso, por exemplo, de questões relacionadas aos alojamentos que só diz respeito aos alunos de graduação no *Campus* UFV-Viçosa e de ensino médio no *Campus* UFV-Florestal.

Sob a coordenação da CPA, no ano de 2013, foi realizada pesquisa mais ampla sobre a atuação da UFV junto à comunidade externa, nas cidades de Viçosa, Florestal e em Rio Paranaíba. Em atendimento à nota técnica INEP/DAES/CONAES nº065, o processo de Autoavaliação Institucional ocorreu ao longo de três anos. Em 2015, o questionário foi aplicado apenas à comunidade interna. A avaliação aborda a percepção das comunidades sobre o desempenho da UFV em fatores relacionados aos 5 eixos temáticos do SINAES, como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, comunicação e sociedade, atendimento ao discente, infraestrutura e outros. Em 2016, dando continuidade ao processo de avaliação, foram elaborados questionários para avaliação de cursos e de disciplinas, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Ensino. Os resultados destes questionários foram analisados pelos coordenadores de cursos da UFV, resultando no relatório do segundo ciclo de avaliação do SINAES. Em 2017, foi elaborado o relatório integral de avaliação, incluindo os

relatórios parciais e a avaliação do PDI 2012-2017, que será postado no sistema e-MEC até dia 31 de março de 2018.Também está em processo de elaboração um sistema para automatizar a coleta de informações referentes aos principais indicadores dos cursos de graduação.

2.3. Desempenho Orçamentário

2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Os quadros e instruções deste subitem seguem os modelos disponibilizados pelo TCU em anos anteriores. A decisão de manter os formatos visa facilitar a comparação das informações deste relatório com os relatórios anteriores. Não se aplica à UFV o seguinte tópico:

a. Ações ¯ Orçamento de Investimento ¯ OI: a UFV não recebe recurso através do Orçamento de Investimento.

b. Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS

Os Quadros desta série demonstram a execução orçamentária e financeira, bem como as metas físicas das ações que constituem os seguintes o Programa Temático Educação de Qualidade para Todos.

No Plano Plurianual 2016-2019 houve uma junção em um único Programa Temático, denominado Educação de Qualidade para Todos, dos Programas Temáticos Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica e Educação Superior ¯ Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão do PPA anterior. Entretanto, as ações foram mantidas com códigos e nomes inalterados.

Os Programas Temáticos visam expressar e orientar a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade. Cada ação orçamentária desses Programas está vinculada a uma única Iniciativa e a uma meta que representa uma medida do alcance do objetivo da ação.

Quadro A.2.3.1.1 - Programas e ações orçamentárias da UFV

	CÓDIGO DA AÇÃO	TIPO	PROGRAMA/AÇÃO
PROGRAMAS TEMÁTICOS			
2080			**Educação de qualidade para todos**
	20RI	Atividades	- Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
	2994	Atividades	-Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica
	20RL	Atividades	-Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
	20GK	Atividades	¯ Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
	20RK	Atividades	- Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior
	4002	Atividades	- Assistência ao Estudante de Ensino Superior
	8282	Atividades	- Reestruturação e Expansão de Instituições de Ensino Superior
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO			
0089			**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**
	0181	Operações Especiais	- Pagamento de Aposentadorias e Pensões ¯ Servidores Civis
2109			**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação**
	2004	Atividades	- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
	2010	Atividades	- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares
	2011	Atividades	- Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares
	2012	Atividades	- Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
	4572	Atividades	- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
	20TP	Atividades	- Pessoal Ativo da União
	00M1	Operações Especiais	- Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.
	09HB	Operações Especiais	- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
PROGRAMAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS			
0901			**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**
	00G5	Operações Especiais	- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
	00O5	Operações Especiais	- Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)
0909			**Outros Encargos Especiais**
	0536	Operações Especiais	- benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
0910			**Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**
	00OL	Operações Especiais	- Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica

Fonte: LOA 2017

As ações constantes do Programa Temático Educação de Qualidade para Todos (2080) são: `Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica_ (20RI); `Assistência ao Estudante da

Educação Profissional e Tecnológica_ (2994); `Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica_ (20RL); `Assistência ao Estudante de Ensino Superior_ (4002); `Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior_ (8282); `Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior_ (20RK); e `Fomento às ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão_ (20GK).

Quadro A.2.3.1.2 ¯Ação 20RI

Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	20RI **Tipo:** Atividades
Título	Funcionamento Das Instituições Federais De Educação Básica
Objetivo	Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Código:** 1007
Programa	Educação de qualidade para todos **Código:** 2080 **Tipo:** Programa Temático
Unidade Orçamentária	26282
Ação Prioritária	( )Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
	385.319,00	385.319,00	385.293,39	380.736,08	380.736,08	0,00	4.557,31

Execução Física					
	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
	Estudante Matriculado	Unidade	480	-	480

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	87.798,55	87.698,56	99,99	Aluno Matriculado	Unidade	480

Fonte: Tesouro Gerencial e SIMEC

Análise Situacional ¯ Ação 20RI

O Colégio de Aplicação novamente foi considerado a melhor escola da rede pública do país, de acordo com as notas por escola da edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015 divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esta é a oitava vez, desde 2007, que o CAp-Coluni obtém o melhor desempenho entre as escolas públicas. Fator determinante para a execução da ação são o comprometimento de toda a equipe de professores, técnicos administrativos e estudantes, e a capacitação dos docentes, a maioria com doutorado e mestrado e todos com dedicação exclusiva. Os alunos ficam quase tempo integral na escola, participando de projetos desenvolvidos no extraturno, além de terem o corpo docente à disposição para atendimento e auxílio no aprofundamento dos estudos.

Vale destacar que a inscrição em restos a pagar de recursos do exercício foi relativamente baixa, especialmente quando comparada à inscrição em 2016 e que houve a liquidação de 99,77% do valor inscrito em restos a pagar não processados em exercícios anteriores.

Quadro A.2.3.1.3 ¯ Ação 20RL

Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	20RL **Tipo**: Atividades
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Código**: 1009
Programa	Educação de qualidade para todos **Código:** 2080 **Tipo**: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26282
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	5.149.417,00	5.149.417,00	5.149.348,56	4.434.896,72	4.421.179,96	13.716,76	714.451,84

Execução Física					
	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
	Estudante Matriculado	Unidade	750	-	787

Restos a pagar não processados ¯ Exercícios Anteriores

	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ¯ Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	231.228,41	216.733,70	6.066,06	Estudante Matriculado	Unidade	787

Fonte: Tesouro Gerencial e SIMEC

Análise Situacional ¯ Ação 20RL

Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação destaca-se a dedicação dos docentes e servidores técnico-administrativos e a melhoria nos procedimentos acadêmicos e administrativos. Destaca-se que 86,71% da inscrição em restos a pagar dos recursos do exercício referem-se a reformas de antigas instalações do *Campus* de Florestal, justificadas pelo fato de que a realização das obras foi prevista para o período coincidente com as férias escolares.

Quadro A.2.3.1.4 ¯ Ação 2994

Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	2994 **Tipo:** Atividades
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Código:** 1009
Programa	Educação de qualidade para todos **Código**: 2080 **Tipo**: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26282
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	1.491.144,00	1.491.144,00	1.490.934,57	1.202.528,25	1.197.815,18	4.713,07	288.406,32

Execução Física					
	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Benefício Concedido	Unidade	1.860	-	1.860

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	525.462,57	408.528,95	2.670,62	Benefício Concedido	Unidade	1.860

Fonte: Tesouro Gerencial e SIMEC

Análise Situacional ¯ Ação 2994

Um dos fatores que contribuíram para a execução da ação foi a motivação da equipe responsável pela execução das ações de assistência estudantil na UFV. Porém também houve fatores que dificultaram a execução da ação como: dificuldade com os processos de compra; carência de pessoal para todas as áreas da assistência estudantil; e a insuficiência do recurso para todas as ações previstas para assistência estudantil, entretanto, a UFV mantêm a tradição de investir recursos próprios na complementação da assistência estudantil. Resultados obtidos com os recursos da ação: ampliação substancial das atividades de esporte e lazer; aumento na quantidade de bolsas, auxílios e serviços para permanência dos estudantes em 2017. Também aumento na cobertura de atendimentos na área de saúde e psicossocial, além de campanhas de saúde, direitos humanos e de prevenção ao consumo excessivo de álcool e outras drogas.

A inscrição de restos a pagar de recursos do exercício justifica-se pela necessidade de estoque

de gêneros de alimentação para o Restaurante Universitário, de maneira a garantir o início das aulas e a execução de restos a pagar de exercícios anteriores foi baseada, sobretudo, na aquisição de gêneros de alimentação e no pagamento de bolsas.

Quadro A.2.3.1.5 ¯ Ação 20GK

Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	20GK **Tipo:** Atividades
Título	Fomento as Ações de Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1010
Programa	Educação de qualidade para todos **Código**: 2080 **Tipo:** Programa Temático
Unidade Orçamentária	26282
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	920.335,00	920.335,00	919.635,34	918.992,65	918.992,65	0,00	642,69

Execução Física					
	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Iniciativa apoiada	Unidade	7	-	7

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ¯ Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	46.464,11	40.392,11	6.072,00	Iniciativa apoiada	Unidade	7

Fonte: Tesouro Gerencial e SIMEC

Análise Situacional ¯ Ação 20GK

Capacitação de estudantes, docentes e técnicos administrativos através do programa Idioma Sem Fronteiras que contribui para o processo de internacionalização da universidade. Além do inglês, a partir do ano de 2016 a UFV oferece também o curso de italiano. Por sua vez o Proext proporcionou maior visibilidade da extensão como atividade fim da IES: Ao longo dos anos os programas e projetos contemplados com recursos do PROEXT, possibilitaram a formação de núcleos, que promovem ações e discutem temas em consonância com as políticas públicas apontadas no PROEXT. Maior inserção da IES na microrregião. A Universidade Federal de Viçosa tem sido referência na Zona da Mata Mineira para temas como: agricultura familiar, agroecologia, economia popular solidária, promoção da saúde, saúde das pessoas com deficiência, fortalecimento do SUS, uso de técnicas sustentáveis e ocupação eficiente do solo em assentamentos de reforma agrária e formação de professores dentre outros.

Quadro A.2.3.1.6 ¯ Ação 20RK

Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	20RK **Tipo:** Atividades
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1010
Programa	Educação de qualidade para todos **Código:** 2080 **Tipo**: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26282
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	74.245.188,00	74.245.188,00	74.155.974,69	60.887.972,33	60.161.889,09	726.083,24	13.268.002,36

Execução Física					
	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Estudante matriculado	Unidade	17.951	-	17.951

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	13.686.484,39	12.334.669,87	113.331,65	Aluno matriculado	Unidade	17.951

Fonte: Tesouro Gerencial e SIMEC

Análise Situacional ¯ Ação 20RK

Dedicação dos docentes e servidores técnico-administrativos, a melhoria nos procedimentos acadêmicos e administrativos e a contratação de novos servidores foram fatores que favoreceram o cumprimento da meta da ação. A despeito do cumprimento da meta da ação, a legislação que regulamenta a contratação de bens e serviços, como a lei de licitações, impõe restrições e dificuldades que tornam morosa a gestão pública. Estes recursos possibilitaram o oferecimento de boas condições de aulas práticas e teóricas, aquisição de material de consumo, equipamentos, atualização e ampliação do acervo bibliográfico, e melhoria e ampliação da estrutura física. No entanto vale destacar que a execução orçamentária não foi totalmente realizada no período em razão do ajuste orçamentário que provocou a não liberação dos limites orçamentários, principalmente em recursos de capital previstos para o ano de 2017, fato que prejudica a compra de equipamentos e o bom andamento de obras importantes nos três *Campi* da UFV. A UFV obteve mais uma vez o conceito máximo (5) no Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC). O resultado é referente ao Enade 2015, em que foram avaliadas mais de duas mil instituições brasileiras de ensino superior. Em todo o país, apenas 12 obtiveram conceito máximo. De acordo com esse ranking, a UFV é a oitava melhor universidade do Brasil e a segunda de Minas Gerais, mantendo sua posição do ano anterior. Entre as graduações da UFV avaliadas, três obtiveram nota máxima (5) no Enade: Administração, Direito e Secretariado Executivo, do *Campus* Viçosa.

Cerca de 70% da inscrição em restos a pagar de recursos do exercício foi baseada na contratação de obras e reformas, destacando-se as contratações para as etapas finais de construção de laboratórios nos *Campi* de Florestal e Rio Paranaíba, para reformas do sistema de tratamento de água e da estação de tratamento de efluentes/granja e para obras dos edifícios do DTA e da Fitotecnia, destacando que parte dessas obras tiveram suas licitações concluídas ao final de 2017. Em relação à execução de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, também destacam-se obras e reformas, especialmente edifícios de laboratórios dos *Campi* de Florestal e de Rio Paranaíba.

Quadro A.2.3.1.7 ¯ Ação 4002

Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial
Código	4002 Tipo: Atividades
Título	Assistência Ao Estudante De Ensino Superior
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1010
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26282
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras

Lei Orçamentária do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	13.595.568,00	13.595.568,00	13.595.568,00	13.432.553,19	13.395.743,94	36.809,25	163.014,81

Execução Física					
	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Benefício concedido	Unidade	32.900	-	32.900

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ¯ Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	1.380.163.33	1.378.999,21	0,00	Benefício Concedido	Unidade	32.900

Fonte: Tesouro Gerencial e SIMEC

Análise Situacional- Ação 4002

As ações de assistência estudantil sempre foram prioridade na Universidade Federal de Viçosa. O apoio coletivo a estas realizações, bem como a parceria entre os diferentes agentes e a excelente qualidade técnica dos profissionais envolvidos são, sem dúvida os principais fatores contributivos. Já os fatores que dificultaram a execução da ação foram: dificuldade com os processos

de compra; carência de pessoal para todas as áreas da assistência estudantil; e a insuficiência do recurso PNAES para todas as ações previstas para assistência estudantil. Apesar disso, a UFV mantêm a tradição de investir recursos próprios na complementação da assistência estudantil. Outro desafio é a crescente (e desejável) ampliação de estudantes com características de alta vulnerabilidade social, não completamente acompanhada da expansão de recursos orçamentários, especialmente o PNAES. Alguns dos resultados obtidos com os recursos da ação foram: ampliação substancial das atividades de esporte e lazer na UFV; aumento na quantidade de bolsas, auxílios e serviços para permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica na UFV em 2017. Também aumento na cobertura de atendimentos na área de saúde e psicossocial, além de campanhas de saúde, direitos humanos e de prevenção ao consumo excessivo de álcool e outras drogas e continuação das obras de construção dos três novos restaurantes universitários nos *Campi* da UFV. Neste primeiro semestre foi inaugurado o restaurante universitário no *Campus* UFV de Rio Paranaíba, a obra com uma área total de 3.458,60 metros quadrados, estimada em R$ 7 milhões, será dividida em duas alas, uma para o oferecimento de refeições e outra para a realização de eventos acadêmicos.

Vale ressaltar que a inscrição em restos a pagar de recursos do exercício foi relativamente baixa, especialmente quando comparada à inscrição no exercício de 2016. Além disso, destaca-se que os restos a pagar de exercícios anteriores foram plenamente executados.

Quadro A.2.3.1.8 ¯ Ação 8282

Responsabilidade da UPC na execução da ação	( ) Integral (X) Parcial						
Código	8282 **Tipo:** Atividades						
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Código:** 1010						
Programa	Educação de qualidade para todos **Código:** 2080 **Tipo:** Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26282						
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	8.363.754,00	8.363.754,00	8.363.754,00	5.604.270,64	5.524.966,14	79.304,50	2.759.483,36
Execução Física							
	Descrição da meta				Montante		

		Unidade de medida	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Projeto viabilizado	Unidade	6	-	6

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ¯ Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	4.423.701,89	4.198.611,14	0,00	Projeto viabilizado	Unidade	6

Fonte: Tesouro Gerencial e SIMEC

Análise Situacional ¯ Ação 8282

Um dos fatores que contribuíram para a execução da ação foi a disponibilidade de novos recursos orçamentários e humanos para cumprimento da meta de expansão do ensino superior de qualidade. Estes recursos possibilitaram a manutenção do cronograma de execução das obras e o oferecimento de boas condições de aulas práticas e teóricas, aquisição de material de consumo, equipamentos, manutenção e ampliação da rede de energia e dados e voz, e melhoria e ampliação da estrutura física. No entanto vale destacar que a execução orçamentária não foi totalmente realizada no período em razão do ajuste orçamentário que provocou a não liberação dos limites orçamentários, principalmente em recursos de capital previstos para o ano de 2017, fato que prejudica a compra de equipamentos e o bom andamento de obras importantes nos três *Campi* da UFV.

Ressalta-se que cerca de 60% da inscrição em restos a pagar de recursos do exercício foi em obras em andamento, justificada, em partes pela liberação de limite orçamentários ao final do ano, relativa a viabilização de cinco projetos: obra do edifício de laboratórios de ensino do *Campus* de Florestal, obra do edifício de laboratório do *Campus* de Rio Paranaíba, obra cobertura e fechamento do Departamento de Educação Física, obra do laboratório de engenharias e obra da UAES. Quanto à execução de restos a pagar de exercícios anteriores, houve dificuldades em uma único fornecedor em dois projetos: obras do CCH II e do edifício da saúde.

2.3.1.1. Ações não Previstas na LOA do exercício ¯ Restos a Pagar ¯ OFSS

Esse item refere-se a restos a pagar ¯ OFSS de Ações não mais Previstas na LOA 2017.

Para a Unidade Orçamentária 26282 as alterações nas ações foram as seguintes:

i. A ação `Expansão do Ensino Superior ¯ *Campus* Rio Paranaíba_ -10G1 foi extinta; e

ii. As ações `Funcionamento de Curso de Graduação_ - 4009 e `Funcionamento da Educação Profissional_ - 2992 foram englobadas na ação 20RK.

Quadro A.2.3.1.1.1 ¯ Ação 10G1 não Prevista na LOA 2017 - Restos a Pagar - OFSS

Código	10G1 **Tipo:** Projeto				
Título	Expansão do Ensino Superior ¯ *Campus* Rio Paranaíba				
Programa	Brasil Universitário Código: 1073				
Unidade Orçamentária	26282				
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	**Unidade de medida**	**Realizado**
18.453,63	272,65	18.180,98	Vaga disponibilizada	Unidade	600

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro A.2.3.1.1.2 ¯ Ação 4009 não Prevista na LOA 2017 - Restos a Pagar - OFSS

Código	4009 **Tipo:** Atividade				
Título	Funcionamento de Curso de Graduação				
Programa	Brasil Universitário Código: 1073				
Unidade Orçamentária	26282				
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
29.231,74	710,09	853,50	Aluno matriculado	Unidade	11.347 (Ano 2010) 11.918 (Ano 2011)

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro A.2.3.1.1.3 ¯ Ação 2992 não Prevista na LOA 2017 - Restos a Pagar - OFSS

Código	2992 **Tipo:** Atividade				
Título	Funcionamento da Educação Profissional				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Código: 1062				
Unidade Orçamentária	26282				
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.589,00	0,00	0,00			

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Situacional:

A Universidade Federal de Viçosa procedeu à inscrição de despesas com restos a pagar no encerramento do exercício financeiro, observadas as condições estabelecidas nos Decretos 93.872/1986 e 7.654/2011.

Assim, os valores inscritos em restos a pagar das ações que não constam da LOA 2017 seguiram indicação do ordenador de despesas e têm validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição. Contudo, poderão permanecer válidos, após esta data, mediante as seguintes situações:

i. refiram-se às despesas executadas diretamente pelos órgãos e entidades da União ou mediante transferência ou descentralização aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com execução iniciada até a data prevista no § 2o; ou

ii. sejam relativos às despesas: a) do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; b) do Ministério da Saúde; ou c) do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

A execução iniciada referida no item I se aplica em casos de aquisição de bens, se a despesa for constatada pela quantidade parcial entregue, atestada e aferida; e nos casos de realização de serviços e obras, se a despesa for verificada pela realização parcial com a medição correspondente atestada e aferida.

Ações ¯ Orçamento de Investimento ¯ OI

Não se aplica.

Análise Situacional

Conforme instruções no Sistema e - contas, a unidade jurisdicionada deverá fazer análise da execução de forma individualizada ou para o conjunto das ações, devendo a escolha sobre uma ou outra forma considerar a que melhor se adequa ao acompanhamento da gestão, notadamente face ao número de ações sob a responsabilidade da unidade. Assim, optou-se por fazer a análise situacional

ao final de cada Quadro demonstrativo da execução orçamentária, financeira e metas que compõem a série 4.3.2.

2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Um aspecto importante a ser destacado como fator interveniente no desempenho orçamentário é o fato de que, por força da EC N° 95/2016 e tendo em vista as Portarias MP n° 17 e 25 de 01/02/2017 e 15/02/2017 e Portaria SOF N° 08 de 14/02/2017, os créditos orçamentários solicitados por meio de Superávit Financeiro apurado em Balanço da UFV foram rejeitados, uma vez que, as norma acima mencionadas exigiram das unidades orçamentárias o oferecimento de créditos orçamentários do exercício corrente como forma de compensação pela utilização do Superávit. A impossibilidade da UFV de utilizar seu Superávit, devidamente apurado no Balanço do exercício anterior, impactou na efetivação de projetos que iriam ser viabilizados com esse recurso.

Vale destacar também que o Programa de Apoio à Pós-Graduação- PROAP/CAPES, que em 2015 recebeu apenas 25% dos recursos orçamentários originalmente pactuados, em 2016 e 2017 se manteve em patamar abaixo do histórico anterior ao referido ano. Esse fator tem implicado em sobrecarga ao orçamento da instituição diante das necessidades dos programas de pós-graduação.

Além disso, em função da UFV não possuir Hospital Universitário, a instituição recebe crédito descentralizado para arcar com despesas de preceptoria médica, essencial na fase de internato do curso. No entanto, nos últimos anos, incluindo 2017, este recurso orçamentário tem sido insuficiente em relação à demanda.

2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência neste exercício.

2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Nessa seção são apresentados os valores de restos a pagar do período compreendido entre 2007 e 2016.

Quadro A.2.3.4.1 ¯ Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados e Resto a Pagar não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2007	3.704,12	-	-	3.704,12
2008	22.057,01	-	-	22.057,01
2009	42.407,11	-	-	42.407,11
2010	169.100,12	-	-	169.100,12
2011	16.617,17	-	-	16.617,17
2012	10.260,59	-	-	10.260,59
2013	1.017,72	-	-	1.017,72
2014	120.190,50	20.990,49	-	99.200,01
2015	2.164.443,48	134.563,81	-	2.029.879,67
2016	1.254.690,29	1.254.690,29	-	-
TOTAL I	3.804.488,11	1.410.244,59	-	2.394.243,52

Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2010	27.668,15	-	-	-	27.668,15
2011	56.406,20	35.926,13	35.926,13	18.891,07	1.589,00
2012	176.329,52	225,00	35,66	49.500,00	126.793,86
2013	575.386,37	111.682,66	111.682,66	65.499,40	398.204,31
2014	3.118.926,55	1.293.122,80	1.293.122,80	193.952,91	1.631.850,84
2015	2.993.857,00	2.727.943,44	2.727.943,44	74.219,92	191.693,64
2016	24.024.067,08	22.168.813,09	21.510.253,09	134.752,60	2.379.061,39
TOTAL II	30.972.640,87	26.337.713,12	25.678.963,78	536.815,90	4.756.861,19
TOTAL I e II	**34.777.128,98**	**26.337.713,12**	**27.089.208,37**	**536.815,90**	**7.151.104,71**

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Em 2017, a UFV possuía R$ 34.777.128,98 inscritos em Restos a Pagar referentes aos anos de 2007 a 2016. Desse total, houve o pagamento de R$27.089.208,37, que representam 77,89% do montante inscrito. Isto demonstra a eficiência da Instituição na política de redução do saldo de RP, restando apenas 22,11% do total inscrito em Restos a Pagar como saldo em 31/12/2017.

Os Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados Inscritos entre 2007 e 2016 e ainda vigentes no exercício de referência do Relatório de Gestão somam o total de R$3.804.488,11. Desse total, 37,07% foram pagos e o saldo em 31/12/2017 foi de 62,93%. Desse saldo, 84,78% refere-se a inscrições ocorridas em 2015, sobretudo referentes a créditos oriundos do

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Do montante total inscrito, 15,49% eram despesas referentes ao Grupo de Despesa 4 ¯ Investimento e 84,51% ao Grupo 3 ¯ Outras Despesas Correntes. Do saldo, somente 1,72% é referente ao Grupo de Investimento e 98,28% referente ao Grupo de Despesas Correntes.

Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos entre 2010 e 2016 e ainda vigentes no exercício de referência do Relatório de Gestão somam-se o total de R$30.972.640,87. Desse total, 82,91% foram pagos, 1,73% cancelados e o saldo em 31/12/2016 foi de 15,36%. Dos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados 62,37% são provenientes do Grupo de Despesa 4 ¯ Investimento e 37,63% são do Grupo 3 ¯ Outras Despesas Correntes.

No Grupo de Despesa 4 ¯ Investimento cerca de 83,87% trata-se de despesas com obras (ND 449051) sobretudo referentes a construção de edifícios de laboratórios nos *Campi* de Florestal e Rio Paranaíba, da terceira etapa do CCH II, do laboratório das Engenharias, entre outros. Desse total inscrito em obras 91,58% foram pagos ao longo do exercício de 2016 restando saldo de 8,24% em 31/12/2016. Do montante inscrito no Grupo 4, 13,39% são despesas com equipamentos (ND 449052) sendo que 65,98% dos valores inscritos nessa natureza de despesa foram pagos e 9,85% cancelados, resultando em um saldo de 24,17% em 31/12/2016 em relação ao total inscrito.

O segundo Grupo de Despesas com maior volume de inscrição em Restos a Pagar Não Processados é o Grupo 3 ¯ Outras Despesas Correntes com o montante de R$11.656.181,48, sendo que 67,62% desse valor referente a Serviços de Terceiros e 31,41% referente a Material de Consumo. Do total inscrito foram pagos 73,83%, cancelados 2,18% e tendo como saldo 23,99% ao final do exercício.

2.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Quadro A.2.3.5.1 ¯ Montantes transferidos por modalidade

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Universidade Federal de Viçosa					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício(R$1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	0	0	0	0	0	0
C. Repasse	0	0	0	0	0	0
T.Cooperaç.	0	0	23	0	0	128.532,84
Totais	0	0	23	0	0	128.532,84

Fonte: Siafi Operacional

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Quadro A.2.3.5.2 ¯ Prestação de Contas

Unidade Concedente					
Nome: Universidade Federal de Viçosa¯UFV CNPJ: 25.944.455/0001-96					
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	Termo de Cooperação
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0,00	0,00	0,00
		Mont. Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas Não Prestadas	Quantidade	0,00	0,00	0,00
		Mont. Repassado	0,00	0,00	0,00
Exercícios Anteriores	Contas Não Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Mont. Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Operacional

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro A.2.3.5.3 Situação da análise de contas

Unidade Concedente				
Nome: Universidade Federal de Viçosa¯UFV CNPJ: 25.944.455/0001-96				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de Repasse	Termo de Cooperação
Contas Analisadas	Quantidade aprovada	0	0	0
	Quantidade reprovada	0,00	0,00	0,00
	Quantidade TCE instauradas	0	0	0
	Montante repassado (R$)	0,00	0,00	0,00
Contas Não Analisadas	Quantidade	0	0	0
	Montante repassado (R$)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Operacional

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.

Quadro A.2.3.5.4 Perfil dos atrasos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome : Universidade Federal de Viçosa - UFV					
Instrumentos Transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
C. de Repasse	0	0	0	0	0
T. Cooperação	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Operacional

Análise Crítica

Verifica-se que não existe transferência na situação de prestação de contas inadimplente. Nos três últimos exercícios houve redução nos Termos de Cooperação, quanto a quantidade e montantes repassados, sendo que no exercício de 2017 não houve transferências em função da Portaria Nº 110 de 26/05/2014 da /secretaria de Gestão Pública, que autoriza o pagamento por meio do SIAFI, via ordem bancária para gratificação de curso ou concurso, quando o servidor for vinculado a outro órgão ou entidade.

As prestações de contas nos últimos exercícios foram prestadas dentro dos prazos regulamentares. As análises foram facilitadas em função do número de transferências repassadas, considerando que a equipe responsável se manteve.

O acompanhamento das transferências é realizado pelos Coordenadores/Gestores coma finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

2.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestação de contas

A Seção de Convênios da Diretoria Financeira da UFV é o setor encarregado pelas análises das prestações de contas dos instrumentos de transferência de recursos, contando dois técnicos, sendo um Assistente em Administração e um Técnico em Contabilidade, Estes profissionais contam com suporte de toda a equipe da Diretoria Financeira, que possui em seu corpo técnico: Auxiliares Administrativos, Assistentes em Administração, Técnicos em Contabilidade, Administradores e Contadores.

As principais atividades da Seção de Convênios são:

- acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira dos convênios, termos de cooperação, descentralizações orçamentárias e outros instrumentos congêneres;
- orientação aos Coordenadores no que se refere a aplicação dos recursos, informando as disponibilidades financeiras e orçamentárias, bem como na comprovação da utilização dos mesmos;
- prestar informações aos órgãos conveniados;
- analisar as prestações contas verificando se foram cumpridos os planos de trabalho e planos de aplicação, os prazos estabelecidos nos instrumentos firmados.

2.3.6. Informações sobre a realização das receitas

Em relação a Receita prevista e arrecadada podemos verificar que houve frustração de receita no exercício de 2015, diferentemente do ano de 2016 que houve uma melhora na arrecadação no valor nominal de R$526.140,57 em relação a previsão inicial da receita de 2016.Em relação a receita efetivamente arrecadada no exercício em analise, em comparação com os exercícios anteriores, verificou-se um pequeno aumento de 7,81% em 2016 comparado a 2015 e 24,13% em 2017 comparado ao exercício de 2015. No entanto, devemos destacar que, devido à crise econômica que se instaurou no exercício de 2015, a arrecadação não foi efetivada nos valores inicialmente previstos, nossa previsão de arrecadação para o exercício de 2017 pautou-se pelo princípio da prudência, perante um cenário instável no período de elaboração da LOA 2017, que resultou em uma previsão mais cautelosa em relação ao previsto em 2015 e 2016 cujo valor previsto em relação ao executado teve resultado superavitário de 7,54%. O Clima de incerteza econômica influenciou sobremaneira a previsão da receita para o ano de 2016, assim houve um superávit orçamentário devido a uma maior prudência na previsão. Já no ano de 2017, corrigimos nossa previsão, tornando-a mais otimista. O Resultado superavitário (Receita Prevista - Receita Arrecadada) foi de 5,01%. Podemos destacar também que a receita orçamentaria que mais contribui para o patrimônio da UFV é a Receita de Serviços Administrativos oferecidos a comunidade acadêmica. No exercício de 2017 essa receita representou 76% do valor arrecadado. Nos anos anteriores cujo plano de contas elencava as naturezas das receitas de modo diferente, essa receita era composta pela receita de SERVIÇOS ADMINSITRATIVOS E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇAO que juntas representavam, em 2015, 54% e, em 2016, 80% do total arrecadado. No exercício em questão a previsão inicial da receita de venda de semoventes foi dentro do que esperávamos arrecadar nos leilões da Semana do Fazendeiro, no entanto esses leiloes não foram tão lucrativos como esperávamos.

Devido a alterações em 2015 com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a metodologia aplicada nos exercícios de 2014 a 2016 é: Receita Realizada +

Receita a Realizar = Receita Prevista. No ano de 2017 a metodologia utilizada foi o item de informação do Tesouro Gerencial Receita Orçamentaria Liquida, saldo já deduzido os estornos de receitas ocorridos durante o exercício.

Quadro A.2.1.6.1 Realização das receitas

Natureza Receita	2017			2016			2015		
	PREVISAO INICIAL DA RECEITA	PREVISAO ATUALIZADA DA RECEITA	RECEITA ORCAMENTARIA (LIQUIDA)	PREVISAO INICIAL DA RECEITA	PREVISAO ATUALIZADA DA RECEITA	RECEITA ORCAMENTARIA (LIQUIDA)	PREVISAO INICIAL DA RECEITA	PREVISAO ATUALIZADA DA RECEITA	RECEITA ORCAMENTARIA (LIQUIDA)
RECEITAS DE SERVIÇOS	6.690.000,00	6.690.000,00	7.003.508,03	5.305.475,00	5.305.475,00	6.035.009,84	6.114.045,00	6.114.045,00	5.136.971,93
REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS	839.849,00	839.849,00	965.693,98	1.202.206,00	1.202.206,00	805.238,90	1.384.477,00	1.384.477,00	1.121.249,75
ALUGUEIS, ARRENDAMENTOS E TAXAS DE OCUPAÇÃO	411.975,00	411.975,00	352.990,81	393.774,00	393.774,00	344.211,26	360.644,00	360.644,00	371.149,28
ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES	141.746,00	141.746,00	52.600,00			83.250,00	56.211,00	56.211,00	114.005,00
INSCRIÇÕES EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS	120.579,00	120.579,00	126.486,25	70.177,00	70.177,00	109.884,51	132.938,00	132.938,00	91.786,15
RECEITA INDUSTRIAL	5.481,00	5.481,00	6.998,24	6.422,00	6.422,00	6.627,86	3.867,00	3.867,00	4.657,28
OUTRAS RECEITAS			-			-			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			70.217,57	2.480,00	2.480,00	47.309,56	162.985,00	162.985,00	20.734,65
MULTAS			64.431,21			75.142,64	125.796,00	125.796,00	102.235,74
TOTAL	**8,209,630.00**	**8,209,630.00**	**8,642,926.09**	**6,980,534.00**	**6,980,534.00**	**7,506,674.57**	**8,340,963.00**	**8,340,963.00**	**6,962,789.78**

Fonte: Tesouro Gerencial

2.3.7. Informações sobre a execução das despesas

Este item tem por objetivo demonstrar, de forma sucinta e gerencial, a execução das despesas pela Unidade Orçamentária 26282 ¯ UFV sob duas perspectivas:

- por modalidade de licitação ou contratação; e
- por grupo e elemento de despesa.

No caso da UFV que se insere no contexto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, não houve distinção da execução das despesas com base na origem do crédito orçamentário se originário (LOA) ou se recebido por transferências internas e externas

Quadro A.2.3.7.1 ¯ Despesas por modalidade de contratação

	Despesa Executada				Despesa paga			
	2017	**%**	**2016**	**%**	**2017**	**%**	**2016**	**%**
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	87.575.962,16	9,61%	85.746.184,02	10,30%	59.541.079,84	6,78%	65.309.737,52	8,09%
a) Convite	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
b) Tomada de Preços	3.485.556,58	0,38%	1.829.755,93	0,22%	1.216.970,45	0,14%	509.219,73	0,06%
c) Concorrência	22.562.943,40	2,48%	21.560.047,55	2,59%	5.418.323,25	0,62%	10.212.315,90	1,26%
d) Pregão	61.527.462,18	6,75%	62.356.380,54	7,49%	52.905.786,14	6,02%	54.588.201,89	6,76%
e) Concurso	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
f) Consulta	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
2.Contratações Diretas (h+i)	24.551.325,78	2,69%	27.129.940,39	3,26%	19.253.886,71	2,19%	22.545.196,69	2,79%
h) Dispensa	19.550.904,79	2,14%	21.603.633,83	2,59%	14.560.977,90	1,66%	17.554.762,99	2,17%
i) Inexigibilidade	5.000.420,99	0,55%	5.526.306,56	0,66%	4.692.908,81	0,53%	4.990.433,70	0,62%
3.Regime de Execução Especial	47.319,58	0,01%	34.132,58	0,00%	47.319,58	0,01%	34.132,58	0,00%
j) Suprimento de Fundos	47.319,58	0,01%	34.132,58	0,00%	47.319,58	0,01%	34.132,58	0,00%
4.Pagamento de Pessoal (k+l)	740.790.037,34	81,26%	659.760.877,12	79,23%	740.782.418,93	84,34%	659.760.877,12	81,69%
k) Pagamento em Folha	739.867.855,34	81,16%	658.975.393,54	79,14%	739.860.236,93	84,24%	658.975.393,54	81,59%
l) Diárias	922.182,00	0,10%	785.483,58	0,09%	922.182,00	0,10%	785.483,58	0,10%
5.Outros	58.667.291,26	6,44%	60.010.592,25	7,21%	58.658.211,26	6,68%	60.010.592,25	7,43%
6.Total (1+2+3+4+5)	911.631.936,12	100,00%	832.681.726,36	100,00%	878.282.916,32	100,00%	807.660.536,16	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

O Quadro A.2.3.7.2 demonstra a execução da despesa de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa e é composto por quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos.

Cada grupo de despesa possui os elementos de despesas relacionados em ordem decrescente do montante empenhado no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro A.2.3.7.2 Despesa por grupo e elemento

Grupo de Despesa/ número e nome do elemento	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Despesas Correntes Total	880.019.392,62	805.419.832,08	868.089.458,52	795.014.375,41	11.929.934,10	10.405.456,67	867.092.642,13	794.273.411,82
1 ¯ Despesa de Pessoal	739.867.855,34	658.975.393,54	739.867.855,34	658.975.393,54	0	0	739.860.236,93	658.975.393,54
11- Vencimentos e vantagens fixas ¯ Pessoal Civil	396.845.425,10	358.657.071,36	396.845.425,10	358.657.071,36	0	0	396.845.425,10	358.657.071,36
01 ¯ Aposent. RPPS. reser. remuner.	216.424.028,84	185.988.386,11	216.424.028,84	185.988.386,11	0	0	216.416.410,43	185.988.386,11
Demais elementos do grupo	126.598.401,40	114.329.936,07	126.598.401,40	114.329.936,07	0	0	126.598.401,40	114.329.936,07
3 ¯ Outras Despesas Correntes	140.151.537,28	146.444.438,54	128.221.603,18	136.038.981,87	11.929.934,10	10.405.456,67	127.232.405,20	135.298.018,28
39 ¯ Outros serviços de	61.646.392,71	68.239.258,47	52.589.611,72	60.807.341,34	9.056.780,99	7.431.917,13	51.808.698,90	60.493.417,61

terceiros - Pessoa Jurídica								
46 - Auxílio Alimentação	19.383.266,88	20.008.090,17	19.383.266,88	20.008.090,17	0	0	19.383.266,88	20.008.090,17
93 - Indenização e restituições	18.932.062,74	19.576.607,93	18.932.062,74	19.576.607,93	0	0	18.932.062,74	19.576.607,93
30 - Material de Consumo	14.471.641,34	14.593.261,53	11.842.827,02	11.724.889,66	2.628.814,32	2.868.371,87	11.798.408,22	11.395.946,85
Demais elementos do grupo	25.718.173,61	24.027.220,44	25.473.834,82	23.922.052,77	244.338,79	105.167,67	25.309.968,46	23.823.955,72
DESPESAS DE CAPITAL								
4 - Investimentos	31.612.543,50	27.261.894,28	11.269.578,69	13.643.283,87	20.342.964,81	13.618.610,41	11.190.274,19	13.129.557,17
51 - Obras e instalações	23.387.709,52	22.907.131,02	5.970.811,15	11.235.262,33	17.416.898,37	11.671.868,69	5.970.811,15	10.721.535,63
Demais elementos do grupo	8.224.833,98	4.354.763,26	5.298.767,54	2.408.021,54	2.926.066,44	1.946.741,72	5.219.463,04	2.408.021,54
Despesas de correntes e de capital total	911.631.936,12	832.681.726,36	879.359.037,21	808.657.659,28	32.272.898,91	24.024.067,08	878.282.916,32	807.402.968,99

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica da realização da despesa

Observa-se no Quadro A.2.3.7.1 que as três modalidades de contratação com maior volume de liquidação referem-se 81,26% ao Item 4 - Pagamento de Pessoal, seguido do Item 1 - Modalidade de Licitação com 9,61% e o Item 5 ¯ Outros com 6,44%.

No que se refere ao item 1 - Modalidade de Licitação, observa-se que houve um aumento de 2,13% das Despesas Executadas em relação ao exercício anterior e que 67,99% desses empenhos foram pagos ainda em 2017. Entre as Modalidades de Licitação destaca-se o Pregão com 70,26%, seguido da Concorrência com 25,76% e Tomada de Preços com 3,98%.

Um dos motivos pelo qual o Pregão é a Modalidade de Licitação com maior volume de recursos liquidados refere-se as compras realizadas via Registros de Preço pela Instituição, seja por adesão a Atas, aproveitando os processos licitatórios economicamente favoráveis realizados por outras Instituições ou sendo Gerenciadora, que possibilita a UFV especificar o produto de acordo com a sua necessidade e recebê-lo na própria Instituição.

No Quadro A.2.3.7.2, no Grupo 3 - Outras Despesas Correntes, têm-se que 43,99% do elemento de despesa com maior montante empenhado em 2017 foi o 39 ¯ Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica foi adquirido através de pregão.

Ainda no Quadro A.2.3.7.1, o item 5 - Outros, que representou a terceira modalidade de contratação com maior volume de despesas executada em 2017, é relacionado aos seguintes elementos de despesas: 93 ¯ Indenizações e Restituições, que são despesas relacionados aos direitos dos servidores para ressarcimento de parte dos custos dos planos de saúde, 46 ¯ Auxílio Alimentação, 18 ¯ Auxílio Financeiro a estudantes e 47 ¯ Obrigações Tributárias e Contributivas, que trata ¯se em sua maioria de contribuições ao PIS/PASEP. Os demais elementos desse grupo são despesas correntes necessárias ao funcionamento da Instituição.

É importante ressaltar que o elemento de despesa 46 ¯ Auxílio ¯ Alimentação também aparece no Quadro A.2.3.7.2 ¯ Despesas por grupo e elemento de despesa, como sendo o segundo elemento de maior volume de empenho no exercício. E que, tanto esse elemento de despesa quanto o terceiro de maior volume empenhado (Quadro A.2.3.7.2), 93 ¯ Indenizações e Restituições, impactam fortemente as despesas correntes da Instituição, porém trata¯se de despesas que não dependem diretamente de decisões da UFV e são direitos dos servidores empenhados diretamente em suas folhas de pagamento.

Outro detalhe importante no Quadro A.2.3.7.1 ¯ Despesas por modalidade de contratação, foi a redução de 9,50% nas contratações diretas. Redução essa explicada pelo fato de que a despesa executada em 2017 refere-se exclusivamente a despesas do exercício, fato que não ocorreu em 2016, ano em que despesas do exercício de 2015 incidiram sobre o exercício orçamentário de 2016, especialmente energia elétrica e imprensa nacional.

Quanto ao Quadro A.2.3.7.2 podemos ainda destacar que 81,16% do orçamento da UFV empenhado em 2017 destina-se ao Grupo 1 - Despesas de Pessoal, seguido do Grupo 3 ¯ Outras Despesas Correntes com 15,37% e por fim o Grupo 4 ¯ Investimento com 3,47%.

No Grupo 3 ¯ Outras despesas correntes, vale a pena destacar que o elemento de despesa 39 ¯ Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica teve uma redução de 9,66% se comparado ao exercício anterior, demonstrando o impacto do esforço da UFV em renegociar os contratos e promover eficiência na gestão da contratação de terceirizados.

Ainda no Quadro A.2.3.7.2 observa-se que a liquidação dos recursos empenhados seguiu o padrão do exercício anterior tendo, 100% dos recursos empenhados em Despesas de Pessoal sendo

liquidados no exercício, 91,49% das Despesas Outras Despesas Correntes e 35,65% das Despesas de Capital também liquidadas em 2016. O baixo volume de liquidação desse último Grupo aconteceu pois são despesas, em sua maioria, de obras em andamentos cujo os pagamentos estão condicionado às medições de acordo com o cronograma físico e financeiro das obras.

Quanto aos valores pagos observa-se que tanto no Grupo Despesas Correntes quanto no Grupo Despesas de Capital, quase 100% das despesas liquidadas foram pagas ainda no exercício do Relatório.

2.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Concessão de Suprimento de Fundos

O Quadro A.2.3.9.1 visa demonstrar os valores concedidos a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal ¯ CPGF, bem como a quantidade de supridos em cada modalidade, no exercício de referência do relatório de gestão e no imediatamente anterior.

Quadro A.2.3.8.1 ¯ Concessão de suprimento de fundos

Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	154051	UFV	0	0	50	47.319,58	7.000,00
2016	154051	UFV	0	0,00	43	34.132,58	7.000,00
2015	154051	UFV	0	0,00	49	46.831,97	7.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial/Sistema de Processos UFV

Utilização de Suprimento de Fundos

O Quadro A.2.3.9.2 visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal ¯ CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

Quadro A.2.3.8.2 ¯ Utilização de suprimento de fundos

	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	154051	UFV	0	0	15	946,97	46.372,61	47.319.58
2016	154051	UFV	0	0,00	18	1.405,20	32.727,38	34.132,58
2015	154051	UFV	0	0,00	24	1.992,23	44.839,74	46.831,97

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi Operacional

Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

O Quadro A.2.3.9.3 visa evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro A.2.3.8.3 Tipos de despesas

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto				
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa		Subitem da Despesa		Total (R$)
		CODIGO	NOME	CODIGO	NOME	
154051	UFV	30	MATERIAL DE CONSUMO	01	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	7.736,46
				07	GENEROS DE ALIMENTACAO	17.568,02
				19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	221,40
				16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	159,00
				22	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇAO	17,45
				24	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	10.862,75
				25	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	2.656,52
				26	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	1.811,50
				28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	543,00
				39	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	2.022,15
TOTAL ELEMENTO DE DESPESA 30						**43.598,25**
154051	UFV	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	08	PEDÁGIOS	0,00

TOTAL ELEMENTO DE DESPESA 33						0,00
154051	UFV	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.384,00
				16	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	40,00
				18	SERVICOS DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS	953,50
				19	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	1.030,86
				66	SERVICOS JUDICIARIOS	312,97
TOTAL ELEMENTO DE DESPESA 39						3.721,33
TOTAL GERAL						47.319,58

Fonte: Tesouro Gerencial

Em nenhum momento foram concedidos mais de 2 suprimentos de fundos para cada agente suprido, conforme disposto no art. 45 do Decreto n° 93872, de 23 de Dezembro de 1986;

Os limites de concessão de suprimento de fundos e de pagamentos obedeceram ao disposto na Portaria MF n° 95, de 19 de abril de 2002;

Cerca de 90% dos agentes supridos são ocupantes do cargo de motorista e utilizam o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) em gastos com combustíveis, lubrificantes, peças de reposição, pedágios e consertos de pneus de veículos oficiais em deslocamento a serviço fora da sede;

Para assegurar que a aplicação de tais recursos esteja em conformidade com a legislação vigente, a cada solicitação de suprimento é emitido guia informativo com as normas legais, com a indicação de prazos, limites e algumas situações peculiares, as quais o suprido deverá observar ao utilizar o CPGF;

Além disso, os supridos contam com suporte dos Técnicos da Diretoria Financeira para dirimir dúvidas e dar orientações sobre a correta utilização dos recursos liberados;

Através dessas medidas, observa-se, a cada prestação de contas, melhor utilização dos recursos. Além disso, foram implementados no ano de 2012, outros meios para assegurar o abastecimento dos veículos em viagens, reduzindo a cada ano a utilização do CPGF. Medidas essas que estão sendo perpetuadas ao longo dos anos, contribuindo significativamente com a redução da utilização do CPGF. Em relação a essa redução, podemos destacar também um aumento do número de solicitações de aposentadorias, sem reposição no quadro, dos motoristas usuários do CPGF.

No que tange as prestações de contas não houve contas não aprovadas, no entanto houve sugestões de maior aprimoramento do gasto.

2.4. Desempenho Operacional

A UFV tem sua missão definida no escopo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que também definiu os Objetivos Institucionais que foram aprovados, inicialmente, no contexto do Plano de Gestão 2009-2012, na 372ª reunião do Conselho Universitário, ocorrida em 2 de dezembro de 2010.

A UFV tem se mostrado alinhada ao cumprimento dos objetivos governamentais no Programas Temático Educação de Qualidade para Todos, na medida em que tem pautado suas ações para possibilitar a ampliação do acesso à educação básica e superior com condições de permanência e equidade, e com foco na qualidade acadêmica e na qualificação de recursos humanos.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional foram firmados os Objetivos Institucionais que, em seu conjunto, buscavam atender aos Programas Temáticos do governo, da época, que era dividido em Educação Básica e Educação Superior e que agora, no PPA 2016-2019 foram agrupados no Programa Temático Educação de Qualidade para Todos. Esse plano foi elaborado de forma a associar seus Eixos Temáticos - Perfil Institucional; Gestão Institucional; Organização Acadêmica; Infraestrutura; Aspectos Financeiros e Orçamentários; e Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional - aos Objetivos Institucionais.

Alguns resultados obtidos pela UFV, no cumprimento de seus Objetivos Institucionais definidos no (PDI/UFV/2012-2017) e Plano de Gestão (2015-2019), destacam-se nas realizações da UFV para o ano de 2017:

Geral

UFV está entre as 12 instituições com conceito máximo no IGC/MEC.

A UFV obteve mais uma vez o conceito máximo (5) no Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC). O resultado foi referente ao Enade 2015, em que foram avaliadas mais de duas mil instituições brasileiras de ensino superior. Em todo o país, apenas 12 obtiveram conceito máximo. De acordo com esse ranking, a UFV é a oitava melhor universidade do Brasil e a segunda de Minas Gerais, mantendo sua posição do ano anterior. Entre as nove graduações da UFV avaliadas, três obtiveram nota máxima (5) no Enade: Administração, Direito e Secretariado Executivo, do *Campus* Viçosa.

UFV é uma das 100 melhores universidades do mundo em Agricultura e Ciências Florestais.

A UFV manteve sua posição entre as 100 melhores universidades do mundo na área de Agricultura e Ciências Florestais, de acordo com o QS World University Rankings by Subject de 2017. No Brasil, é a primeira classificada de Minas Gerais na área.

UFV é a segunda melhor de Minas e 13ª do país no Ranking Universitário da Folha de 2017.

A UFV é a segunda melhor Universidade de Minas Gerais e a 13ª do país de acordo com o Ranking Universitário da Folha (RUF) de 2017, divulgado pelo jornal Folha de São Paulo. No ranking, o curso de Agronomia da UFV também foi considerado mais uma vez o melhor do Brasil.

UFV é a segunda universidade mais sustentável do Brasil.

De acordo com o ranking global de sustentabilidade das universidades, GreenMetric World University Ranking, a Universidade é segunda mais sustentável do Brasil, com 5.353 pontos, ficando atrás apenas da Federal de Lavras (UFLA), com 6.423 pontos. O ranking é uma iniciativa da Universidade da Indonésia, lançado em 2010, como parte de uma estratégia mundial para redução da pegada de carbono das instituições de ensino superior no combate ao aquecimento global.

Campus UFV-Florestal comemorou seus 11 anos e os 91 anos da UFV com homenagens aos

servidores.

Em comemoração aos 91 anos de existência da UFV e aos 11 anos de criação do *Campus* UFV-Florestal (CAF-UFV), a Diretoria Geral e a Diretoria de Extensão e Cultura (DXT) da Instituição promoveram pela primeira vez na história do *Campus*, a cerimônia de entrega da Medalha `José Valentino da Cruz (Candinho)_ aos servidores técnico-administrativos destacados por sua dedicação, em tempo integral, às atividades acadêmicas e administrativas da Instituição, bem como a entrega de certificados aos servidores aposentados que comemoraram seus Jubileus de Prata (25 anos), Porcelana (20 anos) e Madeira (05 anos).

Campus UFV-Florestal conquistou Medalha de Ouro na Olimpíada Brasileira de Agropecuária 2017.

A equipe do CAF que participou da OBAP-2017, a equipe Agrocedaf, representando o *Campus* UFV-Florestal (CAF/UFV), recebeu Medalha de Ouro na 7ª edição da Olimpíada Brasileira de Agropecuária (OBAP), realizada em Barbacena, MG.

Campus UFV-Rio Paranaíba completou 11 anos.

No dia 25 de julho de 2017, foram comemorados os 11 anos da criação do *Campus* UFV-Rio Paranaíba, que se deu pela Resolução nº 08/2006, de 25 de julho de 2006. A construção e consolidação deste *Campus* é alicerçada pelo trabalho de 119 professores efetivos e quatro substitutos, 86 servidores técnico-administrativos e 60 funcionários terceirizados, que atuam na busca de excelência no ensino, pesquisa e extensão, juntamente com cerca de dois mil alunos.

Ensino de Graduação

1) Curso de Medicina da UFV teve resultado acima da média nacional em avaliação.

O curso de Medicina da UFV conseguiu médias acima das médias nacional, estadual e da região Sudeste na Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina (Anasem). Os estudantes do curso da Universidade atingiram a média de 110,4 pontos, enquanto a média nacional foi de 100 pontos, a do Sudeste de 99,6 e a de Minas Gerais de 100,3, conforme o resultado da avaliação divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

2) UFV atingiu excelência na avaliação do Enade 2016.

A UFV alcançou excelência no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Na avaliação realizada, que envolveu 11 cursos da Universidade, todos ficaram acima da média nacional: seis conquistaram conceito máximo ¯ Agronomia (Viçosa e Florestal), Enfermagem, Medicina, Medicina Veterinária e Nutrição ¯ e cinco obtiveram nota 4 ¯ Educação Física (bacharelado), Zootecnia, Gestão Ambiental (*Campus* Florestal), Agronomia e Nutrição (Rio Paranaíba). Além disso, o curso de Medicina da UFV foi o único a conquistar o conceito máximo em Minas Gerais e alcançou a melhor média geral do país.

3) Física-Licenciatura do Campus UFV-Florestal foi classificado com 4 estrelas pelo Guia do Estudante

O curso de Física-Licenciatura do *Campus* UFV-Florestal foi classificado com 4 estrelas (sendo 5 o máximo) pelo Guia do Estudante (GE) em sua edição `GE Profissões Vestibular 2018_, com circulação a partir de Outubro/2017.

Ensino Médio e Técnico-científico

1) Curso Técnico em Agropecuária a Distância do Campus UFV-Florestal.

No *Campus* UFV-Florestal foi oferecido o Curso Técnico em Agropecuária, na modalidade a distância, a partir do primeiro semestre de 2017.

2) Fecitec 2017 - Mostra de Profissões.

A IV Feira de Ciências, Tecnologia, Educação e Cultura (Fecitec 2017), foi realizada no CAF/UFV, juntamente com a Mostra de Profissões. A Comissão Organizadora do Fecitec 2017 recebeu 219 trabalhos inscritos para o evento, mas uma subcomissão de avaliação dos trabalhos verificou se todos atendiam aos critérios previstos no edital e selecionou apenas 165 para apresentação, sendo 47 do nível fundamental, 115 do nível técnico e somente três do nível superior, provenientes de 22 municípios de 6 estados do Brasil (MG, CE, RJ, PA, RS e AM).

3) Mediotec da UFV-Florestal faz parceria com Fundações para oferta de cursos técnicos EaD.

Reuniram-se no *Campus* UFV-Florestal, representantes da Fundação Caio Martins (Fucam) e da Fundação Helena Antipoff com o coordenador adjunto do Programa Mediotec, visando à parceria para oferta de vagas em cursos técnicos EaD no âmbito do programa Pronatec/Mediotec/e-Tec. O encontro ocorreu por iniciativa da coordenação, a qual vem fazendo contato com municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e municípios adjacentes para formar turmas dos cursos ofertados, com o objetivo de atender o maior número possível de cidades e alunos para expandir o ensino técnico profissional da rede federal.

Pesquisa e Pós-Graduação

1) Artigo do Departamento de Zootecnia foi capa de periódico referência em ciência animal.

O artigo Technical note: Estimating body weight and body composition of beef cattle trough digital image analysis (Uso de análise de imagens digitais para estimar peso e composição corporal de bovinos de corte) do Departamento de Zootecnia (DZO), foi capa da edição de janeiro de 2017 do Journal of Animal Science (JAS), uma das revistas mais importantes da área de ciência animal. É resultado de um estudo, cujo objetivo foi desenvolver equações para prever o peso do corpo e da carcaça e o conteúdo da gordura de animais, usando imagens digitais tridimensionais obtidas por meio do dispositivo Microsoft Kinect.

2) Pesquisa desenvolvida no Departamento de Fitopatologia foi capa da revista New Phytologist.

Uma imagem da esporulação do fungo Hemileia vastatrix em folhas infectadas de cafeeiro, produzida no Laboratório de Genética e Genômica de Interação Planta-Patógeno da UFV, ilustrou a capa da edição de fevereiro de 2017 da Revista New Phytologist, considerada uma das cinco principais revistas científicas na área de Ciência Vegetal (índice de impacto 7,21). No mesmo número foi publicado o trabalho desenvolvido no laboratório, com a caracterização de genes candidatos a efetores do fungo, apresentado um método para a caracterização funcional desses efetores e realizada a identificação inédita de um gene candidato a gene de avirulência. O artigo científico é assinado por oito pesquisadores do Laboratório de Genética e Genômica de Interação Planta-Patógeno da UFV.

3) Pesquisadores desvendaram fungos causadores da verrugose em plantas.

As verrugoses são doenças causadas por fungos do gênero Elsinoë e que afetam plantas como o amendoim, mandioca, feijoeiro, bico-de-papagaio e muitas outras. A maioria das pessoas conhece essas doenças pelo dano que causam à aparência de frutos como o abacate, laranjas, limões e

tangerinas. Os frutos atacados ficam com má aparência com manchas descoloridas e verrugas e são rejeitados pelos consumidores em feiras e supermercados. O professor Robert Barreto, do Departamento de Fitopatologia, realizou os trabalhos sobre a taxonomia desses fungos em colaboração com a equipe do grupo de Fitopatologia Evolutiva, liderada pelo professor Pedro Crous, do Westerdijk Fungal Biodiversity Institute ¯ Holanda. O primeiro trabalho que resultou dessas pesquisas foi publicado no periódico científico de maior impacto na área de micologia (Studies in Mycology) sob o nome `Phylogeny and taxonomy of the scab and spot anthracnose fungus Elsinöe (Myriangiales, Dothideomycetes) _.

4) Nova espécie de sapo foi descrita por pesquisadores da UFV.

A descoberta de uma nova espécie de sapo na Serra do Brigadeiro (MG), a identificação do Brachycephalus darkside sp. nov foi resultado de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal. O resultado da pesquisa foi apresentado na revista neozelandesa ZooTaxa, no artigo The dark side of pumpkin toadlet: a new species of Brachycephalus (Anura: Brachycephalidae) from Serra do Brigadeiro, southeastern Brazil.

5) Pesquisadores buscam novos medicamentos na Mata Atlântica.

Um grupo de pesquisadores da UFV vem desenvolvendo pesquisas de bioprospecção farmacêutica da biodiversidade da Mata Atlântica para conhecer as substâncias químicas contidas nas mais de 20 mil espécies da flora da região. Destas pesquisas podem surgir novos fármacos, cosméticos e agroquímicos de grande interesse para a sociedade.

6) Pesquisadores publicaram estudo inédito sobre a mudança da cobertura vegetal dos biomas brasileiros.

O ex-aluno do Programa de Pós-Graduação em Botânica, Daniel Arruda, publicou parte de sua tese no periódico Global Ecology and Biogeography, um dos mais importantes periódicos científicos na área de ecologia. O estudo intitulado Vegetation cover of Brazil in the last 21 ka: New insights into the Amazonian refugia and Pleistocenic arc hypotheses trouxe uma abordagem inédita sobre modelagem de vegetações, utilizando características climáticas e pedológicas.

7) Projeto conjunto entre UFV e Universidade da Geórgia ampliou estudo sobre Zika vírus.

Um projeto do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular da UFV, foi aprovado entre os quatro aprovados no edital Programa de Apoio Financeiro à Mobilidade de Pesquisa, lançado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e a Universidade da Geórgia (UGA), dos Estados Unidos. Com o título The Effect Of Environmental Temperature On The Mosquito - Zika Interaction, o projeto tem como proposta estudar os efeitos do aumento da temperatura global na capacidade de infecção do mosquito Aedes aegypti por Zika vírus.

8) Livro de professor da UFV foi destaque em rede social de pesquisadores.

O livro Introdução à Climatologia, do professor do Departamento de Engenharia Florestal Fillipe Tamiozzo Pereira Torres, em 2017 ficou entre os recordistas de download do Researchgate, uma rede social específica para pesquisadores, com cerca de 12 milhões de integrantes de diversos países. Os mais de 19 mil downloads da obra colocaram o professor em primeiro lugar entre os 3.500 pesquisadores da UFV que participam da rede e entre os mais acessados do mundo.

9) Projeto do Laboratório de Restauração Florestal em parceria com a CBA foi premiado em evento.

O projeto Aplicação de bioindicadores de monitoramento em áreas restauradas, coordenado por Sebastião Venâncio Martins, professor do Departamento de Engenharia Florestal (DEF), foi premiado na categoria Preservação Ambiental no 19º Prêmio de Excelência da Indústria Minero-metalúrgica Brasileira. A premiação foi promovida pela revista Minérios & Minerales e pelo

Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra), em Belo Horizonte, durante o VIII Workshop Redução de Custos na Mina e na Planta.

10) UFV discutiu parceria com a Fundação Renova para pesquisas na Bacia do Rio Doce.

A UFV estabeleceu convênio com a Fundação Renova para incentivar pesquisas na reparação, restauração e reconstrução das regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. A reunião sobre o tema aconteceu em 2017 entre a reitora Nilda Soares e o diretor-presidente da Fundação, Roberto Waack, que esteve em Viçosa para a palestra de abertura do IV Fórum Brasil de Áreas Degradadas.

11) UFV embarcou no Rally da Safra e participa do monitoramento da maior safra de soja brasileira.

Em 2017, o Brasil colheu a maior safra de soja já registrada na sua história: uma média de 55,8 sacos por hectare, sendo que alguns estados chegaram a 60 sacos por hectare ¯ como Paraná, Santa Catarina e São Paulo. As boas condições climáticas, com chuvas oportunas e constantes durante o período produtivo, e o uso de tecnologias foram os principais responsáveis pelo recorde. As informações são do Rally da Safra, uma expedição de profissionais e pesquisadores que monitora a quantidade e a qualidade do grão no país anualmente e é acompanhada de perto por estudantes da UFV.

12) Simpósio Internacional debate alimentação de aves e suínos e lança tabelas para formulação de rações.

Na UFV foi realizado o IV Simpósio Internacional sobre Exigências Nutricionais de Aves e Suínos, promovido pelo Departamento de Zootecnia (DZO). O evento teve a participação de professores, pesquisadores, técnicos, estudantes de graduação e pós-graduação e de profissionais do Brasil e do exterior ligados à produção de alimentos e nutrição para monogástricos.

13) Realizada no CAF-UFV a Semana da Ciência e Tecnologia 2017.

Foi realizada, no *Campus* UFV-Florestal (CAF/UFV), a Semana da Ciência e Tecnologia 2017, que ocorre em todo o País sobre o seguinte tema: `A matemática está em tudo _. No CAF/UFV a iniciativa englobou o VIII Simpósio de Integração Acadêmica (SIA 2017), a IV Feira de Ciências, Educação, Tecnologia e Cultura (Fecitec 2017) e a Mostra de Profissões. Os eventos aconteceram simultaneamente por meio de atividades que abrangeram apresentações de trabalhos científicos, visitas técnicas das escolas públicas e particulares da região, palestras e apresentações culturais.

14) Sessão Solene de Entrega de Títulos aos Mestres e Doutores.

Foi realizada, em outubro de 2017, no Espaço Acadêmico-Cultural Fernando Sabino, no *Campus* UFV-Viçosa, Sessão Solene de Entrega de Títulos aos Mestres e Doutores da UFV dos Centros de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde, Exatas e Tecnológicas e Humanas, Letras e Artes. Foram titulados 176 pessoas.

15) Tese defendida na UFV recebe prêmio do International Plant Nutrition Institute.

O ex-aluno do Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas da UFV (PPGSNP) Nicolás Ignacio Stahringer foi agraciado com o Scholar Award 2017 do International Plant Nutrition Institute (IPNI), uma organização sem fins lucrativos dedicada a desenvolver e promover informações científicas sobre o manejo responsável de nutrientes das plantas. Esta é a terceira vez que o PPGSNP foi agraciado com a premiação. A tese premiada, com o título Parametrização de modelos de produtividade e de balanço nutricional para Pinus e Eucalyptus em Corrientes ¯ Argentina, foi defendida em 2017 no Departamento de Solos da UFV (DPS).

Proteção da Propriedade Intelectual

1) UFV obteve patente de vacina nos Estados Unidos.

Uma vacina genuinamente brasileira, foi criada por pesquisadores da UFV para imunizar suínos contra o vírus PCV2. Esse vírus ataca granjas em todo o mundo, causando definhamento dos leitões e prejuízos aos produtores. Essa vacina foi patenteada nos Estados Unidos.

2) Vacina produzida pela UFV foi patenteada na Colômbia.

Uma vacina para imunizar suínos contra o circovírus suíno 2 (PCV2), produzida por pesquisadores da UFV, foi patenteada na Colômbia. Esta é a segunda patente internacional conquistada pelo produto tecnológico. A primeira foi nos Estados Unidos. Com a nova concessão, a Universidade e a Fapemig, que detêm a titularidade da patente, terão um monopólio de 20 anos para comercialização da vacina na Colômbia.

3) Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular obteve sua primeira patente concedida no Brasil.

O Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular (DBB) recebeu, em julho de 2017, a sua primeira carta patente concedida no Brasil com um sabonete que tem em sua fórmula o óleo da polpa de macaúba. A patente veio sete anos depois de o pedido ter sido depositado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em parceria com o Departamento de Fitotecnia (DFT).

4) Universidade obteve registro de programa desenvolvido por doutoranda da Engenharia Agrícola.

Foi concedido à UFV o registro do programa Neuro AgroClimate, desenvolvido como parte da tese de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola. O Neuro AgroClimate realiza predições matemáticas por meio de aproximação de função ou modelagem dinâmica usando redes neurais artificiais. Ele foi idealizado para auxiliar a doutoranda em sua tese, na área de Recursos Hídricos, que tem o objetivo de desenvolver modelos agrometeorológicos para estimar a produtividade nos plantios florestais.

Internacionalização

1) Laboratório da UFV é referência no mundo em pesquisas com besouros.

O International Journal for Zoology publicou, na edição de junho de 2017, o artigo Taxonomy of Xylographellini (Coleoptera: Ciidae) from the Australian and Oriental regions with descriptions of new species of Scolytocis and Xylographella, de um doutorando do programa de pós-graduação em Ecologia da UFV do Departamento de Biologia Animal, do *Campus* UFV-Viçosa. O artigo, no qual são descritas duas espécies de besouros de fungos orelhas-de-pau (ciídeos) da Austrália e uma das Ilhas Carolinas, revela a interação que o Laboratório de Sistemática e Biologia de Coleoptera (LabCol) vem mantendo com pesquisadores de diferentes países.

2) Escola de Altos Estudos One Health, One World inicia atividades.

Foi realizada a programação da Escola de Altos Estudos (EAE): One Health, One World. As atividades estão relacionadas ao One Health, um projeto de cooperação internacional mantido, desde 2012, entre a UFV, a Washington State University e a University of Washington. Sua proposta é a realização de pesquisas a partir da perspectiva de saúde unificada, o que envolve interações entre as esferas humana, animal e ambiental.

3) UFV sediou primeira reunião da Rede UniMinas para internacionalização das universidades mineiras.

A UFV recebeu os diretores de relações internacionais de 16 instituições públicas e particulares de ensino superior de Minas Gerais. Eles fazem parte da Rede UniMinas de representantes das universidades em assuntos de internacionalização. Segundo o Diretor de Relações Internacionais da UFV, Vladimir Di Iorio, o objetivo da reunião foi trocar experiências e definir ações em conjunto para fortalecer a internacionalização das universidades neste período de crise, sobretudo para financiamento de intercâmbios internacionais.

Empreendedorismo

1) UFV está entre as dez universidades mais empreendedoras do país.

A Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior) divulgou, o ranking das 55 universidades que mais incentivam o empreendedorismo no Brasil. A Universidade Federal de Viçosa (UFV) ocupa a sétima posição no país.

2) Time Enactus do Campus UFV-Rio Paranaíba foi premiado em evento nacional.

Durante o Enactus Brasil, realizado no Centro de Convenções Sulamérica, do Rio de Janeiro, em julho de 2017, aconteceu a premiação do Campeonato Nacional Enactus Brasil, oportunidade que os times têm para mostrar seus projetos, talentos e realizações empreendedoras. O Time Enactus do *Campus* UFV-Rio Paranaíba (CRP), que entre 2016 e 2017 participou do Edital da Aceleração de Projetos Enactus da Walmart para Empoderamento Econômico Feminino, foi classificado em 2º lugar e recebeu a premiação de 2 mil dólares por todos os resultados de destaque atingidos através do Projeto Mulheres de Chaves.

3) UFV adere ao programa de incentivo a startups Inova-Pró.

A UFV aderiu ao programa Inova-Pró, que permite acelerar projetos de startups propostos por integrantes de programas de pós-graduação. A iniciativa fez parte do Minas Digital, uma ação pioneira do estado de Minas Gerais coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes). O objetivo é gerar desenvolvimento econômico e social a partir da inovação, empreendedorismo, economia criativa e digital.

Extensão e Cultura

Extensão

1) 88ª edição da Semana do Fazendeiro no Campus UFV-Viçosa.

A 88ª edição da Semana do Fazendeiro, o maior e mais tradicional evento de extensão realizado pela Universidade, aconteceu no *Campus* UFV-Viçosa em 2017. O evento foi direcionado pelo tema Produção Rural e Desenvolvimento: diversidade de pessoas, técnicas e resultados, que reconhece o potencial produtivo do Brasil com toda a sua diversidade, principalmente em tempos de dificuldades políticas, econômicas e sociais. Foram oferecidos 357 cursos em áreas diferentes ¯ agropecuária à conservação do vestuário ¯, Dia de Campo, Oficinas Tecnológicas e circuitos do Café e do Leite. Ocorreu também a nona edição da Troca de Saberes e as semanas da Juventude e da Mulher Rural.

2) 48ª Semana do Produtor Rural no Campus UFV-Florestal.

Foi realizada, em julho de 2017, a 48ª Semana do Produtor. Evento cujo objetivo foi oferecer qualificação ao produtor rural por meio de cursos e palestras com especialistas em áreas de interesse do produtor, visando à melhoria da qualidade de vida e a produtividade. Além dos diversos cursos profissionalizantes, houve Clínicas Tecnológicas, exposições, Dia de Campo e shows noturnos.

3) Campus UFV-Rio Paranaíba sediou reunião de produtores de queijo artesanal e lideranças regionais.

O *Campus* UFV-Rio Paranaíba sediou reunião de apresentação do projeto Promoção de Ações de Salvaguarda do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, patrocinado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Projeto de Salvaguarda compreende a produção de conhecimento e documentação sobre o modo de fazer queijo de leite cru nas regiões do Serro, da Canastra, Serra do Salitre e Alto Paranaíba. Prevê ainda o compartilhamento do conhecimento com as sociedades locais, tendo em vista a valorização da produção artesanal dos queijos de Minas e do seu significado como patrimônio cultural brasileiro.

4) UFV lançou livro que retrata sua extensão universitária.

Para registrar a extensão universitária, reconhecida como uma das principais marcas da UFV, foi lançado, em 2017, o livro `Práticas e Reflexões na Extensão Universitária_. A obra conta como a extensão universitária da UFV foi inaugurada, redimensionada e reinventada. A equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC) retomou o projeto, iniciado em 2004, de registrar a extensão universitária por meio da visão e da análise de professores que atuam ou atuaram em programas extensionistas, e também daqueles que pesquisaram essa prática desde a antiga Escola de Agricultura e Veterinária (ESAV).

5) Projeto de Educação Física ofereceu ginástica a pessoas de meia e terceira idades.

A UFV realizou ações do projeto de extensão Saúde e Vida - Ginástica para Meia e Terceira Idade, do Departamento de Educação Física (DES). O projeto ofereceu atividades físicas sistematizadas, que incluíram circuitos com corridas e exercícios de equilíbrio, força e flexibilidade. Foram disponibilizadas 160 vagas: 80 para pessoas de meia-idade (40 a 59 anos) e 80 para terceira idade (a partir de 60 anos).

<u>Cultura</u>

6) Whitney Shay cantou blues e jazz no Espaço Fernando Sabino.

Foi apresentado, no Espaço Acadêmico-Cultural Fernando Sabino, show da cantora norte-americana Whitney Shay para o lançamento do Circuito ViiJazz 2017 e abertura da programação cultural da UFV. Ela foi acompanhada pelos músicos brasileiros Alexandre Loureiro, Adriano Grineberg, Marcos Klis e Luiz da Silva Neto.

7) Grupo musical de câmara Rockin Strings realizou apresentação no Espaço Fernando Sabino.

Foi realizado o espetáculo Rockin˘ Strings, no auditório do Espaço Acadêmico-Cultural Fernando Sabino, do *Campus* UFV-Viçosa. No evento, o quarteto de cordas ao lado de uma bateria tocou grandes ícones do rock˘n roll como Led Zeppelin, Queen, Beatles, AC/DC, Deep Purple, Black Sabbath, Nirvana, entre outros. O quarteto Rockin˘Strings é um grupo de câmara que mistura o estilo com o rock, fazendo uma junção do erudito com o popular.

8) Corredor Cultural promoveu concerto com músicas de Mozart no Campus UFV-Viçosa.

O grupo de performers em canto Singspiel apresentou em 2017, no Espaço Acadêmico-Cultural Fernando Sabino, o concerto `As damas de Mozart convidam_. O repertório do espetáculo, com 60 minutos de duração, incluiu árias, duetos e quartetos do compositor austríaco Wolfgang Amadeus Mozart. O espetáculo `Damas de Mozart convidam_ foi apresentado pelo projeto Corredor Cultural e foi realizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC) e Divisão de Assuntos

Culturais (DAC) da UFV.

9) Exposição fotográfica sobre cotidiano europeu abriu programação da Pinacoteca da UFV.

Na Pinacoteca da UFV foi realizada a exposição Memória sensível: expressões cotidianas do velho continente. Por meio de 19 imagens, o professor, fotógrafo e cineasta Adriano Medeiros, da Universidade Federal de Ouro Preto, revelou um olhar atento e sensível do cotidiano europeu.

10) UFV celebrou 91 anos com homenagens e apresentações musicais.

Ocorreu, no Espaço Acadêmico-cultural Fernando Sabino, do *Campus* UFV-Viçosa, a Sessão Solene Oficial dos 91 anos da Universidade. O evento contou com a apresentação do Coral Madrigal da UFV e com a entrega das Medalhas Bello Lisboa e José Valentino da Cruz, respectivamente, para professores e técnicos com 25 e 30 anos de serviço, e da Medalha Peter Henry Rolfs, concedida a quatro pessoas de destaque em suas áreas de atuação.

Política de saúde, cultural, esportiva, lazer e gestão social voltada para a qualidade de vida da comunidade

1) Manhã de Lazer ofereceu diversas atividades ao ar livre para a comunidade.

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), por meio da Divisão de Esporte e Lazer (DLZ), realizou mais uma edição do Manhã de Lazer. Aberto a toda comunidade viçosense e universitária, adultos, jovens e adolescentes participaram de ações esportivas e artísticas no Gramado do *Campus* UFV-Viçosa. A ação fez parte da Campanha Setembro Amarelo da Divisão Psicossocial e do Programa de Esporte e Lazer (Pelu) na UF.

Educação Aberta e a Distância e o uso das uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs):

1) Equipe da UFV obteve primeiro lugar no Prêmio Abed de Pesquisa e Inovação em EAD.

Uma equipe multidisciplinar - reunindo estudantes e professores da UFV e técnicos da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (Cead) - recebeu, o primeiro lugar do Prêmio ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância) de Pesquisa e Inovação em Educação a Distância 2017. Concorreram professores e pesquisadores de todo o país. A equipe foi premiada com o trabalho Experiência Inovadora na Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância ¯ Cead/UFV: uso das TICs na produção de material didático Libras (Língua Brasileira de Sinais) / Português para estudantes surdos matriculados no curso de Engenharia Civil.

2) UFV participa de debate para incentivar Produção Integrada Agropecuária

Por meio da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (Cead), a Universidade Federal de Viçosa, em convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), ofereceu o curso Produção Integrada. A iniciativa teve como público-alvo produtores, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e profissionais de nível superior, para atuarem no programa de certificação e rastreabilidade como técnicos e auditores. O curso, gratuito e com três meses de duração, foi coordenado pelo professor Laércio Zambolim.

3) UFV e MMA ofereceram nova turma de Capacitação a distância para Sistema de Cadastro Ambiental Rural.

A Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (Cead) da UFV realizou capacitação para o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Cap-CAR. Trata-se de uma parceria da UFV com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento

Rural Sustentável e o Serviço Florestal Brasileiro. O curso foi desenvolvido a partir de convênio entre o MMA e Universidade Federal de Lavras (Ufla). O CAR é um instrumento de registro público, eletrônico, de abrangência nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais. O curso, como parte do projeto de Gestão Territorial Rural, envolveu ainda um curso sobre Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas (ISA), sistema de aferição do desempenho ambiental e socioeconômico de estabelecimentos rurais, com foco na prevenção ou mitigação de riscos, e identificação de oportunidades.

Eficiência administrativa

1) Processos acadêmicos em papel já têm data marcada para terminar.

Os processos acadêmicos dos três *Campi* da UFV deixaram de tramitar em papel e passaram a integrar o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e cedido gratuitamente aos órgãos do Poder Executivo Federal. Ocorreram treinamentos nos laboratórios de informática da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas para simulações de processos para as pessoas que lidam diretamente com processos acadêmicos da graduação.

Expansão e, ou, modernização das áreas físicas do sistema didático-científico e comunitário

1) Restaurante Universitário do Campus UFV-Rio Paranaíba foi inaugurado.

O *Campus* UFV-Rio Paranaíba (CRP) inaugurou, em 2017, o seu Restaurante Universitário (RU). A obra com uma área total de 3.458,60 metros quadrados, estimada em R$ 7 milhões, foi dividida em duas alas, uma para o oferecimento de refeições e outra para a realização de eventos acadêmicos. Além do RU, foi inaugurado ainda o cercamento da área que compõe o Projeto Urbanístico do CRP II, com o objetivo de trazer mais segurança para o *Campus*.

Comunicação Institucional

1) UFV discutiu e aprovou a Política de Comunicação Institucional.

A Diretoria de Comunicação Institucional (DCI) formulou a minuta da Política de Comunicação Institucional da UFV que foi aprovada pelo Conselho Universitário em dezembro de 2017.

Planejamento e acompanhamento do desenvolvimento institucional

1) UFV realizou reuniões para avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2017.

A UFV realizou reuniões para a avaliação dos Objetivos Institucionais que fazem parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2017. Os 11 coordenadores dos objetivos institucionais e representantes de suas equipes se reuniram para avaliar e discutir os 21 objetivos institucionais e suas metas estratégicas. Dentre os coordenadores estavam os pró-reitores, os diretores de Relações Internacionais e do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa e os coordenadores de Comunicação Social e de Educação Aberta e a Distância. As reuniões contaram ainda com representantes dos *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba, por videoconferência.

2) Consu aprovou documento indutor do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2023.

O Conselho Universitário, em sua 422ª reunião, em primeira sessão realizada no dia 23/11/2017, aprovou o documento indutor do PDI 2018-2023. O documento indutor foi elaborado a partir de reuniões realizadas desde fevereiro de 2017, em que os 11 coordenadores dos Objetivos Institucionais, os diretores dos centros de ciências, os diretores de *Campi* e representantes de suas equipes avaliaram e discutiram os 21 Objetivos Institucionais do PDI 2012-2017 e suas Metas Estratégicas, bem como redefiniram a proposta de planejamento para o período 2018 a 2023. Os encontros resultaram no documento indutor do novo PDI, que foi encaminhado ao Conselho Universitário (Consu) e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) para apreciação e disponibilizado à comunidade.

2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

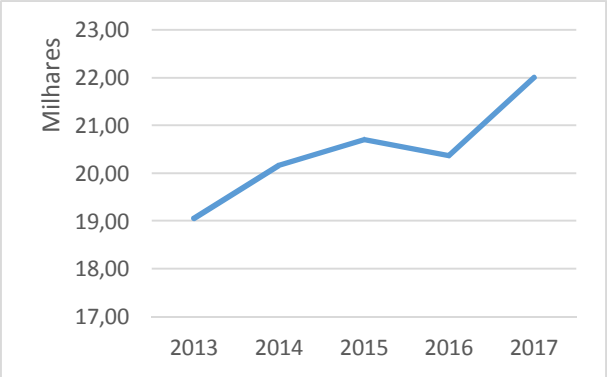
Neste item são apresentados os principais indicadores utilizados pelas Universidades Federais para monitorar o desempenho da gestão. Ao final deste item é realizada uma análise crítica dos resultados dos indicadores. Na UFV não foi possível detectar nenhum desvio e nenhuma variação significativa de valores na série temporal que indicasse necessidade de apuração das razões.

Fórmulas de cálculo e análises dos indicadores de desempenho

I.

Custo Corrente / Aluno Equivalente =	Custo Corrente / AGE + APGTI + ARTI

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	19.055,21	20.174,43	20.703,18	20.377,41	22.005,18



No período de 2014 a 2016 este indicador permaneceu praticamente estabilizado. No ano de 2017 a relação Custo Corrente/Aluno apresentou um crescimento de 7,98% em relação ao ano anterior principalmente em função do aumento das despesas com pessoal da ordem de 9,26%.

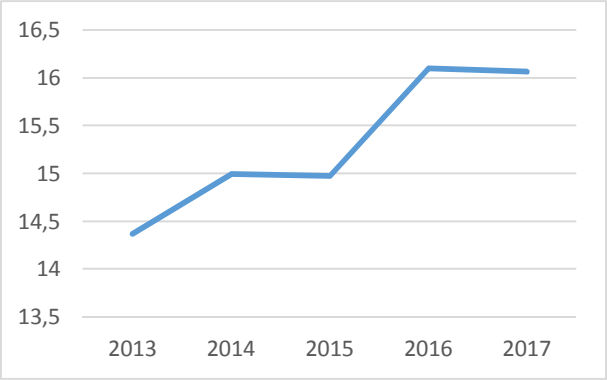
Considerando que o Aluno-Equivalente refere-se ao aluno do ensino superior, entendemos que esta forma de cálculo merece revisão, visto que no cálculo atual não estão incluídos os alunos do

ensino médio e técnico oferecidos pela UFV.

II.

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente =	AGTI + APGTI + ARTI / Nº de Professores Equivalentes

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	14,37	14,99	14,97	16,10	16,07

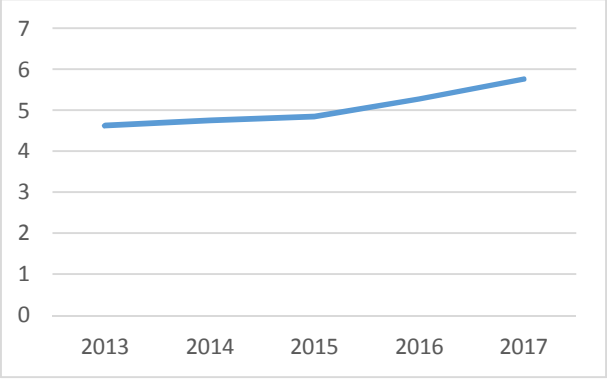


A partir do ano de 2016, observa-se um aumento neste indicador que pode ser explicado pelo esforço da instituição no sentido de ocupar todas as vagas ociosas e diminuir a evasão.

III.

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente =	AGTI + APGTI + ARTI / Nº de Funcionários Equivalentes

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	4,63	4,75	4,85	5,29	5,78



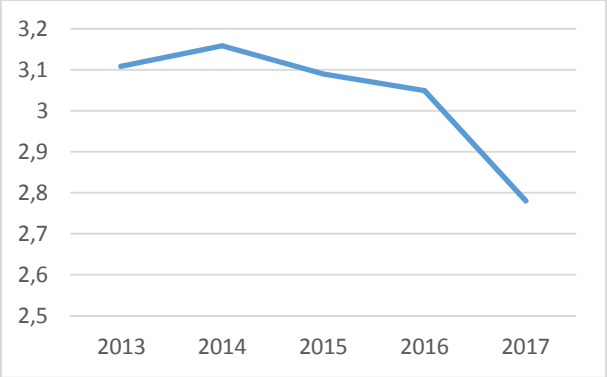
A série do indicador Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente apresenta índices

ascendentes a partir de 2015, principalmente, em razão do crescimento aumento relativo de matrículas de estudantes e da diminuição do número de servidores. A UFV além do *Campus* principal em Viçosa, desde de 2006, conta com dois outros *Campi* e possui uma área física muito extensa, com 12 fazendas e estações experimentais e área edificada de 429.080,99 m², que exigem um quadro permanente de mão de obra, que, apesar das últimas contratações efetivas e mão de obra terceirizada, ainda não atende a necessidade de expansão da UFV e não supre o número crescente de aposentadorias e cargos em extinção. Em 2017 a variação no índice de 9,27% ocorreu devido ao encerramento de contratos de serviços terceirizado e do aumento do número de aposentadorias em cargos que não repostos.

IV.

Funcionário Equivalente / Professor Equivalente =	Nº de Funcionários Equivalente / Nº de Professor Equivalentes

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	3,11	3,16	3,09	3,05	2,78

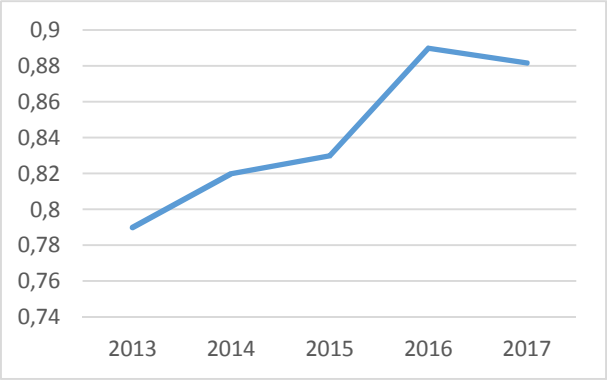


A série descendente deste indicador a partir de 2014 é devido à não reposição dos servidores de cargos em extinção e de cargos dos níveis A e B. A contratação de funcionários terceirizados não acompanhou em 2017 o número de aposentadorias de servidores técnico administrativos.

V.

Grau de Participação Estudantil (GPE) =	AGTI / AG

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	0,79	0,82	0,83	0,89	0,88

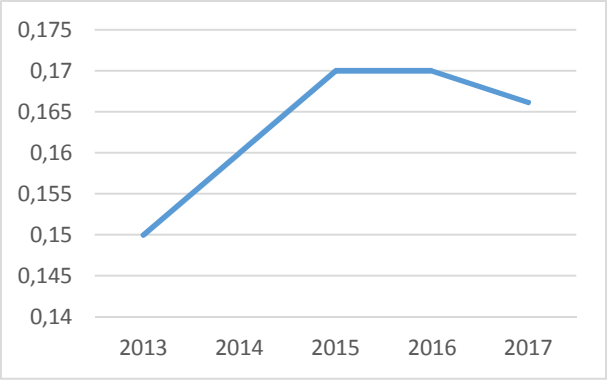


O GPE expressa o grau de utilização da capacidade instalada e a velocidade da integralização curricular; é calculado pelo quociente do número de Alunos de Graduação em Tempo Integral e o total do número de Alunos de Graduação já definidos anteriormente. Assim, é necessário que a UFV desenvolva mecanismos para o preenchimento desta capacidade ociosa, atuando em fatores que contribuam para a redução da retenção e aumento da diplomação. Em 2017 observa-se a manutenção deste indicador em relação ao ano de 2016.

VI.

Grau de Envolvimento Discente com = Pós-Graduação (GEPG)	$\frac{APG}{AG + APG}$

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	0,15	0,16	0,17	0,17	0,17

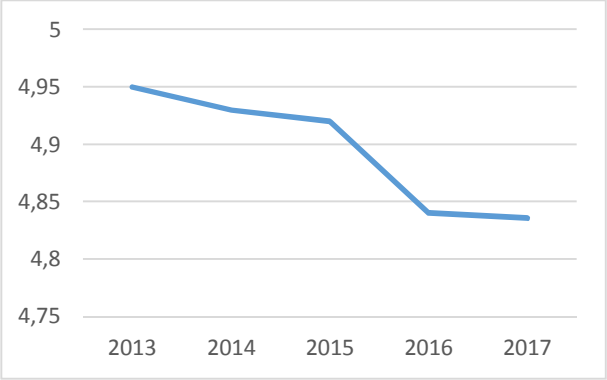


O GEPG é obtido pelo quociente resultante da relação entre o número de estudantes da pós-graduação e o número total de estudantes matriculados na graduação e pós-graduação. A série histórica deste índice demonstra que o aumento de estudantes da graduação foi acompanhado pelo aumento de estudantes da pós-graduação. Este fato pode ser explicado pelo PDI/2012-2017 da UFV que teve como meta aumentar em 10% o número de programas e cursos de pós-graduação.

VII.

Conceito CAPES/MEC para = a Pós-Graduação	$\frac{\sqrt{\text{conceito os programas de pós-grad.}}}{\text{Número de programas de pós-grad.}}$

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	4,95	4,93	4,92	4,84	4,84



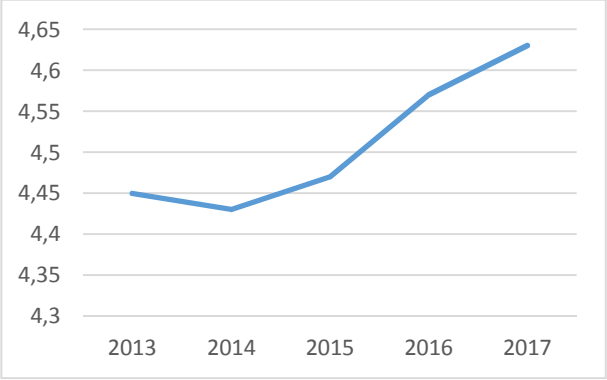
Este índice é obtido pela média aritmética dos conceitos CAPES dos cursos de pós-graduação. Para os cursos de mestrado e doutorado a nota máxima é 5 e 7, respectivamente. Observa-se estabilidade nos índices no período 2010-2012 da UFV.

Com a avaliação da Capes referente ao período de 2010 a 2012, a partir de 2013 os programas de pós-graduação deram um salto de qualidade aumentando em 40% o número de programas de excelência (conceitos 6 e 7) e reduzindo o número de programas com conceitos 3 e 4.

Segundo as análises realizadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PPG) da UFV, apenas 11% dos Programas de Pós-graduação no Brasil obtiveram 6 e 7, conceitos máximos da avaliação. Na UFV, 25% têm a nota máxima, portanto, acima da média nacional. Conceitos 6 e 7 indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional. Já fator importante é que 70% dos programas avaliados no Brasil têm conceitos 3 e 4. Na UFV eram 67% e agora o índice caiu para 55%, uma queda significativa nos conceitos mínimos.

VIII. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) = $\frac{(5D+3M+2E+G)}{(D+M+E+G)}$

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	4,45	4,43	4,47	4,57	4,63

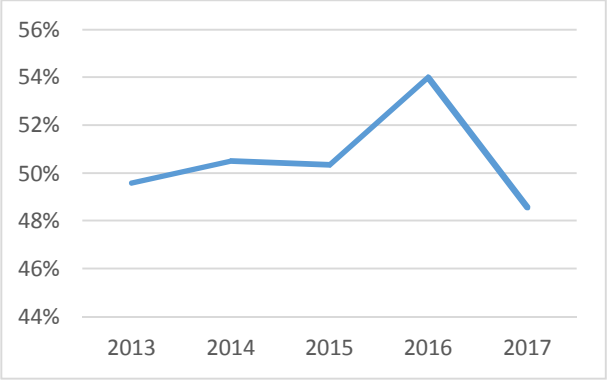


No ano de 2017, a UFV apresentava 81,05% de seu corpo docente com doutorado, incluídos os professores substitutos e descontados os afastados e cedidos, conforme metodologia para cálculo deste índice. Se for considerado somente o quadro de professores efetivos, a UFV apresentava: 85,36% com título de doutor, 12,61% com título de mestre e 2,02% graduados ou especialistas.

IX.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) =	Nº de diplomados (NDI) / Nº total de alunos ingressantes

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	50%	51%	50%	54%	49%



A TSG é o indicador que fornece o índice de estudantes que concluem o curso no tempo padrão de duração prevista. A série apresentada mostra que a UFV precisa adotar novos critérios para melhoria deste índice, voltados para a redução de reprovações e evasões.

2.5.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Este item tem por objetivo verificar o desempenho operacional das Instituições Federais de Ensino Superior ¯ IFES com base em um conjunto de indicadores operacionais.

A Decisão TCU nº 408/2002 determinou que a partir do exercício de 2002 as Instituições Federais de Ensino Superior ¯ IFES informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores operacionais que possibilitasse a avaliação do desempenho operacional da instituição pelo Tribunal.

Para efeito dessa Decisão, a apresentação dos indicadores será realizada em dois demonstrativos complementares contendo o primeiro uma série temporal com os cinco últimos exercícios de um conjunto de itens de informação sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários, enquanto o segundo contempla uma série temporal que abrange o exercício de referência do relatório de gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores, com os doze (12) indicadores definidos na Decisão nº TCU 408/2002 e modificações posteriores, conforme o Quadro A.2.5.1.1 a seguir.

Quadro A.2.5.1.1 ¯ Resultados dos Indicadores Primários ¯ Decisão TCU n.º 408/2002

	EXERCÍCIOS				
	2017	**2016**	**2015**	**2014**	**2013**
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	620.718.429	582.253.856,71	544.794,276,05	511.660.095,31	457.138.096,88
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	620.718.429	582.253.856,71	544.794,276,05	511.660.095,31	457.138.096,88
Número de Professores Equivalentes	1.123	1122,50	1.132,50	1.113	1.089,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	3.122	3.419,75	3.497,50	3.515,00	3.342,00
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	3.122	3.419,75	3.497,50	3.515,00	3.342,00
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	13.909	13.770	13.722	13.987	13.674
Total de Alunos na Pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	2.772	2.843	2.732	2.599	2.419
Alunos de Residência Médica (AR)	111	41	41	27	22
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	22.442	22.805,50	20.768,52	20.109,81	19.108,20
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	12.267	12.306,43	11.408,09	11.435,08	10.777,30
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	5.544	5.686	5.464	5.198	4.838
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	222	82	82	54	44

2.5.2. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

A UFV no exercício de 2017 não teve projetos e programas financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.

3. GOVERNANÇA

Neste item são descritos os principais componentes da estrutura de governança da UFV, com informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna, demonstrativo das atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos, avaliação dos controles internos, e sobre a gestão de riscos e controles internos.

3.1. Descrição das estruturas de governança

A Universidade Federal de Viçosa adota modelo de gestão baseado na estrutura colegiada, possuindo dois colegiados superiores máximos, presididos pela Reitora, com funções normativas, consultivas e deliberativas: o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é o responsável pela coordenação e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no plano didático-científico; já o Conselho Universitário (CONSU) trata de questões de administração geral da Instituição.

A UFV conta com sete Pró-Reitorias, sendo três ligadas às atividades-fim da Instituição, Ensino, Pesquisa e Extensão. As Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão e Cultura contam, cada uma delas, com um Conselho Técnico, seguindo a lógica de que as principais decisões devem ser tomadas em colegiados.

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários cuida da política de Assistência Estudantil da UFV e também conta com um colegiado, que é o Conselho Comunitário que possui representação de moradores de alojamentos do *Campus* Viçosa.

As três Pró-Reitorias das atividades-meio compreendem as atividades de Administração e Gestão da Infraestrutura dos *Campi*, Gestão de Pessoas, e Planejamento e Orçamento. São elas as Pró-Reitorias de Administração, de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento. Esta última é responsável pelas atividades de organização, gestão de material e patrimônio, e planejamento e execução financeira e orçamentária da Instituição.

Os *Campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba contam com o Conselho Acadêmico e Administrativo, que decidem sobre questões relacionadas com os *Campi*. Apenas questões mais gerais, relativas à UFV como um todo é que são trazidas para decisão do CEPE ou CONSU, dependendo de sua natureza ser didática-pedagógica ou administrativa, respectivamente. Estes *Campi* contam com os Institutos (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas e Sociais), aos quais estão vinculados os cursos de graduação e os programas de pós-graduação.

No *Campus* UFV-Viçosa, os Centros de Ciências (Agrárias, Biológicas e da Saúde, Exatas e Tecnológicas e Humanas, Letras e Artes) têm sua gestão didático-pedagógica exercida pela Câmara de Ensino, enquanto as questões acadêmico-administrativas são apreciadas pelo Conselho Departamental, que é um colegiado consultivo e deliberativo.

Vinculados aos quatro Centros de Ciências estão os Departamentos, que constituem unidades básicas da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal e compreendem disciplinas afins oferecidas para os cursos de graduação e pós-graduação, sendo sua gestão feita pelo Colegiado do Departamento.

Os cursos de graduação tem vinculação ao Centro de Ciências, enquanto que os Programas de Pós-Graduação tem vinculação ao Departamento, no *Campus* UFV-Viçosa. Nos *Campi* de Florestal e de Rio Paranaíba, tanto os cursos de graduação quanto os programas de Pós-Graduação tem vinculação com o Instituto. Cada curso de graduação e programa de pós-graduação conta com uma

Comissão Coordenadora, responsável pela coordenação didático-pedagógica.

Todos esses colegiados citados anteriormente respondem pela definição de linhas estratégicas da Instituição em sua área de competência, cuja operacionalização é acompanhada pelo dirigente da unidade específica, respeitada a legislação pertinente.

Nesse processo de gestão colegiada, é importante ressaltar que os colegiados e comissões são compostos por membros representantes da comunidade acadêmica, dos segmentos estudantil, docente e técnico-administrativo e da comunidade local, no que couber.

A UFV busca adotar a gestão compartilhada e participativa em sua estrutura formal e também constitui comissões específicas, de teor técnico e de assessoramento e avaliação, para tratar de questões estratégicas para a Instituição, como: Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFV (CISTA), Comissão de Espaço Físico (COESF), Comissão Permanente de Propriedade Intelectual (CPPI), Comissão Executiva de Tecnologia da Informação (COETI), Comissão Permanente de Avaliação de Disciplinas (COPAD), Comissão Permanente da Semana do Fazendeiro, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Comissão de Ética no Uso de Animais e outras.

Buscando pautar suas ações nos princípios da eficiência, presteza, comprometimento, qualidade e transparência na gestão pública, a UFV dispõe de um Sistema de Ouvidoria, disponibilizado para a comunidade acadêmica e geral, o qual recebe manifestações de reclamações, denúncias, críticas, sugestões ou elogios. Conta, também, com o site Acesso à Informação e com o Portal da Transparência Pública. Ambos podem ser acessados a partir de ícones em destaque no rodapé da página principal da UFV. O Acesso à Informação é uma página mantida pela UFV e o Portal da Transparência utiliza um filtro do Portal da Transparência do Governo Federal para exibir apenas informações relacionadas à UFV.

A Auditoria Interna integra a estrutura de controle interno, com ações de assessoramento à administração superior e de orientação e supervisão do controle interno, com vistas ao alcance da eficácia, eficiência e de redução de riscos das operações.

3.2. Atuação da unidade de auditoria interna

A seguir é apresentado o texto elaborado pela Auditoria Interna da UFV, seguindo o formato de resposta ao questionário de orientação do preenchimento deste item pelo Tribunal de Contas da União.

a) indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na *Internet*, basta indicar o cominho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridas no anexo do relatório de gestão;

Resposta: Estatuto da UFV link: http://arquivo.ufv.br/soc/files/pag/estatuto.htm

A vinculação da Auditoria Interna à Reitoria: inciso XIV do art. 16.

b) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC;

Resposta: RESOLUÇÃO Nº 08/2014, transcrita a seguir:

`O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Viçosa, órgão superior de administração, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no Relatório nº 201211352, Constatação nº 003, e em conformidade com o que foi deliberado em sua 393ª reunião, realizada em 31 de março de 2014, resolve

1. determinar aos órgãos integrantes da estrutura desta Universidade que apresentem, tempestivamente, as informações solicitadas pela Auditoria Interna, concedendo-lhe acesso a registros, sistemas, pessoal e infraestrutura física relevantes à execução dos trabalhos de auditoria;

2. assegurar à Auditoria Interna o apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria, bem como a assistência de especialistas e profissionais internos e externos à Instituição, quando constatada a necessidade;

3. vedar a participação de auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão, a fim de garantir a independência no exercício da atividade de auditoria.

Viçosa, 31 de março de 2014.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

Presidente do CONSU

c) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

Resposta: A estratégia de atuação na unidade central e suas subunidades descentralizadas, foi materializada com a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) em razão da designação de analistas de auditoria interna nos *Campus* de Florestal e de Rio Paranaíba. Os analistas estão vinculados funcionalmente ao Coordenador da Auditoria Interna, sediada no *Campus* UFV-Viçosa. A estratégia estabelecida é a de se executar, concomitantemente, atividades idênticas existentes nos 3 *Campi* e atividades específicas ou abrangentes em razão de peculiaridades do *Campus*, isto é, o plano tem abrangência global, visando também a extensão dos exames e da avaliação dos controles internos. Portanto, existe um único plano de auditoria.

d) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

Resposta: A Auditoria Interna vincula-se estatutariamente à Reitoria. Reporta-se administrativamente à Reitora, que é dirigente administrativo máximo e presidente do Conselho Universitário. Não houve alteração na estrutura organizacional da Auditoria Interna e nem reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada. O nome do titular é escolhido pela Reitora e submetido à aprovação do Conselho Universitário após à aprovação da Controladoria-Geral da União

e) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação

de tais recomendações;

Resposta: Os relatórios são dirigidos à Magnífica Reitora, apontando os fatos e solicitando sua decisão e/ou recomendação ao dirigente do respectivo de controle interno para que tome as providências recomendadas. Infimamente ela toma a decisão de assumir o risco pela não implementação, não sem antes discutir e anunciar sua decisão ao Coordenador da Auditoria, com as razões de fato para prosseguir.

f) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

Resposta: Os relatórios são dirigidos à Magnífica Reitora, apontando os fatos e solicitando sua decisão e/ou recomendação ao dirigente do respectivo de controle interno para que tome as providências recomendadas. As ações de da auditoria Interna apontando riscos considerados elevados, originados de cometimento de ilegalidades ou omissões, perda patrimonial etc., tiveram abrigo positivo na decisão da Reitora. A cultura da administração da UFV é, tradicionalmente, de baixa propensão ao risco.

g) eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Resposta: Não houve novas adequações ou reposicionamento da Auditoria Interna, que permanece vinculada à Reitoria conforme disposição estatutária.

3.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Universidade Federal de Viçosa, em conformidade com o disposto no art. 143 da Lei nº 8.112/1990 e demais normas vigentes, tão logo toma conhecimento de qualquer suposta ilicitude, instaura imediatamente comissão de sindicância ou de processo disciplinar para apuração dos fatos. A Seção de Sindicâncias, vinculada à Reitoria, é o setor responsável pelo suporte administrativo às comissões designadas. A condução dos trabalhos obedece aos preceitos estabelecidos nos Arts. 116 a 182 da Lei nº 8.112/1990, com o acompanhamento da Procuradoria Federal na UFV, e o andamento processual é lançado, desde o ano de 2007, no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), em atendimento ao disposto nos Arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.403, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União (CGU).

Com relação aos casos apurados e julgados no ano de 2017, nenhum foi capaz de impactar o desempenho da Instituição. Destaque-se que, devido ao fato de a UFV ter um Campus aberto, apesar de toda vigilância, 16 processos apuraram ocorrências de furtos de bens públicos não recuperados, eventos ocorridos especialmente em fins de semana e feriados, períodos de menor movimentação. Tais ocorrências foram devidamente apuradas, apesar de não se lograr êxito na recuperação dos bens. Para coibir furtos, a UFV tem investido em câmaras de monitoramento em seus setores e tomado medidas como a instalação de grades em janelas de edifícios desprotegidos, visando prevenir ocorrências desse tipo. Apesar do número de setenta e quatro processos disciplinares estes também não impactaram diretamente o desempenho da instituição pois foram resultados de indisciplina, assédio moral e não observância a normas e regulamentos.

Considerando que esta Unidade integra o Poder Executivo e, dessa forma, se submete aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU no 1.043, de 24 de julho de 2007, após relatório de inspeção da Controladoria-Geral da União, em 2017, foram tomadas medidas mais eficazes em relação ao prazo de inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares ¯ CGU-PAD, de forma a atender à legislação vigente.

3.4. Gestão de riscos e controles internos

Este item tem por finalidade informar, de forma sucinta, sobre a sistemática gestão de riscos, incluindo informações sobre controles internos instituídos para mitigá-los.

O risco é um evento ou condição incerta que, se ocorrer, provocará um efeito positivo ou negativo à Instituição e aos seus objetivos. Os riscos positivos se transformam em oportunidades; e, os negativos, em ameaças.

Na busca pela formalização e institucionalização da gestão de riscos nas instituições públicas brasileiras, em maio de 2016, foi editada a Instrução Normativa Conjunta entre o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e a Controladoria Geral da União (MPOG/CGU) nº 1, cujo artigo 13º estabelece a obrigatoriedade de se implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos pelos órgãos públicos.

Nesse contexto, a Universidade instituiu, por meio da Portaria nº 0920, de 08 de agosto de 2017, o Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos, com a finalidade de propor, acompanhar e avaliar a Política de Gestão de Riscos. Além disso, está prevista a designação de uma comissão que irá mapear os riscos que causam ameaças e contribuir para adoção de providências, a fim de mitigar ou garantir a formulação de planos de contingência dos efeitos adversos.

Em maio de 2017, foi publicada a Instrução Normativa (IN) nº 05, do MPOG, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços, tornando o gerenciamento de riscos uma das etapas obrigatórias nesse processo.

A Diretoria de Material, órgão responsável pelas contratações na UFV, já implementou a Instrução Normativa (IN) nº 05 em todo o procedimento de contração de serviços, realizando estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco para o objeto contrato. O gerenciamento de riscos materializa-se no Mapa de Riscos, presente em cada processo.

A UFV conta então com três níveis de defesa em relação aos riscos: o primeiro é representado pelos controles internos já instituídos nas unidades de trabalho; o segundo será desenvolvido pela comissão de mapeamento de riscos; e, o terceiro nível, refere-se à Auditoria Interna.

A auditoria interna assessora e orienta a administração superior, sendo responsável por proceder a avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão, bem como do processo de gerenciamento de riscos, visando ao alcance dos objetivos institucionais, com eficácia e eficiência nas operações.

Alguns setores/órgãos, em função de suas características, são os principais demandadores da assessoria, orientação e supervisão da Auditoria Interna, dentre os quais podemos destacar, a Diretoria Financeira, Diretoria de Material, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Administração. Esses setores promovem continuamente o aprimoramento dos controles internos mediante a realização de atividades de verificação de conformidade aos normativos internos e externos, bem como a participação em cursos de capacitação/atualização sobre normas e legislações pertinentes.

Cabe mencionar que a UFV também está capacitando os servidores em relação à gestão de Riscos. Servidores lotados na Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, Diretoria de Material e

outros setores participaram, em 2017, de cursos nessa área, promovidos pela CGU, ESAF, dentre outras instituições.

Por fim, destacamos que em 23/11/2017, o Conselho Universitário aprovou o documento indutor do Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2023, no qual consta um item específico sobre a gestão de riscos. Além disso, o mesmo será usado como documento de referência para os trabalhos do Comitê de Riscos.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Esta seção apresenta informações sobre gestão de pessoal, do patrimônio e da infraestrutura, da tecnologia da informação e sobre critérios de sustentabilidade ambiental.

4.1. Gestão de pessoas

A gestão de pessoas na UFV é feita sob a supervisão da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e com a participação de chefias dos diversos órgãos e setores da universidade. Essa sub-seção tem por finalidade informar sobre a estrutura de pessoal da UFV, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

Para elaboração do conteúdo deste item, serão apresentadas informações que evidenciem: composição da força de trabalho; distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas; relação entre servidores efetivos e temporários; conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim; qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade; política de capacitação e treinamento do pessoal; despesas associadas à manutenção do pessoal; ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada; principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los.

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

O Quadro A.4.1.1.1 visa a demonstrar a força de trabalho da Universidade Federal de Viçosa, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva. Para cada tipologia de cargos, são informadas a lotação autorizada e a efetiva, registrando-se, ainda, os ingressos e egressos no exercício de 2016. O Quadro A.4.1.1.1 deve reflete a situação apurada em 31/12 do exercício de referência do Relatório de Gestão.

Quadro A.4.1.1.1 ¯ Força de trabalho da UFV

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingresso no Exercício	Egresso no Exercício
	Autorizada	**Efetiva**		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1+1.2)	3.693	3.523	109	91
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.693	3.523	109	91
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.688	3.519	109	90
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	2	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com contratos temporários	106	106	67	86
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	74	74	40	19
Total de Servidores (1+2+3)	**3.873**	**3.703**	**216**	**196**

Fonte: Relatório Siape/2017

O Quadro A.4.1.1.2 busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro A.4.1.1.2 ¯ Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira	748	2.775
1.1 Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	748	2.775
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	746	2.773
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com contratos temporários	0	106
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	74
Total (1+2+3)	**748**	**2.955**

Fonte: SISREC/2017

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro A.4.1.2.1 - Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	330.369.258,19	5.216.463,08	29.629.593,30	23.484.145,71	23.106.344,06	27.220.552,51	322.657,08	1.650.146,32	630.359,69	441.629.519,94
	2016	298.636.255,27	4.887.558,16	26.180.706,01	21.317.698,55	23.361.115,19	27.273.763,10	361.156,84	1.977.117,37	566.520,84	404.561.891,33
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0	0	0	0	2.887.039,09	0	0	0	0	2.887.039,09
	2016	0	0	0	0	2.635.641,23	0	0	0	0	2.635.641,23
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	260.335,97	0	22.079,49	7.653,73	5.496,00	8.037,96	0	0	0	303.603,15
	2016	232.507,00	0	19.954,55	3.045,66	0	8.037,96	0	0	0	263.545,17
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	4.363.916,56	0	358.367,33	117.360,92	872.478,37	0	0	0	0	5.712.123,18
	2016	3.901.936,74	0	327.659,86	125.130,01	894.391,19	0	0	0	0	5.249.117,80

Fonte: PGP ¯ Serviço de Pagamento-SIAPE e SIAFI

Quadro A.4.1.2.2 - Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	61	59	20	19
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	61	59	20	19
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	60	58	20	19
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	443	420	119	107
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	440	417	119	106
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	3	3	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	504	479	139	126

Fonte: PGP

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em que pese a Universidade Federal de Viçosa não possuir um sistema específico para mitigação dos riscos relacionados a área de pessoal, porém, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFV adota a prática de manter-se constantemente atualizada na normas, orientações e instruções técnicas e jurídicas oriundas do Ministério do Planejamento (SEGEP ¯ Secretaria de Gestão Pública), do Ministério da Educação, e dos órgãos de controle., o que minimiza a gravidade de riscos, prejuízos e danos ao erário público.

Tal observância é praticada desde o ato de abertura de concurso público para seu quadro de pessoal, nomeações de servidores, ingresso na carreira com estrita obediência nos limites para inclusão em folha de pagamento, cumprimento das regras de progressão e promoção na carreira de docentes e técnicos, concessões de aposentadorias e pensões.

O comprometimento da excelência das atribuições da Gestão de Pessoas dentro da UFV passa pelo desafio das restrições de pessoal que sofremos, resultante da extinção de cargos, impedindo a reposição de pessoas em áreas de manutenção e conservação fundamentais em nossa instituição. Sofremos ainda o engessamento do banco de vagas existentes no Ministério da Educação, que dificulta troca de códigos de vagas de cargos, às vezes não mais necessários dentro da Universidade,

por outros cuja urgência demonstra-se de fundamental importância para o bom desempenho de áreas estratégicas, ou mesmo cumprimento de missões institucionais ou determinações da CGU ou TCU.

Necessitamos hoje de mais vagas para Técnicos de Nível Médio na instituição, e que o Ministério do Planejamento sane definitivamente pendências da carreira dos técnicos administrativos, em aberto desde o advento da Lei 11.091/2005, colocando-a em parâmetros já estabelecidos e adotados em outras carreiras do serviço público, como a racionalização de cargos.

Ainda assim, mesmo cumprindo estritamente os ditames legais existentes no arcabouço jurídico brasileiro, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas verifica as inconsistências que porventura são apontadas em trilhas de auditoria advindas da Controladoria Geral da União ou do Ministério do Planejamento, buscando identificar a veracidade do item apontado. Tendo procedência adota-se imediatamente a correção, visando sanar possíveis incongruências existentes.

Tal procedimento tem resultado em aspectos positivos, visto não termos constatados nos últimos exercícios nenhuma grande ocorrência de lesões insanáveis ou de dificuldade extrema das normas públicas, nem situações que o erário público ficou sem reposição de quaisquer valores pagos erroneamente em folha de pessoal.

4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A Universidade Federal de Viçosa não possui em seus quadros estagiários, pois não adotamos a política de contar com este tipo de `semi-profissional_ na Instituição. Assim não temos em nossa folha de pagamento despesas com estagiários.

Quanto à contração de pessoal de apoio, especificamente nas áreas de manutenção, em setores essenciais de nossa Instituição, como Vigilância e Transporte, passa pelo aspecto da terceirização, haja vista não termos mais possibilidades de concurso para efetivos servidores como Vigilantes e Motoristas.

Também nosso setor agrário sofre com proibição de contratação de Auxiliares de Agropecuária, sendo nossa Universidade ainda uma IFE com forte ambiente agropecuário, e muito voltada para pesquisas nas ciências agrárias, levando-nos a necessitar deste profissional para manter as áreas de campo, no intuito de manter a excelência dos nossos cursos de graduação e pós-graduação voltados para o setor agropecuário.

A utilização de terceirizados tem levado a grandes gastos de recursos, quando o ideal seria ter esta mão-de-obra como efetiva, de servidores concursados do nosso quadro. Não temos recursos orçamentários específicos para terceirizar, e, estes recursos acabam sendo carreados de demais áreas da Instituição. O Quadro A.4.1.4.1 apresenta a relação de contratos de mão de obra terceirizada da UFV.

Quadro A.4.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA						
UG/Gestão: 154051/15268						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviço de Auxiliar de Agropecuária	04.552.404/0001-49	01/08/2012	30/10/2017	Fundamental	E
2012	Limpeza e Conservação	13.575.475/0001-58	15/10/2012	31/01/2018	Fundamental	P
2013	Limpeza e Conservação	08.512.981/0001-68	14/10/2013	14/10/2018	Fundamental	P
2013	Vigia e Supervisor	04.552.404/0001-49	01/03/2013	01/03/2018	Fundamental	P
2013	Manutenção Predial	04.552.404/0001-49	03/06/2013	03/06/2018	Fundamental	P
2013	Porteiro/Contínuo/Zelador	04.552.404/0001-49	23/12/2013	23/12/2018	Fundamental	P
2014	Porteiro/Contínuo	04.552.404/0001-49	07/01/2014	07/01/2019	Fundamental	P
2015	Limpeza e Conservação	07.655.416/0001-97	15/06/2015	15/06/2018	Fundamental	P
2016	Aux.Serv.Tec.em Alimentação/Encarregado	04.552.404/0001-49	07/03/2016	07/03/2018	Fundamental	P
2016	Jardinagem/Operador Varredeira Industrial	04.552.404/0001-49	08/11/2016	08/11/2018	Fundamental	P
2016	Manutenção de Sistemas	03.033.142/0001-43	05/09/2016	05/09/2018	Superior	P
2016	Serviços Educacionais	11.146.580/0001-46	15/02/2016	15/05/2017	Fundamental	E
2016	Costureiro	11.146.580/0001-46	22/02/2016	22/06/2017	Fundamental	E
2016	Motorista	11.146.580/0001-46	24/08/2016	30/12/2017	Médio	E
2016	Limpeza e Conservação	13.237.931/0001-50	01/04/2016	01/04/2018	Fundamental	P
2017	Desenvolvimento de Sistemas	03.033.142/0001-43	04/01/2017	04/01/2018	Superior	P
2017	Op. de Maquinas Pesadas e Manut. Veicular	04.552.404/0001-49	02/03/2017	02/03/2017	Médio	A
2017	Serviços Educacionais	04.552.404/0001-49	21/07/2017	21/07/2018	Superior	A
2017	Serviço de Auxiliar de Agropecuária	13.668.395/0001-26	30/10/2017	30/10/2018	Fundamental	A
2012	Prestação de Serviço Continuado de Motorista Habilitado com Carteira D.	08.667.279/0001-73	18/10/2012	18/10/2017	Ensino Médio	E
2013	Prestação de Serviço Especializado Continuado de Apoio Administrativo (Servente de Limpeza e Vigia).	13.575.475/0001-58	13/02/2013	13/02/2018	Ensino Fundamental	P

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA						
UG/Gestão: 154051/15268						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de Serviço Continuado em Limpeza e Conservação.	13.575.475/0001-58	02/06/2014	02/06/2018	Ensino Fundamental	P
2014	Prestação de Serviço Continuado de Mão de Obra de Vigia Diurno e Vigia Noturno.	09.226.791/0001-47	03/11/2014	03/11/2018	Ensino Fundamental	P
2014	Prestação de Serviço Continuado de Contínuo e Porteiros.	13.964.979/0001-60	01/12/2014	01/12/2018	Ensino Fundamental	P
2014	Prestação de Serviço Continuado de Mão de Obra de Trabalhador Volante da Agricultura.	13.964.979/0001-60	01/12/2014	01/12/2018	Ensino Fundamental	P
2016	Prestação de Serviço Continuado de Limpeza, Conservação e Higienização.	11.871.623/0001-56	02/01/2017	02/01/2019	Ensino Fundamental	P
2017	Prestação de Serviço Continuado de Manutenção Predial.	08.491.163/0001-26	12/07/2017	12/08/2018	Ensino Fundamental	A
2017	Prestação de Serviço Terceirizado de Motorista, de Natureza Continuada.	03.171.959/0001-88	18/10/2017	18/10/2018	Ensino Médio	A

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).
Fonte: DMT

4.1.5. Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A UFV não contratou consultores e nem possuía consultores contratados anteriormente para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais no ano de 2017.

4.1.6. Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Este item tem por finalidade informar sobre o relacionamento da UFV com a entidade fechada de previdência denominada AGROS-Instituto UFV de Seguridade Social, com CNPJ 20.320.487/0001-05. As informações detalhadas fornecidas pelo Instituto encontram-se em anexo.

4.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura

A seguir são apresentados os dados relativos à gestão do patrimônio e da infraestrutura da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Serão abordados os seguintes itens:

- Gestão da frota de veículos;
  Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso;
- Informações gerenciais sobre veículos;
- Gestão do patrimônio imobiliário da União;
- Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas; e
- Informações sobre os imóveis locados de terceiros.

4.2.1. Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

4.2.1.1. Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A utilização da frota de veículos automotores atende ao disposto no Decreto n.º 6.403, de 2008, e na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 3, também de 2008. A UFV, além disso, com o objetivo de otimizar e disciplinar o uso de sua frota de veículos, estabeleceu normas internas por meio da Portaria n.º 841, de 1998.

A UFV utiliza frota própria para atendimento de transporte de docentes, técnicos e estudantes para atividades relacionadas a ensino, pesquisa e extensão, como aulas práticas, treinamentos e transporte de material para serviços de manutenção predial e de vias urbanas. Para conduzir a frota a UFV dispõe de 11 motoristas efetivos e 9 motoristas terceirizados.

A existência de frota própria justifica-se por algumas características particulares da Instituição, como a distância entre os três *Campi*, a existência de áreas experimentais em localidades que não são atendidas por serviços de transporte urbano e, ou, intermunicipal e a demanda de deslocamento de estudantes para atividades de estágio curriculares, especialmente de cursos como

Medicina e Nutrição. A frota própria é essencial para a realização de atividades ligadas a ensino, pesquisa e extensão.

A Pró-Reitoria de Administração (PAD), por meio de sua Divisão de Transportes (DTR), é o órgão responsável na UFV pelo planejamento, orientação, supervisão, execução e acompanhamento do atendimento das demandas de transporte, bem como pelos processos de aquisição, manutenção e leilão de veículos.

A DTR possui, conforme Portaria n.º 0732/2015/RTR, quatro serviços destinados a atender essa demanda. São eles: Serviço de Manutenção de Veículos, Serviço de Mecânica de Veículos, Serviço de Controle de Veículos e Serviço de Controle de Combustíveis e Lubrificantes. Além disso, conta com o Sistema de Controle de Requisição de Transportes (SISCORE), por meio do qual as unidades acadêmicas e administrativas efetuam as solicitações de veículos. Esse sistema contribui especialmente com a otimização do uso da frota, a implementação de medidas de redução de custos e o oferecimento de um serviço de transporte eficiente.

A renovação e, ou, ampliação da frota é realizada a partir do Plano Anual de Aquisição de Veículos (PAAV). Em 2017, houve a aquisição de dois veículos: caminhão-pipa, GMF-8231, para transporte de água potável e um caminhão basculante, GMF-8228, para transporte de materiais para obra. A composição da frota, a distância percorrida e a idade média dos veículos são apresentados no Quadro A.4.2.1.1.

Quadro A.4.2.1.1.1 ¯ Caracterização da frota (2017)

Tipo de veículo	Quantidade	Idade média (anos)	Quilômetros rodados
Caminhões	31	21	41.715
Ônibus	6	17	3.296
Micro-ônibus	15	16	38.744
Picapes	53	15	30.542
Vans (grande)	11	8	30.779
Automóveis	87	11	420.733
Motocicletas	25	16	9.178
Utilitários/Kombi	19	12	27.400
Semi-reboque	5	9	Sem registros
TOTAL	**252**	**-**	**602.387**

Fonte: DTR/DLO/PAD/UFV.

Conforme indicado no Quadro A.4.2.1.2, a DTR atendeu a 3.822 requisições de transporte por meio da frota própria em 2017. Houve redução de aproximadamente 8% em relação ao exercício anterior (de 4.136 para 3.822).

Quadro A.4.2.1.1.2 ¯ Requisições de transporte atendidas (2017)

Tipo de Requisição	N.º de viagens	Distância percorrida (km)
Interno ¯ RQT1[1]	2.619	211.520
Externo ¯ RQT2[2]	1.203	352.123
TOTAL	**4.136**	**682.469**

Fonte: DTR/DLO/PAD/UFV.
Notas: [1] Viçosa e microrregião
[2] Demais localidades

No Quadro a seguir são apresentas as despesas associadas com utilização e manutenção da frota no exercício 2017. Considerando o valor total, R$ 1.746.346,32, houve redução de 8,5% em relação ao exercício anterior.

Quadro A.4.2.1.1.3 ¯ Despesas com manutenção da frota

Código	Natureza da despesa	Despesa empenhada (R$)
33903001	Combustíveis e lubrificantes automotivos	R$ 806.591,58
33903039	Material para manutenção de veículos	R$ 449.715,55
33903919	Manutenção e conservação de veículos	R$ 400.362,07
-	Seguro obrigatório e seguro total	R$ 89.677,12
TOTAL	**-**	**R$ 1.746.346,32**

Fonte: DLO/PAD/UFV

4.2.1.2. Frota de Veículos Automotores Contratada de Terceiros a Serviço da Unidade Jurisdicionada

Em 2017, a UFV utilizou, além da frota própria, serviço de transporte terceirizado, incluindo veículo e condutor.

A utilização desse tipo de serviço justifica-se por duas razões principais: o aumento da demanda em decorrência do aumento do número de vagas e de cursos de graduação e a redução da capacidade da Divisão de Transportes em atender às demandas institucionais em decorrência da extinção do cargo de motorista e da não reposição das vagas para esse cargo. Em 2017, dois motoristas aposentaram-se e outros dois deram entrado no processo de aposentadoria.

Em 2017, a distância total percorrida pelos veículos do serviço de transporte terceirizado foi de 346.695 km (Quadro A.4.2.1.4), o que indica aumento de 33% em relação ao exercício anterior. Essa distância representa 57% do total da distância percorrida pela frota própria da UFV, correspondente a 602.387 km.

Quadro A.4.2.1.2.1 ¯ Contratos de prestação de serviço de transporte terceirizado

Nome da empresa	CNPJ	Tipo de veículo	Contrato	Vigência	Quantitativo de veículos	Distância percorrida (km)
Universitária Locadora de Veículos Ltda.	15130187/000115	Automóvel	088/2014	09/05/2018	ħ15	188.716
JM&T Turismo - ME	07713052/000100	Van	092/2016	14/01/2019	ħ8	43.910
Leopoldina Turismo Ltda.	19765734/000190	Ônibus Executivo	077/2014	08/06/2017	ħ5	0
Paratitur Transportes Ltda. EPP	11901685/000163	Ônibus Convencional e Micro-ônibus	078/2014	08/06/2018	ħ5	26.541
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**259.167**

Fonte: DLO/PAD/UFV

No que diz respeito ao quantitativo de veículos, os Editais especificam a quantidade mínima, por tipo de veículo, que a empresa deve possuir no ato de assinatura do contrato e durante sua vigência.

As despesas de manutenção de veículos decorrentes da prestação do serviço, como salário, encargos, diárias e manutenção, estiveram sob responsabilidade das empresas contratadas, conforme definido nos editais de licitação. A remuneração do serviço tem por base o preço por quilômetro, estabelecido em contrato, e a distância percorrida.

Análise Crítica

A frota própria e a estrutura da qual dispõe atualmente a Universidade é qualificada, mas insuficiente para atender à demanda atual.

Essa demanda, originada na criação de novos cursos e abertura de novas vagas, algo que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, associada à diminuição de capacidade de atendimento com frota própria, devido à aposentadoria, sem reposição, dos motoristas, tornou essencial a prestação de serviços de transporte terceirizado.

4.2.2. Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A destinação de veículos inservíveis ou fora de uso é determinada por uma comissão própria constituída especificamente para esse fim. A destinação em si ocorre por meio de leilão. O Quadro abaixo apresenta os veículos destinados a leilão em 2017.

Quadro A.4.2.2.1 ¯ Veículos destinados a leilão em 2017

Lote	Marca / Tipo / Modelo	ID	Placa	UF	Ano
01	Ônibus MB 48 PAS	153	GUG0251	MG	1995
02	VW/GOL 1.0 05 PAS	693	GMF0768	MG	1994
03	VW/PARATI 1.8 05 PAS	701	GMF1601	MG	1996
04	VW/Parati 1.8 Ambulância	708	GMF3016	MG	1996
05	Caminhão MB	104	GMF2688	MG	1978
06	Micro-ônibus	127	GMF2805	MG	1984
07	Caminhão/VW	138	GMF2044	MG	1988
08	Caminhão/VW	139	GMF2644	MG	1984

Fonte: DTR/DLO/PAD/UFV

4.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

O quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada no final do exercício de 2017 estão dispostos na Tabela a seguir. Não há imóveis no exterior.

Quadro A.4.2.3.1 ¯ Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

Localização	Número de Imóveis
Araponga	1
Belo Horizonte	1
Cajuri	1
Canãa	1
Capinópolis	1
Coimbra	1
Florestal	1
Rio Paranaíba	4
São João da Ponte	1
Viçosa	5
Visconde do Rio Branco	1
TOTAL	18

Fonte: SPIUnet.

O imóvel localizado no município de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais, está em processo de regularização. A documentação foi encaminhada ao Sistema de Patrimônio da União MG

e encontra-se em fase de regularização. Todas as providências que cabiam à Universidade foram tomadas.

O imóvel no qual encontra-se instalado o Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa ¯ CenTev, um dos 5 imóveis localizados no município de Viçosa, foi devidamente regularizado junto ao SPIUnet.

O Quadro A.4.2.2.3 apresenta atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União. Como a UFV não adota centro de custos por imóveis, as despesas com manutenção não estão segregadas, o que impossibilita informar o gasto real. Estão relacionados todos os imóveis, exceto funcionais.

Quadro A.4.2.3.2 ¯ Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, exceto imóveis funcionais

UG	Registro Imobiliário Patrimonial ¯ RIP		Município	Regime	Estado de conservação	Valor do imóvel		
	Utilização	Imóvel				Valor histórico (R$)	Data da avaliação	Valor reavaliado (R$)
154051	4073.00001.500-5	4073.00002.500-0	Araponga	Uso em serviço Público	Regular	383.598,87	12/2/2015	985.868,64
154051	4123.00020.500-9	4123.00306.500-3	Belo Horizonte	Uso em Serviço Público	Regular	46.584,04	13/2/2015	155.576,99
154051	4203.00001.500-7	4203.00002.500-2	Cajuri	Uso em Serviço Público	Regular	336.928,65	13/2/2015	789.760,15
154051	4233.00001.500-9	4233.00002.500-4	Canaã	Uso em Serviço Público	Regular	75.968,30	13/2/2015	250.272,24
154051	4251.00001.500-7	4251.00002.500-2	Capinópolis	Uso em Serviço Público	Bom	320.742,57	13/2/2015	1.781.437,70
154051	4333.00002.500-0	4333.00004.500-1	Coimbra	Uso em Serviço Público	Bom	345.308,39	13/2/2015	820.820,08
154051	4519.00001.500-2	4519.00002.500-8	Florestal	Uso em Serviço Público	Bom	10.632.627,07	12/2/2015	81.903.766,43
154051	5109.00004.500-1	5109.00003.500-6	Rio Paranaíba	Uso em Serviço Público	Novo	95.167,13	13/2/2015	146.172,35
154051	5109.00006.500-2	5109.00005.500-7	Rio Paranaíba	Uso em Serviço Público	Novo	1.643.177,00	13/2/2015	2.248.558,00
154051	5109.00008.500-3	5109.00007.500-8	Rio Paranaíba	Uso em Serviço Público	Novo	562.951,20	13/2/2015	696.987,20
154051	5109.00017.500-2	5109.00016.500-7	Rio Paranaíba	Uso em Serviço Público	Regular	1.236.000,00	13/2/2015	10.330.579,98
154051	5427.00008.500-0	5427.00011.500-7	Viçosa ¯ São José do Triunfo	Uso em Serviço Público	Bom	2.850.041,10	13/2/2015	4.812.608,42
154051	5427.00007.500-5	5427.00012.500-2	Viçosa ¯ Faz. Cachoeirinha	Uso em Serviço Público	Bom	387.047,27	13/2/2015	865.679,08

UG	Registro Imobiliário Patrimonial ¯ RIP		Município	Regime	Estado de conservação	Valor do imóvel		
	Utilização	Imóvel				Valor histórico (R$)	Data da avaliação	Valor reavaliado (R$)
154051	5427.00005.500-4	5427.00013.500-8	Viçosa ¯ Casa Arthur Bernardes	Uso em Serviço Público	Muito bom	747.426,70	13/2/2015	3.137.271,89
154051	5427.00004.500-9	5427.00014.500-3	Viçosa ¯ CAV	Uso em Serviço Público	Muito bom	402.513.659,28	12/2/2015	598.875.678,21
154051	5441.00001.500-8	5441.00007.500-0	Visconde do Rio Branco	Uso em Serviço Público	Rep. importantes	279.090,51	13/2/2015	1.224.993,07
154051	5427.00016.500-4	5427.00015.500-9	Viçosa ¯ CenTev	Uso em Serviço Público	Muito bom	10.070.970,90	13/2/2015	10.184.224,84
154051	5247.00001.500-4	5247 00002.500-0	São João da Ponte ¯ MG	Em regularização	Regular	63.378.129,20	-	-

Fonte: SPIUnet.

4.2.3.1. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

A UFV possui imóveis para fins residenciais nos *Campi* de Viçosa e Florestal, conforme Quadros A.4.2.3.1 e A.4.2.3.2. Esses imóveis são cedidos de acordo com a política habitacional para imóveis residenciais da UFV, estabelecida em 1993 pelo extinto Conselho Diretor ¯ CONDIR.

De acordo com tal política, os imóveis residenciais serão utilizados como moradia somente quando considerados essenciais, por sua localização, ao bom desempenho das atividades-fim da Instituição. Geralmente, os imóveis são ocupados por servidores responsáveis por atividades de manutenção predial e urbana e vigilantes, cujos serviços podem ser necessários até mesmo em feriados e finais de semana.

A proposta de concessão desses imóveis é formulada pela chefia de uma unidade acadêmica ou administrativa, submetida à avaliação da Comissão de Espaço Físico da UFV (COESF) e à aprovação pelo Conselho Universitário ¯ CONSU. Além da taxa de ocupação, estabelecida em 2006 pelo CONSU, os ocupantes dos imóveis devem ressarcir a UFV pelas despesas de energia elétrica e de água.

Há alguns anos, a UFV vem trabalhando para desocupar seus imóveis com finalidade residencial, conforme Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA). Uma vez desocupados, os imóveis serão destinados à expansão das instalações de apoio a ensino, pesquisa e extensão ou demolidos, conforme seu estado de deterioração. Ressalta-se que foram demolidos 6 imóveis.

Ao final de 2017, havia 35 imóveis desocupados. Os imóveis atualmente ocupados no *Campus* UFV-Viçosa e no *Campus* UFV-Florestal estão descritos nos dois próximos Quadros. Não há imóveis com fins residenciais no *Campus* UFV-Rio Paranaíba.

Quadro A.4.2.3.1 ¯ Cessão remunerada de uso dos imóveis funcionais no Campus UFV-Viçosa (2017)

Item	Localização	Ocupante	CPF	Contrato	Vigência	Processo	Situação	Data de autuação
1	CenTev	Ronaldo de Oliveira Apolinário	303.521.696-72	061/2007	04/03/2009	013499/2015	Em processo de regularização para posterior demolição	--
2	Equideocultura, 1	Francisco Adir Lopes	012.452.028-63	175/2015	18/12/2019	015541/2015	Regularizada	--
3	Fazenda Cachoeirinha	Francisco de Paula Sales	424.559.606-68	183/2009	04/03/2011	002963/2004	Imóvel foi desocupado	15/12/2017
4	Horta Velha, 3	Fernando Antônio Rodrigues do Amaral	284.290.016-20	065/2007	05/03/2009	006128/2001	Em processo de regularização	21/12/2017
5	Rod. MG 280 E Acamari	Geraldo Magela da Silva	024.037.706-34	204/2008	29/06/2010	005934/1996	Em processo de regularização para posterior demolição	--
6	Vila Araújo, 3	Adriano Barbosa Mendes	699.339.106-63	550/2011	08/12/2013	004026/1996	Em processo de regularização	19/12/2017
7	Vila Araújo, 5	João Antônio de Oliveira	424.636.616-15	097/2007	02/04/2009	010405/1995	Em processo de regularização para posterior demolição	22/11/2017
8	Vila Araújo, 6	Sheila D˘arc de Jesus	--	--	--	008031/2000	Em processo de desocupação para posterior demolição	22/01/2018
9	Vila Araújo, 7	Mário Pires de Freitas	332.915.606-63	118/2016	23/08/2018	013082/1996	Regularizada	--
10	Vila Chaves, 4	Antônio Jacinto de Castro	629.442.236-15	058/2004	20/05/2006	003199/2000	Em processo de regularização para posterior demolição	--
11	Vila Chaves, 12	Carlos Alberto da Rocha	283.031.996-68	003/2012	17/01/2014	006405/2006	Em processo de regularização para posterior demolição	13/11/2017
12	Vila Chaves, 8	José Francisco da Silva	197.372.546-00	104/2007	18/04/2009	006402/2006	Em processo de desocupação para posterior demolição	23/2/2018
13	Vila Chaves, 7	José Luciano da Silva	002.637.246-03	203/2009	23/06/2011	004784/1996	Imóvel foi desocupado e será demolido	--
14	Vila Chaves, 1	José Márcio Souza Lopes	424.002.016.68	049/2007	04/03/2009	006240/2002	Imóvel foi desocupado e será demolido	--

Item	Localização	Ocupante	CPF	Contrato	Vigência	Processo	Situação	Data de autuação
15	Vila Chaves, 11	José Roberto Assis do Bem	261.233.806-30	183/2008	12/05/2010	011991/2007	Em processo de regularização para posterior demolição	1.º/12/2017
16	Vila Chaves, 13	Maria Augusta de Castro	--	--	--	010883/2006	Em processo de desocupação para posterior demolição	21/12/2017
17	Vila Dona Chiquinha, 2	Graciliano Guilherme Ferreira	552.416.207-10	077/2007	09/03/2009	003057/1996	Em processo de desocupação para posterior demolição	19/12/2017
18	Vila Dona Chiquinha, 3	Iraci de Paula	329.259.216-04	--	--	006396/2006	Em processo de regularização para posterior demolição	--
19	Vila Dona Chiquinha, 5	Paulo César Gonçalves	674.279.446-15	545/2011	05/12/2013	003207/2000	Em processo de regularização para posterior demolição	28/11/2017
20	Vila Secundino, 13	Carlos Alberto Pinto	057.512.336-20	--	--	006428/2006	Imóvel foi desocupado e será demolido	--
21	Vila Secundino, 10	Francisco Balbino	--	--	--	006426/2006	Em processo de desocupação para posterior demolição	14/12/2017
22	Vila Secundino, 5	Geraldo Magela Lopes Rosado	194.339.056-87	073/2007	09/03/2009	006421/2006	Em processo de desocupação para posterior demolição	30/11/2017
23	Vila Secundino, 8	Joel Gouvêa	117.178.906-87	154/2014	18/08/2016	009082/2002	Em processo de regularização para posterior demolição	21/12/2017
24	Vila Secundino, 6	Jorge Antônio de Paula	235.930.676-68	052/2007	05/03/2009	003006/2015	Em processo de regularização para posterior demolição	08/01/2018
25	Vila Secundino, 9	Luzia Alves de Freitas	--	--	--	006425/2006	Em processo de desocupação para posterior demolição	22/1/2018
26	Vila Secundino, 7	Marcelo do Carmo de Freitas	209.126.506-30	--	--	006423/2006	Em processo de desocupação para posterior demolição	06/09/2017

Item	Localização	Ocupante	CPF	Contrato	Vigência	Processo	Situação	Data de autuação
27	Vila Sete Casas, 7	Graziela Gomide de Souza	043.254.336-86	045/07	04/03/09	006417/2006	Imóvel foi desocupado e será demolido	--
28	Vila Sete Casas, 3	Maurício Lopes Rosado	281.442.106-97	074/2007	08/03/2009	006413/2006	Imóvel foi desocupado e será demolido	--
29	Viveiro de Café	Mário Lopes Ferreira	998.755.436-91	--	--	003037/2004	Regularizada	--

Fonte: PAD/UFV.

Nota: A data de autuação refere-se à data da notificação para desocupar o imóvel e, ou, quitar o débito.

Quadro A.4.2.3.2 ¯ Imóveis utilizados para fins residenciais no Campus UFV-Florestal (2017)

Imóvel	Ocupante	CPF	Contrato	Vigência	Processo	Situação	Data de autuação
Avenida dos funcionários, 200	Paulo César de Freitas	285.303.306-68	--	--	007190/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 216	Hélio José da Conceição Silva	550.806.936-49	--	--	007194/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 240	REPÚBLICA DE PROFESSORES	027.967.546-18	--	--	--	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 262	Daniela dos Santos Costa	391.329.276-49	--	--	007196/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 284	Gaulber Dionatas dos Reis Souza	050.110.466-64	--	--	004023/2017	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 306	Lúcio Paccori Lima	213.022.988-36	--	--	--	Em processo de regularização	--

Imóvel	Ocupante	CPF	Contrato	Vigência	Processo	Situação	Data de autuação
Avenida dos funcionários, 320	José Antônio de Miranda	751.720.626-53	--	--	--	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 346	Rafael Lopes e Silva	079.862.006-42	--	--	--	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 368	Ricardo Ferreira Paraízo	576.704.557-72	--	--	007203/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 410	Vicente Umberto dos Santos	217.011.056-91	--	--	007207/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 432	Antônio Cezar Pereira Calil	208.241.146-04	--	--	007208/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 478	João Dimas Soares Viana	209.921.146-91	--	--	--	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 496	Francisco Carlos Pereira	522.227.486-15	--	--	--	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 517	Antônio Wilson de Oliveira Malta	285.325.036-91	--	--	007229/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 539	Afonso Timão Simplício	436.139.696-53	--	--	007228/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 575	REPÚBLICA DE PROFESSORES	495.221.086-34	--	--	--	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 589	Luís Carlos Gouvêa	381.639.696-87	--	--	007231/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 622	Derci Luiz	086.649.869-91	--	--	007188/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 687	Raimundo Domingos Teixeira	389.416.006-34	--	--	--	Em processo de regularização	--

Imóvel	Ocupante	CPF	Contrato	Vigência	Processo	Situação	Data de autuação
Avenida dos funcionários, 707	Antônio Vicente da Silva	364.957.946-49	--	--	007235/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 708	José Luís Rosa	852.345.086-68	--	--	004022/2017	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 714	José Oliveira da Silva	310.869.506-15	--	--	007233/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 745	Osmário Alves Pereira	277.249.996-00	--	--	007238/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 828	Geraldo Gelape Diniz	427.018.566-04	--	--	007236/2009	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 864	Ademar da Silva	329.238.136-34	--	--	--	Em processo de regularização	--
Avenida dos funcionários, 880	Jorge Abdon Parreiras	477.302.346-53	--	--	007240/2009	Em processo de regularização	--
Bosquinho	Ricardo Windson do Couto	040.442.006-02	--	--	--	Em processo de regularização	--
Bosquinho, 750	Edir Aparecido Ramiro		--	--	007180/2009	Em processo de regularização	--
Campo do Fluminense	Maria Magda Maciel		--	--	007183/2009	Em processo de regularização	--
Fazendinha	Guilherme de Azambuja Pussieldi	503.259.140-87	--	--	--	Em processo de regularização	--
Vila Edson Potsch	Anderson Bhering F. de Rezende	778.586.896-49	--	--	007246/2009	Em processo de regularização	--
Vila Edson Potsch, 400	Franceline Aparecida Lopes	052.217.746-82	--	--	--	Em processo de regularização	--

Imóvel	Ocupante	CPF	Contrato	Vigência	Processo	Situação	Data de autuação
Vila Edson Potsch, 560	Paulo Dalton de Paula	274.443.686-00	--	--	007247/2009	Em processo de regularização	--
Vila Edson Potsch, 430	Walter Luiz de Castro Mewes	564.145.959-91	--	--	007253/2009	Em processo de regularização	--
Setor de Equideocultura	Paulo Roberto Silva		--	--	--	Em processo de regularização	--

Fonte: PAD/UFV.

Análise Crítica

A UFV ainda não conseguiu regularizar a situação de todos os imóveis utilizados para fins residenciais. Uma das razões para isso se encontra em questões de caráter social, principalmente devido ao longo tempo de permanência de alguns ocupantes no imóvel.

Apesar disso, a UFV, sem desconsiderar as implicações sociais, vem trabalhando para regularizar a ocupação dos imóveis. Os servidores em débito foram devidamente notificados, foram iniciados os procedimentos para renovação dos contratos vencidos e, em alguns poucos casos, foram encaminhados processos à Procuradoria Jurídica para possíveis ações de reintegração de posse.

Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Administração vem envidando esforços para promover a efetiva desocupação e demolição dos imóveis residenciais, não permitindo, inclusive, a renovação de contratos. Os contratos eventualmente renovados se referem a imóveis residenciais situados em setores nos quais é imprescindível contar com pessoas próximas ao local fora do horário de expediente, tendo sempre sido caracterizado o interesse institucional para a cessão desses imóveis.

No que diz respeito ao *Campus* UFV-Florestal, todos os imóveis destinados a fins residenciais estão em processo de avaliação e análise para elaboração de novos contratos.

4.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A UFV possui imóveis cedidos a terceiros sob as seguintes formas: Concessão de Direito Real de Uso (Quadro A.4.2.4.1), Permissão de uso (Quadro A.4.2.4.2), Concessão Remunerada de Uso (Quadro A.4.2.4.3) e Convênio (Quadro A.4.2.4.4). As despesas de energia elétrica e de água de todos os imóveis cedidos a terceiros são de responsabilidade dos cessionários.

Os órgãos não integrantes da estrutura organizacional da UFV que ocupam imóveis localizados na Vila Giannetti estão sujeitos à cobrança da Taxa de Manutenção Externa, estabelecida pelo Conselho Universitário ¯ CONSU em 2002.

As solicitações para cessão de espaço físico a terceiros são avaliadas pela Comissão de Espaço Físico ¯ COESF, que emite parecer ao CONSU com base no interesse institucional. A decisão cabe a esse Conselho.

Quadro A.4.2.4.1 ¯ Concessão de Direito Real de Uso no Campus UFV-Viçosa (2017)

Localização	Ocupante	Contrato	Vigência	Processo
Avenida da Agronomia	Banco do Brasil S.A.	026/2000	20/02/2030	012222/1998
Avenida P.H. Rolfs	Caixa Econômica Federal	103/1993	30/12/2023	--
Avenida Purdue	Instituto UFV de Seguridade Social ¯ AGROS	069/2004	10/06/2054	009247/2003

Fonte: PAD/UFV.

Nota: O contrato firmado com o Banco Itaú foi rescindido.

Quadro A.4.2.4.2 ¯ Permissão de Uso no Campus UFV-Viçosa (2017)

Localização	Ocupante	Contrato	Vigência	Processo
Antigas instalações do Banco do Brasil	Sicoob UFV-Credi	119/2015	22/01/2020	003983/1999
Dutos para passagem de fibra ótica	NEXT Telecomunicação do Brasil Ltda	091/2017	31/12/2017	010066/2015
Vila Giannetti, casa 23	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ¯ IBGE	044/2001	09/05/2016	003805/2000
Vila Giannetti, 35	Instituto Mineiro de Agropecuária ¯ IMA	136/2016	04/10/2019	002965/1996

Fonte: PAD/UFV.

Nota: O IBGE continua ocupando o imóvel apesar de o contrato estar vencido. Não há débitos. Aguardamos documentação do Instituto para darmos início aos procedimentos para renovação do contrato.

Quadro A.4.2.4.3 ¯ Concessão Remunerada de Uso no Campus UFV-Viçosa (2017)

Localização	Ocupante	Contrato	Vigência	Processo
Departamento de Engenharia Florestal (sala no térreo)	Sociedade de Investigações Florestais ¯ SIF	125/2017	23/06/2019	003081/2007
Estádio Paulo Mário del Giudice	Acadêmico Futebol Clube e Couceiro Futebol Clube	220/2014	13/11/2019	007941/2005
Praça de Vivência, loja 4 (lanchonete)	Libério e Martins Ltda	167/2007	09/07/2012	005808/2006
Rua Carijós, n.º 150, 14.º andar, Belo Horizonte, MG	Terezinha de Jesus Dias Souza	108/2007	19/04/2012	010626/1993
Departamento de Zootecnia (fotocopiadora)	Erasmo Lúcio Oliveira	129/2007	01/06/2012	011830/2006
Pavilhão de Aulas B (lanchonete)	Karine Baltazar de Miranda	148/2007	19/06/2012	002736/2007
Pavilhão de Aulas B (fotocopiadora)	MWE Copiadora Ltda [1]	009/2008	21/01/2013	000264/2002
Colégio de Aplicação ¯ COLUNI (lanchonete)	Valdenice Dias Gonçalves	185/2008	23/05/2013	000226/2002
Torre localizada no Alto do Barbado	TV Juiz de Fora Ltda [2]	662/2011	19/12/2014	006558/2008

Fonte: UFV/PAD.

Notas: [1] Segundo a Diretoria Financeira, havia débito em nome da empresa no valor de R$ 528,25. A empresa questionou o valor e, por isso, o processo foi encaminhado à Procuradoria Jurídica para dirimir a dúvida.

[2] O contrato não foi renovado devido à existência de débitos. A empresa solicitou parcelamento e está quitando o débito mensalmente. A última parcela tem previsão de pagamento para março de 2018.

Com relação às informações apresentadas no Quadro acima, cabe ressaltar dois aspectos. No que diz respeito aos contratos vencidos, não foram adotados procedimentos para desocupação dos espaços

porque o impacto negativo nas áreas atendidas seria muito alto. Assim sendo, a ocupação continua nos termos estabelecidos no contrato.

Ademais, para que os novos procedimentos licitatórios sejam iniciados deve haver adequação dos edifícios como um todo, não somente das áreas ocupadas. Questões orçamentárias e equipe técnica reduzida são dois dos principais fatores que impediram essa adequação. Assim, explica-se porquê as novas licitações ainda não foram iniciadas. Contudo, alguns processos já foram abertos com essa finalidade.

Quadro A.4.2.4.4 ¯ Convênios no Campus UFV-Viçosa (2017)

Localização	Ocupante	Convênio	Vigência	Processo
Vila Giannetti, casa 14	EMATER-MG	022/2015	19/05/2018	017621/2007
Vila Giannetti, casa 38	MAPA	024/2015	28/05/2018	001806/2003
Vila Giannetti, casa 42	FRATEVI	148/2017	27/07/2022	009362/2017
Vila Giannetti, casa 43	FRATEVI	148/2017	27/07/2022	009362/2017
Vila Giannetti, casa 46	EPAMIG	044/2015	15/09/2018	009367/2007
Vila Giannetti, casa 47	EPAMIG	044/2015	15/09/2018	009367/2007

Fonte: PAD/UFV.

Notas:

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FRATEVI: Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa

EPAMIG: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

4.2.5. Informações Sobre os Imóveis Locados de Terceiros

A UFV utiliza imóveis locados de terceiros nos municípios de Rio Paranaíba e Belo Horizonte. No município de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, a UFV utiliza um imóvel pertencente à EPAMIG, denominado Estação Experimental de Oratórios. A utilização desse imóvel está amparada por convênio, que tem prazo de vigência até 2018.

O imóvel locado em Rio Paranaíba foi destinado aos laboratórios de Nutrição Experimental, de Nutrição Maternal e Infantil, de Políticas Públicas, de Dietoterapia e Ambulatório de Atenção Nutricional. A despesa anual com a locação foi de R$ 28.215,78, além das despesas com água e energia elétrica. A manutenção desse imóvel é feita pela UFV.

Em Belo Horizonte, o imóvel locado destina-se ao funcionamento do escritório de representação da UFV. A principal função desse escritório é oferecer apoio logístico à administração e à comunidade universitária na realização de atividades de caráter institucional. A despesa anual com esse imóvel foi de R$ 162.288,44, além das despesas com condomínio e energia elétrica.

O quadro a seguir apresenta a distribuição espacial dos imóveis mencionados.

Quadro A.4.2.5.1 ¯ Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (2017)

Localização geográfica		Quantidade de imóveis
BRASIL	**Minas Gerais**	**2**
	Belo Horizonte	1
	Rio Paranaíba	1
Subtotal (Brasil)		**2**
EXTERIOR	Não possui	0
Subtotal (exterior)		0
TOTAL (Brasil e exterior)		**2**

Fonte: PAD/UFV.

4.3. Gestão da Tecnologia da informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Universidade Federal de Viçosa define o planejamento, direcionamentos e investimentos para a área de Tecnologia da Informação - TI, alinhados aos objetivos institucionais descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional ¯ PDI 2012/2017, bem como ao Plano de Gestão da UFV 2015-2019, buscando o aprimoramento da gestão de TI da UFV alinhado ao objetivo estratégico institucional: `Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos *Campi* da UFV _.

Além disso, o planejamento definido no PDTI está alinhado aos objetivos e metas da Estratégia de Governança Digital (EDG) da Administração Pública Federal 2016-2019, definida pelo Sistema de Administração de Recursos e Informação e Informática - SISP do Ministério do Planejamento. O PDTI/UFV abrange as atividades de planejamento de TI para os *Campi* UFV¯ Viçosa (CAV), UFV¯Florestal (CAF) e UFV-Rio Paranaíba (CRP), de modo a proporcionar integração nas soluções e investimentos para a área de TI da Instituição.

No âmbito da UFV, a política de TI é gerenciada pela Comissão Executiva de Tecnologia da Informação ¯ COETI ¯ foi criada em fevereiro de 2002, através da resolução nº 06/2002 do Conselho Universitário. Na verdade, a resolução 06/2002 fez uma reformulação na Comissão Permanente de Política de Informática que foi criada através da resolução 05/1995 de 22 de setembro de 1995. Neste mesmo dia o CONSU também aprovou a Política de Informática da UFV com a edição da Resolução 06/1995. As atribuições da COETI são as seguintes:

a) Consolidar a política de Informática da UFV;

b) Recomendar ações e assessorar a administração superior em todas as decisões institucionais relativas à política de informática;

c) emitir pareceres técnicos sobre contratos e convênios oficiais que envolvam recursos de tecnologia da informação;

d) promover a difusão de conhecimentos em tecnologia da informação úteis para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas da UFV;

e) promover a qualificação continuada dos recursos humanos atuantes na área de informática da UFV

Na UFV a Comissão Executiva de Tecnologia da Informação (COETI) é responsável por assessorar a administração superior da instituição em questões relacionadas à tecnologia da informação e comunicação. A COETI tem como membro nato e seu presidente o Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento, sendo que os demais componentes são `membros da comunidade universitária, professores e técnico-administrativos, em número não superior a cinco_, conforme definido na Resolução 06/2002 do Conselho Universitário. A composição atual da COETI é a seguinte: Sebastião Tavares de Resende ¯ Presidente e Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento, Carlos de Castro Goulart ¯ Professor do Departamento de Informática, Evandro de Castro Melo ¯ Professor do Departamento de Engenharia Agrícola, Michelini Lopes da Mota ¯ Diretora de Tecnologia da Informação e Eduardo Jaime Quiros Batres ¯ Analista de Tecnologia da Informação.

A COETI não possui reuniões ordinárias e as reuniões são convocadas sob demanda de acordo com a necessidade, sendo na maioria das vezes convocada por seu presidente e alguma vezes por sugestão de algum membro. Os membros da COETI participam de uma lista de discussão onde os assuntos de pauta costumam ser tratados antes das reuniões, de forma a tornar as reuniões mais objetivas.

A COETI não tem caráter deliberativo, portanto, suas decisões são, na verdade, recomendações para a administração superior e, em questões mais técnicas, para a Diretoria de Tecnologia da Informação, que é um órgão subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. A definição do Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento como membro nato e presidente da COETI foi a forma encontrada para que as recomendações dessa comissão sejam consideradas decisões de fato.

Em relação à capacitação, os servidores da UFV estão submetidos ao Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos Servidores Integrantes do PCCTAE instituído pela Portaria nº 27, de 15 de janeiro de 2014 do Ministério da Educação. O Planejamento interno elaborado em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFV está registrado no processo administrativo 010971/2010.

Em 2017, 40 servidores da área de TI dos três *Campi* da UFV (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba) participaram do curso de capacitação de desenvolvimento de sistemas usando a linguagem Java.

Além disso, em 2017, cinco servidores da DTI estavam participando de treinamento em nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da própria UFV, oferecido pelo Departamento de Informática.

O quadro A.4.3.2 apresenta uma descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quadro A.4.3.2 ¯ Força de trabalho de TI da UFV

	Quantidade
Servidores Efetivos de TI	95
Servidores Efetivos de outras carreiras	0
Terceirizados	11
Estagiários	0

Para a gestão dos demais serviços de TI, decidiu-se por adotar processos da biblioteca ITIL. Alguns processos foram formalizados em 2016 e em 2017 foi trabalhado na maturação desses processos dentro da DTI, a saber: gestão de portfólio de serviços, gestão de demanda, gestão de capacidade e gestão de incidentes. Na minuta do PDTI 2016-2019 constam ações para implantação de processos ITIL nos anos vindouros.

Os projetos na área de TI desenvolvidos no período são apresentados no quadro A.4.3.3, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Algumas medidas foram tomadas para mitigar eventuais dependências tecnológicas de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade. Dentre estas medidas, as principais foram: Adoção, sempre que possível, de soluções baseadas em softwares livres; terceirização apenas de serviços operacionais; Adoção de processos formais de trabalho que colaboram com a retenção de conhecimento; Expansão do corpo técnico de servidores efetivos; utilização preferencial de soluções de TI desenvolvidas pela própria equipe de TI da instituição.

Quadro A.4.3.3 ¯ Projetos de TI desenvolvidos em 2017.

Projeto	Resultados Esperados	Plano Estratégico	Planejamento de TI	Valor Estimado (em R$)	Valor Gasto (em R$)	Prazo
Adquirir equipamentos de rede para atender à demanda de tráfego dedados	Substituição dos equipamentos de rede permitindo melhoria no tráfego de dados e no gerenciamento da rede	Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos *Campi* da UFV	Melhorar a disponibilidade dos serviços	100.000,00	213.413,71	Dez/2017
Atualização do Parque Tecnológico	Substituição de equipamentos de TI obsoletos tais como computadores, monitores, impressoras, data show e outros	Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos *Campi* da UFV	Manter o parque tecnológico atualizado	2.000.000,00	994,668,78	Dez/2017
Manutenção de Serviço de Suporte Técnico de TI	Manter o bom funcionamento dos equipamentos de TI com o mínimo de interrupção dos serviços	Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos *Campi* da UFV;	Diminuir o prazo médio de atendimento de ordens de serviço de suporte em TI	1.132.789,08	346.033,38	Dez/2017
Manutenção de Serviço de Desenvolvimento de Sistemas	Ampliar a capacidade de desenvolvimento de sistemas de informação	Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos *Campi* da UFV	Aumentar o número de sistemas entregues	1.500.000,00	498.844,75	Dez/2017

4.3.1. Principais sistemas de informação

Sob a coordenação Divisão de Sistemas estão o desenvolvimento e a manutenção de sistemas estratégicos para a Instituição como suporte aos macroprocessos finalísticos e de apoio, relacionados com as áreas de: ensino, pesquisa e pós-graduação, extensão e cultura, assistência estudantil, administração de serviços, gestão de pessoas, planejamento e orçamento e outros essenciais ao alcance dos objetivos e metas da Instituição.

A seguir é apresentada uma lista de sistemas, organizados por áreas de aplicação. Todos os sistemas listados aqui podem ser acessados a partir da página da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), em http://www.dti.ufv.br clicando no ícone `Sistemas Disponíveis_. Alguns sistemas possuem consulta pública, mas a maioria demanda o acesso com a matrícula institucional e a senha de acesso.

O quadro A.4.3.1, a seguir, apresenta uma relação com os principais sistemas de informação da UFV, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e o grau de criticidade para a unidade.

Quadro A.4.3.1 ¯ Principais Sistemas de Informação da UFV

Nome	Descrição	Objetivo	Principais Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio	Criticidade
Sapiens	Sistema Acadêmico	É um sistema computacional que possibilita a estudantes, professores e coordenadores de curso acesso às informações gerenciadas pelo Registro Escolar.	Histórico escolar, relação das disciplinas em que está matriculado, o plano de estudo, dados pessoais e análise curricular	Diretoria de Tecnologia da Informação	Registro Escolar	Alta
SIM	Sistema de Compras	Controle interno de compras e contratações	Planejamento de demanda, aquisição de materiais, contratação de serviços	Diretoria de Tecnologia da Informação	Diretoria de Material	Alta
PVANET	Ambiente Virtual de Aprendizagem	Fornecer uma plataforma web para o apoio ao ensino à distância	Notícias, Agenda de Atividades, Sistema de Conteúdo, Fórum, E-mail, Chat, Perguntas e Respostas, Armazenamento de Arquivos,	Diretoria de Tecnologia da Informação	CEAD	Alta

Nome	Descrição	Objetivo	Principais Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio	Criticidade
			Avaliação on-line, Entrega de Tarefas, Relatórios, Glossário			
SACPG	Sistema Gestor de Pesquisa e Pós-Graduação	Gerência do processo de defesa de teses e dissertações	Controle dos pesquisadores, controle de orientação de pesquisas, controle de pesquisas e de produção de tese e dissertações	Diretoria de Tecnologia da Informação	Pró-Reitoria de Pós-Graduação	Média
ACADEMICO_PG	Sistema Gestor de Pesquisa e Pós-Graduação	Gerência do processo de defesa de teses e dissertações	Controle dos pesquisadores, controle de orientação de pesquisas, controle de pesquisas e de produção de tese e dissertações	Diretoria de Tecnologia da Informação	Pró-Reitoria de Pós-Graduação	Alta
SISPPG	Sistema de controle da Pós-Graduação	Controla os projetos de pesquisa registrados na UFV	Registro de projetos de pesquisa, aprovação de projetos de pesquisa, relatórios de projetos registrados.	Diretoria de Tecnologia da Informação	Pró-Reitoria de Pós-Graduação	Média
REP	Registro Eletrônico de Ponto	Controla os registros dos relógios de ponto.	Registro de ponto, relatórios.	Diretoria de Tecnologia da Informação	Pró-Reitoria de Gestão de -Graduação	Média

4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

A responsabilidade socioambiental é mais do que um conceito ou uma obrigação a ser cumprida. Trata-se de um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs para o avanço em direção à sustentabilidade no âmbito da administração pública, com a assunção de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais, relacionadas a todos os públicos com os quais a instituição interage, quais sejam: docentes, técnicos-administrativos, discentes, empresas, organizações da sociedade civil, comunidade e o meio ambiente.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) se preocupa com o meio ambiente há muito tempo, o que é evidenciado em algumas ações realizadas: nos projetos de preservação de nascentes dos

Campi; na implementação da coleta seletiva solidária na instituição; no apoio e incentivo ao desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa em Agricultura Orgânica e Agroecologia; no apoio à política de gestão de resíduos sólidos na região e oferta de cursos voltados à formação de profissionais para atuarem na gestão ambiental.

A Universidade possui, desde 1995, o Projeto Reciclar, atividade de caráter extensionista, desenvolvido em parceria com a administração. Projeto este em discussão para sua institucionalização como programa de coleta seletiva de materiais recicláveis.

A criação e atualização de cursos de graduação com oferecimento de disciplinas na área ambiental para diversos outros cursos são ações neste sentido. A alteração do projeto político pedagógico do tradicional curso de Engenharia Agrícola, resultando na mudança de nome para Engenharia Agrícola e Ambiental, foi uma das ações de destaque em 1999. As atividades do Engenheiro Agrícola e Ambiental incluem o diagnóstico, o planejamento, o projeto, a avaliação de impactos ambientais e sociais, decorrentes de sistemas envolvendo energia, transporte, estruturas equipamentos nas áreas de irrigação e drenagem, construções rurais e processamento e armazenamento de produtos agrícolas, tratamentos de resíduos e saneamento, controle da poluição, na conservação e no planejamento ambiental, gestão de recursos hídricos, análise de susceptibilidade e vocações naturais do ambiente, elaboração de estudos de impactos ambientais, proposição, implementação e monitoramento de medidas mitigadoras e ações ambientais.

Também em 1999 foi criado o curso de Engenharia Ambiental em função do desenvolvimento da área de saneamento do Departamento de Engenharia Civil. O Engenheiro Ambiental está habilitado para trabalhar em campos de atuação da Engenharia Ambiental e Sanitária, conforme discriminados pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) por intermédio da Resolução n° 1010/2005. A área de Saneamento o envolve na avaliação de qualidade de águas e águas residuárias, projeto, operação e controle de sistemas de abastecimento e tratamento de água, de coleta e tratamento de águas residuárias, de operação e monitoramento de aterros sanitários e de gerenciamento de resíduos sólidos.

Na área de gestão de energia, a UFV aprovou a Norma Operacional relativa aos serviços de utilização, manutenção e controle dos equipamentos, instalação de medidores de energia elétrica nas unidades, edifícios, residências e alojamentos dos *Campi* universitários e serviços de energia no âmbito da Universidade, através da Resolução nº 15/2003/CONSU. A aplicação dessa Norma está em consonância com as diretrizes tecnológicas estabelecidas pela Comissão Interna de Redução de Consumo de Energia ¯ CIRC.

Em 2008, foi instituído o Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do *Campus* UFV-Viçosa ¯ PDFA, que, além de tratar de assuntos relacionados à ocupação ordenada do *Campus* UFV-Viçosa, trata de questões ligadas ao meio ambiente (Resolução nº 14/2008/CONSU). A partir de então, foram constituídas formalmente a Comissão de Espaço Físico (COESF) e a Comissão de Meio Ambiente (COMAM), com o objetivo de definir políticas relacionadas ao paisagismo, gestão de resíduos, gestão de recursos hídricos e biodiversidade. O regimento interno da COESF e COMAM estão definidos pelas Resoluções nº 14/2008 e 17/2009 do CONSU.

Em 2016, foram iniciados os trabalhos para a revisão e atualização do PDFA para o período 2018-2023 que deverá englobar os *Campi* criados durante a vigência do plano atual. Tanto a COESF quanto a COMAM atuam nos três *Campi* tentando definir soluções uniformes, mas considerando as particularidades de cada um dos *Campi*.

As ações relacionadas ao gerenciamento de resíduos na Universidade, como a coordenação das coletas internas e elaboração dos processos de contratação de serviço de destinação final de resíduos perigosos (infectantes, perfuro cortantes, químicos, lâmpadas fluorescentes queimadas) são de responsabilidade da Gerência de Resíduos e Rejeitos Tóxicos, Químicos, Biológicos e Radioativos (GRR). Além disso, foi criado o Programa de Implementação do Plano de Gerenciamento de

Resíduos de Serviço de Saúde que atende 10 unidades geradoras, criando, em conjunto, procedimentos e adequações necessárias ao funcionamento. A GRR atuou ainda na modificação de rotas de coleta e outras ações relacionadas à coleta seletiva na UFV. A GRR executou, com o auxílio da Divisão de Água e Esgoto, ações relacionadas ao abastecimento de água do *Campus* UFV-Viçosa durante o período de crise hídrica vivenciada pelo Município em 2015 e com reflexos no ano de 2016.

Outra ação importante é relativa à redução no consumo de papel, energia elétrica e água. Na UFV vem sendo implementadas algumas iniciativas visando a definição e aplicação de políticas para estimular o consumo racional de água e energia elétrica, papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, com vistas à sustentabilidade ambiental. O *Campus* UFV-Viçosa possui serviço próprio de tratamento de água, o que contribui para o baixo valor gasto.

Atualmente, a preocupação com o meio ambiente é percebida nos projetos de preservação de nascentes dos *Campi*; no apoio e incentivo ao desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa em Agricultura Orgânica e Agroecologia; na implementação da coleta seletiva solidária na instituição; no apoio à política de gestão de resíduos sólidos na região e na oferta de cursos voltados à formação de profissionais para atuarem na gestão ambiental.

O comprometimento da UFV com a sustentabilidade faz parte da política da Instituição, ou seja, tal comprometimento está explícito em alguns de seus Objetivos Institucionais que constam do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2012-2017: `Prover continuamente a manutenção de edificações e de equipamentos, e melhores condições de uso do solo, considerando os aspectos de responsabilidade socioambiental e de segurança patrimonial e comunitária_; `Aprimorar os sistemas viário, de água, de esgoto, de energia e de resíduos nos *Campi* da UFV_; `Consolidar políticas institucionais de biossegurança, de inovação e de proteção da propriedade intelectual_ e `Aprimorar a política de saúde, cultural, esportiva e de lazer da UFV e ampliar política de gestão social voltada para a qualidade de vida da comunidade_.

Quanto às licitações sustentáveis, a UFV busca promover a responsabilidade socioambiental em suas contratações, com a aquisição de produtos e serviços sustentáveis, importantes não apenas para a conservação do meio ambiente, mas, também, apresentando uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério do menor preço. Neste sentido, a UFV utiliza como referencial para as contratações a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 e a Portaria 02/SLTI de 16 de março de 2010.

Em cumprimento ao Decreto nº 7.746/2012 e à Instrução Normativa nº 10/2012, foi instituída uma portaria interna (Portaria nº 1634/2014, de 25/11/2014) designando servidores da UFV para compor a Comissão elaboradora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Viçosa.

A Comissão elaboradora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Viçosa, reuniu-se várias vezes para elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFV. Nestas reuniões, foram elaborados o inventário de bens e materiais da UFV e planilhas contendo sugestões de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços da UFV. Foi realizado, também, o `Fórum UFV de Sustentabilidade_ em 2015 para tratar de assuntos como: sustentabilidade e governança em uma Instituição de Ensino; sustentabilidade e qualidade de vida; uso racional de energia; ética, responsabilidade e sustentabilidade; otimização do uso de recursos naturais; mobilidade e sustentabilidade e apresentação da proposta do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFV. Após realização do Fórum, ficou disponibilizado o inventário e bens e materiais da UFV e planilhas contendo sugestões de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços da UFV para conhecimento e apreciação da comunidade universitária.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável-PLS da UFV foi finalizado em 2016 e definiu metas e ações para incrementar a cultura de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e

serviços, abrangendo material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal. A sua elaboração e implementação deve ser entendida como um processo dinâmico e evolutivo que trará maior conscientização e comprometimento da comunidade universitária com o futuro da Universidade.

O PLS da UFV busca a sensibilização dos gestores institucionais para as questões socioambientais, no intuito de promover economia de recursos naturais; a eficiência e eficácia dos gastos institucionais e das compras e contratações de serviços; busca a necessidade de revisão dos padrões de produção e consumo; a cooperação (o comprometimento e a união de esforços); a construção de uma cultura institucional, com a inserção de critérios socioambientais em todas as esferas de gestão da UFV voltada para o uso racional dos bens públicos; da gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados; da licitação sustentável; da promoção da responsabilidade socioambiental com critérios de sustentabilidade; da capacitação e da qualidade de vida no ambiente de trabalho na UFV.

Dentre as atividades de sustentabilidade, considerando indicadores da Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012, vale destacar algumas desenvolvidas pela UFV ao longo dos últimos anos, tais como: estímulo ao uso sustentável de recursos, com destaque para a distribuição de canecas plásticas duráveis para os discentes, docentes e técnicos-administrativos, em substituição à utilização de copos descartáveis (desde maio de 2015 o Restaurante Universitário não fornece copos descartáveis); a implantação de equipamentos para ginástica em espaço público para a comunidade em geral; e a implantação de práticas de ginástica laboral no próprio setor de trabalho.

A Universidade Federal de Viçosa é uma instituição de 90 anos, com algumas edificações cujas construções não foram projetadas no contexto da acessibilidade. Várias foram as ações com vistas a melhorar a acessibilidade, como adaptações e construções de rampas em edificações e calçadas, sinalização das vias urbanas, aquisição de elevadores para prédios antigos e também para os novos, já projetados com vistas à acessibilidade, adaptações de banheiros, e outros.

Para minimizar as barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, a UFV vem realizando vários atendimentos com tradutores e intérpretes de libras.

Em 2012, foi instituída a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), que tem por finalidade articular e integrar as ações inclusivas na UFV de forma a viabilizar o acesso e permanência de indivíduos com deficiência e com mobilidade reduzida, e para as políticas inclusivas de uma maneira geral. Foram instalados elevadores, construídas de rampas de acesso, delimitadas áreas de estacionamento destinadas a atender aos discentes, docentes e técnicos-administrativos, que demandam estruturas específicas para seu deslocamento.

Foram realizados diversos cursos de capacitação destinados a servidores técnico-administrativos, buscando atender demanda e procura ativa de capacitação: realização de capacitações e treinamentos, incentivo para conclusão dos estudos de nível básico, apoio à formação continuada, celeridade na resolução dos processos e promoção da saúde e qualidade de vida.

No *Campus* UFV-Florestal, no processo de licitação, ao assinar o contrato referente ao serviço de impressão, ficou estabelecida a exigência de utilização das impressões no sistema frente e verso. (Eles já utilizam as impressões frente e verso). Grande parte dos documentos gerados são arquivados de forma digital.

Em 2016, foi iniciada a implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informação) na UFV, que tornará toda a tramitação dos processos eletrônica, eliminando (ou reduzindo drasticamente) a necessidade de utilização de papel. O SEI-UFV já foi testado no final de 2016 com os processos

acadêmicos e não entrou em operação por problemas na aquisição dos scanners. Alguns documentos externos (ex: histórico escolar de outra instituição) precisarão ser digitalizados e armazenados no setor de origem. A previsão é de que no primeiro semestre de 2017, além dos processos acadêmicos, os processos de compra e de estágio probatório e de progressão/promoção estejam implementados no SEI-UFV.

No *Campus* UFV-Florestal, colocam as impressoras em locais estratégicos para redução do número de impressões. Foram adquiridas 4 impressoras maiores de cartuchos com capacidade para impressão de 35.000 cópias. Neste mesmo *Campus* não são utilizados copos descartáveis. Copos de vidro são utilizados no refeitório e nos setores administrativos. Não são mais comprados copos descartáveis.

Em toda a UFV estão sendo trocadas, gradativamente, lâmpadas existentes por lâmpadas de Led, ou por outras mais econômicas. Para os prédios novos e para as construções novas, já solicitaram projeto que contemple a utilização de lâmpadas de Led.

No *Campus* UFV-Florestal, foi instalado aquecedor solar no prédio dos alojamentos e foram realizadas todas as outorgas de utilização da água dos poços artesianos, lagoas, etc. Também está sendo realizado o reflorestamento e arborização nas áreas das nascentes, visando aumentar a produção de água. Está sendo realizado, parcialmente, o tratamento da água do poço artesiano no *Campus* UFV-Florestal e já existe um projeto de captação de água, em função da expansão. O projeto de instalação de uma ETA (Estação de Tratamento da Água) e uma ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) foi iniciado em 2016.

Já foi comprado e instalado um Biodigestor para o tratamento dos dejetos e efluentes dos setores de suínos e avicultura no *Campus* UFV-Florestal, como parte de Projeto Ambiental para o *Campus* UFV-Florestal. Atualmente, todos os resíduos gerados no *Campus* UFV-Florestal são coletados pelo caminhão da Prefeitura que encaminha parte para o aterro sanitário e para a Cooperativa de catadores da cidade de Florestal. Uma empresa terceirizada pela Prefeitura de Florestal coleta todo o resíduo biológico, perfuro cortante do posto de saúde.

Atualmente, é feita a armazenagem e separação dos resíduos tóxicos (perigosos) para que uma empresa, contratada pela UFV *Campus* UFV-Viçosa, busque os resíduos para destinação final. Em julho de 2015, iniciou-se a coleta seletiva e foi colocado, pelo *Campus* UFV-Florestal, lixeiras duplas para a separação de resíduos secos e úmidos. Colocaram uma lixeira na frente de cada prédio.

No *Campus* UFV-Rio Paranaíba, foi abolido o sistema de requisições utilizando papel (impressão). Toda autorização, requisição é realizada via rede de dados. Foi criado um sistema pela área de Tecnologia da Informação, resultando em economia de papel.

No *Campus* UFV-Rio Paranaíba, também foi criado um sistema para o controle do consumo chamado de Sistema de Demanda de Compras. Com a utilização deste sistema é possível trabalhar com um estoque mínimo para evitar desperdício e reduzir a demanda de espaço no almoxarifado. Pelo sistema, é possível fazer um levantamento da demanda que o setor tem para a chefia poder liberar e autorizar a compra.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Universidade Federal de Viçosa busca sempre o bom relacionamento com a sociedade, pautando suas ações nos princípios da eficiência, presteza, comprometimento, qualidade e transparência na gestão pública.

Entendendo a importância de atender às expectativas da sociedade em relação à oferta de serviços e produtos de qualidade, a UFV busca captar a percepção dos cidadãos-usuários sobre sua atuação e desempenho, com vistas à melhoria nos procedimentos. Para isto, disponibiliza sistemas de e-mail e web para manifestações referentes a solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e outras; Relatórios e Folders Institucionais, Carta de Serviços ao Cidadão; Portal da Transparência, cumprimento das normas relativas à acessibilidade e outros instrumentos por meios dos quais a sociedade pode acompanhar e avaliar a Instituição.

5.1. Canais de acesso do cidadão

Para que o cidadão apresente à UFV solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, são disponibilizados vários canais de acesso permanente com o links na página principal da Instituição para `Envio de Sugestões_, `Fale com a UFV_ e `Ouvidoria_.

Por meio do Sistema de Ouvidoria, a UFV disponibiliza um mecanismo para que a comunidade faça o encaminhamento de manifestações, sejam elas: reclamações, denúncias, críticas, sugestões ou elogios.

As manifestações apresentadas pela comunidade são encaminhas aos dirigentes dos órgãos afetos para avaliação, providências e respostas aos manifestantes. Utiliza como único instrumento de interlocução com a comunidade o formulário eletrônico acessado por meio da página principal da UFV na *internet*, onde existe um link para a página da Ouvidoria.

A Ouvidoria (OUV) atua como um canal de comunicação entre as manifestações das comunidades acadêmicas e externa e os dirigentes da UFV. Foram recebidas, em 2017, 1.362 manifestações, entre reclamações, denúncias, críticas, sugestões ou elogios, realizadas por estudantes, professores e servidores técnico-administrativos da UFV e público externo, referentes a 61 órgãos da Instituição.

Quadro A.5.1.1 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria, por tipo (2017)

Tipo	Quantidade
Consulta	57
Crítica	38
Denúncia	980
Elogio	9
Reclamação	227
Sugestão	51
TOTAL	**1.362**

Fonte: OUV

A partir das informações apresentadas no quadro A.5.1.1 percebe-se que a grande maioria das manifestações são feitas para demonstrar algum tipo de insatisfação, pois o grupo composto por reclamações e denúncias representam 88,6% do total. Já as manifestações de elogio e sugestões representam apenas 4,4% do universo. Destaca-se que o expressivo número de ocorrências de

denúncias se justifica pelo fato de que o edital do processo seletivo para ingresso nos cursos presenciais de graduação no 1º semestre de 2017 previa, no item 4.12, a admissão de manifestações dessa natureza para a validação de ingressos em cotas de escola pública e étnico raciais, o que também explica o grande número de manifestantes externos à comunidade universitária, tipificados como `Outros_ no Quadro A.5.1.2. Tais manifestações motivaram a criação de comissões para validação de matrículas das vagas reservadas para cotas étnico-raciais em 2018.

Quadro A.5.1.2 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria, por tipo de manifestante (2017)

Manifestante	Quantidade
Estudante da UFV	517
Professor da UFV	48
Técnico-administrativo da UFV	93
Outros	704
TOTAL	**1.362**

Fonte: OUV

No quadro A.5.1.2, em números absolutos, a participação dos estudantes representa 38% do total de manifestações, a dos servidores Técnico-administrativos 7%, a dos docentes 4% e a contribuição da comunidade externa à UFV é de 52%. Considerando apenas a comunidade acadêmica e tomando o número de docentes (que é a menor das três categorias) como base, temos que o número de servidores Técnico-administrativos e de Estudantes são, respectivamente, 1,9 e 10,8 vezes maiores do que o número de docentes. O número de manifestações dos servidores Técnico-administrativos e de Estudantes são, respectivamente, 1,7 e 7,8 vezes maiores o número de manifestações dos docentes. Desta forma, a taxa de utilização da Ouvidoria pelos docentes e servidores Técnico-administrativos são muito similares e representam o aproximadamente o dobro da taxa de utilização da Ouvidoria por parte dos estudantes.

Toda manifestação feita através da página da Ouvidoria da UFV pode ser acompanhada pelo cidadão que fez a manifestação através do próprio sistema. Para isso, no momento da manifestação ele recebe uma senha que deve ser utilizada para fazer o acompanhamento. O dirigente para o qual a manifestação foi encaminhada recebe e-mail avisando a existência da manifestação e do prazo para a resposta.

Nos links `Fale com a UFV_ e `Envio de Sugestões_, disponíveis em sua página na internet, e do correio eletrônico *reitoria@ufv.br*, a sociedade pode apresentar demandas, sugestões e críticas. Além destes instrumentos, por meio do *site* Acesso à Informação (www.sic.ufv.br) e do Portal da Transparência Pública, cujos links de acesso também estão disponíveis na página principal da página da Instituição, a comunidade pode acessar dados financeiros, físicos e de pessoal da UFV e apresentar questionamentos e demandas.

Além disso, na página da UFV (www.ufv.br) são disponibilizadas informações institucionais de sua atuação no ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e gestão universitária, que, também, podem ser acessadas nos documentos impressos, como relatório institucionais e *folders*, distribuídos para a comunidade acadêmica, parceiros e sociedade em geral.

Em sintonia com as evoluções tecnológicas e com a popularização das redes sociais a UFV possui página no *Facebook*, no endereço *https://www.facebook.com/ufvbr/* e no *Twitter* no endereço *https://twitter.com/ufvbr* ou simplesmente, @ufvbr. Estes novos canais de comunicação tem sido uma das formas mais eficientes de contato de egressos com mais de 10 anos de formados. E, sem sombra de dúvidas são as formas mais rápidas e eficientes de divulgar as informações para os atuais estudantes.

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, tem por objetivo informar ao cidadão os serviços prestados pelos órgãos e entidades da Administração Pública, as formas de acesso a esses serviços, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Em cumprimento ao disposto no referido Decreto, a Universidade Federal de Viçosa concluiu a elaboração deste documento no ano de 2013, e o mesmo se encontra disponível na forma eletrônica, no portal do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), endereço www.sic.ufv.br, e na forma impressa, distribuída para a comunidade universitária e sociedade em geral.

5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Vários são os mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação da UFV por meio de instrumentos de avaliação.

No ensino, na pesquisa e na pós-graduação são disponibilizados mecanismos de avaliação, coordenados pelo sistema federal de ensino, para avaliação de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, cujos resultados são amplamente divulgados na mídia, pelos indicadores do Inep e pelo conceito Capes.

As atividades de extensão são acompanhadas de formulários de avaliação do evento, com destaque para o maior evento extensionista que é a Semana do Fazendeiro.

Vale destacar que, sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), no ano de 2013 foi realizada pesquisa mais ampla sobre a atuação da UFV junto à comunidade universitária e também, pela primeira vez, com a comunidade externa. A Avaliação aborda a percepção das comunidades sobre o desempenho da UFV em fatores relacionados às 10 dimensões do SINAES, como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, comunicação e sociedade, atendimento ao discente, infraestrutura e outros. No quinto ciclo de Autoavaliação Institucional, referente ao triênio 2015, 2016 e 2017, a pesquisa foi circunscrita à comunidade universitária, não ocorrendo a participação da comunidade externa, devido a restrições orçamentárias.

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O acesso às informações referentes à atuação da UFV, que possam ser de interesse ou consideradas úteis à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, inclusive os relatórios de gestão, os relatórios de auditória de gestão e acórdãos do TCU concernentes, o relatório de autoavaliação institucional, o planejamento institucional, o Jornal da UFV, o Informativo dos atos administrativos e outros, pode ser feito por meio do site www.ufv.br.

No site www.ufv.br/soc podem ser acessadas as Resoluções dos Colegiados Superiores da Instituição, CEPE E CONSU, referentes às decisões acadêmicas e administrativas da UFV.

A página do Acesso à Informação (http://www.sic.ufv.br/) agrupa um conjunto de informações sobre ações e programas da UFV, convênios, contratos, despesas, licitações, além de informações sobre as fundações de apoio da UFV.

O logotipo da `Transparência Pública_ presente na página principal da UFV direciona para o

site da Transparência Pública do Governo Federal aplicando um filtro para selecionar as informações relacionadas com a UFV. Assim, uma consulta sobre diárias, à partir do logotipo citado, retornará informações sobre servidores lotados na UFV.

5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Universidade Federal de Viçosa vem realizando várias ações com vistas a atender às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e para as políticas inclusivas de uma maneira geral, em consonância com a legislação pertinente, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis. Em 2012 a UFV criou a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), que tem por finalidade articular e integrar as ações inclusivas na UFV de forma a viabilizar o acesso e permanência de indivíduos com deficiência e/ou com necessidades especiais.

A Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas, criada em 2014, tem por objetivo atender a qualquer estudante ou servidor que apresente algum tipo de necessidade, deficiência, transtorno ou doença, que exija cuidados diferenciados, desde que seja comprovada por laudo médico. No caso dos estudantes, por exemplo, as dificuldades enfrentadas devem ser apresentadas para a coordenação do curso para que seja estruturado um plano de estudo adequado ao perfil do aluno, com adaptações metodológicas acompanhadas ao longo do semestre letivo. Além do atendimento, a unidade também é um espaço para produção de materiais pedagógicos voltados para as necessidades dos estudantes.

É importante ressaltar que a Universidade Federal de Viçosa é uma instituição de 90 anos, possuindo diversas edificações cujas construções não foram projetadas no contexto da acessibilidade. Várias foram as ações com vistas à melhorar a acessibilidade, como adaptações e construções de rampas em edificações e calçadas, sinalização das vias urbanas, aquisição de elevadores para prédios antigos e também para os novos, já projetados com vistas à acessibilidade, adaptações de banheiros, dentre outras ações.

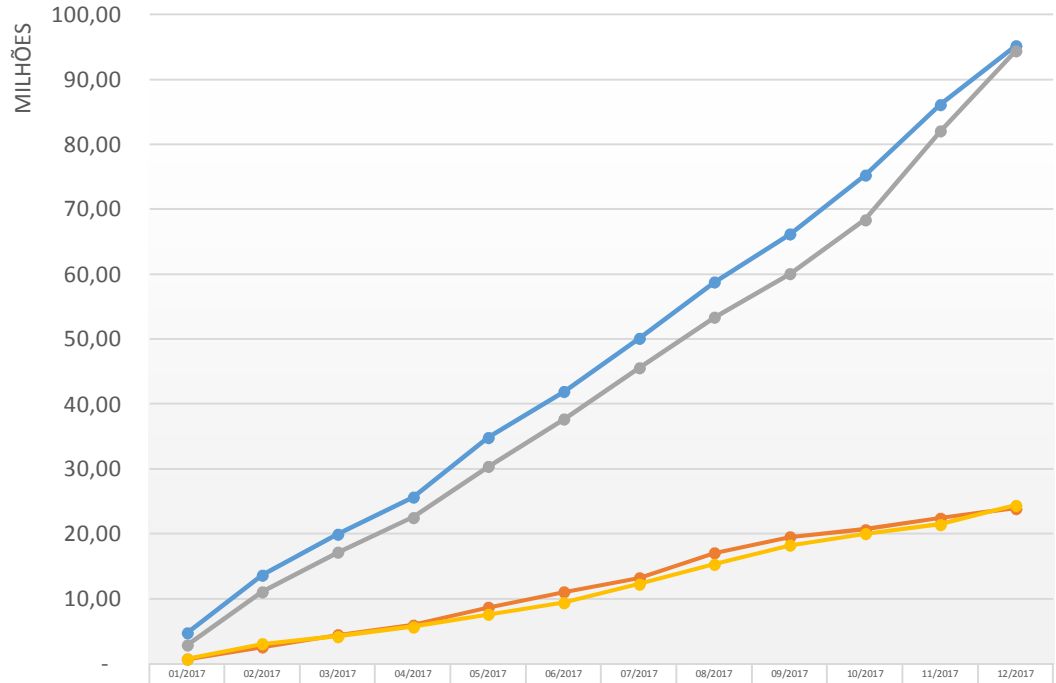
Para minimizar as barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, a UFV vem realizando vários atendimentos com tradutores e intérpretes de libras (Linguagem Brasileira de Sinais). Em 2015 iniciou-se a elaboração, em caráter experimental, de vídeos com acessibilidade em Libras e legenda, de três cursos para encaminhamento às demais coordenações de cursos que servirão de parâmetros para a produção dos demais. Todos os cursos de licenciatura da UFV possui pelo menos uma disciplina de Libras. As disciplinas de Libras estão presentes como disciplina optativa na grande maioria dos cursos de graduação da UFV.

Os casos de estudantes com transtornos das mais diferentes espécies tem se tornados comuns na UFV. Para auxiliar na melhoria do rendimento acadêmico em 2016 foram oferecidos atendimentos especiais a pessoas com os seguintes tipos de transtornos: Autismo de alto funcionamento (Síndrome de Asperger); Ansiedade e rebaixamento do humor (CID F.41.2); Baixa visual significativa, devido a ceratocone; Déficit de memória proveniente de lesão por tratamento radioterápico; Gioblastoma Multiforme - CID C71; Dislexia - CID 10 - F.81.0 (dislexia de desenvolvimento); Disacusia Neurossensorial Bilateral; Distrofia macular de Stargardt (CID H35.5); Déficit de visão, grau de comprometimento 3 (H54.0); Neuromielite óptica - doença de Devic (CID 10: G36.0); Perda auditiva bilateral do tipo neurossensorial, grau profundo; Portador de luxação congênita quadril bilateral severa e portador de atrogripose congênita; Quadro compatível com F90 + F32.1; Quadro depressivo (patias de CIDs F.31.1 e F.41.1); e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) com ou sem comorbidades.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro do exercício

O Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, que dispunha sobre a programação orçamentária e financeira da União, previa, nos meses iniciais do ano de 2017, para os Órgãos vinculados ao Ministério da Educação, liberação de financeiro em proporção inferior às inscrições em restos a pagar de exercícios anteriores somadas às liberações orçamentárias do exercício, sobretudo no primeiro trimestre. Quando considerado o orçamento discricionário, tal fato implicou em um pequeno descompasso da execução de despesas comparada à liberação de repasses financeiros e no consequente represamento de pagamentos, como pode ser observado na figura abaixo.



	01/2017	02/2017	03/2017	04/2017	05/2017	06/2017	07/2017	08/2017	09/2017	10/2017	11/2017	12/2017
Soma de LIQUIDACOES TOTAIS (EXERCICIO E RPNP) - 3	4.785.802,68	13.690.051,90	20.021.315,30	25.686.606,84	34.893.950,87	41.957.140,71	50.112.774,63	58.823.714,92	66.235.619,70	75.291.898,35	86.209.688,18	95.196.050,04
Soma de LIQUIDACOES TOTAIS (EXERCICIO E RPNP) - 4	730.180,84	2.584.509,89	4.458.249,34	5.988.630,38	8.708.325,72	11.074.002,13	13.264.056,45	17.112.989,83	19.574.394,62	20.679.034,42	22.478.288,50	23.951.150,62
Soma de PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO E RAP) - 3	2.876.150,75	11.099.181,23	17.166.753,10	22.574.068,34	30.407.614,49	37.697.309,45	45.600.102,53	53.396.525,91	60.111.140,93	68.450.868,45	82.114.418,75	94.410.200,49
Soma de PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO E RAP) - 4	772.440,81	3.100.809,46	4.194.305,14	5.676.872,16	7.625.391,28	9.469.931,04	12.284.433,95	15.379.796,49	18.289.748,42	20.052.683,27	21.503.762,24	24.419.992,94

Vale destacar que o represamento foi maior, tanto em termos nominais quanto em termos proporcionais, na natureza de despesa de custeio (cód. 3). Para as despesas de investimento (cód. 4) não ocorreram atrasos de pagamento, de maneira que não houve qualquer problema dessa natureza que pudesse provocar interrupções de obras em andamento.

Entretanto, o mencionado descompasso foi equacionado ao longo do ano, especialmente após o mês de outubro, acarretando em um percentual de 99,73% de pagamento das despesas liquidadas no exercício.

6.2. Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Este item tem por objetivo demonstrar as informações sobre a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A UFV tem uma forte atuação na pesquisa e pós-graduação com grupos de pesquisa muito

ativos. Os docentes que atuam em programas de pós-graduação participam ativamente na captação de recursos nos editais de projetos de pesquisa das agências de fomento, com destaque para a FAPEMIG e CNPq. A UFV tem participado com uma boa taxa de sucesso em editais de do Proinfra (antigo CT-Infra) com projetos institucionais coordenados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Na captação de recursos de pesquisa existe uma diferença muito grande entre departamentos que possuem programa de pós-graduação e aqueles que não possuem. E mesmo, entre os programas de pós-graduação. Aqueles que tem nível de excelência (conceito 6 e 7) costumam captar muito mais recurso do que os programas com conceito 3, que em geral são programas novos e que não possuem o doutorado. Já na captação de recursos na área de extensão, esta diferença não é tão significativa.

6.2.1. Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão

As receitas diretamente arrecadadas pela Instituição integram o Orçamento, mas representam uma parcela pouco significativa do total. As receitas ligadas a serviço de assistência estudantil, com destaque para os Restaurantes Universitários, tem o intuito de complementar minimamente os recursos recebidos para esse fim, já que a política da Instituição é oferecer ao estudante meios para completar o ensino superior.

Quanto às receitas imobiliárias existe uma Comissão de Avaliação de Espaço físico que define os valores a serem cobrados pela cessão do espaço físico, de acordo com os valores praticados no mercado. Mas, a receita também não é significativa.

Assim, a UFV tem buscado o aumento de sua receita via editais de pesquisa e extensão. Como política, a Universidade tem desenvolvido ações para melhorar os índices de sucesso na aprovação de projetos. Algumas ações são feitas em parceria com a fundação de apoio Funarbe ¯ Fundação Arthur Bernardes. Dentre estas ações duas das mais significativas são os cursos de proposição de projetos e o sistema financiar. Os cursos de proposição de interee projeto visam orientar o pesquisador a melhorar a qualidade de sua proposta, identificando pontos importantes do edital para os quais o texto da proposta deve ser dedicado. O sistema Financiar identifica oportunidades de financiamento de projetos no Brasil e no exterior voltado para o perfil de cada docente cadastrado, de forma que um pesquisador recebe mensagens periódicas, apenas com editais de suas áreas de interesse.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação tem adotado a política de elaboração de propostas de projetos institucionais de pesquisa, buscando a formação de novas redes de grupos de pesquisadores. Esta política, além de proporcionar uma melhora nos índices de sucesso nos editais, tem permitido também o incentivo à proposição de novos programas de pós-graduação.

Na área de extensão, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura adota a política de formação de grupos de interesse, de acordo com as áreas temáticas dos editais do PROEXT. Um dos objetivos é a identificação de grupos de coordenadores de projetos de extensão, para dar suporte à criação de programas de extensão. Também é incentivada a participação de Técnicos de Nível Superior como coordenadores ou membros de projetos de extensão.

Outra política adotada na UFV visando o incentivo à participação em projetos é a definição de pontuação para as atividades de pesquisa e de extensão que podem ser usados nos processos de promoção e progressão na carreira docente.

6.2.2. Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Os valores arrecadados pela UFV foram alocados na Ação Funcionamento da Instituição

Federal de Ensino Superior (20RK). A movimentação de crédito nesta ação desses recursos próprios foi realizada em duas vertentes orçamentarias: despesas correntes e despesas de capital. As despesas de custeios foram para complementar as despesas de manutenção dos *Campi*. A forma de distribuição dos recursos foi condicionada à necessidade de empenho para honrar compromissos com fornecedores e prestadores de serviço. Na vertente Despesa de Capital, os recursos foram direcionadas para alavancar as obras nos três *Campi* cuja execuções foram prejudicadas devido à crise econômica que se instaurou no pais ocasionando um corte muito expressivo nos na matriz de investimentos da Instituição.

Quadro A.6.2.2.1 Execução de despesas

Fonte Recursos Detalhada		Fonte Recursos Detalhada		DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS		
AÇÃO				0250262820	0280262820	Total	0250262820	0280262820	Total	0250262820	0280262820	Total
20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (DESPESAS CORRENTES)	3	DESPESAS CORRENTES	1.705.000,00		1.705.000,00	1.687.958,34		1.687.958,34	1.687.958,34		1.687.958,34
		4	DESPESAS DE CAPITAL	5.520.835,00	839.849,00	6.360.684,00	589.521,36	240.511,33	830.032,69	589.521,36	240.511,33	830.032,69
		TOTAL		7.225.835,00	839.849,00	8.065.684,00	2.277.479,70	240.511,33	2.517.991,03	2.277.479,70	240.511,33	2.517.991,03

Fonte: Tesouro Gerencial

6.3. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Este item tem por objetivo demonstrar as informações relativas aos procedimentos e práticas adotadas pela UFV para a depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e também para avaliação e mensuração de ativos e passivos em cumprimento ás diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial nas NBC T 16.9 e 16.10

A UFV está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público) no que se aplica a Instituições Federais de Ensino.

A partir do exercício contábil de 2010 iniciou-se o registro de depreciação acumulada dos bens móveis adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização a partir de janeiro do citado exercício. Encerrou-se em 2014 os trabalhos de implantação obrigatória da depreciação relativa aos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo permanente é a Tabela de Vida Útil Padrão apresentada pela Secretaria do Tesouro Nacional por conta contábil, considerando a vida útil estimada por anos e o percentual do valor residual. Avida útil é o elemento temporal do valor residual, ao final da vida útil do bem o valor líquido contábil será igual ao valor residual e após a vida útil faz-se nova reavaliação, que poderá sofrer redução, porém não há mais depreciação.

A metodologia de cálculo da depreciação utilizado é o das quotas contantes, sendo aplicado no mês seguinte ao da aquisição do bem, levando em consideração a vida útil e o valor residual.

As taxas utilizadas para os cálculos são as divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, constantes na macrofunção 020330 (Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações) do Manual do SIAFI.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido são as descritas na NBC T 16.10 e na macrofunção 020330 (Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações) do Manual do SIAFI.

Disponibilidades estão mensuradas pelo valor original, exceção ao `Disponível em Moeda Estrangeira_ que ao final do exercício foi atualizado pela taxa cambial correspondente ao dólar americano.

Créditos estão mensurados pelo valor original.

Estoques compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajuste para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Diferido está mensurado pelo valor original, refere-se a sub-repasse concedido para nossa Unidade Gestora vinculada a nossa Gestão e Unidade Orçamentária.

Ativo Permanente:

Imobilizado os Imóveis estão registrados pelo valor original com os devidos acréscimos em função inclusão de novas edificações no SPIUnet, por reavaliação e desde 2014 está sendo depreciado

pelo SPIUnet. Já os Bens Móveis estão mensurados pelo valor de aquisição e passam pelo processo depreciação, amortização e exaustão, conforme a aplicação devida.

Diferido não possuímos bens registrados nesta modalidade.

Intangível não possuímos bens registrados nesta modalidade.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UFV foram para Bens Imóveis na ordem de R$ 2.462.953,22 com depreciação e R$55.459.638,10 pela reavaliação dos imóveis incorporados por ocasião do término das obras em andamento registrados no SPIUNET. Para os Bens Móveis foi de R$6.029.021,38 correspondente à depreciação.

6.4. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Neste subitem é feita a demonstração sucinta do estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade jurisdicionada, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos, contemplando, pelo menos, as seguintes informações:

O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído com a Portaria STN 157, de 09 de março de 2011, tendo como órgão central a Secretaria do Tesouro Nacional e como órgãos setoriais as unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União, responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de informações de Custos ¯ SIC. Segundo a referida Portaria, as unidades de gestão interna do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União podem integrar o Sistema de Custos do Governo Federal como órgãos setoriais. No mesmo sentido a Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011, dispôs sobre o Sistema de Informações de Custos ¯ SIC, o qual constitui sistema informacional do Governo Federal que tem por objetivo o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos Gestores no processo decisório.

A Apuração de Custos é parte do sistema contábil de uma organização com o objetivo de evidenciar o custo de cada uma das atividades internas, de cada um dos produtos, em seus diferentes estágios de elaboração, bem como o detalhamento da participação de cada elemento na formação do custo final. Desta forma, destina-se a gerar informações, constituindo-se, assim, em instrumento auxiliar do processo de gestão.

A preocupação com a determinação do custo aluno na universidade pública é, antes de tudo, uma preocupação com o uso dos recursos públicos. Esta mensuração, além de ser um dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, pode ser utilizada como ferramenta gerencial, subsidiando os gestores em seus processos decisórios. Todavia, nas instituições de ensino, e particularmente nas IFES, o desenvolvimento e a implantação de um sistema de custo sempre se mostrou como uma tarefa bastante complexa.

Antes de um processo técnico de apuração de custos, o cálculo do custo de um produto/serviço passa necessariamente por um processo de informações que deve permitir, no mínimo, o aperfeiçoamento contínuo das rotinas, processos ou atividades executadas. Ele se constitui como um instrumento fundamental de decisões estratégicas para a organização, culminando com a implantação e/ou implementação de um abrangente sistema de informações gerenciais de forma sistematizada, com uma melhoria sensível nos parâmetros de desempenho, oportunizando ganhos apreciáveis para toda a instituição.

Há alguns anos que diversos esforços isolados do MEC e das IFES vêm sendo desenvolvidos

visando instituir indicadores que avaliem o desempenho das IFES. Neste contexto, vale relatar as experiências/vivências da Universidade Federal de Viçosa no processo de implementação de um Sistema de Apuração de Custos de seus produtos/serviços.

Na Universidade Federal de Viçosa-UFV coube a então Secretaria Geral de Planejamento ¯ Segeplan, hoje, Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento - PPO, a atribuição de conduzir os trabalhos de implementação do Sistema SAC na Instituição.

No período de 1993 a 1996 a UFV teve a oportunidade de adotar o Sistema de Apuração de Custos ¯ SAC, desenvolvido e distribuído sob a orientação da SESu-MEC. No início dos trabalhos pela insipiente cultura de criação de banco de dados oficiais, esforços exaustivos foram feitos para dar os primeiros passos e calcular o custo aluno na UFV, sendo possível gerar os custos dos anos de 1994, 1995 e 1996.

A tentativa de avançar nos trabalhos de apuração dos custos não foi totalmente exitosa. Esse trabalho foi interrompido, infelizmente, por problemas operacionais relacionados a aposentadoria de técnicos-administrativos que operavam o sistema e também pela própria obsolescência da versão inicial. Desenvolvido inicialmente em linguagem CSP, com banco de dados SQL/DS, com o Sistema Operacional VM/SP para computadores de grande porte, foi também desenvolvido em linguagem Clipper numa versão para microcomputador, monousuário. Esta última, foi convertida para linguagem Visual Basic, banco de dados Access e Sistema Operacional Windows95 e multiusuário, consolidando o Banco de Dados do SIG.

Em 2000, foi desenvolvida na FURG uma nova versão do SAC, utilizando uma nova plataforma de tecnologia da informação. Essa versão foi recebida pela UFV que providenciou sua instalação em junho/2001 sob a coordenação da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento ¯ PPO, retomando os cálculos do custo aluno.

Inicialmente, por se tratar de uma nova versão do sistema, decidiu-se por validar a mesma comparando os resultados aos de 1996, obtidos pela versão anterior, para posteriormente, proceder à retomada do cálculo e apuração dos custos na UFV. Para isso, vários contatos foram feitos com o Leandro, inclusive algumas visitas dele à UFV, no sentido de dirimir dúvidas e ao mesmo tempo contribuir para implementar aperfeiçoamentos que julgávamos necessários. Usando esta solução, foi possível calcular os custos até 2007.

Em função das dificuldades próprias na implantação de um Sistema de Apuração de Custos, com programa desenvolvido e aprimorado à distância, os trabalhos de desenvolvimento do SAC/UFV foram interrompidos em 2007.

Em 2012 a PPO reativou os contatos com a FURG, que já estava aprimorando o sistema, atendendo dentre outras necessidades as demandas e sugestões apresentadas pela PPO. Em reunião promovida com a equipe da PPO, por meio de Videoconferência, foi sobre o andamento do sistema e esclareceu algumas dúvidas da equipe e, colocando-se, novamente, à disposição para acompanhar a PPO na retomada dos trabalhos do SAC.

Novas tentativas de continuidade de cálculo do custo aluno estão sendo trabalhadas e, paralelamente, a UFV tem buscado formas junto à Diretoria de Tecnologia de Informações ¯ DTI/UFV no sentido de adaptar os sistemas internos de dados para facilitar a coleta das informações necessárias para alimentar o SAC.

Em relação ao Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, vários tem sido os esforços em nível nacional com vistas à sua implementação. Pode-se destacar o trabalho da Comissão Interministerial em meados de 2005, cujo objetivo era "elaborar estudos e propor diretrizes, métodos e procedimentos para subsidiar a implantação de Sistema de Custos na Administração Pública Federal".

Em meados de 2008 foi instituída a Câmara Técnica de Qualidade do Gasto (CTQG), no

âmbito do Comitê Técnico de Orçamento conduzido pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

A partir de outubro de 2008, o Sistema de Custos passou a ter um projeto executivo. Pode-se dizer que, a partir de então, o assunto deixou de ser para os órgãos centrais do governo federal, uma intenção passando da discussão das ideias para um processo estruturado com concepção teórica definida, cronograma e recursos.

No início de 2009, formou-se um grupo técnico na Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda com o intuito de produzir versão inicial do Sistema de Informação de Custos -SIC do Governo Federal em parceria com o Serpro. O referido grupo interagiu fortemente com todo o trabalho do macroprocesso orçamentário e financeiro que já estava estabelecido e fundiu-se num grupo de trabalho maior, envolvendo também o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Mostrou-se necessária uma coordenação com atores diversos: ministérios e entidades governamentais, comunidade acadêmica nacional e internacional, órgãos de controle externo dentre outros. Mediante apoio da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda como sponsor do projeto, foi possível articular com estes diversos atores, gradativamente. Buscaram-se, inicialmente, a participação e a cooperação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) e da Secretaria de Recursos Humanos (SRH/MP), órgãos gestores, respectivamente, do SIDOR e do SIOP, do SIGPLAN e do SIAPE. Em seguida, a Secretaria de Gestão (SEGES/MP) e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP) foram incorporadas ao processo de trabalho. Paralelamente, foi introduzida uma série de seminários "técnicos conceituais" com o envolvimento da comunidade acadêmica: inicialmente Fundação Getúlio Vargas - FGV, Universidade de São Paulo - USP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e, em seguida, várias outras universidades e entidades do terceiro setor.

Em março de 2010, a fase de homologação do sistema foi encerrada e as diretrizes de treinamento e capacitação de usuários iniciadas.

Em 2011 a Gerência de Informação de Custos, responsável pela manutenção e pelo aperfeiçoamento do SIC, foi estabelecida na Secretaria do Tesouro Nacional. Em 09 de março de 2011 a STN publicou a Portaria nº 157, que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal, estruturado na forma de um subsistema organizacional da administração pública federal brasileira e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal, uma vez que se encontra sob gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União.

Em 2013 duas reuniões, a primeira em outubro/2013 e a segunda em novembro/2013, envolvendo o Secretário do Tesouro Nacional/STN e o Secretário Executivo do MEC com o objetivo de implementar o SIC no âmbito dos órgãos vinculados ao MEC, sobretudo as IFES. Com isso, em novembro/2013 foi realizado um Workshop sobre custos no Setor Público com participação da FGV, STN, SPO, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior -FORPLAD, Fórum Nacional dos Diretores de Contabilidade e Finanças das Universidades Federais Brasileiras - FONDCF e demais convidados.

Como resultado dessas reuniões, foi criado, por meio da Portaria SE/MEC nº135 de 23/01/2014, Grupo de Trabalho encarregado de discutir as diretrizes de implementação do Sistema de Custos no âmbito do MEC. E, em 28 de janeiro de 2014, Portaria SPO/SE/MEC nº 1, revogada pela Portaria SPO/SE/MEC nº2, de 26/05/2014 foram indicados os participantes desse Grupo de Trabalho, unidades piloto para a implantação da contabilidade de custos: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Universidade de Brasília - UNB, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG.

Até então, o acesso ao SIC no âmbito do MEC está restrito a Setorial Contábil Superior e aos órgãos participantes desse Grupo de Trabalho como unidades pilotos.

A UFV, por meio da PPO, também tem acompanhado o desenvolvimento do Sistema SIC do Governo Federal participando do III e IV Congresso Internacional de Informações de Custos e Qualidade dos Gastos no Setor Público, realizado pela Escola de Administração Fazendária ¯ Esaf em 2013 e em 2014, em Brasília ¯ DF. Espera-se que após os testes pelas Unidades `Piloto _ o sistema SIC/MEC seja liberado para implantação em todas as Instituições Federais de Ensino Superior.

A retomada do cálculo dos custos na UFV, utilizando o sistema SIC do Governo Federal servirá como importante instrumento auxiliar de gestão, direcionado a colaborar com o processo de planejamento, avaliação e correção dos procedimentos administrativos, dotando a UFV de um abrangente sistema de informação gerencial para a Instituição. No entanto, como o sistema SIC ainda encontra-se em fase de testes para implantação ainda não se tem conhecimento se é possível apurar os custos de atividades próprias de uma instituição de ensino superior, possibilitando apresentar as informações solicitadas no item 5.5, Parte A do Anexo II da DN TCU n.º 134, de 04/12/2013.

Apesar dos esforços da UFV em aperfeiçoar o sistema de apuração de custos do MEC/UFRG, ainda não foi possível obter uma série histórica de custos, principalmente para o período demandado, 2012-2014, em razão dos problemas técnicos no processamento e das dificuldades na busca dos dados de custos.

A UFV já obteve alguns retornos que permitiram avançar nos cálculos, todavia, ainda não foi possível sua validação final, tendo em vista a necessidade de alterações nos relatórios de saídas e também algumas modificações na metodologia do cálculo. O SAC interage com os subsistemas de pessoal, de controle acadêmico, de material, de acompanhamento orçamentário, de atividades docentes etc., dos quais capta os dados necessários e requer, portanto que toda a estrutura administrativa e acadêmica forneça as informações para apurar o custo das ações e dos serviços executados.

Os sistemas internos da UFV não estão ainda, integrados aos sistemas federais de modo a apurar os custos de seus produtos/serviços, como: custo aluno, custo órgão, custo curso, custo disciplinas, custo aluno matriculado, custo aluno diplomado, custo alimentação, custo assistência estudantil, custo capacitação, custo atividades de extensão, custos de atividades culturais, custo de tecnologia da informação, etc.

Pelas várias tentativas de apuração de custos na UFV sabe-se que este é um trabalho árduo e muitos desafios deverão surgir até que o SIC se torne a principal ferramenta de apoio à gestão institucional. Por esta razão, acreditamos que até o final de 2015 o sistema SAC, considerando o estágio avançado de ajustes, pode estar em condições de utilização satisfatória.

Atualmente, o acesso ao SIC está restrito a servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal. A UFV já solicitou junto à área de suporte ao sistema na STN o cadastro e a habilitação para utilizar a ferramenta do SIC mas, o acesso ainda não foi liberado.

Vale lembrar que no Relatório de Gestão do TCU solicita-se uma `Tabela de Resultados dos Indicadores da Decisão TCU Nº 408/2002 _ com informação sobre custo corrente/aluno equivalente da instituição. Este custo é calculado considerando apenas o custo corrente dividido pelo somatório do AGE (número de Alunos Equivalentes da Graduação), APGTI (número de Alunos na Pós-Graduação Tempo Integral) e ARTI (número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral).

Entretanto, esta informação não leva em consideração variáveis relevantes que deveriam fazer parte do cálculo do custo-aluno numa instituição de ensino: estudantes matriculados na graduação, pós-graduação, ensino técnico, ensino médio, alunos formados, tempo médio de permanência, vagas

ofertadas/ocupadas/aprovadas, carga horária teórica e prática, turmas oferecidas, disciplinas oferecidas por curso, atividades docentes (carga horária semanal, vinculação, titulação, classe), número de servidores em cursos de capacitação, projetos e programas de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidos, número de bolsas concedidas a estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, etc. Estas variáveis são necessárias e devem fazer parte de um sistema de apuração de custo aluno.

A retomada do cálculo dos custos na UFV, utilizando o sistema SIC do Governo Federal servirá como importante instrumento auxiliar de gestão, direcionado a colaborar com o processo de planejamento, avaliação e correção dos procedimentos administrativos, dotando a UFV de um abrangente sistema de informação gerencial para a Instituição. No entanto, como o sistema SIC ainda encontra-se em fase de testes para implantação ainda não se tem conhecimento se é possível apurar os custos de atividades próprias de uma instituição de ensino superior.

6.5. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

Este item tem por objetivo tratar das informações relacionadas às demonstrações contábeis obrigatórias para a UFV, conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As Demonstrações Contábeis referentes a este subitem e a Nota Explicativa estão inseridas como anexos ao relatório de gestão.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Em 2017 foi recebido pela UFV somente o Acórdão nº 9787/2017 ¯ TCU ¯ Primeira Câmara, Sessão realizada em 17/10/2017. O TCU apreciou os autos que tratam de atos inicial e de alteração de aposentadoria emitidos no âmbito da UFV em favor de um docente aposentado. Das três determinações constantes do referido Acórdão, uma não foi atendida pela UFV no prazo estabelecido.

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
002.753/2010-3	9787/2017-Primeira Câmara	9.2.1.	Ofício 6056/2017-TCU/Sefip	14/11/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Excluir as parcelas pagas a título de opção de função e de VPNI do art. 58 da MP 2.048-26/2000, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O servidor possui decisão judicial para viabilizar o pagamento de opção de função e de VPNI.				

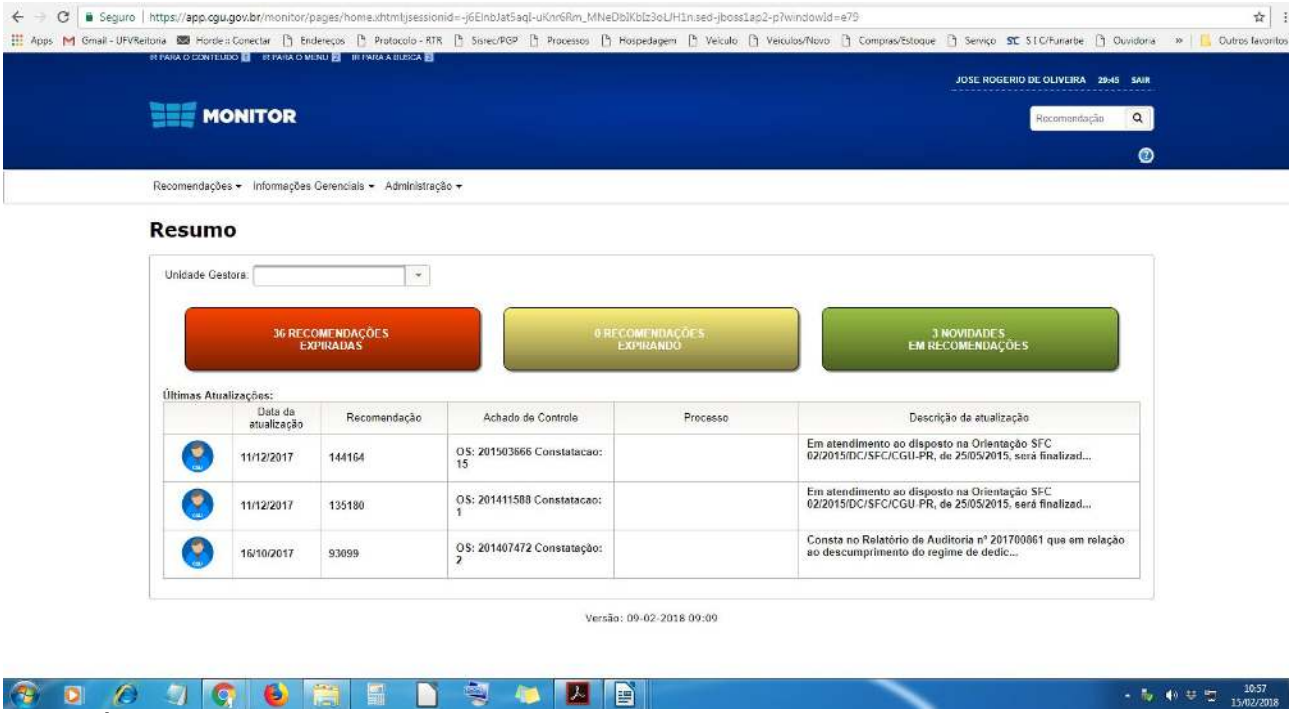
As deliberações do TCU são recebidas pelo Gabinete da Reitoria da UFV e cadastradas no Sistema de Informações Gerenciais da Reitoria (SIG ¯ RTR). Após conhecimento pela Administração da Universidade as deliberações são encaminhadas para o(s) setor(es) específico(s) para atendimento e para a Auditoria Interna e a Procuradoria Jurídica para conhecimento e acompanhamento.

7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No presente exercício de referência foram recebidas sete recomendações do OCI, por meio dos Relatórios de Auditoria 201604713 e 201700861. Uma recomendação foi prontamente atendida, uma foi parcialmente atendida e as outras cinco se encontram em fase de atendimento.

Acesso ao Sistema Monitor em 15/02/2018, permitiu verificar a ocorrência de `36 Recomendações Expiradas_ e `3 Novidades em Recomendações_.

O acompanhamento das recomendações recebidas do órgão de controle interno seguem o mesmo trâmite daquelas recebidas do TCU.



Tela do `Sistema Monitor_ da CGU, capturada em 15/02/2018.

7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A Universidade Federal de Viçosa possui um setor de apoio chamado Seção de Sindicâncias e Processos Disciplinares que, funcionalmente, está vinculado à Reitoria e é responsável pelo suporte administrativo às comissões nomeadas para exercerem os trabalhos relativos aos Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicâncias, bem como aos Termos Circunstanciados Administrativos (TCAs).

A condução dos trabalhos obedece aos preceitos estabelecidos nos artigos 116 e 182 da Lei no 8.112/1990 e o andamento processual é lançado, desde o ano de 2007, no sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), em atendimento ao disposto nos artigos 4o e 5o da Portaria no 1.043, de 24/07/2007, da Controladoria-Geral da União.

Dos 109 processos administrativos instaurados, 97 referem-se à apuração de supostos danos ao erário, sendo:

- 16 ocorrências que resultaram em perda de bens públicos que não foram recuperados (furtos ocorridos no *Campus*, especialmente em fins de semana e feriados);

- 74 processos administrativos disciplinares por apresentação de diplomas de qualificação expedidos por Instituição não credenciada pelo MEC para fornecer cursos a distância (aguardando julgamento pelo Conselho Universitário e posterior devolução ao erário, se for o caso);

- 7 casos de possível favorecimento de servidores em detrimento da Administração, por motivos diversos como: suposto recebimento indevido de diárias; suposto recebimento indevido de auxílio-transporte; suposto uso de automóvel oficial para fins pessoais; e suposta incompatibilidade entre os quantitativos de gás liquefeito solicitados e os efetivamente utilizados em um laboratório.

Com relação às penalidades, foram aplicadas em 2017 uma suspensão de trinta dias, convertida em multa, e duas advertências por inobservância ao artigo 116 da Lei no 8.112/1990.

Quanto a instauração de tomadas de contas especiais em 2017, nada temos a informar.

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Este item tem por finalidade demonstrar que a UFV observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/1993 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

A UFV observou o disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993, que estabelece que o pagamento de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, mantendo ainda, em todos os casos, sua obrigação contratual de não ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias para realizar pagamentos devidos, conforme art. 78, XV, da referida lei.

7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Este item tem por finalidade fornecer informações sobre as revisões atualizadas pela UFV em contratos firmados com empresas de segmentos que se beneficiaram da desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei Nº 12.546/2011 e pelo Decreto Nº 7.828/2012.

A partir de maio de 2014, a UFV vem aplicando a desoneração da folha tanto nas planilhas de licitação quanto na retenção das notas fiscais. Foi constituído para revisão dos contratos passíveis de desoneração da folha de pagamento com a finalidade de obtenção administrativa dos valores pagos a maior em função da legislação sobre o assunto.

Verificou-se que no âmbito da UFV aplica-se a desoneração em dois tipos de contratos: Tecnologia da Informação (TI) e Obras e Serviços de Engenharia. Em função do efeito suspensivo dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão TCU nº 2.859/013-Plenário, os trabalhos estão estagnados até manifestação definitiva do TCU.

7.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

A UFV, em 2017, teve somente despesas com publicidade legal para a publicação de avisos, balanços, editais, relatórios e outros comunicados que órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados a divulgar por força de lei ou regulamento.

Para atingir seu objetivo com a publicidade legal, a UFV possui um contrato com a Imprensa Nacional, sob o número 083/2014 que tem por objeto a publicação no Diário Oficial da União de atos, ofícios e demais matérias de interesse da instituição. Em 2016, os valores executados para este tipo de divulgação no Diário Oficial da União representou 79,79% do total com publicidade.

Além desse, a UFV também possui contrato com a Gibbor Publicidade e Publicações de Editais Ltda, sob o número 119/2014 e que tem por objeto a publicação de atos administrativos e institucionais em jornal de grande circulação do Estado de Minas Gerais. Os valores deste contrato representaram 20,21% dos gastos com publicidade.

Importante destacar que a UFV implementa várias ações com publicidade e marketing da Instituição, sobre suas atividades no ensino, pesquisa, extensão e cultura e gestão universitária, disponibilizadas no site da UFV, na TV e Rádio, no jornal impresso pela Gráfica UFV, contudo, ainda

não é possível calcular as despesas nestas ações.

Quadro A.7.6.1 ¯ Despesas com Publicidade

	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados (R$)	Valores pagos (R$)
Institucional	-	-	-
Legal	2080/20RK	328.978,67	325.978,67
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

7.7. Demonstrações da conformidade com o disposto no art. 3o do Decreto 5.626/2005 ¯ PRE (UPI)

O artigo 3º do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 determina que a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No caso da UFV, este decreto se aplica aos cursos de licenciatura de dois dos seus três *Campi*, já que no *Campus* de Rio Paranaíba não existem cursos de licenciatura. E na UFV não existe curso de Fonoaudiologia. Entretanto, no *Campus* UFV-Rio Paranaíba existe a disciplina CRP 280 - Libras: Língua Brasileira de Sinais, que é oferecida como disciplina optativa para todos os cursos daquele *Campus*. Todos os cursos de licenciatura dos *Campi* UFV-Viçosa e UFV-Florestal possuem disciplina de Libras em sua matriz curricular, como disciplina obrigatória. Os quadros apresentados a seguir detalham as informações das disciplinas de Libras para cada um dos dois *Campus* da UFV.

No *Campus* UFV-Viçosa existem três disciplinas de Libras: a ENA 102 ¯ Educação Inclusiva e Libras, oferecida apenas para o curso de Educação no Campo no primeiro semestre letivo de cada ano, que tem carga horária de 60 horas (45h teóricas e 15h práticas); a LET 491 ¯ Língua Brasileira de Sinais e Letramento Visual, oferecida apenas para o curso de Pedagogia no segundo semestre de cada ano letivo, com carga horária de 60h (30h teóricas e 30h práticas); e a LET 290 ¯ Língua Brasileira de Sinais, presente na matriz curricular de todos os demais cursos de licenciatura do *Campus* Viçosa, que é oferecida nos dois semestres letivos, com carga horária de 45h (15h teóricas e 30h práticas).

A matriz curricular de cada um dos cursos, dos três *Campi* da UFV, bem como o ementário de todas as disciplinas da UFV estão disponíveis à partir da página http://www.catalogo.ufv.br/index.php. Nesta página é possível selecionar o *Campus* (Viçosa, Florestal ou Rio Paranaíba) e no ícone `Cursos_ habilitar a exibição de todos os cursos daquele *Campus* selecionado.

O quadro A.7.7.1 apresenta o detalhamento das três disciplinas de Libras oferecidas no *Campus* UFV-Viçosa, informando o curso e o período programado de oferecimento da disciplina dentro da matriz curricular.

Quadro A.7.7.1 ¯ Disciplinas de Libras do Campus Viçosa ¯ Cursos e período de oferecimento.

LET 290 ¯ Língua Brasileira de Sinais	
Nome do Curso	Período
Ciências Biológicas - Licenciatura (Integral)	8º
Ciências Biológicas - Licenciatura (Noturno)	8º
Ciências Sociais - Licenciatura	6º
Dança - Licenciatura	3º
Educação Física - Licenciatura	6º
Educação Infantil - Licenciatura	3º
Física - Licenciatura (Integral)	7º
Física - Licenciatura (Noturno)	7º
Geografia ¯ Licenciatura	8º
História ¯ Licenciatura	7º
Letras ¯ Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa	9º
Letras - Habilitação em Português-Espanhol	8º
Letras - Habilitação em Português-Francês	5º
Letras - Habilitação em Português-Inglês	6º
Matemática - Licenciatura (Integral)	7º
Matemática - Licenciatura (Noturno)	9º
LET 491 ¯ Língua Brasileira de Sinais e Letramento Visual	
Nome do Curso	Período
Pedagogia	4º
ENA 102 ¯ Educação Inclusiva e Libras	
Nome do Curso	Período
Educação no Campo	5º

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino (http://www.catalogo.ufv.br/index.php?*Campus*=vicosa)

Além dos cursos para os quais as três disciplinas de Libras do *Campus* Viçosa são obrigatórias, que foram listados no quadro A.7.7.1, os seguintes cursos tem pelo menos uma das três disciplinas oferecidas como disciplina optativa: Administração, Agronegócio, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Bioquímica, Ciência da Computação, Ciência e Tecnologia de Laticínios, Ciências Biológicas (Bacharelado), Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais (Bacharelado), Comunicação Social ¯ Jornalismo, Cooperativismo, Dança (Bacharelado), Direito, Economia Doméstica, Educação Física (Bacharelado), Enfermagem, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Física (Bacharelado), Geografia (Bacharelado), História (Bacharelado), Matemática (Bacharelado), Medicina Veterinária, Nutrição, Química (Bacharelado), Secretariado Executivo Trilíngue e Zootecnia

No *Campus* UFV-Florestal existe apenas uma disciplina de Libras, a LEF 280 ¯ Libras: Língua Brasileira de Sinais, que está na matriz curricular de todos os cursos de Licenciatura daquele

Campus. O quadro A.7.7.2 apresenta o detalhamento da presença da disciplina de Libras oferecida no *Campus* UFV-Florestal, na matriz curricular dos cursos de Licenciatura.

Quadro A.7.7.2 ¯ Disciplina de Libras do Campus Florestal ¯ Cursos e período de oferecimento

LEF 280 ¯ Libras ¯ Língua Brasileira de Sinais	
Nome do Curso	Período
Ciências Biológicas - Licenciatura	9º
Educação Física ¯ Licenciatura	7º
Física ¯ Licenciatura	9º
Matemática - Licenciatura	8º
Química ¯ Licenciatura	9º

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino (http://www.catalogo.ufv.br/index.php?*Campus*=caf)

Os demais cursos do *Campus* UFV-Florestal possuem a disciplina LEF 280 no rol de disciplinas optativas. São eles: Administração, Agronomia, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Conforme dito anteriormente, embora no *Campus* UFV-Rio Paranaíba não existam cursos de licenciatura, a disciplina CRP 280 ¯ Libras Língua Brasileira de Sinais está presente no rol de disciplinas optativas dos dez cursos daquele *Campus*: Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Nutrição, Química (Bacharelado) e Sistemas de Informação.

8. ANEXOS E APÊNDICES

8.1. Anexos do Item 7.5 ¯ Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e Notas Explicativas

Devido a alterações em 2015 com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o Balanço Financeiro, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Demonstrações das Variações Patrimoniais extraídas do SIAFI não apresentam valores na coluna referente ao ano 2014.

Os códigos de Unidades Gestora (UG) que aparecem neste anexo se referem a: Universidade Federal de Viçosa (154051); Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (154052); Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro (154053); e UFV-*Campus* Rio Paranaíba (150174).

1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis (DCON) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. As DCON são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

Balanço Patrimonial (BP);

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

Balanço Orçamentário (BO);

Balanço Financeiro (BF); e

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/ 1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

2.1 Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. As Demonstrações Contábeis da UFV não apresentam nenhum registro em moeda estrangeira.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

São os valores disponíveis em caixa da conta única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A UFV possui também Caixa e Equivalentes em Moeda Estrangeira, referente a Bônus da UNESCO.

2.3 Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) empréstimos e financiamentos concedidos; e (iii) adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

2.4 Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saída s dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.6 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

2.7 Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens

móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

2.8 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.9 Passivo circulante

As obrigações da UFV são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações.

2.10 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

2.10.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos Zuirão para UFV e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFV, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.10.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da UFV, como o dos demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.10.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFV. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

8.1.1. Balanço Financeiro

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	PAGINA
12/03/2018	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	**8.642.926,09**	**7.506.674,57**	**Despesas Orçamentárias**	**911.631.936,12**	**832.681.726,36**
Ordinárias	**343,39**	**1.172,49**	**Ordinárias**	**361.055.764,71**	**204.730.231,83**
Vinculadas	**9.180.583,92**	**7.524.465,19**	**Vinculadas**	**550.576.171,41**	**627.951.494,53**
Educação	3.087,50		Educação	531.868.617,16	478.257.421,90
Alienação de Bens e Direitos	54.800,00	83.250,00	Seguridade Social (Exceto RGPS)	556.460,72	141.896.095,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	9.122.696,42	7.441.215,19	Operação de Crédito	250.000,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-538.001,22	-18.963,11	Alienação de Bens e Direitos	54.800,00	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	9.503.871,58	6.923.478,34
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	8.342.421,95	874.499,29
Transferências Financeiras Recebidas	**910.046.675,96**	**841.486.662,94**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**9.534.452,25**	**10.121.564,29**
Resultantes da Execução Orçamentária	878.816.078,34	811.808.470,79	Resultantes da Execução Orçamentária	7.997.056,64	9.438.118,96
Repasse Recebido	870.819.021,70	802.403.889,93	Sub-repasse Concedido	7.997.056,64	9.404.580,86
Sub-repasse Recebido	7.997.056,64	9.404.580,86	Repasse Devolvido		33.538,10
Independentes da Execução Orçamentária	31.230.597,62	29.678.192,15	Independentes da Execução Orçamentária	1.537.395,61	683.445,33
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	30.142.917,92	28.543.512,97	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.529.319,97	671.875,29
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.087.679,70	1.134.679,18	Demais Transferências Concedidas	873,40	
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	7.202,24	11.570,04
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**33.685.922,19**	**25.566.443,66**	**Despesas Extraorçamentárias**	**27.421.116,98**	**29.029.363,57**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.076.120,89	1.254.690,29	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.410.244,59	11.627.215,57
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	32.272.898,91	24.024.067,08	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	25.678.963,78	17.119.005,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	335.065,77	146.008,55	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	331.908,61	133.159,14
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.836,62	141.677,74	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	149.983,78
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.836,62	561,35	Demais Pagamentos		149.983,78
Arrecadação de Outra Unidade		141.116,39			
Saldo do Exercício Anterior	**9.951.422,76**	**7.224.295,81**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**13.739.441,65**	**9.951.422,76**
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.951.422,76	7.224.295,81	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.739.441,65	9.951.422,76
TOTAL	**962.326.947,00**	**881.784.076,98**	**TOTAL**	**962.326.947,00**	**881.784.076,98**

3 ¯ NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO - BF

De acordo com a Lei no 4.320/1964, o Balanço Financeiro ¯ BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As tabelas seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos até o quarto trimestre de 2017. Verifica-se que as despesas orçamentárias tiveram um crescimento maior (8,20%) que as receitas orçamentárias (0,11%). Entretanto, os recebimentos de transferências financeiras recebidas tiveram um acréscimo de 7,12%, enquanto que os desembolsos tiveram uma redução de 0,16%.

Tabela 1 ¯ Total dos Ingressos

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	**AH(%)**
Receitas Orçamentárias	8.642.926,09	7.506.674,57	0,11
Transferências Financeiras Recebidas	910.046.675,96	841.486.662,94	7,12
Recebimentos Extra orçamentários	33.685.922,19	25.566.443,66	0,84
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	9.951.422,76	7.224.295,81	0,28
TOTAL	**962.326.947,00**	**881.784.076,98**	**8,37**

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Tabela 2 ¯ Total dos Dispêndios

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	**AH(%)**
Despesas Orçamentárias	911.631.936,12	832.681.726,36	8,20
Transferências Financeiras Concedidas	9.534.452,25	10.121.564,29	-0,06
Despesas Extra orçamentárias	27.421.116,98	29.029.363,57	-0,16
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	13.739.441,65	9.951.422,76	0,39
TOTAL	**962.326.947,00**	**881.784.076,98**	**8,37**

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

O Resultado financeiro no quarto trimestre de 2017 foi superavitário em R$ 3,78 milhões, com uma redução em comparação ao exercício anterior (2016) de 43%.

Os resultados foram obtidos através de duas metodologias, apresentadas a seguir.

Tabela 3 ¯ Resultado Financeiro ¯ Metodologia 1

(+) INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**
Receitas Orçamentárias	8.642.926,09	7.506.674,57
Transferências Financeiras Recebidas	910.046.675,96	841.486.662,94
Recebimentos Extra orçamentários	33.685.922,19	25.566.443,66
(-) DISPÊNDIOS	**2017**	**2016**
Despesas Orçamentárias	911.631.936,12	832.681.726,36
Transferências Financeiras Concedidas	9.534.452,25	10.121.564,29
Despesas Extra orçamentárias	27.421.116,98	29.029.363,57
(=) Resultado Financeiro	**3.788.018,89**	**2.727.126,95**

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Tabela 4 ¯ Resultado Financeiro ¯ Metodologia 2

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	13.739.441,65	9.951.422,76
INGRESSOS	**2017**	**2016**
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	9.951.422,76	7.224.295,81
(+) Resultado Financeiro	**3.788.018,89**	**2.727.126,95**

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Verifica-se que os itens de maior representatividade monetária registrados no BF se referem às Transferências Financeiras Recebidas, no total de R$ 910 milhões. As Transferências Financeiras ¯ Resultantes da Execução Orçamentária -, são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma: (mesma sistemática para as concessões).

a) Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: cota;

b) Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;

c) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e Campi de cada universidade ou

instituto: sub-repasse.

Para compreender melhor as informações relacionadas às transferências financeiras, devemos nos reportar ao BO.

Os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício, não são mais demonstrados na coluna da `Previsão Atualizada_ da Receita, mas na coluna das `Despesas Empenhadas_, à medida que são executados (empenhados) e pagos. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita contêm os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão.

3.1 Restos a Pagar

As Transferências Financeiras ¯ Independentes da Execução Orçamentária ¯ são compostas, em sua grande maioria, para pagamento de Restos a Pagar. Esse item possui essa denominação por não se referirem à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento em exercícios anteriores.

Verifica-se que foram recebidos recursos financeiros, pelo MEC e outros, para Pagamento de RP, no montante de R$ 30 milhões. Corroborando esse dado com as informações do BO, na coluna de `Restos a Pagar Pagos_ (Anexo 1 e 2), foram pagos até o quarto trimestre de 2017, R$ 27 milhões, da seguinte forma:

a) Pagamento RPNP (Anexo 1): R$ 25 milhões;

b) Pagamento de RPP (Anexo 2): R$ 1,4 milhões.

Restos a Pagar a Pagar Não Processados

Este item compõe-se em grande parte por despesas de investimentos, oriundas de obras e serviços de engenharia que, dada suas peculiaridades, necessitam de fiscalização e consequente provisão orçamentaria para sua conclusão. Créditos estes ora previstos no orçamento da instituição. Quanto aos saldos reinscritos (alongados de exercícios anteriores) foram objeto de averiguação junto aos responsáveis pela contratação para devidas providências e justificativas.

Restos a Pagar Processados

Dispêndios que surgem de obrigações oriundas das liquidações de despesas, principalmente as de custeio. Dado a política de repasse de transferências intragovernamentais, vinculadas as despesas efetivamente liquidadas, seu percentual em relação aos Restos a Pagar não apresenta relevante participação.

8.1.2. Balanço Orçamentário

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	PAGINA
12/03/2018	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**8.067.884,00**	**8.067.884,00**	**8.590.326,09**	**522.442,09**
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**1.251.824,00**	**1.251.824,00**	**1.318.684,79**	**66.860,79**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	411.975,00	411.975,00	352.990,81	-58.984,19
Valores Mobiliários	839.849,00	839.849,00	965.693,98	125.844,98
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	**5.481,00**	**5.481,00**	**6.998,24**	**1.517,24**
Receitas de Serviços	**6.810.579,00**	**6.810.579,00**	**7.129.994,28**	**319.415,28**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.810.579,00	6.810.579,00	7.089.674,95	279.095,95
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	40.319,33	40.319,33
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	**134.848,78**	**134.848,78**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	64.431,21	64.431,21
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	70.217,57	70.217,57
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**141.746,00**	**141.746,00**	**52.600,00**	**-89.146,00**
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	**141.746,00**	**141.746,00**	**52.600,00**	**-89.146,00**
Alienação de Bens Móveis	141.746,00	141.746,00	52.600,00	-89.146,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

4- NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ¯ BO

Representa a composição das receitas e despesas orçamentárias orçadas e realizadas no exercício findo de 2017, diretamente arrecadadas pelo órgão UFV - 26282. Não estão relacionadas as receitas com transferências intragovernamentais, conforme demonstrativo de variações patrimoniais aumentativas.

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

4.1 - Receitas

Até o quarto trimestre de 2017, as receitas realizadas atingiram o montante de R$ 8,64 milhões, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R$ 914 milhões, gerando um resultado orçamentário deficitário de R$ 905 milhões. Essa disparidade pode ser justificada pelas informações já mencionadas anteriormente de que a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contêm os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por `ente_ e não por `órgão/UG_.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, e perfazem o total de R$ 910 milhões. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), no montante de R$ 918 milhões, são suficientes para atender às despesas empenhadas até o quarto trimestre, que foram de R$ 914 milhões, gerando ainda um resultado financeiro positivo no BF. Pela análise, as despesas empenhadas (R$ 914 milhões) alcançaram 102,44% do total da Dotação Atualizada (R$ 892 milhões) O montante superior da execução orçamentária decorre principalmente de despesas com pessoal e encargos, através de créditos adicionais, não computado no montante das despesas de caráter discricionário.

4.1.1 - Receitas Correntes

Realizadas no exercício acima da previsão atualizada, ocasionando em superávit na arrecadação. Decorrem principalmente de receitas de serviços, o qual representaram 82,03% do total das receitas realizadas, excluindo as de transferência. Advém da exploração das atividades educacionais e administrativas, como taxas de concursos, emissão de documentos, hospedagem e alimentação, bem como resultantes de estudos e pesquisas diversas. Outras receitas são auferidas pela exploração dos ativos disponíveis na instituição (11,17%), através de aluguéis de imóveis a outras instituições e empresas que utilizam o espaço para realização de atividades operacionais necessárias.

4.1.2 - Receitas de Capital

A principal fonte de receita de capital foi oriunda de alienação de bens móveis (0,61%), atividades estas vinculadas a leilões principalmente de veículos e semoventes.

4.2 - Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento. O demonstrativo expõe a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

4.2.1 - Despesas Correntes

O orçamento foi realizado acima do previsto inicialmente conforme demonstrativos apurados. Responsável pela quase totalidade dos dispêndios da instituição (96,27%), principalmente na rubrica Pessoal e Encargos.

4.2.2 - Despesas de Capital

Voltado principalmente as atividades de manutenção das instalações e serviços diversos com ensino, pesquisa e extensão. O principal item deste grupo se refere a Investimentos (obras em execução) representando 3,73 % das despesas executadas no exercício de referência. Houve relevante redução em relação aos exercícios anteriores, decorrente do contingenciamento do orçamento de investimentos.

4.3 - Restos a Pagar

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto no 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro; enquanto que os Restos a Pagar Processados, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até esta data, porém, pendentes de pagamento.

4.3.1 - Restos a Pagar Não Processados

Este item compõe-se em grande parte por despesas de investimentos, oriundas de obras e serviços de engenharia que, dada suas peculiaridades, necessitam de fiscalização e consequente provisão orçamentaria para sua conclusão. Créditos estes ora previstos no orçamento da instituição. Quanto aos saldos reinscritos (alongados de exercícios anteriores) foram objeto de averiguação junto aos responsáveis pela contratação para devidas providências e justificativas.

4.3.2 - Restos a Pagar Processados

Dispêndios que surgem de obrigações oriundas das liquidações de despesas, principalmente as de custeio. Dado a política de repasse de transferências intragovernamentais, vinculadas as despesas efetivamente liquidadas, seu percentual em relação aos Restos a Pagar não apresenta relevante participação.

8.1.3. Balanço Patrimonial

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2016	Anual
EMISSAO	PAGINA
22/03/2017	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**1.194.788.438,93**	**1.172.029.030,93**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**1.194.788.438,93**	**1.172.029.030,93**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	**10.310.727,12**	**7.583.600,17**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**34.967.068,03**	**39.185.714,42**
ATIVO PERMANENTE	**1.184.477.711,81**	**1.164.445.430,76**	**PASSIVO PERMANENTE**	**-**	**6.048.040,84**
			SALDO PATRIMONIAL	**1.159.821.370,90**	**1.126.795.275,67**

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**17.637.019,29**	**14.363.675,26**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**118.216.038,55**	**86.977.898,72**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	17.637.019,29	14.363.675,26	Execução dos Atos Potenciais Passivos	118.216.038,55	86.977.898,72
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	17.128.340,69	13.819.828,76	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	508.678,60	543.846,50	Obrigações Contratuais a Executar	118.216.038,55	86.977.898,72
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**17.637.019,29**	**14.363.675,26**	**TOTAL**	**118.216.038,55**	**86.977.898,72**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-7.190.708,62**
Recursos Vinculados	**-17.465.632,29**
Educação	-21.775.229,22
Previdência Social (RGPS)	12.542,88
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.278.997,44
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-193.949,79
Demais Recursos	212.006,40
TOTAL	**-24.656.340,91**

5 ¯ NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ¯ BP

5.1 ¯ Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, a Fundação Universidade Federal de Viçosa (órgão 26282) apresentou um saldo em aberto de R$ 3.950.364,22 relacionados com fornecedores, sendo o total apresentado com obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 01 ¯ Fornecedores e Contas a Pagar ¯ Composição.

R$ milhares (ou R$)

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante	3.950.364,22	3.595.320,50	109,87
Nacionais	3.950.364,22	3.595.320,50	109,87
Estrangeiros	0,00	0,00	
Não Circulante	0,00	0,00	
Nacionais	0,00	0,00	
Estrangeiros	0,00	0,00	
Total	**3.950.364,22**	**3.595.320,50**	**109,87**

Fonte: SIAFI, tesouro gerencial 2016 e 2017.

A totalidade dos fornecedores e contas pagar do curto prazo acima mencionados se referem aos fornecedores nacionais.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela 02 ¯ Fornecedores e Contas a Pagar ¯ Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

R$ milhares (ou R$)

	31/12/2017	AV (%)
Unidade Gestora 154051	3.655.046,35	92,52
Unidade Gestora 154052	295.317,87	7,48
Total	**3.950.364,22**	**100,00**

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial 2017.

A unidade gestora 154051 é responsável por 92,52% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 09 (nove) fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

Tabela 03 ¯ Fornecedores e Contas a Pagar ¯ Por Fornecedor.

	R$ milhares (ou R$)	
	30/09/17	**AV (%)**
20320503001123 ¯ Fundação Arthur Bernardes	2.030.537,39	51,40
20320503000151 - Fundação Arthur Bernardes	728.560,01	18,44
02414568000184 ¯ FACEV Fundação Artistica, Cultural e de Educação	177.300,40	4,49
03695175000159 - MT Empreiteira Ltda	153.280,13	3,88
04552404000149 ¯ ADCON ¯ Administração e Conservação Eireli EPP	122.160,95	3,09
13668695000126 - Pluma Terceirização Eireli	103.133,03	2,61
09422027000147 ¯ Iany Santos Locação de Mão-de-obra Ltda	100.824,24	2,55
13575475000158 - Resolve Serviços Especiais Ltda	85.571,14	2,17
01245055000124 - Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda	74.665,19	1,89
Demais		9,48
Total	**3.950.364,22**	**100,00**

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial 2017.

Em relação aos principais fornecedores informados acima, eles representam 90,52% do total a ser pago. A seguir é apresentado os principais fornecedores no quadro resumo e suas transações:

Quadro 01 ¯ Fornecedores ¯ Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
20.320.503/0011-23 - Fundação Arthur Bernardes	Contratação de instituição para apoio institucional e desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária. Instituir e articular a Rede Mais gestão de universidades para desenvolver estudos, pesquisa e inovação na área de gestão de cooperativas.	2.030.537,39	11/12/2014
20320503000151 ¯ Fundação Arthur Bernardes	Fornecimento Generos alimentícios *Campi* Viçosa	728.560,01	30/09/2017
02414568000184 ¯ FACEV Fundação Artistica, Cultural e de Educação	Contratação de instituição para apoio institucional, e desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária...	177.300,40	01/06/2017
03695175000159 - MT Empreiteira Ltda	Serviço de reforma dos alojamentos estudantis no *Campi* UFV - Viçosa	153.280,13	09/06/2010
04552404000149 ¯ ADCON ¯ Administração e Conservação Eireli EPP	Serviço de Terceirização *Campi* Viçosa/CEDAF/Rio Paranaíba ref. DIVERSOS	122.160,95	30/09/2017
13668695000126 - Pluma Terceirização Eireli	Serviço de Terceirização *Campi* Viçosa	103.133,03	30/10/2017
09422027000147 ¯ Iany Santos Locação de Mão-de-obra Ltda	Serviço de Terceirização *Campi* CEDAF	100.824,24	31/12/2017
13575475000158 - Resolve Serviços Especiais Ltda	Serviço de Terceirização *Campi* Viçosa/CEDAF/Rio Paranaíba	85.571,14	31/12/2017

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
01245055000124 - Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda	Aquisição de identificador biométrico digital para controle frequência servidores.	74.665,19	21/12/2017

Fontes: SIASG/SIAFI, 2017; Órgão 26282, 2017; Unidades Gestoras 154051/154052, 2017.

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar se refere ao Fornecedor Fundação Arthur Bernardes, CNPJ 20.320.503/0011-23 . As obrigações são oriundas de liquidação de despesas decorrentes de contratos diversos para realização de apoio institucional e desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária.

5.2 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, a Fundação Universidade Federal de Viçosa apresentou um saldo de R$ 1.208.468.063,79 relacionado a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 31/12/2017 e 31/12/2016.

Tabela 01 ¯ Imobilizado ¯ Composição

R$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	138.963.397,96	137.601.429,52	0,99
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(34.009.819,18)	(27.980.797,80)	21,55
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.069.504.665,83	1.016.646.227,84	5,20
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(3.657.352,48)	(1.194.399,26)	206,21
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	
Total	**1.170.800.892,13**	**1.125.072.460,30**	**4,06**

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

5.2.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26282 em 31/12/2017 totalizavam R$ 138.963.397,96 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 ¯ Bens Móveis - Composição

R$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	66.770.174,36	61.586.115,40	8,42
Bens de Informática	22.846.570,53	22.498.402,23	1,55
Móveis e Utensílios	18.432.276,74	18.273.293,05	0,87
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	11.556.901,58	11.700.178,64	- 1,22
Veículos	11.631.884,75	11.095.960,65	4,83
Bens Móveis em Andamento	7.400.069,08	12.123.332,83	- 38,96
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4.859,70	4.859,70	0
Demais Bens Móveis	320.661,22	319.287,02	0,43
Depreciação / Amortização Acumulada	(34.009.819,18)	(27.980.797,80)	21,55
Total	**104.953.578,78**	**109.620.631,72**	**- 4,26**

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 48,05% refere-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto da seguinte forma:

Tabela 03 ¯ Bens Móveis ¯ Composição Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

Conta	Tipo	Valor	Conta	Tipo	Valor
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	5.834.383,05	1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.306.533,71
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.800.275,09	1.2.3.1.1.01.10	Equipamento de Montaria	5.000,00
1.2.3.1.1.01.03	Equip/Utensílios Médicos, Odonto, lab. e Hospitalar	37.166.814,41	1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos Peças e Acessórios para automóveis	68.846,70
1.2.3.1.1.01.04	Aparelho e Equipamento esportes e diversões	672.300,83	1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de manobras e patrulhamento	36.458,46
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	1.462.542,62	1.2.3.1.1.01.20	Máquinas e Utensílios Agropecuários/ Rodoviários	4.646.318,32
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e Equipamentos Industriais	2.617.707,48	1.2.3.1.1.01.21	Equipamento Hidráulico e Elétricos	2.719.583,57

Conta	Tipo	Valor	Conta	Tipo	Valor
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.039.528,89	1.2.3.1.1.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos diversos	5.644.255,44
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	1.749.625,79	**TOTAL**		**66.770.174,36**

5.2.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2017 totalizavam R$ 1.069.504.665,83 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Bens Imóveis ¯ Composição.

R$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	900.056.950,66	851.626.821,13	5,69
Bens Imóveis em Andamento	169.447.715,17	165.019.406,71	2,68
Depreciação / Amortização Acumulada	(3.657.352,48)	(1.194.399,26)	206,21
Total	**1.065.847.313,35**	**1.015.451.828,58**	**4,96**

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

De acordo com a tabela anterior, os Bens Imóveis em Andamento correspondem a 15,89% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Fundação Universidade Federal de Viçosa, perfazendo o montante de R$ 169.447.715,17 em 31/12/2017 a valores brutos. Referem-se principalmente a obras de infraestrutura e investimentos executados nos Campi Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba.

O aumento elevado em Depreciação foi devido ao registro, no atual trimestre, dos dispêndios econômicos referente ao exercício anterior.

A maior participação nos itens dos Bens Imóveis se refere aos de Uso Especial. Sua composição no patrimônio imobiliário são constituídos conforme tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - Bens de Uso Especial ¯ Composição

R$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	155.862.054,58	154.132.230,08	1,12
Imóveis de Uso Educacional	740.719.910,08	694.201.742,17	6,70
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.474.986,00	3.292.848,88	5,53
Total	**900.056.950,66**	**851.626.821,13**	**5,69**

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

O principal item (Imóveis de Uso Educacional ¯ 84,16%) por exemplo, se trata de prédios, salas e outras estruturas físicas destinadas exclusivamente ao ensino e pesquisa, sendo os desembolsos efetuados nesse período estarem registrados em `Bens Imóveis em Andamento _.

I. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Durante o 2º trimestre não foi registrado reavaliações referente aos bens móveis e imóveis pertencentes a Fundação Universidade Federal de Viçosa. Futuros registros são efetuados no sistema Spiunet por comissão devidamente constituída.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019

A Fundação Universidade Federal de Viçosa possui sistema próprio de Depreciação e Reavaliação (S.I.M.) o qual a conciliação é efetuada pela contabilidade através de relatórios patrimoniais extraídos e atestados por autoridade responsável.

Foi utilizado para fins de depreciação as principais contas por critério de relevância em consonância com a sugestão de implantação dos procedimentos pela STN e manual SIAFI 02.03.30.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:
Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

R$ milhares

Bens	Conta Contábil	Depreciação /Amortização/Exaustão	Reavaliação / Redução ao Valor recuperável	Data Mensuração
Bens de Uso Educacional	123210107	3.611.735,45	0,00	31/12/2017
Fazendas	123210109	36.836,54	0,00	31/12/2017
Museus	123210114	7.867,48	0,00	31/12/2017
Salas	123210124	913,01	0,00	31/12/2017

Fonte: SIAFI 2017

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No presente exercício houve necessidade de registro de depreciação de exercícios anteriores, conforme informado no item específico, decorrente de ajustes relatados nos demonstrativos do serviço de patrimônio. Não houve demais fatos relevantes que interferiram no patrimônio da instituição.

5.3 ¯ Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, a Fundação Universidade Federal de Viçosa (órgão 26282) possuía um saldo de R$113.625.544,28 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 01 ¯ Obrigações Contratuais ¯ Composição.

R$ milhares (ou R$)

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis	329.958,12	266.978,93	23,59
Fornecimento de Bens	12.490.481,65	13.156.073,79	(5,06)
Seguros	96.035,71	107.317,91	(10,51)
Serviços	100.709.068,8	104.685.667,92	(3,80)
Total	**113.625.544,28**	**118.216.038,55**	

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial 2016 e 2017.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços (339039) representam a maioria (88,63%) do total das obrigações assumidas pelo órgão 26282 ao final de 31/12/2017.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2017.

Tabela 02 ¯ Obrigações Contratuais ¯ Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

R$ milhares (ou R$)

	31/12/2017	AV (%)
154051	104.994.346,65	92,40
154052	8.599.744,92	7,57
154053	31.452,71	0,03
Total	**113.625.544,28**	**100,00**

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial 2017.

As unidades gestoras acima informadas são responsáveis por 100,00% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Tabela 03 ¯ Obrigações Contratuais ¯ Por Contratado.

R$ milhares (ou R$)

	31/12/2017	AV (%)
ADCON ¯ Administração e Conservação Eireli Ltda	26.156.168,11	21,85
Cemig Distribuição S.A.	10.492.460,08	8,76
Fundação Arthur Bernardes	9.385.204,00	7,84
Alcance Engenharia e Construção Ltda	6.368.031,31	5,32
Telemar Norte Leste S/A ¯ Em recuperação judicial	4.799.170,98	4,01
Artebrilho Multserviços Ltda	4.573.972,48	3,82
Agil Metálicas Ltda - ME	3.492.740,34	2,92
Iany Santos Locação de Mão de Obra - EPP	2.970.014,33	2,48
Pluma Terceirização Eireli - EPP	2.123.308,92	1,77
JM & T Turismo Ltda - ME	1.901.687,94	1,59
Global Engenharia e Meio Ambiente Ltda ¯ EPP	1.854.944,85	1,55
Trivale Administração Ltda	1.661.639,97	1,39
Copagaz Distribuidora de Gas S.A	1.653.821,04	1,38
Universitária Locadora de Veículos Ltda - EPP	1.508.116,06	1,25
Demais	40.780.713,44	34,06
Total	**113.625.544,28**	**100,00**

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial 2017.

Em decorrência a diversas conciliações de contratos, houve no último período redução relevantes em seus saldos, em comparação ao trimestre anterior.

No quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 ¯ Contratados¯ Principais Transações.

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
ADCON ¯ Administração e Conservação Eireli Ltda	Diversos Serviço de Terceirização de Mão de Obra - *Campi* Viçosa, Rio Paranaíba e Florestal ¯ validade até exercício 2018	105.039.301,73	26.156.168,11	2018
Cemig Distribuição S.A.	Serviço de fornecimento energia elétrica *Campi* Viçosa	20.177.480,16	10.492.460,08	2018
Fundação Arthur Bernardes	Serviço de apoio institucional em educação	30.224.704,22	9.385.204,00	2018

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
Alcance Engenharia e Construção Ltda		22.926.888,17	6.368.031,31	2018
Telemar Norte Leste S/A ¯ Em recuperação judicial	Serviços de telecomunicações *Campus* Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba	11.041.042,00	4.799.170,98	2018
Artebrilho Multserviços Ltda	Serviço de Terceirização de mão de obra *Campi* Viçosa.	13.918.954,59	4.573.972,48	2018
Agil Metálicas Ltda - ME	Obras diversas *Campi* Florestal	6.202.891,43	3.492.740,34	2017
Iany Santos Locação de Mão de Obra - EPP	Serviço de Terceirização de mão de obra *Campi* Florestal.	4.729.800,18	2.970.014,33	2018
Pluma Terceirização Eireli - EPP	Serviço de Terceirização de mão de obra *Campi* Rio Paranaíba	2.123.308,92	2.123.308,92	2018
JM & T Turismo Ltda - ME	Serviços de aluguel veículos com motorista	2.116.800,00	1.899.772,74	2018
Global Engenharia e Meio Ambiente Ltda ¯ EPP	Obras diversas *Campi* Florestal	2.310.728,14	1.854.944,85	2018
Trivale Administração Ltda	Serviços de administração e logística em manutenção de transportes	3889270,85	1.661.639,97	2018
Copagaz Distribuidora de Gas S.A	Fornecimento de gás	2.873.592,71	1.653.821,04	2017
Universitária Locadora de Veículos Ltda - EPP	Locação de veículos com motorista para *Campi* Viçosa	3.028.560,00	1.508.116,06	2018

Fontes: SIASG, SIAFI 2017; Órgão 26282, 2017; Unidade Gestora 154051/154052/154053, 2017.

O principal valor do grupo obrigações contratuais se refere ao Contratado ADCON ¯ Administração e Conservação Eireli Ltda, referente a diversos contratos de terceirização de mão de obra, com vencimento em 2018.

8.1.4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	PAGINA
12/03/2018	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**32.546.955,04**	**35.884.055,48**
INGRESSOS	**918.972.067,82**	**849.197.212,45**
Receitas Derivadas e Originárias	**8.590.326,09**	**7.423.424,57**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	352.990,81	344.211,26
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	6.996,24	6.627,86
Receita de Serviços	7.129.994,28	6.144.894,35
Remuneração das Disponibilidades	965.693,98	805.238,90
Outras Receitas Derivadas e Originárias	134.648,78	122.452,20
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**910.381.741,73**	**841.773.787,88**
Ingressos Extraorçamentários	335.065,77	146.008,55
Transferências Financeiras Recebidas	910.046.675,96	841.486.682,94
Arrecadação de Outra Unidade		141.116,39
DESEMBOLSOS	**-886.425.112,78**	**-813.313.156,97**
Pessoal e Demais Despesas	**-794.792.834,90**	**-726.697.552,30**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-259.192.713,05	-222.990.507,75
Saúde	-	-163.003,19
Trabalho	-	-
Educação	-534.088.417,21	-501.312.747,07
Cultura	-121.052,00	-345.388,00
Direitos de Cidadania	-	-
Urbanismo	-329.272,18	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-505.000,00
Ciência e Tecnologia	-337.494,96	-185.135,64
Agricultura	-725.722,12	-23.726,45
Organização Agrária	-	-1.172.603,55

6 ¯ NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA - DFC

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, até o quarto trimestre de 2017, a geração líquida de caixa foi positiva de R$ 3,78 milhões, apresentando um acréscimo em relação ao mesmo período de 2016, de 28%, conforme tabela abaixo.

Resultado Financeiro			AH (%)
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	13.739.441,65	9.951.422,76	38,07
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	9.951.422,76	7.224.295,81	37,75
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.788.018,89**	**2.727.126,95**	**38,91**

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

A seguir são apresentadas as atividades que contribuíram para o aumento da formação de caixa.

Atividades			AH (%)
ESPECIFICAÇÃO	**2017**	**2016**	
Fluxos de Caixa de Atividades das Operações	32.546.955,04	35.884.055,48	- 9,30
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-28.758.936,15	-33.156.928,53	13,26
Fluxos de Caixa das Atividades de financiamento	-	-	-
TOTAL	**3.788.018,89**	**2.727.126,95**	**38,91**

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

6.1 ¯ Atividades Operacionais

As atividades Operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida de caixa superavitária. A receita que teve maior participação nesse resultado foi a Receita de Outros Ingressos, representados pelas Transferências Recebidas do MEC e outros órgãos no valor de R$ 910 milhões, conforme exposto também nas notas explicativas do Balanço Orçamentário.

Os desembolsos totalizaram R$ 886 milhões. Tendo em vista que os ingressos provenientes de receitas, no total de R$ 8,5 milhões, são insuficientes para custear os desembolsos, os ingressos dos repasses de transferências equalizaram a situação. Esse fato também é explicado nas notas explicativas do item 3 do Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário.

6.2 ¯ Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas

de capital, por sua vez, correspondem aquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. (http://www.tesouro.gov.br/-/glossario)..

Pela análise da tabela abaixo, verifica-se que os desembolsos foram superiores aos ingressos, resultando num fluxo deficitário de R$ 28 milhões.

Os maiores montantes, se referem a alienação de veículos e semoventes, bem como a aquisição de equipamentos e obra para manutenção das atividades acadêmicas, conforme detalhado nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	**2017**	**2016**
	-28.758.936,15	**-33.156.928,53**
Ingressos	**52.600,00**	**83.250,00**
Alienação de Bens	52.600,00	83.250,00
Desembolsos	**-28.811.536,15**	**-33.240.178,53**
Aquisição de Ativos não circulantes	-24.419.992,94	-28.295.773,79
Outros desembolsos de Investimentos	-4.391.543,21	-4.944.404,74

6.3 - Atividades de Financiamento

Não foi registrado até o término do exercício 2017 atividades de financiamento. Estas fontes de caixa são provenientes de operações de créditos, amortizações de empréstimos concedidos. Outras receitas de capital, não contratadas pela instituição.

8.1.5. Demonstrações das Variações Patrimoniais

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2017	Anual
EMISSAO	PAGINA
12/03/2018	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**978.322.606,58**	**870.980.075,84**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	**857.083,54**
Contribuições Sociais	-	857.083,54
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**7.501.447,22**	**6.500.757,75**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	6.998,24	6.627,86
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	7.494.448,98	6.494.129,89
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**968.688,63**	**805.563,81**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	502,56	324,91
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	968.186,07	805.238,90
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**911.190.503,38**	**843.713.805,00**
Transferências Intragovernamentais	910.046.675,96	841.486.862,94
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.143.827,42	2.226.942,06
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**58.527.210,13**	**18.980.821,19**
Reavaliação de Ativos	45.415.157,50	17.898.148,72
Ganhos com Alienação	52.600,00	83.250,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	13.059.452,63	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	999.122,47
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**134.756,22**	**122.544,35**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

7 ¯ NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL - DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas notas explicativas desse demonstrativo.

7.1 ¯ Transferências Intergovernamentais

A principal fonte de financiamento das atividades da instituição (93,02%), referente a transferências de recursos vinculados ao orçamento do Ministério da Educação. Aplica-se a manutenção das despesas de pessoal, custeio e investimento dos 03 (três) Campus.

7.2 ¯ Reavaliação de Ativos

Registro de atualização/reavaliação dos imóveis da instituição, com base na alta estrutura instalada necessária as atividades administrativas e acadêmicas, gerados a partir dos dados obtidos pelo sistema SPIUnet.

7.3 ¯ Contribuições Sociais

Registro de estorno de passivo provisionado para pagamento de contribuição para o PASEP, exercício 2015. Esse fato explica a redução (100%) de caráter sazonal neste tipo de variação patrimonial aumentativa. Não possui relevância na composição patrimonial da instituição.

7.4 ¯ Juros e Encargos de mora (VPA)

Receita oriunda de mora, por cobrança de terceiros em serviços prestados/receita própria da instituição. Não possui relevância e de característica altamente cíclica, apesar do percentual de aumento em comparação ao exercício anterior (54,68%).

7.5 ¯ Juros e Descontos Concedidos

Despesa oriunda de descontos em taxas, por cobrança de terceiros, em serviços prestados/receita própria da instituição. Não possui relevância e de característica altamente cíclica, apesar do percentual de aumento em comparação ao exercício anterior (121,89%).

7.6 ¯ Juros e Encargos de Mora (VPD)

Despesa oriunda de atrasos por cobranças de tarifas de serviços prestados por concessionárias/instituições diversas. Não possui relevância e de característica altamente cíclica. No atual exercício não houve ocorrência desta variação negativa, representando portanto no alto valor percentual (-100%) nas análises extraídas dos demonstrativos contábeis.

7.7 ¯ Desincorporação de Ativos

Registro da baixa de bens móveis, decorrente da utilização do estoque em almoxarifado, conforme relatórios RMA. Em virtude da estagnação das compras de bens, bem como a atualização das baixas contábeis no final do exercício 2017, houve uma alta (88,05) representativa nas análises apuradas.

7.8 ¯ Remuneração a Pessoal

Representa o principal dispêndio institucional, decorrente de provisão de despesas com pessoal ativo e inativo.

7.9 ¯ Aposentadoria e Reformas

Representa o dispêndio institucional com benefícios e aposentadoria do pessoal inativo.

7.10 ¯ Encargos Patronais

Despesas decorrente dos custos com remuneração de pessoal e pensionistas.

8.2. Anexos do Item 2.1.5

Este anexo apresenta as informações sobre o relacionamento da UFV com a entidade fechada de previdência complementar denominada AGROS ¯ Instituto UFV de Seguridade Social.

a. Identificação da entidade
Razão Social: Agros ¯ Instituto UFV de Seguridade Social
CNPJ: 20.320.487/0001-05

b. Visão Gerencial

i. quantidade de servidores contemplados: 6.207

ii. valores repassados a título de contribuição dos participantes e da patrocinadora
- Contribuições de Participantes: R$ 2.673.562,92 (Anexo Excel)
- Contribuição Patrocinadora: Não houve repasse referente de contribuição pela patrocinadora.

iii. valores repassados que não sejam contribuições e motivos dos repasses
Não houve repasse de outros valores, somente valores referentes ao Plano de Saúde.

c. Síntese de manifestação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Não houve manifestação da Previc, além da fiscalização ocorrida no ano de 2017 e citado no item f.

d. Conclusões do relatório da auditoria independente
O relatório final da auditoria independente por enquanto não nos foi enviado. Assim que for possível, o Agros enviará cópia à UFV.

e. Conclusões do último estudo atuarial
O relatório final da Consultoria Atuarial segue em anexo.

f. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

No ano de 2017 houve fiscalização por parte da Previc, cuja finalização originou os Relatórios de Fiscalização nº 71/2017 e Relatório da Fiscalização nº 73/2017.

	Agros - Instituto UFV de Seguridade Social			
TOTAL CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES E PATROCINADORA UFV - Plano de Previdência				
MÊS/ANO	**REGIME**	**CONTRIBUIÇÃO PATROCINADORA**	**CONTRIBUIÇÃO PARTICIPANTES**	**TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO**
01/17	CLT	0,00	0,00	0,00
(*)	RJU	0,00	54.113,52	28.369.876,82
(**)	CD	0,00	144.292,50	10.208.604,72
02/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	57.753,79	28.336.563,66
	CD	0,00	142.987,50	10.229.667,26

03/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	55.969,25	29.671.344,14
	CD	0,00	143.587,50	10.490.053,77
04/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	54.934,85	29.571.041,32
	CD	0,00	145.137,50	10.547.622,69
05/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	54.777,98	29.524.210,95
	CD	0,00	165.325,00	10.551.559,09
06/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	54.959,67	29.497.546,17
	CD	0,00	168.635,00	10.594.055,48
07/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	55.177,68	29.518.547,25
	CD	0,00	174.160,00	10.621.316,94
08/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	54.766,22	29.962.249,63
	CD	0,00	174.410,00	10.846.994,75
09/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	55.282,83	29.956.017,85
	CD	0,00	175.060,00	10.852.545,87
10/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	55.188,43	29.964.839,29
	CD	0,00	174.910,00	10.961.820,12
11/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	55.001,82	30.441.799,34
	13º RJU	0,00	49.502,89	0,00
	CD	0,00	175.260,00	10.974.549,08
	13º CD	0,00	0,00	0,00
12/17	CLT	0,00	0,00	0,00
	RJU	0,00	55.208,62	30.702.350,72
	13º RJU		870,37	31.116.274,72
	CD		176.290,00	11.117.964,09
	13º CD	0,00		10.890.372,90

TOTAL			**2.673.562,92**	

(*) Para os meses de janeiro e fevereiro de 2017, o relatório de salários emitido pelo sistema, não estava trazendo a informação dos salários dos participantes Aposentados. A partir de março de 2017 a situação foi regularizada. Outra situação também, é que para apuração dos salários RJU em todos os meses, foi feito um filtro para não buscar salário de participantes em autopatrocínio e BPD.

(**) Para apuração dos salários do PLCD de todos os meses, no relatório dos salários foi feito um filtro para não buscar salário de participante que possui vínculo com o PLA.

TOTAL DE PARTICIPANTES CONVÊNIO UFV - Plano de Previdência

12/ 2017

	ATIVO	**AUTOPAT.**	**ASSISTIDO**	**PENSÃO**	**BPD**	**soma**
PLANO A	0	0	72	146	0	218
PLANO B	3570	80	350	182	1	4.183
PLANO CD	1565	241				1.806
TOTAL	5.135	321	422	328	1	6.207

(*) Obs.: Plano CD excluídos participantes Instituidores Fecon e Sindisec

JM/0312/2018

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2018.

Ilmo. Sr.
Dr. Nairam Félix de Barros
M.D. Diretor Geral do
AGROS

Prezado Senhor,

Estamos apresentando, em anexo, o Parecer Atuarial relativo ao final do exercício de 2017, do Plano A (Previdenciário Celetista) do Agros (CNPB: 1980.0008-83) e do Plano B (Previdenciário Estatutário) do Agros (CNPB: 1992.0001-74).

Ao inteiro dispor para maiores orientações e esclarecimentos, reiteramos nossas elevadas estima e consideração.

Atenciosamente,

GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO
ATUÁRIO MIBA 2799

PRAIA DE BOTAFOGO, 228/1002-BL. B | BOTAFOGO | RIO DE JANEIRO | RJ | 22250-906 | T. 55 21 2553 0900
WWW.JESSEMONTELLO.COM.BR

Anexo 1 ao JM/0312/2018 de 19/02/2018

Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2017

Plano A (Previdenciário Celetista) do Agros

1) A situação financeiro-atuarial do Plano Previdenciário Celetista vigente no Agros, patrocinado pelo Agros e UFV, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado, de modalidade Benefício Definido (BD), cujos dados foram objetos de análise de consistência, registrou, em 31/12/2017, contabilmente, um Superávit Técnico Acumulado de R$ 7.743.086,15, equivalente a 5,59% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R$ 138.589.185,76.

2) Desde 1º de junho de 2017, o Plano de Custeio voltou a ser o fundamentado na avaliação atuarial de 1979, que, em decorrência da adequação à Emenda Complementar nº 20 de 15/12/1998, vigorou no período de Dezembro/1998 a Julho/2010, quais sejam:

i) **Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos:**

Idade do Participante na Data de Inscrição	Sobre o Salário de Participação (%)	Sobre o Excesso do Salário de Participação	
		Em relação à metade do maior valor teto do salário de benefício de previdência social (%)	Em relação ao maior valor teto do salário de benefício de previdência social (%)
Até 18	1,50	2,00	7,00
19	1,50	2,00	7,00
20	1,60	2,00	7,00
21	1,60	2,00	7,00
22	1,70	2,00	7,00
23	1,70	2,00	7,00
24	1,80	2,00	7,00
25	1,80	2,00	7,00
26	1,80	2,00	7,00
27	1,80	2,00	7,00
28	1,80	2,00	7,00
29	1,90	2,00	7,00
30	1,90	2,00	7,00
31	1,90	2,00	7,00
32	1,90	2,00	7,00
33	1,90	2,00	7,00
34	1,90	2,00	7,00
35	1,90	2,00	7,00
36	1,90	2,00	7,00
37	1,90	2,00	7,00
38	1,90	2,00	7,00
39	1,90	2,00	7,00
40	1,90	2,00	7,00
41	1,90	2,00	7,00
42	1,90	2,00	7,00
43	1,90	2,00	7,00
44	1,90	2,00	7,00
45	1,90	2,00	7,00
46	1,90	2,00	7,00
47	1,90	2,00	7,00
48 e mais	1,90	2,00	7,00

NOTA: Aos participantes não assistidos que se filiaram ao Plano com idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos será incluída a cobrança da Joia de Adesão, em conformidade com o Regulamento do Plano, o ofício STEA: DT.A.2/1229/88/187 e a Resolução 32/90 do Conselho de Administração

ii) **Contribuição Normal dos Assistidos (*1):**
A contribuição normal dos assistidos corresponde a 0,20% do valor total recebido como benefício de aposentadoria.

iii) **Contribuição Normal da Patrocinadora (*1)**:
Valor igual ao total das contribuições recolhidas a cada mês pelos Participantes Ativos a este Plano de Previdência Complementar do Agros.

(*1) 15% do total das Contribuições Previdenciárias dos Participantes Não Assistidos e Assistidos e da Patrocinadora se destinam ao custeio das despesas administrativas, observados os limites legais aplicáveis.

3) Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano, tomando por base o valor do Ajuste de Precificação informado pela Entidade, em 31/12/2017, corresponde a:

Patrimônio de Cobertura	R$ 138.589.185,76
Provisões Matemáticas	R$ 130.846.099,61
Resultado Técnico Acumulado	R$ 7.743.086,15
Ajuste de Precificação	R$ 1.162.335,67
Resultado Técnico Ajustado	R$ 8.905.421,82

O Resultado Técnico Acumulado de R$ 7.743.086,15 está totalmente registrado na Reserva de Contingência, tendo em vista que a Duração do Passivo é de 13,86 anos.

NOTA: Em conformidade com a Resolução CGPC Nº 26/2008 (atualizada), o valor do Ajuste de Precificação não pode ser utilizado para Distribuição e Destinação de Superávit. Portanto, não pode ser contabilizado como Reserva de Contingência ou Reserva Especial de Revisão de Plano, no resultado superavitário registrado no exercício.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2018.

GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO
ATUÁRIO MIBA 2799

Anexo 2 ao JM/0312/2018 de 19/02/2018

Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2017

Plano B (Previdenciário Estatutário) do Agros

1) A situação financeiro-atuarial do Plano Previdenciário Estatutário vigente no Agros, patrocinado/instituído pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado, de modalidade Benefício Definido (BD), cujos dados foram objetos de análise de consistência, registrou, em 31/12/2017, contabilmente, um Superávit Técnico Acumulado de R$ 255.821.923,57 , equivalente a 38,22% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R$ 669.254.855,36.

2) Desde 1° de abril de 2017, o Plano de Custeio passou a ser idêntico a todos os participantes não assistidos, sendo a cobrança da joia de adesão suspensa (quando realizada), quais sejam:

i) **Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos:**
A contribuição normal dos participantes ativos corresponde a 0,20% do valor do salário de participação.

ii) **Contribuição Normal dos Assistidos (*1):**
A contribuição normal dos assistidos corresponde a 0,20% do valor recebido como benefício de aposentadoria do regime próprio de previdência.

(*1) 15% do total das Contribuições Previdenciárias dos Participantes Não Assistidos e Assistidos se destinam ao custeio das despesas administrativas, observados os limites legais aplicáveis.

3) Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano, tomando por base o valor do Ajuste de Precificação informado pela Entidade, em 31/12/2017, corresponde a:

Patrimônio de Cobertura	R$ 669.254.855,36
Provisões Matemáticas	R$ 413.432.931,79
Resultado Técnico Acumulado	R$ 255.821.923,57
Ajuste de Precificação	R$ 8.141.580,62
Resultado Técnico Ajustado	R$ 263.963.504,19

O Resultado Técnico Acumulado de R$ 255.821.923,57 está registrado da seguinte forma: R$ 97.156.738,97 na Reserva de Contingência e R$ 158.665.184,60 na Reserva Especial de Revisão de Plano, tendo em vista que a Duração do Passivo é de 13,50 anos.

NOTA: Em conformidade com a Resolução CGPC Nº 26/2008, o valor do Ajuste de Precificação não pode ser utilizado para Distribuição e Destinação de Superávit.

Portanto, não pode ser contabilizado como Reserva de Contingência ou Reserva Especial de Revisão de Plano, no resultado superavitário registrado no exercício.

FATO RELEVANTE:

ii) Durante o exercício de 2017, tomando por base as colocações feitas pelo AGROS sobre a manutenção do Fundos Previdenciais constituídos para Destinação de Superávit no Plano, bem como a manifestação jurídica elaborada através do Parecer nº 007/2018, sabendo ainda que a destinação destes Fundos não foi aprovada pelo Órgão Regulador do segmento de EFPC, com preceito de que não há amparo legal para utilização do Superávit Técnico Acumulado de um Plano de Benefícios sequer aprovado pelo Órgão, estes Fundos Previdenciais foram revertidos para o Ativo Garantidor do Plano de Benefícios.

ii) Salvo Parecer Jurídico em contrário, enquanto não for decidido a quem pertence as reservas financeiras desse Plano Estatutário do Agros (em processo na Previc), entendemos que não deva ser aplicada a Resolução CGPC Nº 26/2008 e suas alterações, no que diz respeito à destinação e utilização do Superávit.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2018.

GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO
ATUÁRIO MIBA 2799